

LEITURAS SOBRE MULHERES:
resistências, memórias e novos caminhos

Alzira Salete Menegat
Organizadora



LEITURAS SOBRE MULHERES: resistências, memórias e novos caminhos

Alzira Salete Menegat
(Organizadora)



2025



**Universidade Federal da Grande
Dourados Editora da UFGD**

Equipe

Coordenação Editorial

Marise Massen Frainer | Programadora Visual

Divisão Administrativa

Rafael Todescato Cavalheiro | Assit. Admin. | Chefe da Divisão

Thais Gomes de Souza | T.A.E.

Gabriel Brandão de Azambuja Menezes Cavalheiro | Estagiário

Divisão Editorial

Programação Visual, Revisão e normalização bibliográfica

Cynara Almeida Amaral Piruk | Revisora | Chefe da Divisão

Maurício Lavarda do Nascimento | Programador Visual

Brainner de Castro Lacerda | Programador Visual

e-mail: **editora@ufgd.edu.br**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central UFGD

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L841	Leituras sobre mulheres: resistências, memórias e novos caminhos. [recurso eletrônico]. / Alzira Salete Manegat (organizadora). – Dourados, MS : EDUFGD, 2025. (Coleção Comemorativa aos 20 anos da UFGD; v.19). E-book (pdf). ISBN: 978-85-8147-247-8 1. Mulheres – resistência - narrativas. I. Título.
------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.



CONSELHO EDITORIAL

Marise Massen Frainer

Presidente

Cláudia Gonçalves de Lima

Vice-Reitora

Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira (Titular)

Marisa de Fátima Lomba de Farias (Suplente)

**Representante da Câmara de Ensino
de Pós-Graduação e de Pesquisa**

Emilia Alonso Balthazar (Titular)

Narciso Bastos Gomes (Suplente)

Representante da Câmara de Ensino de Graduação

Thissiane Fioreto (Titular)

Alzira Salete Menegat (Suplente)

Representante da Câmara de Extensão e Cultura

Fernando Perli (Titular)

Victor Hugo Rodrigues de Souza (Suplente)

Representante do Conselho Universitário

Eliane Souza de Carvalho

Representante da Comunidade Externa

Diagramação: Editora Educação Literária

Impressão: Gráfica CS LTDA





SUMÁRIO

- 7 **Apresentação**
Alzira Salete Menegat
- 14 **Relatos das prefeitas reeleitas em Mato Grosso do Sul**
Graziela Moura de Souza
Alzira Salete Menegat
- 90 **Mulheres assentadas e servidoras públicas transformando vidas**
Rosemeire da Silva
Alzira Salete Menegat
- 140 **Memórias de mulheres catadoras: do processo de invisibilidade à construção de novos (re)fazeres históricos**
Luciana Codognoto da Silva
- 178 **PRONAF-Mulher: instrumento de reconhecimento/fortalecimento da condição de mulheres trabalhadoras/administradoras de unidades produtivas em assentamentos de reforma agrária em Mato Grosso do Sul**
Alzira Salete Menegat
- 206 **Mulheres assentadas: novas práticas em busca de transformações sociais**
Mirian Jaqueline Toledo Sena Severo



266

Narrativas epistolares: cartas de mulheres migrantes em cena*Marciana Santiago de Oliveira*

306

Tomar as noites e retomar nossos corpos!*Nathália Eberhardt Ziolkowski*

344

A influência do interlocutor no discurso de mulheres e homens sem terra: uma análise de relatos de experiência pessoal*Juliane Ferreira Vieira*



APRESENTAÇÃO

Escrever uma nova apresentação para a obra “Leitura sobre mulheres: o fazer e o refazer de caminhos”, a qual teve sua primeira edição em 2016, provoca um misto de satisfação, especialmente pelo fato daquela edição ter alcançado aceitação de leitores/as, levando ao esgotamento dos exemplares produzidos naquela edição, motivando sua reedição em 2026.

O contentamento se deve pela possibilidade em ampliarmos os debates lá apresentados, os quais chamavam a atenção para um problema social que carecia de esforços conjuntos para sua superação, decorrentes das diferenças nas relações de gênero, provocando invisibilidade e dominação sobre as mulheres em distintos contextos sociais em Mato Grosso do Sul. Abordávamos, ainda, as resistências imprimidas por elas e apresentadas na ocasião, nos capítulos do livro. Passados 10 anos daquela publicação, a temática/problemática ainda se mantém presente no cotidiano social, juntamente com os conflitos que dela decorrem, havendo a necessidade de intensificar políticas públicas para sua superação, bem como publicizar intensamente estudos que discutam as dominações e as violências, aliado as estratégias que as mulheres tem criado para a superação, aspectos que se pode encontrar nos capítulos da presente obra.

Na edição de 2016, nossa intenção foi de organizar resultados de pesquisas parte delas desenvolvidas



como trabalho de campo de mestrandas do Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, das quais compartilhei diálogos como orientadora e que podem ser encontradas na sequência da obra.

Na presente edição, dessa nova publicação em 2026, acrescentamos a aquela composição, outros dois capítulos, inserindo-os na abertura da nova edição, estes trazendo resultados de pesquisas de dissertação de mestrandas de alunas do Programa de Pós Graduação em Sociologia/UFGD, e das quais também tive a satisfação de partilhar como orientadora. Dessa forma, compomos diálogos entre áreas e fortalecemos os debates sobre o tema/problema social. Este, como dissemos, precisa urgentemente alcançar todos os seguintes da sociedade, para criar condições possíveis para neutralizar diferenças que promovem violências sobre mulheres.

É preciso dizer que para a publicação de 2016 contamos com recursos da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT, pelo Edital Chamada nº 038/2014 - PUBLICA – MS. A reedição da obra, em 2026, conta com fomento da UFGD, demonstrando compromisso dessa universidade em ampliar a circulação das reflexões sobre o tema.

Nos textos que compõe a presente edição reafirmam avanços que as mulheres tem produzido, sem, no entanto, apontar recuos e invisibilidades sociais. Diante disso, fizemos escolha em apresentar pesquisas que demonstram resistências das mulheres sobre processos



de dominação, os quais são históricos, sendo propagados e mesmo naturalizados como parte das normativas do tecido social, gerando violências e dominações nas vidas das mulheres. As discussões apresentadas por mestrandas do PPGS, para essa nova edição são:

O primeiro capítulo, intitulado “Relatos das prefeitas reeleitas em Mato Grosso do Sul”, de autoria de **Graziela Moura de Souza e Alzira Salete Menegat**, apresenta reflexões de mulheres que estiveram à frente da gestão de prefeituras municipais em Mato Grosso do Sul por dois mandatos consecutivos. No estado, até o ano de 2020, eram 11 prefeitas reeleitas nos 79 municípios e em seus quase 50 anos da criação do Estado, período em que ocorreram dez pleitos eleitorais municipais (considerando até o pleito de 2020). Com o estudo as autoras analisaram a condição das mulheres que conseguem se reelegerem como prefeitas, mesmo havendo disparidade nos cargos da política institucional, que favorece os homens. Buscam olhar para as experiências das prefeitas reeleitas, na gestão pública de pequenos municípios de Mato Grosso do Sul.

No segundo capítulo, com o título “Mulheres assentadas e servidoras públicas transformando vidas”, de autoria de **Rosemeire da Silva e Alzira Salete Menegat**, as reflexões estão direcionadas sobre as conquistas de mulheres assentadas no Itamarati, que após o acesso à terra buscaram formação acadêmica, concluindo cursos superiores e, a partir dessa formação, concorreram a cargos por meio de concursos públicos, tornando-se servidoras em instituições que prestam serviços na vila



do Itamarati, atendendo pessoas assentadas em suas necessidades. São mulheres que combinam jornadas como assentadas e também servidoras em instituições que prestam serviços a outras pessoas assentadas, potencializando o saber-fazer no assentamento Itamarati

Na continuidade das reflexões que compõe os capítulos apresentados em sua primeira edição, em 2016, temos:

O terceiro capítulo, no estudo de **Luciana Codognoto da Silva**, “Memórias de Mulheres Catadoras: do processo de invisibilidade à construção de novos (re) fazeres históricos”, a autora analisa o cotidiano de mulheres catadoras de lixo, as quais, com suas atuações, produzem dois sentidos: ao recolherem o lixo conseguem atribuir serventia a uma matéria morta; e, ao colherem o resultado do trabalho, refazem suas próprias vidas, já que, por meio dessa atividade, criam bases para independência econômica e social.

O quarto capítulo, de autoria de **Alzira Salete Menegat**, intitulado “PRONAF-MULHER: instrumento de reconhecimento/fortalecimento da condição de mulheres trabalhadoras/administradoras de unidades produtivas em assentamentos de reforma agrária em Mato Grosso do Sul”, apresenta resultados de uma pesquisa sobre o PRONAF-Mulher, financiada pela FUNDECT. Nela é possível acessar análises dessa política de fomento agrícola no que tange ao seu alcance, com ênfase ao número de mulheres assentadas acessando o fomento, como também os municípios em que esse número aparece com maior evidência.



O quinto capítulo da obra apresenta o estudo de **Mirian Jacqueline Toledo Sena Severo**: “Mulheres assentadas: novas práticas em busca de transformações sociais”, no qual analisa o processo de participação das mulheres de assentamentos na produção e na gestão da comercialização de alimentos. O contexto em cena trata da atuação das mulheres em cooperativas, compreendendo os desdobramentos sociais decorrentes das funções assumidas por elas.

No sexto capítulo, o estudo de **Marciana Santiago de Oliveira**, intitulado “Narrativas epistolares: cartas de mulheres migrantes em cena”, busca compreender as migrações no Brasil, tendo como documentos de análise os *Boletins das migrações Vai Vem*, publicados na década de 1980. Nele, a autora analisa cartas de mulheres migrantes, partindo de relatos do “(re)contar, o (re)viver, o (re)lembrar de representações de mundo registrados nas memórias de mulheres migrantes”.

No sétimo capítulo, o estudo “Tomar as noites e retomar nossos corpos!”, da autora **Nathália Eberhardt Ziolkowski**, apresenta uma reflexão sobre os corpos de mulheres que vivenciaram e ainda vivenciam marcas neles, decorrentes de imposições sociais e de relações de controle. Para a autora, os corpos femininos tornaram-se historicamente agentes sociais e culturais, com contradições históricas e definidoras de papéis, comportamentos e regras instituídas no vivido, consolidadas nas representações coletivas.

O oitavo capítulo traz à cena o trabalho de **Juliane Ferreira Vieira**, intitulado “A influência do interlocutor



no discurso de mulheres e homens sem terra: uma análise de relatos de experiência pessoal”. No artigo, a autora analisa o discurso de acadêmicas e acadêmicos do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais/ Pronera, da UFGD, pelo viés bakhtiniano, observando a influência que os interlocutores têm no discurso, a quem os enunciadores (mulheres e homens sem terra) querem responder, refutar, questionar, imprimindo, assim, movimento ao discurso. Parte da concepção bakhtiniana de que “a enunciação é de natureza social, admitindo-se a linguagem como uma atividade de interlocução”. Nesse sentido, o estudo mostra que a presença dos interlocutores evidencia que os enunciadores dominam a interlocução, mobilizando para a arena do discurso aqueles com quem quer interagir.

Enfim, essa é uma obra com mulheres e cenários sociais em transformação, se fazendo e se refazendo em trajetórias e resistências à dominação, fundamentais para o debate nos dias atuais, especialmente porque as situações de avanços e recuos nas relações de gênero tem produzido mais recuos, visto o aumento das violências sobre mulheres. Isso indica a necessidade urgente de ampliar as políticas públicas direcionadas à superação dessa condição, bem como alargar os espaços de debates e de publicização dessa situação, com vistas a produzir mudanças na estrutura da sociedade, para que se tenha equidade nas relações de gênero, reduzindo violências.

Alzira Salete Menegat

Dourados-MS, 29 de janeiro de 2026.



Capítulo 1



RELATOS DAS PREFEITAS REELEITAS EM MATO GROSSO DO SUL¹

Graziela Moura de Souza²

Alzira Salete Menegat³

A igualdade de gênero é demandada mundialmente, como uma condição para a construção de um mundo pacífico, igualitário, inclusivo, próspero e sustentável. Em 2012, as Nações Unidas estabeleceram 17 objetivos de desenvolvimento sustentável como forma de apelo e o quinto deles é a Igualdade de Gênero em todas as esferas, incluindo “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública” (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: 5.5). Apesar dessa construção mundial, de uma estratégia de participação feminina em vários campos de

1 As reflexões desse capítulo são parte de pesquisa de mestrado, defendida em 2025, no Programa de Pós Graduação em Sociologia, da UFGD.

2 Autora, Mestra em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, servidora da UFGD.

3 Co-autora, professora titular da UFGD, docente no Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFGD, Doutora em Sociologia pela UNESP/Araraquara. [ORCID 0000-0001-8777-7637](https://orcid.org/0000-0001-8777-7637)



atuação, a sub-representação ainda é uma realidade no campo da política institucional.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, as mulheres chefiam a maior parte dos lares brasileiros e de Mato Grosso do Sul, que é o quinto Estado do país com maior percentual de casas chefiadas por mulheres. Elas ocupam o espaço doméstico, gerenciam a renda familiar, sabem das necessidades dos núcleos familiares e também ocupam os espaços comunitários e coletivos, conhecendo as necessidades de seus bairros/comunidades rurais e de suas cidades. Apesar do envolvimento das mulheres em movimentos sociais importantes, bem como compondo filiações partidárias e de movimentos políticos, elas ainda são minoria nos espaços da gestão pública, no campo político, e também nas direções partidárias. A disparidade nos cargos institucionais e eletivos traz fragilidades no sistema democrático, pois as exclui das decisões para a construção das políticas públicas, bem como na execução dos projetos, levando uma baixa representação e seguridade de seus interesses coletivos, prioridades, pautas e experiências de vida.

Com base nesse contexto aponta-se a importância na gestão municipal, visto que é na base política que se coloca como porta de entrada para o campo político, já que as demandas sociais se dão, primeiramente nessa esfera, e a má condução dessas necessidades afeta diretamente a vida das pessoas. Além disso, para as mulheres, as prefeituras são espaços que permitem



uma maior conciliação da vida pública com o espaço doméstico, como indicado por Comin (2019).

Assim, a centralidade desse capítulo está nas prefeitas reeleitas no período de 1982 a 2020. Para isso, partiu-se do fato que a representação feminina no campo político nos estados e municípios brasileiros é baixa, especialmente em Mato Grosso do Sul, havendo necessidade de ampliar análises sobre o tema, especialmente quando se reporta à esfera da política institucional no âmbito municipal, compreendendo as mulheres enquanto sujeitas dessa trajetória. Em Mato Grosso do Sul, apenas 6% das prefeitas ocupam as vagas no executivo municipal, conforme estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2020 (última atualização). Em pesquisa realizada pela socióloga Jaqueline Comin (2019), que realizou investigação sobre os resultados dos pleitos de 1982 a 2016 em Mato Grosso do Sul, 49 mulheres foram eleitas para assumirem as gestões municipais. Dos 79 municípios que compõem o MS, apenas 27 cidades tiveram mulheres eleitas nas prefeituras ao longo desses anos, ou seja, 52 municípios nunca tiveram a presença feminina no poder executivo municipal. No pleito de 2020, apenas 5 mulheres se elegeram para as prefeituras e dessas, duas foram reeleitas.

Tendo esse fio condutor, este capítulo discorre essencialmente sobre a análise das entrevistas coletadas para a dissertação de mestrado, momento em que foram ouvidas seis mulheres que já estiveram à frente de prefeituras municipais no Mato Grosso do



Sul por dois mandatos consecutivos, das 11 prefeitas reeleitas naquele período, de quase 50 anos de criação do Estado, e dez pleitos eleitorais municipais. Cinco mulheres não concederam o depoimento sobre suas gestões, dentre elas Simone Tebet, uma das reeleitas. No entanto, trazemos alguns relatos dela, recortados de entrevistas que ela concedeu em programas televisivos, nos quais algumas das perguntas a ela dirigidas pelos jornalistas, traziam temas que se assemelhavam a aqueles que tratamos em nossas entrevistadas.

Das seis prefeitas reeleitas que concederam entrevista à pesquisa, estão: Edileuza de Andrade Lopes Dias, de Rochedo; Marcela Ribeiro Lopes, de Corguiinho; Maria Odeth Constância Leite dos Santos, de Caracol; Mara Elisa Navacchi Caseiro, de Eldorado; Marta Maria de Araújo, de Eldorado e Sandra Cardoso Martins Cassone, de Itaquiraí. As perguntas foram estruturadas previamente, mas abertas para verificação das mesmas para alterações, totalizando 27 perguntas divididas em cinco tópicos: início da carreira política; relações partidárias e candidaturas; gestão administrativa; ser mulher na política e atualidades. As 27 perguntas eram fechadas e direcionadas para todas as entrevistadas, tendo sido colocado a possibilidade de não responderem qualquer um dos questionamentos e ainda colocada a viabilidade de inclusão de novas questões que não constassem no material, o que não foi feito por nenhuma das mulheres. Ou seja, nenhuma entrevistada alterou a lista de perguntas e/ou ficou sem responder alguma delas.



Nesse sentido, foram levantadas seis categorias de análises que são abordadas ao longo deste capítulo, sendo elas: a saúde das mulheres que participam da política institucional; a economia do cuidado como inibidora da participação das mulheres na política; continuidade da masculinização da política; reeleição automática como consenso e a falta da viabilidade financeira tanto nas candidaturas quanto na gestão. Todas as seis prefeitas possuíam capitais políticos familista e institucional, que neste caso também entrarão como uma categoria de análise.

Gráfico 1 - Categorias de análise das narrativas das prefeitas reeleitas:



Fonte: Informações sistematizadas pela autora, conforme coleta de dados



No gráfico acima, foram sistematizados seis pontos em comum durante a coleta de dados das seis entrevistadas, que seguirão como categorias de análises. Outros pontos em comum e importantes a considerar são com relação ao perfil das prefeitas reeleitas. Todas elas possuíam ensino superior completo quando se elegeram e foram para a reeleição e todas tinham filhos e estavam casadas quando foram para a reeleição.

A SAÚDE DAS MULHERES QUE PARTICIPAM DA POLÍTICA INSTITUCIONAL

A saúde das mulheres que participam da política institucional de Mato Grosso do Sul será a primeira análise a ser feita. Das seis entrevistadas, cinco tiveram problemas de saúde durante o mandato, vivenciaram problemas físicos e emocionais. A exaustão de exercer um mandato, de ter que também cuidar da família, do marido, dos filhos, somada a violência política sofrida, não só por políticos de oposição, mas da própria sociedade, fez com que quatro delas pensassem em renunciar ao cargo. Edileuza Lopes, de Rochedo, foi a única que disse que não enfrentou problemas de saúde e violência política à época. Mas, é preciso destacar que quando Edileuza foi vereadora, ela foi demitida do serviço público, onde exercia o cargo de médica no município. “Eu fiquei os quatro anos que eu era vereadora fora do município, eu falava, eu queria que ele fizesse o que era pra fazer e ele não queria. E virou aquela briga, aquela confusão, mas assim sem ser agredida também”. (Edileuza Lopes)



No segundo mandato, Mara Caseiro enfrentou um câncer de mama. Durante a entrevista ela não relatou sobre a doença, mas destacou que “o universo político é mais de mulher-mãe” que se preocupa com o futuro das gerações, que olha o todo e que a violência psicológica que sofreu no cargo em vários momentos, “pode adoecer”.

Você quando vê, já está numa crise de depressão e não querendo saber de mais nada, porque você já não acredita mais em ninguém, não acredita mais em nada. Então, esses sentimentos é que você tem que estar sempre cuidando, vigiando. Porque assim: se você não se cuidar, realmente, esse sentimento de que: ah, acho eu não estou fazendo nada, que não estou conseguindo fazer nada, ele toma conta de você e você se sente um ser inútil. Por mais que muitas pessoas não te enxergam assim, você coloca isso na sua cabeça...eu tive que fazer todo um exercício para que esse sentimento não fosse maior do que o sentimento também de gratificação. (Mara Caseiro)

Mara pensou em renunciar o seu mandato por conta de violência política, aquelas que, segundo ela, mexem com o seu nome e com o que você tem mais de precioso, a sua essência e honra. E completa:

Então tem coisas assim que dói muito. E que você fala: Meu Deus, chega! Não quero mais saber de política. Chega porque realmente dói, machuca, você sangra. Então teve momentos assim, de críticas, muito de decepções na política, de você achar que aquela pessoa era superamiga, apoiadora e de repente ela estava ali querendo só se aproveitar...infelizmente, tem pessoas



muito maldosas que fazem política para denegrir, para desconstruir, para aniquilar. Não é por aí, né? Então, isso é uma coisa que é muito caro para mim. Sabe quando você vê todo um sistema muito corrompido, um sistema muito maldoso? Então, para nós mulheres é muito difícil. (Mara Caseiro)

Maria Odeth também enfrentou um câncer antes de finalizar o segundo mandato, em 2012, momento em que pensou em renunciar. “Eu cheguei a pensar e, de repente, eu ter que parar para então cuidar da saúde” (Maria Odeth). Ela ficou hospitalizada em Campo Grande para tratamento e, mesmo nessas condições, resolvia pendências administrativas vinculadas à prefeitura.

Sandra Cassone está afastada da política por motivos particulares. Durante o segundo mandato, ela se separou do marido e disse que conciliar a vida política com a vida privada foi difícil, não conseguindo fazer as duas coisas ao mesmo tempo, com eficácia, pois a mulher acaba se dedicando muito à campanha ou ao mandato, deixando o lado familiar.

Não consegue. Então, tanto que no meu segundo mandato, eu e o meu marido, nós nos separamos. Foi no final do mandato, em 2010 mais ou menos. Então eu não tive muita habilidade para lidar com essa situação da política, do mandato e da minha vida familiar. Aí eu pequei, porque assim, o meu ex-marido é uma pessoa bem maravilhosa. Então não sei se foi eu que deixei o bonde passar, mas nesse ponto eu tive dificuldade. (Sandra Cassone)



A exaustão, durante o segundo mandato, também foi relatada pelas prefeitas Marta Araújo e Marcela Ribeiro, ambas pensaram em renunciar nesses momentos de extremo cansaço. Marta relatou o seguinte:

Na segunda gestão, tipo em abril, maio, eu estava muito exausta. Eu cometi um erro de nunca tirar férias, eu fiquei oito anos trabalhando, trabalhando, achando que eu tinha que ficar lá, dedicar ao extremo para conseguir dar conta, e não dei conta. Eu prejudiquei a minha saúde, emocionalmente você vai ficando muito cansada, você vai ficando debilitada, sabe? Então estava muito cansada, muito cansada, exausta. Mas foi uma semana difícil que eu tive, eu pensei: não vou negar não, pensei: vou entregar para o vice, vou pra casa, vou me tratar e me cuidar. Mas daí eu pensei: não, eu tô na metade do rio, eu tenho que acabar de cruzar ele. (Marta Araújo)

Depois de deixar o cargo, Marta disse que ficou alguns meses “muito recolhida”, pois precisava de silêncio para se restaurar, e completa:

É tipo assim, a gente precisa até se perdoar das coisas que talvez não deu conta, a gente tem cobrança muito grande em cima da gente. E o fato de ser mulher, você é muito mais cobrada, né? Há homens que fazem nem um terço do que você faz e são supervalorizados e você faz muito mais do que você consegue, na consciência das pessoas, não sei por que mas é assim, a mulher é muito mais exigida. É mais cobrada, menos poupada. (Marta Araújo)

Marta destaca as exigências postas socialmente para as mulheres que ocupam cargos de destaque, es-



pecialmente aqueles que historicamente parecem destinados aos homens, como os da política institucional, especialmente na condição de prefeitas. Ao assumir tais espaços, as mulheres são constantemente vigiadas, exigidas a darem maiores resultados, fato que aos homens não lhes é cobrado, como apontado por Marta.

Marcela Lopes pensou em renunciar quando teve o terceiro filho, no seu segundo mandato. Ela não gozou da licença maternidade e, para não correr o risco de perder o mandato, optou então por não tirar o direito de se afastar. “Eu tirei do meu filho o direito de viver a minha licença maternidade, embora eu trouxe ele junto, porque eu não abri mão da amamentação. Recebi críticas, inclusive, com relação a isso, por machismo de alguns populares”.

O filho de Marcela ficou por três meses num berço dentro do gabinete da prefeita. Depois, a criança ficava no escritório do pai e ela ia até o local para amamentar e quando ela viajava, a criança ia junto. Nas andanças, o filho contraiu uma bronquiolite e foi parar na UTI, onde ficou por 10 dias. Ela conta que ficou dividida porque o filho precisava dela e o município também, mas que tinha uma equipe que a ajudou a tomar a decisão de não renunciar. A maternidade parece tomar centralidade na vida das mulheres, como se criar filhos e filhas fosse apenas atribuição feminina. Marcela viveu isso, levando o filho pequenino consigo, para o ambiente de seu trabalho e assim pode dar sequência ao que ela havia assumido como gestora. Nesse ambiente era mãe e gestora no mesmo tempo e espaço.



Marcela também sofreu violência política durante o mandato, diz que foi insultada como pessoa na Câmara Municipal, onde a “coisa” se voltou muito para a parte pessoal, deixando de ser administrativa. Ela completa dizendo que se encontra bem cansada, pelos oito anos vividos e dedicados à prefeitura:

Tive um trabalho de equipe muito forte, que me fez tomar a decisão de não renunciar. Mas eu tive vontade, porque naquele momento eu olhei como mãe, e não como administradora. Meu coração ficou apertado, porque aí vem a doutrina na qual a gente é criada. A gente cresce para ser mãe, esposa e cuidar do lar. Quando você inverte tudo isso, ou você tem dupla jornada, em algum momento você vai questionar e vai se sentir menos mãe por isso. E culpada. Naquele momento eu tive que trabalhar muito a minha mente e olhar por um outro ângulo, olhar para um lado mais racional. (Marcela Lopes)

Kulaitis (2024) explica que a existência de mulheres no campo político significa rompimento das estruturas tradicionais, pois a presença delas resulta na ampliação da diversidade de pensamento e de perspectivas, além de ser um desafio às normas estabelecidas.

Marcela viveu essa contradição no que ela denomina de “doutrina” de preparação, nos referenciais aos quais foi preparada para assumir que, no caso dela, exercer o papel de mãe, solo, realidade de muitas mulheres brasileiras, combinados com os desafios a que se colocou, de conduzir a gestão municipal, um cargo que rompia com toda a preparação que havia recebido e que era tida como natural e a ser seguida.



No entanto, para viver a gestão, Marcela precisou combinar jornadas e até interpenetrar atuações, ao mesmo tempo e no mesmo espaço, ou seja, assumiu algo novo, ser prefeita de um município, comandando o fazer da vida pública de toda a população, sem, no entanto, deixar de lado seus filhos. Assumiu duplas jornadas com referenciais bem distintos. Nessa conjugação viveu culpas pelas contradições do que recebeu na preparação da vida, entre o que dela a sociedade esperava e o que a família requeria. Associado a isso, enfrentou a violência política, fortemente impetrada contra as mulheres que na esfera da política institucional ouçam adentrar, necessitando provar diariamente que são capazes de ocupar tais cargos.

Nesse sentido, as reflexões de Kulaitis, quando aponta o romper com a ortodoxia, a autora classifica a violência política como um problema sociológico. “A violência política de gênero é um fenômeno global marcado pela perpetração de atos violentos, abusivos e discriminatórios, com base na desigualdade de gênero, que são direcionados a mulheres que participam da vida política como eleitoras, candidatas, filiadas de partidos políticos, ativistas e líderes comunitárias em diferentes tempos e espaços”. (Kulaitis, 2024, p. 4)

Todas as seis entrevistadas sofreram algum tipo de violência política e elas acreditam que as consequências de saúde física e mental não estão diretamente relacionadas a essa violência sofrida, mas à dedicação extrema que demandaram à gestão, ao cuidado com



a cidade, a preocupação com as pessoas e com os projetos propostos.

Em relação à violência política contra mulheres em municípios de Mato Grosso do Sul, é preciso destacar o assassinato de Dorcelina Folador, em 1999, no seu primeiro mandato frente à prefeitura de Mundo Novo, município localizado no sul do Estado. Dorcelina foi covardemente assassinada com seis tiros pelas costas, no quintal de sua casa, com marido e filhas presentes. A prefeita enfrentou os políticos locais, denunciou vários desmandos, a corrupção e o tráfico de pessoas. Vivia sob pressão, vigilância, ameaças e perseguição e, mesmo tendo feito solicitações aos órgãos de segurança pedindo proteção, foi brutalmente calada, pagando um alto preço pelo seu enfrentamento político.

A POLÍTICA INSTITUCIONAL É MISÓGINA E O MACHISMO É ESTRUTURAL

A política é misógina e sempre foi considerada um campo de atuação masculino. O sofrimento emocional que as prefeitas vivenciaram, com consequências físicas e mentais, também é resultado dessas relações patriarcais que regem a política no Brasil, mais fortemente ainda no Mato Grosso do Sul, que desde a sua criação em 1977, com instalação em 1979, teve homens no comando de sua gestão, fazendo com que a convivência com as mulheres fossem, muitas vezes, esmagadoras de suas próprias identidades. Em alguns momentos, as prefeitas reeleitas disseram incorporar comportamentos masculinos para sobreviverem nos mandatos, ou



seja, elas tiveram que modificar o seu próprio jeito de ser como estratégia de sobrevivência para conseguirem dialogar, se posicionar e administrar.

A prefeita de Caracol, Maria Odeth, por exemplo, enfrentou violência verbal e disse que na política local, sempre houve alguma ofensa vinda de homens, nas reuniões políticas, na hora de falar, de tratar. “Eu também sofri. Me chamaram uma vez de vaquinha de presépio, que eu era muito enfeitadinha, arrumadinha essas coisas da vaidade feminina. Eu sempre gostei de usar o salto, batom, esse é meu jeito” (Maria Odeth). Ela era chamada de “mulherzinha”, “prefeitinha”, em tom pejorativo, de redução da sua pessoa e com isso estava explicitado o descrédito em sua capacidade de gerir o município, pelo fato de ser mulher.

Relembrando o que observa Scott (1995), o gênero institui relações sociais a partir das diferenças percebidas entre os sexos, marcadas pela distribuição desigual de poder entre os homens e as mulheres e o que reconhecemos como “natureza” do gênero feminino ou do gênero masculino, ou seja, são construções sociais que caracterizam papéis sociais femininos e masculinos. Nesse sentido, a violência política é naturalizada e o pior, institucionalizada, manifestando-se principalmente na relação entre mulheres e os partidos políticos.

Marcela Lopes, de Corguinho, mesmo com a aprovação da população para um segundo mandato, ela disse que continuou a enfrentar o machismo na política e a desigualdade de gênero. “Tudo isso eu continuo enfrentando, não mudou. Acredito que, lá atrás,



a política era um pouco mais severa para o lado da mulher”. Marcela disse que a política só vai avançar se as próprias mulheres acreditarem que elas são capazes e que elas podem. “Então, a gente não pode pensar que a carga de uma política vai ser maior do que qualquer outra carga, porque não vai, vai ser a mesma carga”. E completa:

Eu até brinco, tenho um bebê de 1 ano e 3 meses e brinco que eu quero ser pai. Porque, muitas vezes, a mãe tem um olhar mais fraterno e o homem é um pouco mais racional, então é diferente o olhar de uma mulher para um filho e o de um pai para um filho. Não é que um ame mais que o outro ou se preocupe mais com o outro, é porque existe essa divisão e eu acredito que isso seja até uma criação de Deus, senão ele não teria feito homem e mulher. Mas nós, mulheres, temos que olhar de uma forma diferente para a política, a política é justamente lutar pelo futuro dos nossos filhos. Se tem alguém que pode fazer isso, somos nós, mulheres, porque nós temos a parte racional também, nós vamos sempre colocar a nossa pitada fraterna e é disso que a política precisa...Enquanto as mulheres não entenderem que elas têm direito e que elas têm o dever, porque isso é um dever nosso, de encarar a política, de enfrentar esse mundo, as coisas não vão mudar. A gente vai continuar perdendo espaço e deixando que os homens tomem posse de tudo, e não é assim...A política é uma caixinha que pode ser aberta tanto para o homem quanto para a mulher. Não tem essa diferença, nós não somos menos, nem incapazes de administrar o município ou qualquer coisa. (Marcela Lopes)



Durante a conversa, a prefeita disse que se não existisse a obrigatoriedade da cota de gênero, o homem jamais iria “brigar” para tentar convencer uma mulher a sair candidata. “Eu acho que tem que existir, vou explicar o porquê: embora a gente tenha muita resistência como mulher para participar da política, se não existir a obrigatoriedade dessa cota, o homem jamais vai brigar para tentar convencer uma mulher a sair candidata...Ele sempre vai sair, porque não é obrigatório”. (Marcela Lopes)

O universo da política é tão masculino que a percepção da prefeita quando se fala em construção das candidaturas, que é feita via partidos políticos que em sua maioria são conduzidos por homens, ela cita que é necessário “convencer” uma mulher a sair candidata, a entrar na política, mas ela diz não ter dúvidas de que a maior dificuldade que a mulher encontra nesse universo ainda é o machismo estrutural.

E a gente não pode ser hipócrita e nem fantasiar que ele não existe. Existe, e muito. Às vezes você recebe críticas de tudo aquilo que você faz, nada está bom. Até de quem você não esperava. Entende? Nada está bom, nada é o suficiente. Você pode se matar. Eu chego a ficar semanas sem almoçar... mas o que eu quero colocar é que eu me dedico para isso. Eu me dediquei para a prefeitura, eu me dediquei para o município e, às vezes, você se mata para juntar um recurso, para construir uma obra com recurso próprio, adquirir um veículo, um patrimônio para o município. Se você fizer dez obras, uma não prestar, lógico que



presta, só que quando o homem é machista, ele nunca vai reconhecer o seu trabalho. (Marcela Lopes)

Outro problema relatado pela prefeita foi o machismo vindo de mulheres também que disseram não votar nela por ser mulher. Ela relata:

Às vezes, por ciúmes do próprio companheiro, que em algum momento fez algum elogio à minha pessoa. Às vezes, pela competitividade feminina, porque ela existe, a gente sabe disso, você é mulher, vocês são mulheres. A gente sabe que existe uma competitividade feminina entre as mulheres. Eu ouvi sobre machismo também, de dizer que eu não seria capaz porque eu era uma menina e que eu não conseguiria, que eu não teria pulso, “n” acusações, que eu seria manipulada por alguém, eu vivi tudo isso, mas fui mostrando que eles estavam errados...(Marcela Lopes)

Para Marcela, é esse medo que faz com que as mulheres não entrem para a política, um medo de não saberem o que vão viver, do incerto, de achar que não têm capacidade para administrar e a dupla jornada de ter que também que cuidar da casa e dos filhos, assim como acontece com as mulheres das mais diversas profissões, que mantém duplas jornadas “e é isso que a mulher precisa entender, que independente do que ela estiver fazendo, ela vai ter a dupla jornada”. (Marcela Lopes).

Ou seja, a fala de Marcela mostra que, socialmente, as mulheres exercem jornadas interpenetradas, combinado o fazer da casa, com o trabalho fora dela, o que demonstra manutenção de modelo antigo, inscrito no



tecido social e fazendo com que se torne difícil de ser superado. No caso de Marcela, ela completa seu relato dizendo que durante a campanha para o primeiro mandato, ouviu de outro candidato que ela não poderia ser prefeita, por ser mulher e por ser mãe solteira. “A política é um jogo muito bruto, muito duro e acredito que, por esse motivo, às vezes as mulheres deixam de concorrer. Para mim não foi tão difícil porque eu não tinha marido, então não tinha ninguém para querer me impedir, só tinha eu, Deus e meus filhos. Então encarei, mas é difícil, não é fácil”. (Marcela Lopes).

O machismo estrutural também afeta não só a construção de candidaturas femininas para os pleitos, mas a escolha do eleitorado principalmente para os cargos de prefeito e prefeita. Edileuza Lopes acredita que a maioria das mulheres não vota em mulher, justamente porque está tão enraizado na mente das pessoas que a política é coisa de homem que elas não acreditam que a mulher vai fazer. Ela destaca que hoje isso vem mudando com a inserção de mulheres no mercado de trabalho, pois também estão se qualificando como médicas, advogadas e professoras. Mas, que fora isso, não vê muitas mulheres se sobressaindo. “Eu acho que é um machismo, que não acredita na força da mulher. Acredita que o homem tem mais capacidade”. (Edileuza Lopes).

O município de Rochedo, por exemplo, já ficou por três mandatos seguidos sem uma representação feminina na Câmara Municipal e no âmbito estadual. Na 11ª Legislatura (2019-2023) não houve nenhuma mulher



eleita para deputada estadual, a única casa brasileira sem representação feminina para aquele mandato. Isso diz muito sobre o machismo na política institucional em Mato Grosso do Sul, e de como ainda é um campo majoritariamente masculino, até mesmo quando ocupado por mulheres, como nos cargos de maior destaque, que tem naquelas oriundas de famílias com homens com capital político e/ou econômico acumulado, as representantes que lá conseguem chegar.

Com isso não queremos dizer que as mulheres que assumem cargos na política institucional, vindas de famílias de base política, não possuam requisitos necessários, ao contrário, tiveram os caminhos facilitados para que isso fosse possível. Situação diferente daquelas mulheres oriundas das bases populares, que precisam primeiro disputar no âmbito partidário uma vaga, bem como os recursos necessários para validar êxito na disputa.

Mara Caseiro relembra que na construção da sua candidatura enfrentou falas do tipo: “ah, essa mulherzinha não vai a lugar nenhum” e disse que a política vem mudando, que em 2010 era uma coisa e que, em 2022, houve já uma mudança de conceito. Mas, mesmo assim, o machismo impera. Para ela, essa cultura machista, de que a política não é lugar de mulher, ainda dificulta a entrada de mais mulheres, junto ao fato de ter que exercer o papel de mãe, da disponibilidade do tempo dedicado ao mandato e da estrutura partidária. “Isso é uma mudança de chave. As mulheres já estão se despertando”. (Mara Caseiro)



As relações de gênero na política também perpassam as questões de raça e classe social. Marta Araújo disse que uma das suas dificuldades foi não ser de um *status* social mais elevado e conta que, como para esses cargos as pessoas escolhidas sempre foram de destaque na sociedade, com poderio econômico, ela enfrentou esse desafio. “Mas é uma coisa tão velada, é sutil, mas a gente não é boba, a gente percebe, eu senti. Eu enfrentei muito isso e até de cabeça erguida sabe”, mas disse que ouviu de mulheres a frase do tipo: “eu não voto em mulher, política é para homem. Eu ouvi muito isso...mas ainda tem muito pano pra manga, tem muito o que avançar”. (Marta Araújo)

Ouvir “até de cabeça erguida” demonstra o duplo esforço que a prefeita reeleita precisou fazer na esfera do machismo estrutural, que afeta a todas as pessoas, inclusive mulheres que acabam por referenciar candidaturas masculinas porque internalizaram referenciais patriarcais ao longo da vida. Associado a isso, o tardio reconhecimento de direitos femininos, dentre eles o direto a votarem e serem votadas, efetivado na segunda metade da década de 1940, para as mulheres alfabetizadas e no pós constituinte de 1988 para aquelas analfabetas, período recente no reconhecimento das mulheres como propulsoras sociais.

Marta também é do mesmo pensamento de que o medo impede a mulher de participar da política, já que na política a vida é virada do avesso. “Há uma exposição pública muito grande e essa exposição eu acredito que assusta muitas mulheres, retrai” e diz



que para os homens é mais fácil, talvez porque “eles aguentam mais o tranco” e completa:

O homem vai ocupar e ele não vai ter a visão e não vai ter aquilo que demanda para as mulheres. Olha a situação das mulheres hoje, ganhando menos e trabalhando muito mais? A questão da violência contra a mulher é um absurdo! O enfrentamento desse machismo, do sexismo, dessa coisa de gênero. É uma luta árdua e não sei há quantas décadas ainda nós vamos ter que enfrentar isso. (Marta Araújo).

O medo e a culpa são referenciais ensinados em diversos âmbitos sociais, principalmente na família e no espaço religiosos, ambos com sentido de dominação. O medo, nas mulheres, pode afastá-las da ideia de concorrerem a cargos na política institucional, porque de ante mão são sabedoras que terão que enfrentar as mais diversas cobranças e exposições. Associado a isso, quando de estruturas familiares que envolvem filhos/as, adicionam mais um elemento: a culpa, essa manifesta na ausência da unidade doméstica. A combinação de ambos distancia mulheres do cenário da política institucional e quando associados ao machismo, presente nos partidos, o afastamento se completa.

A via por onde as candidaturas são construídas, que é pelos partidos políticos, para Sandra Cassone, de Itaquiraí, é bem complexa. Ela disse que percebeu que, muitas vezes, o partido escolhe mulheres só para cumprir tabela, só que na hora da fala, da participação, acaba sendo um “fiasco”, sendo que às vezes teriam



mulheres com mais capacidade para estar naquele lugar e não são escolhidas. Ou seja, o partido escolhe determinadas mulheres propositadamente, sabedor que elas não terão sucesso, as chamadas laranjas, que nesse caso não colocarão em xeque o predomínio dos homens. Com isso, partidariamente cumpre com os requisitos estabelecidos pela lei, sem mexer com o predomínio masculino.

Ocorre o trocadilho apontado por Comin (2020), quando destaca os meandros e os malandros da lei. Por isso, em sua fala, Sandra destaca: “Eu vejo que a política ainda é masculinizada, ela é toda feita para homens. Então aí as mulheres ficam presas, porque eu sempre brincava assim, eu falava para o pessoal do partido: vocês têm que trabalhar, porque de repente vai ter mais candidatas do que candidatos, porque tinha muita mulher atuante na entrada”. (Sandra Cassone)

Nessa trajetória, Kulaitis (2024) destaca que a sub-representação na política, tanto para cargos no Executivo quanto no Legislativo, junto com a naturalização da violência política de gênero indicam que a democracia brasileira continua perdendo capacidade de representatividade e inclusão, “diante da imposição simbólica violenta do campo político como espaço masculino”. (Kulaitis, 2024, p. 7) E a autora continua suas reflexões apontando outros aspectos da violência política de gênero:

É importante ressaltar que os efeitos produzidos pela violência política de gênero não são vivencia-



dos pelas mulheres parlamentares do mesmo modo. Existem opressões que se inter cruzam, e, desse modo, mulheres negras, indígenas e pessoas LGBTQIA+ que vivenciam ativamente o exercício da atividade política sofrem múltiplas discriminações. Em uma perspectiva interseccional, desigualdades de poder, racismo, sexismo e classismo se inter cruzam e atravessam os corpos de mulheres negras que, assim como Marielle Franco, desafiam o campo político e representam outras mulheres igualmente pobres e racializadas. A interseccionalidade, importante perspectiva teórica e política, constituída pelo feminismo negro, é definida como metáfora de avenidas que se cruzam. (Kulaitis, 2024, p. 13)

As análises de Kulaitis apontam para as dificuldades da inserção de gênero na política institucional e de como ainda precisa ser reconstruída, não só no estímulo para que mais mulheres adentrem aos partidos e cargos políticos, mas “mulheres negras, indígenas e pessoas LGBTQIA+”, compondo cargos, sem passar pela violência explícita pelas quais são diariamente expostas, como o caso das deputadas federais Erika Hilton (Psol-SP) e Duda Salabert (PDT-MG).

O Portal da Câmara dos Deputados mostra a sub-representação feminina destacando que “apesar do aumento do número de deputadas, os 17,7% ainda apontam uma sub-representação feminina no parlamento em relação aos dados globais. A participação das mulheres nos parlamentos é de 26,4% em média, segundo a União Interparlamentar (UIP), organização global que reúne 193 países. Se fosse seguir esse pa-



drão, a bancada feminina na Câmara seria de 135 deputadas”. (Fonte: Agência Câmara de Notícias, outubro de 2022).

No caso de Mato Grosso do Sul, a sub-representação feminina é parte de sua história, com o predomínio masculino na política institucional. A comemoração com os resultados do pleito municipal de 2024 é válida, passou-se de 5 para 12 mulheres assumindo as gestões municipais, além de 20 vice-prefeitas eleitas.

A ECONOMIA DO CUIDADO COMO IMPEDITIVO DE PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA INSTITUCIONAL

A economia do cuidado é uma das dinâmicas que traz maior empecilho à participação das mulheres na política institucional, na opinião das prefeitas reeleitas. É essa divisão sexual do trabalho, onde os cuidados com a casa, filhos, marido ficam sob responsabilidade delas, que também é marcada por uma desigualdade estrutural, institucional e simbólica.

Biroli, F.; Quintela, D.F. (2020) explicam que as mulheres permanecem sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado, mesmo entre a população ocupada, não havendo relação entre ocupação e responsabilização pelas tarefas reprodutivas, mas entre essas tarefas e o gênero. Elas apontam que a média de dedicação semanal dos homens aos cuidados domésticos é de 10,8 horas, menos que o dobro das 24,4 horas decididas pelas mulheres e é nessa forma, que o trabalho social se divide, em decorrência



das relações sociais entre os sexos, e se organiza segundo os princípios da separação e da hierarquização em diferentes dimensões da vida, sendo a política uma delas. As autoras completam:

Como podemos compreender essa dimensão da separação e da hierarquização, que situa a divisão sexual do trabalho como forma de organização política? Historicamente, ela está relacionada à divisão entre público e privado e às oposições a ela correspondentes entre o masculino e o feminino, o universal e o doméstico, a lei e a natureza. Permitiu delimitar a cidadania em termos de sexo sem, nesses termos, ferir o princípio liberal da universalidade (Elshtain, 1981; Federici, 2017; Okin, 1989; Pateman, 1985, 1988). Conforme Kergoat (2009, p. 68), os princípios da separação e da hierarquização se tornam aplicáveis graças a um processo de legitimação baseado em uma ideologia naturalista que equivale gênero a sexo biológico e entende as práticas sociais como “papéis sociais” sexuais destinados naturalmente a cada sexo, e não como resultados de construções e relações sociais. (Biroli, F.; Quintela, D.F., 2020, p. 81)

As tensões desse mundo de conflitos que as mulheres enfrentam ao participarem da política institucional ultrapassam os limites entre o individual e o coletivo. Sandra Cassone enfrentou um divórcio durante o segundo mandato e disse que não teve habilidade para lidar com a política, o mandato e a vida familiar. Já Edileuza disse que exercer o mandato não trouxe grandes prejuízos pois tinha duas pessoas que trabalhavam para ela em casa, além do marido. “Eu sempre



cuidando, nunca deixei pra trás porque nunca fiquei nem uma noite em Campo Grande. Eu ia de manhã e de tarde, mas eu não ficava lá, então assim, não me trouxe grande prejuízo. Eu sempre estava ali, se ia numa festa levava todo mundo, deixava dormindo dentro do carro quando não podiam entrar no clube, mas eu sempre cuidando”. (Edileuza Lopes)

Ao analisar as falas de Sandra e de Edileuza, que a princípio parecem distintas, percebe-se que apontam para a mesma esfera. Para poder conviver com a família, Edileuza precisava empreender todo um esforço de ir e retornar no mesmo dia dos compromissos externos, bem como levar seus familiares para os eventos que precisava se fazer presente. Mais uma vez a internalização dos papéis tidos como de responsabilidade das mulheres e para não sentir a culpa, ampliam a sobrecarga mesmo sem ser percebida.

Edileuza disse que as mulheres têm muitas atribuições e que permanecem mais em casa do que nos eventos sociais, no bar e nos espaços públicos e isso gera um conflito na cabeça das candidatas, que pensam que não vão ganhar a eleição. Vale citar que Biroli e Quintela dizem que a ação política se dá não apenas em tensão com esse desenho, mas também como forma de reafirmar o domínio masculino, reproduzindo-o. Edileuza faz uma comparação das mulheres que ocupam diferentes espaços sociais, destacando:

Eu acho assim: o povo da zona rural acredita mais é na força física, ele não acredita que a palavra, que uma boa conversa vai resolver as coisas. Então, eu acho que



aquele povo vota mais em homem do que em mulher, porque ele não acredita que a mulher vai dar conta de construir um hospital, de construir uma escola, que vai comprar o transporte do município, que vai incentivar a estudar. Eu acho mais que machismo, que não acredita na força da mulher. Acredita que o homem tem mais capacidade. E a mulher ao invés dela correr atrás, ela não vai. A mulher tem muita culpa nisso, determinadas mulheres, não todas. Ela não muda, ela não tem aquela ambição, ela não é ambiciosa, tem que ter ambição, no bom sentido, de ir atrás e vencer. Eu queria que as mulheres saíssem candidatas. (Edileuza Lopes)

Marcela Lopes lembrou que não foi fácil conciliar o espaço privado e o espaço público, mas que teve apoio dos próprios filhos para exercer o mandato. “Meu segundo filho era recém-nascido quando eu me separei, então sempre foi assim, a gente se ajudando e sempre eu fazendo o papel de dona do lar, mãe e pai também, ao mesmo tempo” e, para ela, o medo do que as mulheres vão viver na política, medo do incerto, de duvidar dela mesma, da sua capacidade, faz com que as mulheres não entrem na política. “Porque se eu trabalho, se sou prefeita ou vereadora e tenho minha casa, se tenho filhos, qual a diferença de eu ser enfermeira, psicóloga, faxineira e ter minha casa e meus filhos? Nenhuma, é dupla jornada do mesmo jeito. Então a política é dupla jornada do mesmo jeito”. (Marcela Lopes). A prefeita entende que não há mudanças porque quando as mulheres saem para trabalhar, voltam tendo obrigações dentro de casa e



com os filhos e que não é menos mãe porque ocupou um cargo político.

Eu não pensava em ter filho e hoje isso é útil para mim. O que eu vejo é que tudo aquilo que o político, a política luta, é para o futuro do filho dela, do neto dela. É para o futuro. Entender assim: qual é a diferença de eu trabalhar em qualquer outra coisa e ser política? Não tem diferença. A dupla jornada vai acontecer de qualquer forma. E é isso que a mulher precisa entender, que independente do que ela estiver fazendo, ela vai ter dupla jornada, mesmo que ela seja do lar. Se você for do lar, você tem o cansaço, o desgaste, você tem dupla jornada do mesmo jeito. Você tem que sentar com o filho pra fazer tarefa, você tem que dar banho no filho, não muda, mesmo que você seja só do lar. O que eu acho que é mais desgastante, porque quando você sai pra trabalhar fora da casa, você conversa com pessoas diferentes, vivem situações diferentes. E quando você está dentro do lar, é só aquilo ali o tempo todo, não muda. Quando você sai pra trabalhar fora, você vive um momento fora e volta para aquilo ali. (Marcela Lopes)

Mara Caseiro disse que enfrentou dificuldades junto ao esposo pelo universo da política ser muito masculino e que a outra questão foi ser mãe, pois isso “dói extremamente no coração”. A prefeita engravidou na pré-campanha para o seu primeiro mandato e pensou em desistir da candidatura para cuidar do filho, pois teria a dificuldade de amamentar, de deixar o filho em casa para fazer política, mas que pensava na construção de um futuro melhor para todos. A prefeita



também enfatizou que a cultura machista da política ainda permanece e isso acaba afastando as mulheres da política.

As mulheres têm que estar inseridas na política. Então começa por aí. Outra questão também é ser mãe. Então a gente tem muito essa preocupação. Primeiro, de expor o nome, porque o nosso nome é sagrado, a nossa família também. Então, quando sai uma notícia que me desagrada, eu já penso no que o meu filho vai ver, o que meu filho vai pensar, coitadinho dele, você vai sofrer, entendeu? Então a gente tem muito isso. Quando você coloca o seu nome e já pensa: putz, vão falar isso, vão falar aqui, meu filho, eu fico assim. (Mara Caseiro)

Maria Odeth disse que conciliou bem a vida pública e privada, pois ela e o marido sempre gostaram de política, mas disse que sente que muitas vezes deixou de estar ao lado do filho. A prefeita contou com uma rede de apoio para cuidar do filho, que incluiu sua mãe, e enfatizou que, sem ela, teria que ter deixado de fazer política.

O cuidado parece algo inerente às mulheres, que encontram nas mães e avós, fontes de apoio. “Eu até sinto hoje, uma saudade, porque ele saiu de casa muito cedo, com 13 anos ele já foi estudar fora porque na época, ele sonhava de querer estudar numa escola fora. Hoje, a gente tem o segundo grau muito bom. A gente tinha na época, mas ele queria voar”. Ela disse que não consegue compreender por qual motivo as mulheres não participam da política.



Marta Araújo disse que não administrou muito bem os espaços públicos e privados. Ela conta que se dedicou muito ao cargo e que quando chegava em casa, não parava de trabalhar, talvez por se identificar muito mais com o espaço externo e não desejar combinar jornadas. “Então você é demandado em casa e nunca desliga o celular. O celular estava na minha cabeceira, meia-noite, uma hora da manhã, gente me ligando, principalmente com os problemas de saúde. Então isso leva a um desgaste bastante importante”. A prefeita disse que teve que prometer ao esposo e filhos que não se envolveria mais com política. “Porque foram muitos anos, 20 e poucos anos de vida pública”. Marta pediu desfiliação do partido e fez a promessa de não se envolver mais com política. Ela se aposentou, fez o curso de Direito e hoje exerce a profissão ao lado do filho.

E foi difícil, porque eu amo política, eu gosto. Eu acho a política um instrumento de transformação importantíssimo. Então, me policiar para não me envolver é uma tarefa árdua porque eu gosto de falar, de comentar. Eu torço por quem se elege, eu torço pelas mulheres, eu incentivo as pessoas, mas eu pessoalmente, eu tive que fazer uma opção de viver um pouco e ter uma vida privada”. (Marta Araújo)

A fala de Marta demonstra que as imposições familiares a levaram a tomada de novos rumos, mesmo amando a política. São inúmeros fatores que quando somados fazem com que nos arranjos domésticos novos caminhos sejam construídos. No caso de Marta, sua



fala demonstra que diversos fatores impedem a mulher de participar da política: o medo, pois quando a mulher se candidata tem o passado virado do avesso; há uma exposição pública grande e isso, segundo ela, assusta muitas mulheres; há a falta de financiamento de campanha, que “passa por poucos” e são especialmente para os homens, além do compromisso com a família, não sendo fácil se afastar do que parece naturalmente uma atribuição feminina. Daí a vontade de “largar” esse novo espaço. Para nele permanecer, deve haver coragem para enfrentar isso tudo. “Não é um processo simples. Eu sempre digo que para ser candidato tem que ter duas coisas: coragem e voto, e nem sempre essas duas coisas andam juntas”. E Marta continua falando da necessidade dos partidos políticos assumirem o papel democrático, e investirem esforços para que as mulheres adentrem na política institucional, sem serem barradas pelas travas partidárias.

Acho que teria que ser feito um trabalho não apenas em épocas eleitorais, mas fora dela também. Para ter um compromisso social. Que a mulher entenda também como funciona a política, como são essas instâncias de poder, porque falta muito conhecimento. Eu tiro por mim, quando eu me candidatei, eu perguntei para quem falou: vamos filiar? Eu falei ah tá! Quem é que filia? O que é filiar? Como é um cabo eleitoral? Eu não tenho vergonha de falar. Eu não sabia de muita coisa. Então, falta muita informação. Essa divulgação, conscientização, formação, ela é muito importante e eu acho pouco ainda para aquilo que seria o ideal. (Marta Araújo)



E vale lembrar que esse pensamento do cuidado “maternal”, direcionado à mulher, também é levado para mensurar a participação feminina na política institucional. Segundo as prefeitas, as mulheres são boas gestoras e, no caso delas, foram reeleitas, porque têm esse diferencial: são mais maternas, sensíveis à vida das pessoas, humanas e compromissadas com outras mulheres, seus filhos e o conjunto da família e da sociedade. Elas mesmas carregam estereótipos de gênero num campo sempre perigoso e que pode relegar a elas mesmas, nichos de atuação que reforçam o machismo, a hierarquização e a discriminação. Levar esses atributos para o âmbito da política institucional acaba fazendo com que as mulheres tenham que combinar duplas jornadas, como apontado por Biroli e Quintela – da casa e da rua:

Se a possibilidade de desafiar a divisão sexual do trabalho está aberta a poucas, o acesso aos espaços da política institucional atende à mesma dinâmica. Ainda que algumas mulheres possam atravessar as barreiras estruturais, institucionais e simbólicas, candidatando-se e elegendo-se, isso não significa que o façam em condições de igualdade com os homens ou que desloquem as relações de modo que suspende as desvantagens existentes para as mulheres como grupo, e para mulheres em posições sociais menos privilegiadas, dentro desse grupo. A violência política contra as mulheres mostra, ainda, que os custos para a atuação política são desiguais. (Biroli, F.; Quintela, D.F., 2020, p. 86)



Interessante destacar que são justamente esses elementos, do cuidado com os seus e com o humano, que é por onde se inicia a violência institucional, na condição de prefeitas, no comando de seus municípios, especialmente aquelas vindas de classes populares, sem capital político tradicional, mais vigiadas e, por vezes, diminuídas em sua capacidade de gestoras ao serem chamadas de “mulherzinhas”, o que tem sentido de mulheres do lar, mães, cuidadoras de um espaço restrito – a casa, na qual estão sob o comando/tutela masculina.

Parece até um discurso antigo e inapropriado ao tecer esse tipo de reflexão nos dias atuais, tempos em que vivemos o assumir das chefias das casas pelas mulheres, como destacamos no início do presente artigo. No entanto, o machismo ainda se alimenta desse modelo de dominação feminina, que parece superado quando se analisa o sustento das unidades familiares exercido pelas mulheres. Porém, ainda presente no tecido social, basta olhar para os dados sobre violência contra mulheres, feminicídio e estupro.

Portanto, a violência na política institucional tem a mensagem de aquietamento feminino, da dominação, do machismo tentando mandar as mulheres de volta para casa, para o privado ou para a política como ajudantes. Vale destacar que essa mensagem alça também as práticas das mulheres que assumem a política institucional, aquelas que partidariamente “são colocadas” para referenciar os discursos masculinos machistas. Com isso queremos dizer que há uma



metamorfose do patriarcado, manifestada de diferentes formas para que assim se perpetue e continue a dominar.

Importa destacar que não estamos dizendo que na política institucional brasileira temos “mulheres fantoches ou laranjas”, ao contrário, basta analisar os relatos das mulheres de nossa pesquisa, onde demonstram autonomia na gestão, o que indica possibilidades de novas análises sobre os feitos dessas mulheres.

A VIABILIDADE FINANCEIRA DAS GESTÕES E DAS CANDIDATURAS COMO IMPEDITIVO DE NOVAS MULHERES NA POLÍTICA INSTITUCIONAL

É consenso entre as prefeitas a falta de recursos como maior dificultador das gestões municipais, ainda mais em municípios menores, com menos de 20 mil habitantes, que é onde a maior parte das mulheres obtêm sucesso eleitoral, conforme o Censo das Prefeitas Eleitas - mandato 2020-2024, publicado pelo Instituto Alziras.

Todas as seis mulheres reeleitas em Mato Grosso do Sul que entrevistamos, estão em municípios com população entre 5 mil a 20 mil habitantes, onde é necessário articulação política para que haja recursos destinados a investimentos nessas cidades. Em muitos casos, a prefeitura municipal é o maior empregador da região. O primeiro mandato, para todas as entrevistadas, foi o mais difícil já que muitas encontraram as prefeituras com dívidas, folha de pagamento



atrasadas, inadimplência dos contribuintes e falta de investimentos nas políticas básicas como de saúde, educação, assistência social e de infraestrutura.

Em Rochedo, a prefeita Edileuza conta que o município tinha uma arrecadação irrisória, sendo dependente dos fundos financeiros garantidos via governos estadual e federal às cidades brasileiras. “Só que eu trabalhava mais que os médicos, eu fazia esse plantão também e quando não tinha um médico e não tinha dinheiro para pagar os médicos todos os dias, 24h que sai caro, então eu fazia os plantões. Todo dia, às 5 horas, eu chegava por esse hospital e começava a atender, para as 8h eu ficar desocupada e ir para a prefeitura”. (Edileuza Lopes)

Edileuza combinava jornadas em diferentes espaços, o que trazia ônus a sua jornada, com atendimento em diversas frentes. Associado a isso, vinha a família, a qual levava para seus inúmeros compromissos/eventos, numa maneira que encontrou para se fazer presente no núcleo familiar, como nos disse em falas anteriores. No entanto, essa presença em diferentes espaços produzia em sua jornada uma espécie de bônus porque mantinha contato com a população de formas diferentes: como prefeita ela cuidava da população; como médica ela curava enfermidades nos pacientes. Ela duplicava o sentido do cuidar da população ao manter proximidade com a mesma e de diferentes maneiras, o que certamente lhes propiciou acumular requisitos para validar seu segundo mandato.



A realidade das prefeituras pequenas é a constante preocupação com a industrialização para garantir não só a geração de impostos municipais, mas também a empregabilidade aos munícipes. As mesmas características são contatadas por todas as prefeituras, ou seja, a dificuldade de conseguir trazer uma grande empresa para a cidade por falta de rota de escoamento de produção e a necessidade de pensar e planejar como essas cidades podem progredir. Marta Araújo conta que trabalhou muito, fez inúmeras viagens a Campo Grande, Brasília, bateu na porta de deputados, senadores e ministros para conseguir recursos. Os maiores investimentos foram para atrair empresas e indústrias para o município, chegando a ter indústria de confecção, de calçados e de produção de EPI's.

As prefeituras de municípios pequenos também têm que ser muito bem articuladas politicamente. Mara Caseiro conta que teve auxílio do governo estadual para asfaltar a cidade e de deputado federal para a construção de creche, além da busca por investidores para a geração de emprego. “Mas eu falo que o fato da gente ter sido prefeita também abriu as portas para que outras mulheres também tivessem o direito de sonhar e de realizar”. (Mara Caseiro)

Maria Odeth também teve apoio de deputados federais para conseguir recursos para Caracol e diz que foi aprendendo os caminhos para conseguir verbas públicas para a cidade. Foi em Brasília, que a prefeita angariou recursos para habitação, investimento que garantiu a sua reeleição, e depois para o sistema de



esgotamento sanitário, incluindo rede de esgoto. O município tinha 46 famílias sem banheiros quando a prefeita assumiu a gestão. “Eu consegui o recurso para construir 20 casas, primeiramente, depois eu consegui construir mais 40 e fui para a reeleição. E consegui construir banheiros, porque na minha cidade ainda existiam os antigos banheiros que não tinham vaso sanitário, era bem precário mesmo”. (Maria Odeth). Os investimentos na saúde pública, especialmente na saúde da mulher, também colaboraram para que o índice de aprovação da prefeita fosse alto.

A prefeita de Itaquiraí, Sandra Cassone, conta que tinha muitas ideias e projetos que foram barrados pela falta de recursos durante os dois mandatos. Quando assumiu, a inadimplência estava em 70% o que dificultava também os valores de repasses dos governos estadual e federal. Já Marcela Lopes disse que a falta de recurso para as gestões é sempre um problema, considerando a receita baixa dos municípios pequenos. “Eu tenho essa dificuldade, das pessoas entenderem que, às vezes, uma estrada onde vão passar cem pessoas, por exemplo, é prioridade diante de um bairro que tem várias saídas para a pessoa ir e vir. E, às vezes, eu não consigo fazer com que as pessoas entendam dessa forma”. (Marcela Lopes).

A prefeita teve apoio do governo estadual em seu segundo mandato que, para ela, abriu-se para o municipalismo. “Por que município pequeno, antigamente, não tinha vez, a gente ficava com o que sobrava”. (Marcela Lopes). E completa dizendo que, além da falta



de recursos, o momento da campanha de reeleição foi a que causou mais decepção, pois viu que muitas pessoas pensam em si próprias e não na coletividade. “E quando você assume uma prefeitura, você não administra só para quem votou em você, administra para todo mundo, para o coletivo, não tem como olhar só para quem votou em você”. (Marcela Lopes)

A viabilidade financeira para as candidaturas é outro fator importante e que leva as mulheres a não participarem da política. No Brasil, o sistema eleitoral brasileiro repassa para os partidos políticos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral, este com destinação específica para candidaturas femininas. Apenas a prefeita de Corguinho, Marcela Lopes, vivenciou essa prática, em 2016, e considerou as mudanças como um avanço. “Hoje, a mulher tem mais recursos para trabalhar do que o homem”. (Marcela Lopes). A prefeita conta que enfrentou resistências no PP (Partido Progressista) para lançar seu nome à prefeitura, mas que foi acolhida no PSDB (Partido Social Democrático Brasileiro). Ela foi eleita com 1.912 votos, o que corresponde a 58,74%, e reeleita com 1.856 votos, ou seja, 59,01%. Depois, nenhuma mulher assumiu a prefeitura de Corguinho.

A prefeita Edileuza Lopes, eleita em 1996 pelo PFL e reeleita em 2000, pelo PSD, não se beneficiou com os recursos do Fundo Eleitoral, já que o mesmo foi implantado em 2017. Ela conta que, como já era bem cotada para ganhar a eleição, não gastou dinheiro em campanha eleitoral, mas que sempre teve a colaboração de



deputados e políticos que a apoiavam. Mara Caseiro disse que as dificuldades financeiras apareceram na candidatura para a vereança, pois essa é disputada com mais pessoas do partido. “Havia uma diferença, uma discrepância enorme da estrutura que eles ofereciam para os candidatos homens a vereador e o que eles ofereciam para candidata mulher. Como prefeita não, porque daí já é a única candidata”. (Mara Caseiro).

Mara Caseiro foi eleita em 2000 e reeleita em 2004 pelo PDT e lembrou que nessa época era tudo diferente. “A gente tinha que ir em busca mesmo de apoiadores, tinha uma equipe em torno. O recurso também, você colocava”. (Mara Caseiro). Ela enfatizou que a destinação obrigatória de recursos para candidaturas femininas é de fundamental importância, “porque a gente ficava muito em desigualdade”, se referindo às campanhas para o legislativo.

Tem que ter recurso que se não tiver recurso não vai. Então havia uma discrepância muito grande entre as candidaturas masculinas. Aí eu acho que as mulheres, ah, mas é difícil encontrar mulher, claro que é difícil, porque primeiro as mulheres já viam a dificuldade que a outra tinha para conseguir um recurso. Já começava por aí. Muitas vezes a gente tinha e, até hoje, tem práticas de violência política, de não deixar a mulher falar, de não ter direito a horário de televisão, de rádio. Então, era uma série de discriminação que nós recebíamos e que a gente era vítima, mas que a gente não entendia que isso era uma violência contra nós mulheres. Entendeu, esse sucateamento, essa diminuição, essa quebra, inclusive de cortar microfone, não deixar falar,



enfim...Aí veio o financiamento, ajudou, mas agora eu entendo que mesmo assim a diferença é muito grande. A desigualdade é muito grande. (Mara Caseiro)

A Prefeita reeleita expõe a mudança que os financiamentos processaram para referendar as mulheres no âmbito partidário, ou seja, saíram de uma situação de calar a boca, com o corte do microfone, quando os partidos não só torciam o nariz para a presença feminina, mas explicitamente a negavam. Com os financiamentos, passaram a propagar campanhas para que mulheres assumissem as disputas eleitorais e com elas os partidos conseguissem angariar maiores volumes de recursos. No entanto, como dito anteriormente, ainda não é efetiva essa intenção, visto que o investimento para compor quadros com mulheres no âmbito partidário, ocorre mais efetivamente, nos momentos que antecedem os pleitos, quando partidos acabam antevendo evitar problemas com as cotas femininas, o que demonstra descompromisso democrático.

A sucessora de Mara Caseiro, a prefeita Marta Araújo, enfrentou dificuldades partidárias para a sua candidatura à reeleição. Ela foi eleita pelo PDT e reeleita pelo PT, momento em que aproveitou para se alinhar politicamente ao governo federal, que era do mesmo partido. Mas é enfática sobre a distribuição de recursos para as candidaturas femininas. Apesar do Fundo Eleitoral ter sido implantado depois das suas candidaturas, o Fundo Partidário já era destinado aos partidos políticos. E completa:



Eu, no meu tempo, não consegui ver chegar recursos de partido para as candidaturas municipais. Elas são diluídas entre o Estado e a União. Então, o recurso é próprio da pessoa ou é recurso de doações que você tem que contar. Às vezes, você consegue do partido, que a gente mande os tais dos santinhos, mas isso é o mínimo porque uma campanha é cara, não adianta a gente dizer e achar que é tudo baratinho. A gente já enfrentou, já sentiu na pele isso. Aí falar: ah, mas a propaganda de rádio, por exemplo, é gratuita. E a produção dos programas? (Marta Araújo)

A prefeita de Caracol também não vivenciou a experiência de recurso obrigatório para suas candidaturas, e destacou que isso é um dos impeditivos da mulher sair candidata, já que sem recursos financeiros, não se consegue fazer uma campanha bem feita e que, inclusive, atualmente é um proibitivo para ela voltar a ser candidata. Ela conta que se virou com recursos próprios de apoiadores e com um pouco de recursos do partido. Maria Odeth foi eleita em 2004, pelo PL, e reeleita em 2008, pelo PR.

Hoje a gente sabe que tem uma cota maior dos partidos, mas na realidade a gente nunca sabe qual é a cota a que a gente tem direito, qual é o valor real. A gente sabe que a cota existe. Só que o que o partido destina a gente acaba aceitando, porque a gente não sabe na realidade, o que caberia para a gente, entende. Não tem uma coisa explícita. Caracol pode alcançar até 100 mil, 50 mil, você entendeu? Não tem nada certo para cada município, nem distribuição por habitantes e deveria ter. (Maria Odeth)



Eleita em 2004 e reeleita em 2008, pelo PT, Sandra Cassone também não vivenciou a era do Fundo Eleitoral obrigatório para candidaturas femininas. Os amigos ajudaram com material em gráfica e doações. Segundo ela, a sua vitória foi silenciosa, porque as pessoas não falavam que iam votar nela e, mesmo com a disputa de um candidato que já era prefeito, ou seja, que estava com a “máquina na mão”, ela se elegeu. Ela conta que a vitória aconteceu porque iniciou o processo com bastante antecedência e que não enfrentou rejeição partidária, pois era diretora de escola e já tinha sido candidata na eleição anterior.

Em relação ao recurso de campanha, eu já fui candidata a prefeita e já fui candidata a deputada federal. E aí a briga é grande e, infelizmente, o recurso não chega. Ele dá umas voltas grandes e acaba. Não é todo mundo que recebe o que deveria. E isso leva as mulheres a desistir porque ela já sabe que todo recurso não vai ser igual. Então, eu vou entrar no negócio desse para quê? Então precisa melhorar muito esses dois pontos: o percentual e a distribuição, que não é como deveria. (Sandra Cassone)

Para a prefeita, a falta de transparência na distribuição dos recursos dos Fundos Partidário e Eleitoral e a diferença nos valores chegam a ser desanimadores, pois ninguém sabe, com precisão, o quanto vai receber e se vai ser distribuído de forma justa. Segundo ela, os partidos chamam os candidatos e distribuem, um por vez, sem saber o quanto cada um recebe.



Eu acho que é meio enrolado esse negócio porque você não consegue descobrir qual é o valor que você vai receber. E é sempre tudo muito escondido. Sabe quando você consegue descobrir? Quando você faz a prestação de contas. Então, quando o cara lá ou a mulher faz a prestação de contas é que você vai ver o quanto que ela teve e da onde veio. Só que já passou a campanha. Durante a campanha você não consegue saber certinho, pelo menos eu não consegui. Uma coisa foi quando eu fui candidata à prefeita, que eu estava na cabeça, outra coisa foi quando eu fui candidata a deputada federal que você não sabia. E aí, o que vai vir? Você espera 100 e não vem nem 20. Só que daí na hora da prestação de campanha você percebe que tem uma turminha que recebeu mais. (Sandra Cassone)

Sandra Cassone vai ainda mais longe e explica sobre os privilégios para a “turminha”. Ela acredita que o que conta é o fator resultado em termos de votos, mesmo entre as candidatas mulheres, para se conseguir recursos para a viabilidade das candidaturas e ainda reafirma que o maior impeditivo de participação feminina na política é a falta de investimento, já que o fundo não é usado como deveria ser.

Então, por exemplo, se tem oito mulheres que são candidatas e uma tem uma expectativa de X de votos, a outra Y, B, Z. Quem tem mais possibilidade de voto leva mais e quem tem menos leva menos. Então, já fica um negócio meio louco porque aí que você não consegue aumentar seus votos, você não tem recurso, não tem recurso para chegar. E é aquela pessoa, aquela que ganhou mais recurso porque tinha melhor expectativa



de voto, ela sozinha não se elege. Então aí é que está. Tinha que ser uma divisão mais correta. Não só por ser mulher, mas recebeu menos porque no grupo de mulheres tinha uma mulher que tecnicamente teria mais votos que as outras. Então é ela que recebeu mais que os outros...O fundo ele é canalizado e a maior parte vai para as candidaturas masculina e dentro da feminina, vai para aquela que tem maior possibilidade de se eleger, automaticamente ela recebe mais, mas não é dito isso quando chamam todas as candidatas para disputa, fala que vai ser tudo igual, mas não é, não é. A realidade mostra, mas aí a pessoa já está eleita e tá tudo bem. Aquelas que não receberam ficam por isso mesmo. Eu acho que tem que ter mais participação e as mulheres têm que participar mais. Mas, para isso falta maturidade dos partidos. (Sandra Cassone)

A prefeita reeleita Sandra fala de uma prática antiga nos partidos, que é a de privilegiar “puxadores de voto”, geralmente candidatura masculinas, nas quais os partidos investem mais recursos. No entanto, mulheres que detenham essas características também são disputadas partidariamente. Os investimentos em candidaturas “puxadoras de votos” dificultam a emergência de novas lideranças, visto que o acesso aos financiamentos de campanha tem se mostrado elemento fundamental para sucesso nas candidaturas, especialmente naquelas que usam de propagandas que chegam ao público, as quais têm custo elevado, como destacado anteriormente por Mara Caseiro, enfatizando que os horários eleitorais televisivos são gratuitos, mas as gravações possuem custos elevados, bancados pelas candidaturas.



Se o acesso ao fomento é ínfimo, será baixo também o destaque da candidatura. Vale ressaltar que os partidos de direita, majoritariamente masculinos em sua composição de direção, já entenderam que não podem dispensar o eleitorado feminino em suas campanhas e que capitalizar esse público é fundamental para o sucesso eleitoral e continuidade no poder. Tanto que, no último pleito eleitoral para as prefeituras em Mato Grosso do Sul, as mulheres alcançaram números até então nunca vistos. Foram eleitas 13 prefeitas, sendo duas reeleitas, para o pleito. Então, o cenário de propor candidaturas dentro da cota por gênero e ainda garantir recursos dos fundos de financiamento está se alterando.

Solano *et al* (2023) vai mais além, destacando que a intenção é que essas mulheres passem a participar de movimento que são mais receptivos às pautas da extrema-direita, incluindo o feminacionalismo; o movimento *tradwiver* (mulheres tradicionais) e a atuação de mulheres que defendem identidades religiosas tradicionais. “A cruzada antigênero é um fenômeno transnacional que possui continuidades desde os anos 1970, quando teve início em reação aos avanços de pautas relativas à sexualidade e ao feminismo”. (Solano *et al.*, 2023, p.3). E concluem:

O ativismo de extrema-direita procura enfatizar que o feminismo contemporâneo teria ido longe demais em suas pautas liberalizantes, provocando uma degradação das mulheres como um todo. Isso possibilita oferecer a “opção” pelo resgate do respeito e da valorização



moral das mulheres a partir da celebração de papéis tradicionais de gênero. Como forma de tornar tal “opção” mais palatável e atraente, lideranças e ativistas femininas de extrema-direita procuram promover políticas de cuidado e assistência social focadas nas mulheres que optam por ficarem em casa e cuidarem da família. Desse modo, a concepção de empoderamento feminino passa a ser maleável e aberta a diversas finalidades políticas, permitindo que atualmente, a extrema-direita e o ativismo religioso conservador avancem na disputa das implicações e significados do que é uma mulher empoderada. (Solano *et al.*, 2023, p. 14)

Corroboramos com o pensamento das autoras ao analisarmos o movimento dos partidos de direita nos últimos anos, especialmente se atentarmos para o tipo de investimento que estão fazendo para que ocorra a inserção feminina, e de quais mensagens constituem essa participação, dentre elas “mulheres pela família”, “mulheres conservadoras”. Veremos que a pauta parece seguir contrária a autonomia feminina. Há, explícita intenção de derrubar socialmente até mesmo conquistas jurídicas, que pareciam consolidadas e em seu lugar a retomada da ideia das mulheres como “ajudantes” dos homens, nos “palanques da política institucional”.

Se até algumas décadas apareciam silenciosas ao lado do companheiro político, para compor no palanque apenas o modelo tradicional de família, atualmente aparecem como figuras que demandam cargos políticos, reforçando pautas patriarcais. Nesse sentido a metamorfose do patriarcado de que falamos



anteriormente, manifesto nas falas suaves de mulheres com vestimentas impecáveis e discretas, prontas para serem fotografadas e amplamente publicizadas e assim facilitar a propagação de ideais tradicionais. Por isso acreditamos que o fazer das mulheres que assumem a política institucional orientadas pelo modelo de autonomia feminina, tendem a sofrer cada vez mais violência, pelo fato que são mulheres que têm decisão na gestão, independente do conjunto de dominação masculina. Cita-se novamente o caso de Dorcelina Folador, e também de Mariele Franco, caladas por não se dobrarem aos ditames da política machista.

A REELEIÇÃO AUTOMÁTICA DAS PREFEITAS; UM CONSENSO DA BOA ADMINISTRAÇÃO

Por meio de uma Emenda Constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997, a reeleição nas prefeituras brasileiras foi estabelecida no sistema eleitoral, dando direito às pessoas do executivo disputarem novamente ao cargo, estando em exercício.

Brambor e Ceneviva (2012) destacam que o direito de reeleição pode ser uma forma de aperfeiçoar a capacidade decisória dos eleitores, que pune o mau governante ou premia o bom administrador, funcionando como um instrumento de responsabilização eleitoral, mas que também fere os princípios de alternância de poder, de limitação temporal e de equidade nas condições de competição política. “Ou seja, a possibilidade de reeleição motivaria os candidatos que buscam se



reeleger no exercício do cargo a utilizar a máquina pública para obter sucesso eleitoral. Ademais, a reeleição estabelecerá um incentivo à personalização do poder e, principalmente, à perpetuação das elites políticas no poder” (Brambor; Ceneviva, 2012, p. 09).

Os autores destacam também outras vantagens eleitorais na disputa com candidatos ou candidatas à reeleição, como estar no exercício do mandato, exposição na mídia, facilidade para obter recursos para o financiamento de campanhas, disponibilidade de recursos governamentais e ainda capacidade para convencer a desistência de outras candidaturas de concorrer ao pleito. “Na verdade, o ambiente institucional do sistema eleitoral brasileiro produz incentivos para práticas políticas individualistas e para a busca do voto pessoal. Ou seja, em vez de destacar as características do seu partido, os políticos tendem a adotar estratégias de campanha individualistas”. (Brambor; Ceneviva, 2012, p. 13).

Outro fator a se considerar, é a forte prevalência de coligações partidárias nas eleições municipais majoritárias o que se estima como vantagem eleitoral dos partidos que concorrem à reeleição, sendo que “os candidatos provavelmente mudam de partidos políticos por razões estratégicas - melhorar suas chances eleitorais ou aumentar seu acesso a recursos políticos”. (Brambor; Ceneviva, 2012, p. 14), sem falar no desempenho do candidato que possui carisma pessoal, força partidária, capacidade de financiamento de campanha e etc.



Em 2024, a taxa de reeleição no Brasil foi de 81% no último pleito eleitoral para o poder executivo, a maior da história segundo a Confederação Nacional de Municípios, sendo que nas capitais brasileiras, dos 20 candidatos e candidatas à reeleição, 16 conseguiram êxito, incluindo Adriane Lopes (PP), de Campo Grande. Em Mato Grosso do Sul, o histórico de candidaturas femininas é baixo, bem como o de reeleição para prefeitas. Nos 47 anos de criação do Estado, apenas 11 mulheres foram reeleitas prefeitas em dez pleitos eleitorais já realizados. Em 2024, Gerolina Alves (PSDB) foi reeleita para o município de Água Clara, e Nair Brant, que já foi prefeita por dois mandatos consecutivos em Douradina, foi eleita para mais um mandato.

Os relatos das prefeitas reeleitas que entrevistamos mostram que a reeleição é naturalmente construída tanto via partidária quanto administrativamente, desde que a prefeita ou prefeito estejam fazendo um bom trabalho, o que via de regra, já têm um potencial para a obtenção dos votos. Todas afirmaram que um segundo mandato é oportunidade de seguir com projetos e programas que ainda não tiveram tempo de ser consolidados. Edileuza Lopes, prefeita de Rochedo, foi convidada pelo partido a sair candidata a prefeita para o primeiro mandato e disse que sua candidatura para a reeleição foi natural, pois é nesse ponto que “entra a voz do povo”. Para ela, a reeleição foi muito mais fácil, porque já trabalha no próprio mandato, no dia a dia. Uma das motivações que fez a prefeita continuar foi a oportunidade de seguir em frente. Ela disse que desde



o seu primeiro dia de posse, já entrou pensando na reeleição. E completa:

Então, eu não tive nenhum problema para a reeleição. Eu fui reeleita com a grande maioria esmagadora. Eu costumo falar que só perde a reeleição porque o prefeito é muito ruim. O prefeito que se destaca, o prefeito que trabalhou, o prefeito ou a prefeita que fez o dever de casa, não perde a reeleição... No dia a dia, o partido quer ver quem vai ganhar, o partido não vai querer perder eleição. O partido se interessa pela pessoa que vai ganhar e a prefeita que está lá dentro da prefeitura, que conduz o município. (Edileuza Lopes)

Marcela Lopes disse que o filho a incentivou a continuar e que a escolha foi difícil, pois estava decidida a não sair mais candidata para acompanhar a vida acadêmica dos filhos, já que uma prefeitura exige dedicação “praticamente” exclusiva. Ela começou a refletir sobre tudo que já havia feito para a cidade e pensou que aquela era a hora de colher os frutos, pois já tinha colocado as contas da prefeitura em dia, viabilizado recursos estadual e federal para aquisição de maquinários, ou seja, “tudo estava mais propício”.

Então assim, poxa, agora é que eu vou colher, eu não vou? Eu vou de novo. Então eu fui de novo. E hoje estou colhendo todos os frutos do meu primeiro mandato. Só que é exaustivo, a luta diária de matar um leão por dia não acabou. Continuo enfrentando machismo, continuo enfrentando desigualdade. Tudo isso eu continuo enfrentando, não mudou. (Marcela Lopes)



Mara Caseiro disse que a primeira eleição foi muito difícil, como todo o mandato, pois ouvia dos adversários o preconceito por ser mulher: “ah, essa mulherzinha não vai a lugar nenhum”, ela conta. A prefeita disse que superou essas falas, pois também existia um sentimento da população sobre a mulher ser mais sensível, mais honesta, e que o segundo mandato foi automático, pois estava com vários projetos em andamento. “Aí veio, eu falo que veio da população, o meu nome para ser candidata a prefeita. E aí eu encarei o momento e então vou abraçar, porque ou a gente muda Eldorado ou se muda de Eldorado, porque as coisas eram muito difícil”. (Mara Caseiro).

Na construção da sua segunda candidatura, Marta Araújo enfrentou problemas partidários. Ela conta que foi “quase obrigada” a sair do partido para garantir a chance de sair candidata e migrou do PDT para o PT. “E aí foi um pouco de teimosia da minha parte também, querer sair de novo, eu sempre fui muito otimista e idealista. Quando a gente projetou várias coisas e eu não consegui fazer nos quatro anos”. (Marta Araújo). A prefeita também relatou a morosidade na liberação de recursos para os municípios e disse que se comprometeu com a sociedade a executar os projetos que tinha colocado em pauta. “É uma motivação pessoal muito forte que você quer cumprir e sente que o tempo foi bem exíguo”. (Marta Araújo)

A mesma ânsia de dar continuidade ao que já tinha começado é compartilhada por Maria Odeth, de Caracol. O motivo para ir à reeleição foi os muitos projetos



que estavam para ser concluídos. “Eu queria muito, muita coisa para o município”. (Maria Odeth). E Sandra Cassone, de Itaquirai, conta que o seu nome não teve rejeição para a construção da primeira candidatura e então ganhou consenso no partido. Mas já para a construção da candidatura à reeleição, os muitos não acabam “arrumando inimigos” dentro do próprio partido. A campanha para o segundo mandato já foi mais profissionalizada, com contratação de pessoas. E completa:

Quando você demite uma pessoa, não é só uma pessoa que fica desagrada com você, é o grupo de pessoas. Então, lá no trabalho para reeleição, ali em 2008, já não foi tão simples como 2004, porque eu já tinha oposição dentro do partido. Se fosse fazer uma votação na época, o meu nome estava super na frente, mas já não era aquele consenso, todo mundo, amiguinhos de mão dada. A campanha já foi mais pesada, já teve menos pessoas trabalhando gratuitamente. (Sandra Cassone)

OS CAPITAIS POLÍTICOS FAMILISTA E INSTITUCIONAL DAS PREFEITAS REELEITAS

Historicamente, os capitais políticos são utilizados na política como estratégias adotadas para que uma candidatura tenha sucesso eleitoral. Araújo (2016) explica que os capitais políticos respondem aos interesses e necessidades de cada organização e tendem a estar associados para a obtenção de vitória. “E eventualmente ter mulheres pode ser uma estratégia simpática que agrega votos”. (Araújo, 2016, p. 44)



Nesse sentido, as representantes femininas eleitas e reeleitas em Mato Grosso do Sul, de 1996 a 2020, possuem capitais políticos familistas e institucionais construídos ao longo do tempo, por meio das relações familiares e sociais e que, conseqüentemente, alcançaram candidaturas que tiveram êxito por oito anos seguidos. Segundo Miguel (2015), o chamado “capital familiar” é a existência de parentes próximos ocupando posições de liderança política, o que gera familiaridade e interesse que estimula uma opção similar. “Capital” porque fornece a seu detentor um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento do campo, uma marca dotada de certo valor (sobrenome) e visibilidade derivada do parente, incluindo redes de contatos, cabos eleitorais, dirigentes partidários, financiadores de campanha e jornalistas que favorecem a carreira.

O autor afirma que a origem familiar é um traço presente em boa parte da elite política brasileira e que ela é crucial para o ingresso de mulheres na política, estando presente nas carreiras de políticas vinculadas aos partidos tradicionais ou de direita, se caracterizando como “um indício de atraso político, tendendo, portanto, a se reduzir com o amadurecimento da democracia no País”. (Miguel, 2015, p. 723)

Das seis prefeitas reeleitas entrevistadas, três possuíam capitais políticos familistas que apoiaram suas candidaturas. A prefeita de Caracol, Maria Odeth, teve o esposo vereador antes de ser eleita. Ela conta que ingressou na política, primeiramente, apoiando o es-



posso que, além de vereador, foi candidato a prefeito, e se encantou com as causas sociais. Ela foi convidada a ser candidata a vereadora e se elegeu em 2000, sendo a mais votada na época e a única mulher na Casa de Leis. “E aí foi assim, eu fui vereadora e fiz um bom trabalho e as pessoas já começaram a me ver com outros olhos. Já começaram a me convidar para ser candidata a prefeita”. (Maria Odeth)

A prefeita de Miranda, Elizabeth Almeida, que teve o esposo prefeito antes de ser eleita, e a prefeita de Corguinho, Marcela Lopes, teve o pai prefeito antes de ser eleita que a ajudou durante a segunda tentativa para a prefeitura. “Vi meu nome no jornal e eu tive 8% sem nem ter saído candidata. Então fui falar com meu pai e ele falou que não dava, que estava muito em cima, mas que se eu conseguisse, em uma semana, crescer meu índice para 15%, ele me ajudaria. Acho que ele não achou que eu fosse conseguir. Eu fui de porta em porta, com a cara e a coragem”. (Marcela Lopes).

Além delas, vale destacar o capital familiar das prefeitas reeleitas Ilda Machado e Simone Tebet, que não concederam entrevista à pesquisa, nas várias tentativas entre os meses de abril a outubro de 2024. Ilda Salgado Machado exerceu o cargo de prefeita por 16 anos, não consecutivos, e é esposa do deputado estadual Londres Machado que é o atual recordista brasileiro de legislaturas consecutivas, com mandatos sucessivos iniciados desde 1971, ainda quando o Estado era Mato Grosso. A prefeita foi eleita em 2004 e reeleita em 2008 e depois foi eleita novamente em



2016 e reeleita em 2020, exercendo quatro mandatos à frente da prefeitura de Fátima do Sul, passando pelos partidos PL, PR e PSD. A filha do casal, Grazielle Machado, também já foi vereadora por três vezes na capital, Campo Grande, e também já exerceu o cargo de deputada estadual na Assembleia Legislativa de MS. Ilda Machado é um exemplo de capital familista em Mato Grosso do Sul.

Araújo (2016) afirma que a cultura política patriarcal ainda domina os partidos e determina a seleção de candidaturas, bem como os investimentos em mulheres candidatas, transformando os campos geradores de políticos, tradicionais e patrimonialistas, em “celeiro” de indivíduos interessados em política institucional.

Simone Nassar Tebet, prefeita reeleita de Três Lagoas, também possui forte viés familista. Seu pai, Ramez Tebet, foi prefeito da mesma cidade, deputado estadual da primeira legislatura da Assembleia Legislativa em MS, vice-governador, secretário estadual, ministro e senador da República sendo reeleito com a maior votação já obtida por um político em Mato Grosso do Sul, mais de 730 mil votos. Simone Tebet foi também eleita deputada estadual, senadora da República e, atualmente, ocupa o cargo de ministra do Planejamento no governo Lula.

Apesar de não ter dado entrevista para a pesquisa, Simone Tebet discorre sobre a participação das mulheres na política em diversos veículos de comunicação ao longo da sua trajetória. Em outubro de 2024, por exem-



plo, ela falou ao programa Conexão GloboNews, para a reportagem especial com o tema: “Violência política contra mulheres: voz e poder” e relata que já sofreu “tanta” violência política que não tinha se dado conta de que o que tinha sofrido era violência. “Quanto maior o espaço de poder da mulher, maior a discriminação sobre ela” e destaca que o silenciamento das mulheres na política é a violência mais velada e escondida que se tem, mesmo considerando o seu capital familista.

Simone Tebet é advogada e professora, foi vice-governadora de Mato Grosso do Sul (2011-2015), a primeira mulher a presidir a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a primeira líder da bancada feminina e também a primeira a ser candidata à presidência do Senado, nos seus 200 anos de história. No primeiro semestre de 2024, ela concedeu entrevista à TV Senado sobre os avanços e desafios dos direitos das mulheres e discorreu que é necessário repensar a lei que dá início ao processo de impeachment de presidentes no Brasil, pois o processo fica na mão do presidente da Câmara Federal, “e isso pode levar a decisões não republicanas”. À época, ela votou a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

O Observatório da Mulher contra a violência no Senado, bem como mudanças na Lei Maria da Penha foram iniciativas de Simone Tebet e, segundo ela, as mulheres serviam apenas como cota para cumprir a Lei de Cotas e recebiam seus pacotes de santinhos com quantias muito modestas diferentes dos homens, o que a indignava. E destaca:



O problema não está na pauta da violência contra a mulher. Nós avançamos em 2015, como há muito tempo não se avançava, desde a lei do feminicídio que foi de 2015 até agora. O problema está quando a gente fala de espaço de poder, na vida pública, com mandato, ou mesmo na iniciativa privada quando a gente diz o seguinte: precisa ter mais mulheres aqui no Senado, mais mulheres nos CEOs das empresas, mais mulheres participando da economia brasileira, aí a coisa fica difícil porque ninguém quer perder poder. Isso não é só no Senado, a crítica não é especificamente para o Senado ou para a Câmara, é a cultura brasileira nesse sentido. Nesse aspecto nós temos muito que avançar. (Simone Tebet)

Araújo (2016) identifica ainda outros capitais políticos emblemáticos que dão origem às candidaturas, como a participação associativa ou política anterior e as trajetórias individuais de campos religiosos ou outros tipos de atividades individuais, o chamado capital institucional. Exemplo de capital institucional é da prefeita reeleita de Rochedo, Edileuza Lopes, que fez sua carreira política por meio da atividade profissional que exercia, ela era médica da rede pública de saúde da cidade. “Mas interior, em cidade pequena é assim, você se sobressai pelo trabalho, principalmente em Rochedo, que nunca teve uma médica” (Edileuza Lopes). E completa:

Então, foi assim: os políticos do município diziam: você tem que ser candidata para ajudar todo mundo. Eu ia para a zona rural, vacinava a zona rural em peso, conhecia todo mundo. Rochedo, Corguinho, Rio Negro e



essa zona rural inteira. E aí fui convidada para ser candidata a vereadora. Não me lembro por qual partido e nem o ano também. Eu sei que, sem seguida, eu fui candidata a vereadora até a eleição, fui a segunda mais votada. Fui presidente da Câmara no mesmo mandato. Depois eu fui vice, do senhor Francisco de Paula Ribeiro, vice-prefeita, aí depois prefeita duas vezes, foi tudo seguido. (Edileuza Lopes)

Mara Caseiro reuniu capital institucional com o capital político familiar, visto que era dentista da rede pública de saúde de Eldorado e disse que sua vida política começou quando enxergou que o setor público não funcionava, o que a incomodava muito. Ela conta que via servidores públicos sem salários, farmácia pública sem medicamento, uma completa falta de respeito com a população. E como ela tentava solucionar os problemas, as pessoas começaram a ver nela uma possibilidade de melhoria. “A gente conversava muito com as pessoas e tentava resolver e solucionar alguns problemas. Não porque eu queria voto, porque eu não tinha a menor intenção de ser política, porque queria que o sistema funcionasse. O que a gente queria era ver aquelas pessoas sendo atendidas, sendo bem atendidas”. (Mara Caseiro)

A primeira tentativa de Mara Caseiro na política foi sua candidatura para a vice-prefeitura, em apoio ao sogro que foi candidato a prefeito na época. “E as pessoas já falavam para mim na época: você que tinha que ser a prefeita e não ele, porque as pessoas viam em mim uma esperança. Aí ele foi candidato e eu vice



dele”. (Mara Caseiro). Em 1996, Mara Caseiro saiu candidata a vereadora, sendo a mais votada do município e completou: “Eu falo que veio da população o meu nome para ser candidata a prefeita. E aí eu encarei o momento e então abracei. Porque a gente muda Eldorado ou se muda de Eldorado, porque as coisas eram muito difíceis. Comércio fechando, entendeu?”. (Mara Caseiro)

Marta Araújo também entrou na política por meio do seu capital institucional. Ela era professora e foi convidada a ser candidata a vereadora para a eleição de 1996. Ela ficou na primeira suplência e assumiu o cargo dois anos depois, era a única mulher da Casa de Leis a assumir a presidência. Marta apoiou a candidatura de Mara Caseiro à prefeitura no ano 2000, onde assumiu o cargo de gerente geral do município. “Eu tive uma experiência na administração também. Aí foi se construindo a ideia de sair candidata a prefeita”. (Marta Araújo). Marta diz também que sempre trabalhou na comunidade, em associações e entidades. Ela ajudou a criar a APAE, o Lar dos Idosos e o Lar do Menor do município de Eldorado. Ela completa:

E também o fato de estar numa administração e ver as dificuldades, a gente não fica ingênua na questão e fica imaginando como poderia ser. Então, essas duas coisas me fizeram pensar bastante. Mas aí, como o meu nome aparecia nas pesquisas, sempre em primeiro lugar, aí vem o grupo político e fala: é você, você consegue. Eu não tive muito juízo e acabei saindo. (Marta Araújo)



Sandra Cassone, prefeita reeleita de Itaquiraí, também era da área da educação. Diretora de escola, ela conta que sempre discutia com grupos de pessoas as melhorias para a cidade e das políticas públicas, principalmente voltadas à educação. Em 2000, ela disputou a prefeitura pelo PT, mas não foi eleita, e conta que essa movimentação abriu um espaço de discussão para ser candidata no próximo pleito. Como seu nome não tinha rejeição dentro do partido e nem entre os populares, Sandra foi candidata e eleita para comandar o município.

Vale lembrar que depois dos mandatos femininos nesses onze municípios do campo de pesquisa, apenas Douradina elegeu Nair Branti no último pleito, em 2024. Nair Branti é viúva, mãe de uma filha, pedagoga, servidora pública e se intitula “Católica, apostólica, romana” na sua bio, em rede social.

Reafirmamos que dentre as 11 mulheres reeleitas até 2020 em Mato Grosso do Sul, que poderiam compor o recorte para as entrevistas da presente pesquisa, cinco delas não concederam o depoimento para a pesquisa: Eledir Barcelos de Souza, de Santa Rita do Pardo; Elizabeth de Paula Pereira Almeida, de Miranda; Ilda Salgado Machado, de Fátima do Sul; Nair Branti, reeleita em Douradina e Simone Nassar Tebet, de Três Lagoas. Foram várias as tentativas via telefone por contato direto e indireto por meio de assessores, entre os meses de abril a outubro de 2024.

Elizabeth Almeida, prefeita reeleita de Miranda, estava com entrevista agendada. Solícita a dar o seu



depoimento, no dia marcado, ela sofreu uma trombose, precisando ser submetida a uma cirurgia de emergência. Depois, várias tentativas foram feitas, inclusive com a filha dela, Juliana Almeida, ex-vereadora e ex-prefeita, mas sem sucesso. Elizabeth Almeida foi eleita em 2000 e reeleita em 2004, pelo Partido dos Trabalhadores - PT nas duas candidaturas, mas no segundo mandato renunciou ao cargo. A ex-prefeita enfrentou uma tragédia familiar, com o assassinato do marido e ex-prefeito, Paulo Roberto de Almeida, por seu filho, Roberto Paulo Pereira de Almeida, segundo noticiou a imprensa regional.

Já a prefeita eleita em Douradina, Nair Branti, se recusou a participar dessa pesquisa, ela seria uma das entrevistadas como prefeita reeleita. Num primeiro contato, feito em maio, a prefeita eleita não respondeu. Um mês depois, ela solicitou que as perguntas fossem enviadas para a entrevista ser agendada, no entanto já era pré-candidata à prefeitura de Douradina. “Eu entrei nessa política assim, para poder ajudar os homens”. No outro dia, se recusou a dar o depoimento, afirmando que “analisando as questões ontem de noite e hoje. Não posso na pré-campanha falar por conta que minha história é muito forte e pode causar muitos problemas! Um forte abraço, em outro momento talvez”. Houve nova tentativa para a realização da entrevista, passado o período eleitoral, mas a prefeita não retornou o contato. Ilda Machado e Simone Tebet foram contatadas via assessores que, por várias vezes, disseram que estariam tentando inúmeras ve-



zes a agenda com as mesmas, mas sem sucesso. E Ele-
dir Barcelos atendeu ligações, visualizou mensagens,
mas não retornou o contato para agendar a entrevista.

Importa destacar que entre as entrevistadas, todas
elas disseram que as mulheres quando assumem os
cargos de gestão, especialmente um cargo executivo,
têm um olhar diferenciado para a coisa pública, para
as pessoas, sendo as mulheres mais resolutivas, mais
humanas e mais sensíveis, na opinião das prefeitas ree-
leitas. Todas elas também apontaram que cerca 50% de
seus secretariados eram constituídos por mulheres, as-
sumindo secretarias de educação, incluindo direções de
escolas, saúde, assistência social e em algumas cidades
pastas voltadas ao desenvolvimento e infraestrutura.
Esses aspectos estiveram presentes em seus relatos:

Muitas vezes, você chega lá contando histórias que se a
pessoa contasse para mim, eu já ia junto com a pessoa
resolver. O homem não, ele sempre deixa pra depois.
Ele não é tão sentimentalista igual à mulher. Às vezes a
mãe chega com a história de um filho, ele não tem a sen-
sibilidade que tem a mulher para resolver os problemas
da família, ele não tem o sentimento, não é tão aguçado
nesse sentido e de tudo que ele vê. Eu acho que a mu-
lher é muito melhor na gestão, porque ela tem senti-
mento à flor da pele. Ela quer ajudar. (Edileuza Lopes)

Mas nós, mulheres, temos que olhar de uma forma di-
ferente para a política. A política é justamente lutar pelo
futuro dos nossos filhos. Se tem alguém que pode fazer
isso, somos nós, mulheres, porque nós temos a parte ra-
cional também, mas nós vamos sempre colocar a nossa
pitada fraterna e é disso que a política precisa...Enquan-
to as mulheres não entenderem que elas têm direito e



que elas têm o dever, porque isso é um dever nosso, de encarar a política, de enfrentar esse mundo, as coisas não vão mudar. A gente vai continuar perdendo espaço e deixando que os homens tomem posse de tudo, e não é assim...não tem essa diferença, nós não somos menos, nem incapazes de administrar o município ou qualquer coisa. Nós somos capazes de fazer tudo aquilo que nós quisermos fazer. (Marcela Lopes)

Mas eu falo que o fato da gente ter sido prefeita também abriu as portas para que outras mulheres também tivessem o direito de sonhar e de realizar. A Mara conseguiu, eu também posso. Posso estar lá. E assim foi como vereadora, assim foi como prefeita, eu acredito que a gente também trouxe esse incentivo para que outras mulheres também pudessem sonhar e realizar o seu sonho...porque é aqui que a gente toma as grandes decisões para o nosso município, para o nosso estado e nação. As mulheres têm que estar inseridas na política. (Mara Caseiro)

Eu acho que a administração, para dar certo, tem que ser uma engrenagem. Cada dentinho ali tem que entrar nos espaços corretos, se não for uma engrenagem bem, mas bem azeitada mesmo, não funciona. Por isso que o loteamento, eu acredito que o maior erro das administrações, tanto femininas quanto masculina, são os loteamentos de cargos e acaba virando subprefeituras...então, quando eu fui montar uma administração, num coletivo que consegue administrar, colocar essa administração num grupo que pensa igual, vai embora. Agora, se um tiver puxando um lado, outro puxando para outro, não dá certo. (Sandra Cassone).

Os relatos das prefeitas reeleitas evidenciam que a atuação na política institucional exige não apenas compreensão do jogo de forças e das dinâmicas parti-



dárias, mas, sobretudo, um compromisso sólido com a gestão pública e com as pessoas, características historicamente associadas à liderança feminina, marcadas pela responsabilidade, sensibilidade social e dedicação ao bem coletivo.

Analisar os relatos das prefeitas reeleitas em Mato Grosso do Sul nos permite reconstruir e aprofundar a compreensão da história da política institucional do estado, especialmente no que se refere à atuação das mulheres nesse espaço. Esses relatos lançam luz sobre os caminhos, desafios e estratégias que contribuem para uma ação social mais concreta e transformadora, evidenciando as prefeitas como sujeitas sociais dotadas de autonomia, protagonismo e exercício pleno da cidadania.

Bourdieu diz que no processo de pesquisas sociológicas lidam com problemas abstratos em operações científicas inteiramente práticas, unindo a teoria e a prática. Um campo bem definido do tema/problema em estudo equilibra a importância da teoria e prática, colocando este efetivamente em ação. “A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceitual de um modo de construção do objecto que vai comandar - ou orientar - todas as opções práticas da pesquisa” (Bourdieu, 1989, p. 27). Limitar o campo de estudo é transformá-lo em um agente que sofre seus efeitos ou que nele produz.

Nesse sentido podemos concluir que há deficiências no sistema eleitoral, nos dispositivos de participação criados pelo Estado, que não inclui cotas para o campo



majoritário e nem para as eleitas. E, ainda, há muito que se praticar para diminuir e neutralizar a violência institucional das mulheres que assumem cargos de gestão na política institucional, além da necessidade de combater a violência no que se refere às questões raciais, de classe e de gênero, o que exclui e/ou oprime da política institucional, parte significativa da população brasileira, dentre ela as mulheres, mesmo sendo elas a maioria apta a votar e escolher representações.

As entrevistas confirmam que as prefeituras constituem um importante ponto de partida para outros cargos na política institucional. Embora, à primeira vista, possam parecer menos exigentes por envolverem um número menor de habitantes e por se situarem no espaço onde as prefeitas já vivem e conhecem a população, essa percepção nem sempre se sustenta. Na prática, as cobranças tendem a ser ainda maiores, pois os laços de proximidade e compromisso com o bem cuidar intensificam as expectativas e demandam maior dedicação quando as relações se estabelecem com pessoas conhecidas e próximas.

Algumas das prefeitas reeleitas têm formação e atuação na área da saúde, como dentistas e médicas, trazendo consigo uma trajetória marcada pelo cuidado direto com as pessoas. Ao assumirem a prefeitura, não deixam de ser reconhecidas pela população como “as doutoras”, aquelas que cuidam, mas passam a ressignificar esse papel, ampliando-o para uma dimensão coletiva de cuidado, agora voltada à gestão do município e à promoção do bem-estar social.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo apresentou relatos de seis prefeitas reeleitas em Mato Grosso do sul (1982-2020), concedido para a dissertação de mestrado intitulada: *As Mulheres na Política Institucional de Mato Grosso do Sul: narrativas de prefeitas reeleitas no Estado* e traz à tona a metamorfose do patriarcado dentro da política institucional no Estado, manifestada de diferentes formas, dentro de um campo político historicamente condicionado e construído socialmente, que afeta a escolha das pessoas e a participação das mulheres na política.

Os resultados das entrevistas levantaram seis categorias de análises abordadas ao longo do artigo: a saúde da mulher que participa da política; a economia do cuidado como impeditivo de participação; o machismo estrutural e a misoginia como formas de dominação; o financiamento de campanha como impeditivo; a reeleição como consenso de boa administração e os capitais políticos, emblemáticos para uma eleição de sucesso.

Diante dos relatos e das reflexões teóricas apresentadas, torna-se evidente que a violência política de gênero não é um fenômeno isolado ou episódico, mas uma expressão estrutural das desigualdades que atravessam a participação das mulheres na política institucional. Mesmo quando as entrevistadas não reconhecem de forma direta a relação entre a violência sofrida e os impactos em sua saúde física e mental, seus depoimentos revelam um cenário de sobrecarga,



responsabilização extrema e exigência permanente de desempenho, cuidado e entrega. Isso evidencia como a violência política se manifesta não apenas em atos explícitos de agressão, mas também em dinâmicas simbólicas e institucionais que naturalizam a intensificação do trabalho e da responsabilidade das mulheres, exigindo delas um comprometimento quase total para legitimar sua presença nos espaços de poder.

Ao recuperar a memória de Dorcelina Folador, reafirma-se a histórica da violência política contra mulheres em Mato Grosso do Sul e a urgência de que esse tema seja tratado como uma questão sociológica, política e ética. Sua trajetória e seu assassinato simbolizam o limite extremo da tentativa de silenciamento feminino na política, mas também evidenciam a força e a coragem de mulheres que desafiam estruturas de poder marcadas pelo autoritarismo e pela exclusão. Assim, analisar as experiências das prefeitas reeleitas não é apenas um exercício acadêmico, mas um ato político de reconhecimento, visibilização e valorização das mulheres como sujeitas históricas, cuja presença na política contribui para a construção de práticas mais democráticas, inclusivas e comprometidas com a justiça social.

A política institucional brasileira permanece marcada por estruturas patriarcais que naturalizam a misoginia e a violência política de gênero, impondo às mulheres desafios que ultrapassam a dimensão técnica da gestão pública. No caso das prefeitas reeleitas, o sofrimento emocional e físico relatado evidencia como a permanência em espaços historicamente



masculinos exige adaptações profundas, inclusive a incorporação de comportamentos considerados “masculinos” como estratégia de sobrevivência política. Essas desigualdades estão ancoradas em construções sociais de gênero que distribuem o poder de forma assimétrica entre homens e mulheres, tornando a violência política não apenas recorrente, mas também institucionalizada, sobretudo na relação com partidos políticos. O medo e a culpa, ensinados socialmente e reforçados por estruturas familiares e religiosas, funcionam como mecanismos de controle que afastam as mulheres da política, limitando sua participação e reforçando a exclusão.

A sub-representação feminina e a naturalização da violência política de gênero comprometem a capacidade democrática de representatividade e inclusão, mantendo o campo político como espaço simbolicamente masculino. A reconstrução desse cenário exige não apenas o estímulo à participação feminina, mas a promoção de uma diversidade real, que inclua mulheres negras, indígenas e pessoas LGBTQIA+, livres de violência e discriminação. Em Mato Grosso do Sul, embora a sub-representação feminina faça parte da trajetória histórica do estado, há necessidade claras de políticas estruturais que garantam igualdade de condições, segurança e reconhecimento às mulheres na política institucional.

A economia do cuidado constitui um dos principais obstáculos à participação das mulheres na política institucional, pois mantém sobre elas a responsabilidade



quase exclusiva pelas tarefas domésticas e pelo cuidado com filhos e familiares, configurando uma desigualdade estrutural, institucional e simbólica. Essa divisão sexual do trabalho não está associada à condição de ocupação, mas ao gênero, fazendo com que as mulheres dediquem, em média, mais que o dobro do tempo dos homens às atividades reprodutivas. Essa sobrecarga se estende ao campo político, onde atributos como “maternalidade”, sensibilidade e cuidado são utilizados para legitimar a presença feminina, ao mesmo tempo em que reforçam estereótipos de gênero. Embora essas características sejam vistas positivamente pelas prefeitas reeleitas, inclusive como diferenciais de gestão, elas também podem aprisionar as mulheres em papéis simbólicos que reproduzem a hierarquização e a discriminação, impondo a combinação de múltiplas jornadas: da casa, do trabalho e da política.

A violência política de gênero, nesse contexto, opera como uma mensagem de silenciamento e de controle, buscando reconduzir as mulheres ao espaço privado ou a posições secundárias no campo político. Trata-se de uma estratégia de dominação que se reinventa continuamente, evidenciando a metamorfose do patriarcado em novas formas de manutenção do poder masculino. Contudo, os relatos das prefeitas pesquisadas demonstram autonomia, protagonismo e capacidade de gestão, afastando a ideia de submissão ou instrumentalização política. Ao contrário, revelam a existência de práticas políticas femininas que tensionam as estruturas tradicionais, abrindo caminhos para novas análises sobre



o exercício do poder por mulheres e apontando para a possibilidade concreta de uma política institucional mais diversa, democrática e equitativa.

As entrevistas evidenciam que a escassez de recursos financeiros é apontada como o principal obstáculo às gestões municipais, especialmente nos municípios de pequeno porte, onde se concentra a maior parte das prefeitas eleitas e reeleitas e onde a dependência de articulação política para captação de recursos é decisiva para a viabilidade administrativa. Esse cenário revela que a desigualdade no acesso ao fomento compromete não apenas a gestão, mas também a própria visibilidade política das candidaturas femininas, reforçando as barreiras já existentes à consolidação de lideranças mulheres no Executivo municipal.

Paralelamente, observa-se uma mudança no comportamento dos partidos, especialmente os de direita, que passaram a reconhecer a importância estratégica do eleitorado feminino e a ampliar a presença de mulheres nas disputas eleitorais, ainda que muitas vezes por interesses instrumentais. O crescimento do número de prefeitas eleitas em Mato Grosso do Sul no último pleito sinaliza avanços importantes, mas também aponta para disputas simbólicas em torno do papel das mulheres na política, como a aproximação de lideranças femininas a pautas conservadoras e movimentos que reforçam identidades tradicionais. Esse contexto revela que a ampliação da participação feminina não ocorre de forma neutra: ela é atravessada por projetos políticos distintos e, por vezes, con-



traditórios, que tanto podem fortalecer a autonomia das mulheres quanto reafirmar estruturas patriarcais sob novas roupagens.

A análise dos capitais políticos evidencia que o sucesso eleitoral não ocorre de forma aleatória, mas resulta de estratégias construídas historicamente dentro de estruturas sociais e partidárias. Os capitais políticos respondem às necessidades das organizações e podem incluir, inclusive, a presença de mulheres como um recurso simbólico capaz de ampliar a aceitação eleitoral. No caso das prefeitas eleitas e reeleitas em Mato Grosso do Sul, observa-se a centralidade dos capitais familistas e institucionais, formados por vínculos familiares, redes sociais e trajetórias construídas ao longo do tempo. O capital familiar fornece visibilidade, reconhecimento, acesso a redes de apoio político e domínio das regras do campo, favorecendo a consolidação de carreiras políticas duradouras e a manutenção do poder por sucessivos mandatos.

Entretanto, embora esse capital seja decisivo para a inserção feminina na política institucional, ele também revela os limites da democratização do acesso ao poder. A predominância de trajetórias familiares e patrimonialistas indica que os partidos continuam operando sob uma lógica patriarcal de seleção e investimento em candidaturas. Isso restringe a diversidade de perfis femininos na política e reforça que a ascensão das mulheres ainda depende, em grande medida, de estruturas tradicionais de poder. Assim, o reconhecimento dos capitais políticos como condição



de viabilidade eleitoral deve ser acompanhado de uma reflexão crítica: a ampliação real da participação feminina exige o fortalecimento de outros capitais, como o associativo, o comunitário e o institucional, capazes de romper com a dependência exclusiva de heranças familiares e de promover uma representação mais plural e democrática.

Diante desse cenário, torna-se fundamental ampliar as investigações sobre os perfis das candidaturas femininas vitoriosas em Mato Grosso do Sul, especialmente considerando a histórica centralidade do poder econômico, da propriedade da terra e, mais recentemente, da influência de discursos religiosos no campo político. Esses elementos não são neutros, pois frequentemente sustentam narrativas morais excludentes, discriminatórias e violentas, que se colocam em oposição direta às lutas feministas por igualdade de gênero, liberdade, diversidade e respeito à vida. Compreender como essas forças se articulam nas campanhas eleitorais é indispensável para revelar quais projetos políticos estão sendo fortalecidos e que tipo de representação feminina está sendo legitimada no espaço institucional.

Da mesma forma, é imprescindível aprofundar a análise sobre a distribuição dos recursos públicos de campanha e o tratamento dado pelos partidos às pautas de interseccionalidade. Não basta ampliar numericamente a presença de mulheres na política: é necessário problematizar quais mulheres conseguem acessar esses espaços e em que condições. A inclusão



efetiva de mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ e de outras identidades historicamente marginalizadas exige o enfrentamento das estruturas patriarcais e racistas que organizam os partidos e os processos eleitorais. Caso contrário, corre-se o risco de reproduzir, sob uma aparência de diversidade, projetos políticos que mantêm intactas as bases do machismo, da hierarquização social e da exclusão.

Por fim, a violência política de gênero, em suas múltiplas formas, não pode ser naturalizada nem tratada como um efeito colateral da vida pública. Os casos emblemáticos de Dorcelina Folador e de Dilma Rousseff evidenciam que a política brasileira carrega marcas profundas de misoginia e autoritarismo, que continuam a ameaçar a democracia e a cidadania das mulheres. O medo e a culpa, historicamente impostos como instrumentos de dominação, precisam ser reconhecidos e superados para que as mulheres possam ocupar a política de maneira plena, autônoma e não essencialista. Participar da vida partidária e da esfera pública é um direito coletivo, e fortalecer essa presença significa afirmar que a política também é lugar das mulheres, de todas as mulheres, em sua diversidade, dignidade e potência transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, Clara. **Valores e desigualdade de gênero – mediações entre participação política e representação democrática.** Dossiê: Desigualdade, estratificação e justiça social. v.16, n. 2, e36-e61, abr-jun. 2016.



Brambor, Thomas; Ceneviva, Ricardo. Reeleição e continuidade nos municípios brasileiros. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 9-21, jul. 2012.

Comin, Jaqueline Teodoro. **Mulheres e Política Institucional em Mato Grosso do Sul: a relação entre o social e o constitucional**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFGD. Dourados - MS. 2019

Comin, Jaqueline. Mulheres em Movimento - o feminismo no Brasil. Perspectivas em Diálogo: **Revista de Educação e Sociedade**, v. 8, p. 1-23, 2021.

Biroli.F.; Quintela.D.F. - Divisão Sexual do Trabalho, Separação e Hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias. **Política & Trabalho: revista de ciências sociais**, [S. l.], v. 1, n. 53, p. 72-89, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1517135 5901.2020v1n53.51417. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/51417>. Acesso em: 5 dez. 2024.

Bourdieu, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Instituto Alziras, 2018. **Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020** (recurso eletrônico) / (org. Instituto Alziras) - Rio de Janeiro. Disponível em: <http://prefeitas.institutoalziras.org.br/> Acessado em 29/03/2024.

Kulaitis, Letícia Figueira Moutinho. Os Homens Estruturam um Mundo Deles e para Eles: A Violência Política de Gênero como Estratégia Ortodoxa de Reprodução do Campo Político. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 29, n. 1, p. 1-20, 2024. DOI: 10.5433/2176-6665.2024v29n1e49152.



Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/49152> Acesso em: 4 dez. 2024.

Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020 (recurso eletrônico) / org. Instituto Alziras. Rio de Janeiro: Instituto Alziras, 2018.

Scott, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

Solano.E.; Rocha.C.; Sendretti.L. - **Mulheres de Extrema-Direita: empoderamento feminino e valorização moral da mulher** - Dossiê 3 - Caderno CRH, Salvador, v. 36, p. 1-16, e023040, 2023

Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tsemulheres/#estatisticas>. Acessado em 27/11/2023
Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sigeleicao/home>
Acessado em 03/04/2024.

Senado Federal. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/panorama/#/>. Acessado em 11/06/2024

Senado Federal. Disponível em: <https://webstories.senado.leg.br/web-stories/mulheresno-senado/> Acessado em 11/06/2024
TSE Legislação. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao> Acessado em: 12/06/2024.

Observatório Nacional da Mulher na Política. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-damulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/paineis-de-dados> Acessado em: 13/06-2024



Capítulo 2



MULHERES ASSENTADAS E SERVIDORAS PÚBLICAS TRANSFORMANDO VIDAS¹

Rosemeire da Silva²
Alzira Salete Menegat³

Nesse capítulo apresentamos resultados de pesquisa de campo com mulheres assentadas e que atuam em instituições públicas nos Assentamentos Itamarati I e II, sendo elas professoras e administrativas nas escolas, enfermeiras e agentes de saúde nos postos de saúde e agente de segurança. São mulheres que chegaram como assentadas e após formação escolar e aprovação em vagas de concursos públicos, assumiram postos de trabalho em diferentes segmentos de atendimentos em órgãos públicos nos assentamentos da pesquisa. Partimos da ideia de que as políticas públicas favorecem

1 As reflexões que apresentamos são parte de uma pesquisa de mestrado, intitulada “Mulheres nos serviços públicos nos assentamentos Itamarati I e II: políticas públicas que transformam vidas de assentadas”, defendida no PPGS/UFGD, no ano de 2024.

2 Autora, Mestra em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, Professora na rede de Ensino de Ponta Porã, atuando em escola do Assentamento Itamarati.

3 Co-autora, professora titular da UFGD, docente no Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFGD, Doutora em Sociologia pela UNESP/Araraquara. ORCID 0000-0001-8777-7637



o acolhimento das demandas das pessoas assentadas, sendo instrumentos necessários para reduzir as desigualdades sociais no todo da sociedade, especialmente nas áreas dos assentamentos de reforma agrária.

Nos assentamentos Itamarati I e II, nos primeiros anos de sua formação, diversos cargos para o atendimento de serviços públicos foram ocupados por pessoas que não pertenciam àqueles lugares, vindas da cidade de Ponta Porã para atuarem nos assentamentos. Algumas delas desconheciam o processo de formação dos assentamentos e o percurso de luta das pessoas pela terra, e por isso até se manifestavam contrárias à Reforma Agrária, aspectos que dificultavam o atendimento das necessidades de assentados/as que demandavam pelos serviços. Com o passar dos anos de instalação dos assentamentos, assentadas e assentados buscaram capacitação/profissionalização em diferentes áreas de formação e após se capacitarem, concorreram a processos seletivos ingressando em cargos no serviço público. Isso ocorreu nas diferentes áreas de atendimentos nos assentamentos, especialmente na saúde e na rede de ensino, lugares onde estão as mulheres de nossa pesquisa, que ocupam a maioria dos cargos, o que demonstra mudanças na condição histórica delas, visto que buscaram a profissionalização, construindo meios para autonomia, não só a financeira, como também de condução de suas vidas e que reflete no conjunto de suas famílias.

São essas mulheres que buscamos ouvir, por meio da História Oral, com ênfase na memória, guiadas pe-



los indicadores apontados por Tedeschi (2014), para a coleta de dados, gravando entrevistas com mulheres assentadas e que se encontram ocupando cargos em instituições de serviços públicos na área em ambos os assentamentos, sendo elas: 03 professoras de escolas nos assentamentos; 01 administrativa da limpeza; 01 agente de merenda escolar; 02 agentes de saúde e 01 policial militar. Para a identificação das entrevistadas usamos nome de flores, em lugar de seus nomes, mantendo assim o anonimato sobre suas identidades. Para as entrevistas elaboramos roteiro com perguntas semiestruturadas, procedendo à gravação das mesmas, transcrevendo-as na íntegra, respeitando a linguagem formal, da normativa da língua portuguesa.

Os dados da pesquisa nos mostraram que as políticas públicas incorporadas nos assentamentos, iniciando pela criação dos próprios assentamentos, transformaram a vida das mulheres entrevistadas, mudando também a de suas famílias. Como assentadas tiveram acesso à educação e/ou condições para continuidade, fundamental para acumularem condições para concorrer a cargos públicos, especialmente nos segmentos da saúde e da educação, alcançando autonomia financeira e visibilidade social sobre suas atuações. Sendo elas pertencentes aquelas comunidades, prestam atendimento para pessoas conhecidas, fazendo com que a resolução se torne melhor compreendida e/ou encaminhada, visto que compartilham das mesmas dificuldades, dilemas e possibilidades. São mulheres que percorreram diferentes espaços



sociais, como mostraremos ao longo do texto, oriundas de acampamentos até chegarem a assentadas na reforma agrária, vivenciando um misto de realizações e superações de tantas jornadas alcançando uma outra profissão como servidoras públicas, sem deixar de serem mulheres assentadas.

Para a organização das reflexões que aqui apresentamos, estruturamos o texto em três partes: na primeira apresentamos reflexão sobre os assentamentos com ênfase as políticas públicas; na segunda parte, expomos o percurso de formação escolar das mulheres assentadas; na terceira parte analisamos o significado atribuído pelas mulheres servidoras públicas, sobre suas atuações no atendimento no assentamento.

ASSENTAMENTOS RURAIS COMO POLÍTICAS PÚBLICAS QUE TRANSFORMAM ESPAÇOS E VIDAS

Os assentamentos onde vivem as mulheres entrevistadas são espaços da reforma agrária, sendo o assentamento Itamarati I, criado no ano de 2001, onde foram assentadas 1.145 famílias e o assentamento Itamarati II, implantado no ano de 2004, assentando mais 1.680 famílias. A área territorial de ambos, na prática cotidiana é entendida como uma única área, devido à sua proximidade, mesmo que tenham sido criados em diferentes momentos. Neles ocorre a agricultura familiar, estando situados na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Nas áreas dos assentamentos Itamarati I e II, foi criada uma diversidade de demandas sociais e



de serviços públicos para atender as necessidades das quase três mil famílias assentadas (com mais de 10 mil pessoas), representando o maior assentamento brasileiro. Na área dos dois assentamentos, especialmente em suas vilas (na Vila do Secador e na Nova Agrovila), diversas instituições públicas se instalaram, ressignificando a ocupação dos prédios da antiga fazenda Itamarati, dentre elas: a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER, escolas de ensino fundamental e médio, postos de saúde, cooperativas, correio, dentre outros. Nesse sentido a instalação de assentamentos, que é uma importante política pública atendendo pessoas sem terra, movimento na área do Itamarati I e II, inúmeros segmentos institucionais.

Para Höfling (2001) políticas públicas representam o Estado em ação, e como o Estado não tem vontade própria, cabe a seus cidadãos pautar as demandas para que o Estado possa atuar. Assim, podemos dizer que política pública é a presença do Estado como gerenciador dos recursos dos tributos e recursos naturais junto a sua população, sendo responsável para que o país possa garantir o bem estar de sua população e os cuidados com o seu território.

Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação” e é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à im-



plementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. (Höfling, 2001, p. 31).

As políticas públicas podem transformar realidades, dando um novo sentido a tantas histórias de vida permeadas pela escassez de recursos e bens materiais, assim como as mulheres participantes da pesquisa, que nos assentamentos conseguiram superar a escassez material, após a conquista da terra e, posteriormente, atuando no serviço público em instituições presentes nos Assentamentos Itamarati I e II. Esse fato evidencia-se nas palavras de Jasmim: “Hoje eu tenho uma casa boa, um carro bom, emprego, não teria tido estas conquistas se não fosse à coragem de enfrentar essa luta no acampamento”. (JASMIM, entrevista concedida em 21/04/2023).

Dessa forma, as políticas públicas são fundamentais para a equidade de pertencimentos sociais e acesso a direitos, como pessoas possuidoras de direitos. Há pouco tempo às mulheres não detinham seus direitos sociais e políticos reconhecidos, aliás, nem eram consideradas cidadãs. O reconhecimento das atuações sociais das mulheres é recente e, em muitas situações, ainda inexistente, sendo ainda inferiorizadas por serem mulheres.

A formação dos assentamentos Itamarati I e II propiciou ao município de Ponta Porã/MS, a moradia para inúmeras famílias que naqueles lugares passaram a produzir sobre uma lógica diferente da antiga fazenda, imprimindo o predomínio da agricultura familiar. Lá



passaram a demandar serviços públicos, multiplicaram a edificação das residências nos pequenos lotes, formaram vilas, aumentaram a produção de alimentos básicos, enfim, estão a movimentar, inclusive, o município de Ponta Porã.

Cabe destacar que a instalação de assentamentos rurais em área de fazenda próspera, como era vista a antiga Fazenda Itamarati no contexto do município de Ponta Porã-MS, casou um estranhamento na etapa inicial, suscitando inúmeras discriminações contra os sem terra. Com o passar dos tempos e com as atuações na produção pelos assentados, as relações foram sendo refeitas e em seu lugar cresce o reconhecimento da capacidade de produção e organização das famílias assentadas. Atualmente, com o aumento da população e consequentemente aumento de eleitores nos assentamentos, os quais praticamente decidem a eleição municipal do município sede Ponta Porã, a relação entre assentados e a administração municipal está em equivalência, graças à persistência e insistência dos assentados e assentadas de lutarem por direitos.

Nos assentamentos Itamarati I e II construíram condições para produzir⁴ e viver com dignidade, sem

4 Uma das formas de organização da produção existente no Assentamento Itamarati é o arrendamento. As famílias por não terem acesso aos implementos agrícolas passaram a arrendar as suas terras, ficando responsável pelo cultivo na área ao entorno da casa. Neste espaço voltado para o cultivo de hortifrúti, pequenos animais bem como gado de leite. Neste espaço predomina uma diversidade de alimentos, cores e sabores para o dia a dia da família. O arrendamento foi a alternativa encontrada pelas famílias dentro da lógica de mercado da monocultura de exportação predominante da soja e do milho.



desistirem de pautas e demandas para melhoria das condições de vida, dentre elas o acesso à educação, ao atendimento à saúde, ao transporte, a segurança, entre outras condições necessárias. Parte desses serviços é oferecida por instituições públicas na área do Itamarati I e II, que se deslocam da cidade de Ponta Porã para os assentamentos. No entanto, nos últimos anos, diversas pessoas dos assentamentos se capacitaram e se submeteram a concursos, assumindo cargos em diferentes órgãos. Dentre essas pessoas, temos a presença de mulheres assentadas como servidoras públicas, atendendo os serviços demandados pelas comunidades.

Os dados da pesquisa nos mostraram que a atuação de mulheres inseridas nos serviços públicos dos assentamentos Itamarati I e II foi um processo de inúmeras descobertas em relação a como as mulheres assentadas estão a construir os elos para suas atuações sociais e delas próprias. Mostraram, ainda, que as políticas públicas criadas nos assentamentos Itamarati I e II, iniciadas com a própria criação do assentamento, o qual se originou de uma política pública, vem transformando vidas das mulheres, visto que a partir de sua formação, passaram, como assentadas, a ter acesso à educação em seus diferentes graus, acumulando condições para se qualificarem profissionalmente e assim construírem as possibilidades para se tornarem servidoras públicas.



AS MULHERES E A FORMAÇÃO ESCOLAR PARA CHEGAR AOS CONCURSOS PÚBLICOS

Para as mulheres assentadas terem reconhecimento e lugar de atuação na sociedade ainda é muito difícil, especialmente porque vivenciaram tantos desafios sociais. As mulheres participantes da pesquisa só conseguiram estar onde estão pela luta de muitas outras mulheres que em época e momentos diferentes ousaram buscar na sociedade o seu espaço e reconhecimento, rompendo com barreiras impostas socialmente, que as lançavam para as responsabilidades “incontestáveis” dos cuidados voltados à casa e pessoas dependentes como as crianças, os idosos e os doentes. Ocupar uma função no serviço público não as desobriga dessas funções, impostas a “condição feminina que determinaria uma identidade comum para as mulheres, com base na biologia, ou melhor, no fato de terem nascido biologicamente mulheres⁵” (Veiga, 2019, p. 130).

As mulheres entrevistadas que atuam no serviço público precisaram superar os dilemas da vida no assentamento, combinado tempo para a formação acadêmica, com o tempo da atenção a família, com a superação dos desafios impostos pelo cotidiano de acampadas. Combinaram atuações, superaram o destino que sinalizava para a continuidade do modelo imposto ao longo da história, no modelo de uma

5 Nascer mulher biologicamente tem outras significações ao considerar os estudos de gênero, portanto, poder-se ia dizer “mulher que nasceu com vagina”, pois a própria constituição biológica é fluída e depende da relação com o próprio corpo, com a subjetividade, as manifestações culturais, dentre outros arranjos individuais e coletivos.



sociedade patriarcal que lhes destinava papéis não públicos, ou seja, “voltadas aos afazeres domésticos e dos cuidados com os familiares ou das casas onde eram empregadas domésticas”, (Souza, 2010). Romper estas barreiras exigiu muito mais das mulheres, que em busca de realizar os novos sonhos precisaram se deslocar, superar as ausências familiares, duplas jornadas, criando meios para manter as atividades a elas destinadas socialmente e conciliar novas jornadas, especialmente àquela dedicada a vencer o tempo da provisoriedade que requeria a vida de acampadas.

As narrativas das mulheres entrevistadas expõem os percursos assumido para dar continuidade aos estudos ou a eles retornar, tempo difícil especialmente para aquelas que estavam há muito longe da escola, como relata Manacá,

Na minha infância já trabalhava na roça. Saí dos trabalhos na roça quando fui estudar, mudamos para Aral Moreira e estudei até o 6º ano no regular, depois trabalhava durante o dia e fui estudar na Educação de Jovens e Adultos-EJA. Quando minha mãe faleceu, era muito nova ainda, vítima de um derrame, tive que tomar conta da casa e continuar estudando a noite. Não demorou muito tive que parar com os estudos, não dava conta. Era muito serviço, com os irmãos pequenos para cuidar. Só voltei a estudar quando consegui um serviço por contrato numa escola estadual em Aral Moreira. Um dia fui chamada pela diretora que me falou para eu voltar a estudar, terminar o Ensino Médio, pois se saísse concurso eu poderia fazer. Assim voltei e consegui concluir o Ensino Médio. (Manacá, entrevista concedida em 06/06/2023).



Se antes Manacá tinha deixado o trabalho na roça para estudar, na juventude teve que parar de estudar para se dedicar aos cuidados com sua família e aos afazeres domésticos em virtude da perda precoce de sua mãe. Ela deixou os seus estudos para um segundo plano, realidade que nem sempre permite que as mulheres voltem a estudar. Percebemos o quanto as relações de gênero e classe permeiam nossa sociedade, deixam muitas das mulheres sem opções de escolher um futuro, ou realizar os seus sonhos. Junto às necessidades da vida familiar as mulheres são as que saem prejudicadas em relação as suas escolhas pessoais ou profissionais. Permanecem as situações de desigualdade social e racial, onde as mulheres negras e pobres são mais afetadas, como destaca Gonzales:

Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não serem brancas. (Gonzales, 2019, p. 47).

No caso de Tulipa, a conquista da terra resultou, também, em condições para retorno aos estudos. Não via possibilidades de voltar a estudar, não acreditava ser possível diante da realidade a qual estava, assim já não fazia mais parte do seu projeto de vida ou sonhos. Ao chegar ao acampamento ela já havia concluído o



Ensino Médio, na modalidade Magistério, fato que a habilitou para assumir um contrato como professora na Escola Estadual Professor José Edson Domingos dos Santos, a primeira escola inaugurada no assentamento para atender a população que chegava à terra conquistada. No início do assentamento o Estado ainda contratava professores sem formação superior. Tulipa é uma dessas professoras que iniciou sua carreira com o curso do Magistério. A partir desse passo, se sentiu desafiada para seguir, assumindo estudos a nível superior. Na entrevista nos fala como foi voltar a estudar morando distante da faculdade, condição necessária para garantir a sua profissão:

Um dia a diretora Lourdes nos chamou e disse: ‘Gente não tem mais condições de vocês trabalharem sem ter curso superior. Que o assentamento já era conhecido no Brasil todo, muitas pessoas estavam vindo em busca de trabalho na escola’. Ai, fomos nós estudar, para garantir nossas turmas de aulas. Estudava em Ponta Porã à noite. Teve o projeto do Estado de Cursinho Pré-vestibular. Conforme sua pontuação recebia desconto na faculdade. Entrei neste projeto. Daí era durante a semana - manhã e tarde na escola, à noite na faculdade e sábado no cursinho. O marido também foi fazer o cursinho. Os filhos, um de 04 anos o outro com 08 e um cuidava do outro. Consegui 75% por cento de desconto na faculdade, já melhorou bastante. Assim, em 2008 foi minha colação de grau, lembro com muita emoção deste dia. (Tulipa, entrevista concedida em 20/05/2023).

Após iniciarem o curso as dificuldades para chegarem até a faculdade eram imensas, devido às distân-



cias que separam o assentamento da cidade de Ponta Porã e também por não possuírem veículo próprio e não haver transporte coletivo que atendesse a estas pessoas. Para continuar os estudos organizaram-se e reivindicaram junto à prefeitura o apoio necessário, conseguindo um ônibus pago pela prefeitura, que fazia o percurso entre o assentamento e a cidade. Com a desistência de muitos acadêmicos o transporte foi suspenso, conforme nos relata TULIPA,

No início o prefeito deu um ônibus para nos levar. Não pagávamos nada. O ônibus ia cheio. Como não era nada fácil, tinha que ter muito propósito para não desistir. Com as dificuldades os estudantes da faculdade foram diminuindo. Muitos não conseguiram pagar faculdade, tudo era muito difícil. Com as desistências, o ônibus foi ficando vazio e o prefeito cortou nosso transporte. Com isto juntamos em 04 pessoas, compramos um carro, eu, Helton, Rosemary e Andreia. O Helton era nosso motorista, o único que tinha carteira de habilitação. Íamos para a aula com nosso Del Rey, que conseguimos comprar. A despesa era alta. Até que fomos conversar com o prefeito novamente. Conseguimos a gasolina. O Helton, na volta da faculdade, entregava a gente na porta de casa, depois que ia para a sua casa. Fomos deste jeito, até que os funcionários da antiga fazenda aceitassem a gente no ônibus deles. O pessoal da antiga fazenda, que ia para a faculdade, não aceitava a gente. Com o tempo e nosso acerto com a prefeitura de nos dar a gasolina, eles foram chamados para que nos aceitassem no ônibus também, pois quem pagava o ônibus era a prefeitura. Aí tudo foi se ajustando, deixamos o carro de lado. O ônibus saía da



frente da escola Prof. José Edson Domingos dos Santos, quem não trabalhava à tarde, dava um jeito de chegar à escola. Na volta a mesma coisa, a gente era deixada na escola. Com isto muitos começaram a estudar. Uma das professoras que morava mais longe passou a dormir na escola, na sala de aula. A diretora pediu para instalar um chuveiro, deu uma melhorada, pois tomávamos um banho antes de irmos para a faculdade. (Tulipa, entrevista concedida em 20/05/2023).

O relato de Tulipa demonstra as dificuldades enfrentadas para chegarem até a faculdade e para isso o esforço era conjunto, envolvendo segmentos institucionais, como a prefeitura, a direção da escola, a vizinhança, e fundamentalmente, a força de vontade do grupo em ir adiante com o projeto que haviam proposto, a qualificação. A diretora foi parceira, autorizou a professora que morava mais distante a dormir na escola. A prefeitura cumpriu com a responsabilidade esperado de uma instituição pública, fornecendo o ônibus, e depois, quando o transporte foi suspenso custeou o combustível, até serem aceitos no ônibus também pago pela prefeitura, que levava o pessoal da antiga fazenda para a faculdade, mas que não aceitava se juntar com as pessoas assentadas.

Cabe destacar a tensão que havia entre os que chegavam nos acampamentos e os empregados da fazenda, ambos vivendo em situação de instabilidade social, formando grupos posicionados em lados opostos: de um lado um grupo – os sem terra - demandando terra; de outro lado, outro grupo -dos em-



pregados da fazendo - querendo manter seus empregos. Os empregados da fazenda viam nos sem terra as pessoas que lhes tirariam os empregos, diante da desapropriação da área da fazenda, para formação de assentamentos rurais. Nessa situação, o diálogo era impossível, havendo a necessidade de representantes da prefeitura para mediar a situação. Faltava nas pessoas que trabalhavam na fazenda, conhecimento sobre as questões relativas à Reforma Agrária. No caso dos acampados, não entenderam que sua chegada representava profundas mudanças no modo de vida dos empregados, estes nem sempre dispostos a perderem o que detinham. No caso dos Sem Terra, vindos de longa luta, de acampamento em acampamento em busca de terra, faltava-lhes a compreensão do grau de dominação que os empregados da antiga fazenda estavam submetidos a aquele modelo. Os sem terras não compreendiam porque os empregados não desejavam alterações no modelo agrário, visto que a formação de assentamento poderia trazer benefícios a eles próprios, porque seriam beneficiados com lotes, passando para a condição de detentores de terras e não mais de empregados. No entanto, como esperar que os empregados compreendessem o projeto dos sem terras se eles próprios viviam sob julgo do patrão e da pressão de perderem seus empregos em virtude da desapropriação? Fomentando isso tudo, havia as mensagens da grande imprensa, com ênfase na criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra, produzindo no imaginário popular, mesmo nas pes-



soas não detentoras de terras, como os empregados da fazenda, o ódio ao grupo de acampados e de suas organizações de movimentos sociais, em virtude das mudanças que provocariam em suas vidas e na região. Moreira tece reflexões sobre o poder dos discursos:

A prática de criminalizar os movimentos sociais dos trabalhadores não é efêmera, fortuita e eventual. A criminalização desses movimentos constitui-se em prática de repressão que pode ou deve ser historicizada, pelo menos, desde a invasão do continente pelos europeus e da massificação do trabalho escravo, como nos orienta a tradição marxista da História do Trabalho e dos Movimentos Sociais. Karl Marx discute, em “A assim chamada acumulação primitiva”, a Legislação sanguinária contra os expropriados desde o final do século XV (Moreira, 2010, p. 117).

A criminalização por parte da imprensa e mídias hegemônicas contribui com a formação da opinião das pessoas, sendo, muitas vezes, as únicas fontes de informação. Assim, passam também a criticar e criminalizar os movimentos sociais e as pessoas que pertencem a estes movimentos, bem como seus apoiadores, pois a grande imprensa e as mídias não mostram os dois lados. Isso resulta no distanciamento entre pessoas que deveriam estar juntas e lutando pela mesma causa, se colocando em lados opostos. Enfim, os assentamentos foram criados e isso promoveu mudanças de rumo nos sonhos das mulheres assentadas, que muitas vezes abrem mão de seus projetos pessoais para dedicarem-se aos cuidados no âmbito familiar, como o caso de



Crisântemo, que ao se casar parou de estudar, pois na cultura patriarcal o marido quem decide o que é permitido à mulher fazer, ou não fazer, e o marido dela não permitiu que ela continuasse a estudar. Após se casar foi morar num acampamento em Ahandui, distante de sua família que permaneceu em Naviraí. Sua situação nos remete a Gonzales, a autora reflete sobre o fato de que mesmo quando não estão reivindicando seu papel enquanto sujeito de sua própria história, nos conceitos feministas, as mulheres são alcançadas pelo patriarcado.

Da mesma forma, nós mulheres e não brancas fomos “faladas”, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao nos impor um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de sermos sujeitos não só do nosso próprio discurso, como da nossa própria história. É desnecessário dizer que, com todas essas características, estamos nos referindo ao sistema patriarcal-racista (Gonzales, 2019 p. 46).

Nem sempre conseguimos perceber as amarras culturais e sociais a que as mulheres são submetidas em nossa sociedade, pois ao naturalizarmos as relações de poder passamos a ter como corriqueiras às imposições e barreiras, quer seja o pai e posteriormente ao marido. Muitas mulheres não percebem estas amarras sociais e julgam até gostarem delas. Nas contribuições de Rago encontramos algumas reflexões libertadoras:



A questão das relações sexuais e da mulher especificamente nasce a partir das lutas pela emancipação deste sujeito antes definido como “sexo frágil”. Na luta pela visibilidade da “questão feminina”, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce um contra discurso feminista e que constitui um campo feminista do conhecimento. A partir de uma luta política que nasce uma linguagem feminista. E, no entanto o campo teórico que se constitui transforma-se a tal ponto que, assim como a História Cultural, deixa de lado preocupação com a centralidade do sujeito (Rago, 1998, p. 7).

Para a autora, se não há participação na luta feminista e pautas políticas por igualdade, dificilmente vamos despertar estes sentimentos ou, faremos os enfrentamentos necessários para a equidade na divisão sexual do trabalho e nas outras vivências sociais em que as mulheres sempre foram inviabilizadas. Estas são as dificuldades encontradas nas relações de gênero, com uma alta “aceitação” e a fala perpetuada de que sempre foi assim. Cabe perguntar se seria utópico pensar uma sociedade onde as diferenças de gênero não sejam a principal razão de nossa divisão social? A superação do patriarcado será a superação de modelos de sociedades constituídos historicamente, como destaca Santos,

Uma das características mais destacadas nesse contexto foi à omissão do sujeito na produção do conhecimento, que “esqueceu” trabalhadores, mulheres, indígenas, afrodescendentes, a esses excluídos e excluídas estão, sobretudo, no conjunto de países e regiões sub-



metidos ao colonialismo europeu (Santos, 2009, apud, Figueiredo, 2020, p. 8).

Para Azaleia, a vida e o trabalho sempre foram voltados para o meio rural, após se casar passou a morar e trabalhar em fazendas com o marido, ele na roça e ela na casa da fazenda, como cozinheira e com os afazeres e o cuidado dos filhos que passaram a ter. Nos conta sua trajetória para estudar, depois de adulta, já no assentamento Itamarati:

Umas épocas eu também trabalhava na fazenda de cozinheira na sede da fazenda. O marido na roça e eu de cozinheira. Trabalhamos também para os meus cunhados, os irmãos do meu marido, sempre foram ricos, nós que éramos a parte pobre da família. Daí trabalhava para eles. Com as crianças indo para a escola, ali mesmos na fazenda, aquela escola que era tudo junto da 1ª a 4ª série. Trabalhava também limpando a sede da fazenda. Quando terminou a escola para as crianças na fazenda me mudei para a cidade. O meu marido foi trabalhar em outra fazenda, ia e vinha de bicicleta todos os dias, eram 12 km. Neste período eu fui trabalhar de empregada doméstica. As filhas já eram casadas estudaram por lá. Hoje estou cursando o 2º semestre de Gestão em Saúde Pública. Quero ter um diploma até para elevar um pouco meu salário. (Azaleia, entrevista concedida em 25/05/2023).

A falta de energia elétrica, e outras estruturas básicas, poderia ter deixado a vida destas pessoas muito mais difícil, mas produziu efeito contrário, as uniu para irem juntas estudar. Na escola havia energia elétrica,



água gelada, o deslocamento era realizado por meio de ônibus, lá encontravam os vizinhos, vivências que contribuíram para o fortalecimento e pertencimento da comunidade que se iniciava, unindo moradores em busca do conhecimento escolar. Uns iniciando a sua escolaridade, outros dando continuidade. Nesse sentido, no início do assentamento, como nos relata Azaleia, a escola era o centro de tudo: “tudo acontecia na escola, às reuniões nos finais de semana com a AGRAER, ou reunião do nosso movimento, sempre tinha alguma coisa para irmos aos sábados na escola”. (Azaleia, entrevista concedida em 25/05/2023).

Hortência não passou pelas mesmas dificuldades apresentadas pelas mulheres participantes da pesquisa para estudar, nem ficou fora da escola, mesmo quando morava na área rural no Paraguai. Entre as idas e vindas do Paraguai para o Brasil, seguia estudando. As dificuldades apresentadas eram outras, como a de ser alfabetizada por um professor paraguaio em uma turma multisseriada. Enfrentava a mudança do idioma e do sistema de ensino, em turmas mais numerosas e não multisseriada. Das mulheres participantes da pesquisa Hortência é a que tem maior escolaridade, após a Licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA/UFGD, fez outra graduação, mestrado e doutorado, estes dois últimos na mesma universidade na qual conquistou o seu primeiro diploma universitário. Foi a primeira de sua família a ter um diploma de ensino superior, assim como a ter o mestrado e o doutorado. Ela nos conta como foi para ingressar na Licenciatura em Ciências Sociais pelo PRONERA,



Um dos meus amigos falou do curso do PRONERA/UFGD, para o meu pai [...] Meu pai me liga, nem entendi direito o que era, pedi as contas da fábrica, trabalhei 15 dias pagando aviso e vim embora. Cheguei ao assentamento já tinha o lote, a casa não estava pronta ainda, não tinha vidros nas janelas e nem luz elétrica, demorou uns 04 meses para termos luz elétrica. Aí fui-me inteirar de como seria essa faculdade, o pessoal do MST me orientou, fiz minha inscrição para o vestibular, participei do cursinho em Sidrolândia, eu a Graci e o Marcos meus amigos daqui. A gente fez o vestibular, passei e fui para a faculdade. Na época não entendi que curso seria, que ia fazer. Só sabia de uma coisa: ia fazer faculdade. Era a alegria da família alguém ia ser formado [...] Se não fosse o curso do PRONERA, não fosse um governo que pensasse as políticas públicas para pobre eu não tinha estudado. Porque minha família não tinha condições nenhuma de me manter numa faculdade, mesmo pública, teria que pagar aluguel, comprar uma mobília, pagar transporte, alimentação, na época não tinha condições. O PRONERA foi o que transformou a minha vida. Daí fui para o curso estudei 04 anos, aprendi muita coisa, briguei com muita gente, chorei muito, era criança na época, fico pensando como os adultos aguentavam a gente? [...] O curso me fez entender o feminismo e a sua importância, a importância das políticas públicas, a importância de você ter oportunidades, porque, enquanto vivermos numa sociedade que prega muito a meritocracia, o que não é. A gente pode ser muito esforçada, pode ter todo o esforço do mundo, se não tiver oportunidade certa não tem para onde fugir. (Hortência, entrevista concedida em 12/09/2023).



A experiência de ser estudante numa universidade pública, em um curso voltado a atender aos sem terras, pôde assim contribuir com a formação de muitas pessoas destas comunidades de assentamento, com uma turma de 58 acadêmicos. O curso contribuiu de maneira ímpar com a transformação social destas pessoas e suas famílias, com o conhecimento e oportunidade de ter uma profissão. Para Farias e Menegat,

A criação do curso contribuiu sobremaneira para o fortalecimento dos movimentos sociais e dos indivíduos que buscam autonomia e a formação de uma postura crítica, mesmo não participando diretamente de uma organização social. Incentivou-se os sujeitos sociais a trilharem caminhos para além do acesso à terra, ao trabalho, à moradia, estendendo sua atenção e forças ao empoderamento de mulheres e homens, partícipes de diversas gerações (Menegat, Farias, 2009, p. 27).

Como podemos confirmar na fala de Hortência, “Então falo que sou filha de movimentos sociais e sou fruto de políticas públicas. A importância de você ter oportunidade, porque hoje fiz uma 2ª graduação em história, fiz mestrado em história, estou terminando doutorado em história na UFGD também”. (Hortência, entrevista concedida em 12/09/2023). Este curso de modo particular contribuiu para a transformação da realidade social da Hortência, pois a partir dele, conquistou vaga no serviço público como professora, podendo assim contribuir com o seu trabalho na formação de tantos outros jovens da sua comunidade, os incentivando a buscarem a sua transformação



social por meio de qualificação profissional, possível através da educação. Ter assegurado o seu espaço e o reconhecimento profissional na comunidade que se inicia a partir da reforma agrária, é um desafio para estas mulheres que voltaram a estudar, na sua maioria depois de terem vindo para o acampamento, assim conquistando além da terra uma profissão através da educação que contribui para “a transformação das relações de poder” (Farias e Menegat, 2009).

AS MULHERES NO ATENDIMENTO DE CARGOS DO SERVIÇO PÚBLICO

O acesso à formação acadêmica garantiu as mulheres participantes de nossa pesquisa condições para concorrerem para ocupar vagas no serviço público. A aprovação em concursos às tornou servidoras públicas atuando em diferentes instituições que prestam serviços de atendimento nos assentamentos Itamarati I e II, lugares em que elas são também assentadas e/ou filhas de pessoas assentadas. Vejamos a tabela a seguir, com as instituições públicas que reúnem maior número de mulheres assentadas ocupando cargos;



Quadro 1 - A totalização de mulheres no atendimento público no assentamento

Área da Educação			
Local	Nº Servidores/as	Nº de Mulheres	Nº de Mulheres Assentadas Concursadas
EE Prof. José E. D. S	61	42	29
EE Prof. Carlos P.S.	46	31	05
EM Nova C.	33	14	10
EE Nova I.	122	95	56
TOTAL	262	182	100

Área da Saúde			
Local	Nº Servidores/as	Nº de Mulheres	Nº de Mulheres Assentadas/ Concur-sadas
PSF Emerson José Hatmann	07	05	04
PSF Geraldo Garcia	32	22	20
PSF Anastácio Basilio Pires	28	10	05
PSF Dr Carlos Augusto Pissini Sobreiro	17	14	10
TOTAL	84	51	39

Fonte: Dados da pesquisa de campo.



Pela tabela pode-se observar que as mulheres nas escolas do Assentamento Itamarati I e II ocupam maior o número de cargos, inseridas no conjunto que envolve o processo de educação, somando 262, destas 100 são de mulheres assentadas e concursadas, que ocupam cargos de professoras e funções administrativas nas escolas. São mulheres que buscaram a qualificação e atualmente assumiram as salas de aulas, preparando crianças, adolescentes e adultos em suas formações. O que isso significa em termos delas e das comunidades? Pode-se afirmar que ao fazerem parte da comunidade, conhecem a dinâmica da vida, bem como os problemas que envolvem as pessoas em seus diferentes cotidianos, podendo ser incentivo a outros tantos jovens que estão em busca de uma profissão ou mesmo, para as pessoas que estão iniciando na luta pela terra nos acampamentos que voltam a ocupar as margens das rodovias em vários lugares no município de Ponta Porã e em outras localidades.

O atendimento à saúde também se configura como um dos espaços com forte presença de mulheres assentadas. Vemos que no total de 84 servidores/as da área da saúde, 51 são ocupadas por mulheres e destas 39 são de mulheres assentadas e concursadas. Algumas destas mulheres estudaram nas escolas públicas após a implantação dos assentamentos, outras deram continuidade a sua escolaridade e atualmente estão serviço público. Há, ainda, mulheres que continuam estudando e buscando outras atuações profissionais, como nos conta Flor de Lótus, que atualmen-



te faz parte da segurança pública na polícia militar “Futuramente, quero ser delegada. Para isto estou me preparando, cursando direito” (FLOR DE LÓTUS, entrevista concedida em 21/04/2023). Ela é uma das nossas entrevistadas que não passou pela vida no acampamento, sendo filha de ex-funcionário da fazenda Itamarati, hoje assentado. No entanto, ela tem sua vida construída naquele lugar, visto que nasceu, cresceu, estudou e trabalhou nas escolas públicas municipais e estaduais na antiga Fazenda Itamarati, atual Assentamento Itamarati. A formação escolar possibilitou ingressar na polícia militar mediante concurso. Mesmo não tendo passado por acampamento sentiu a mesma discriminação dispensadas aos sem terras, quando iniciou sua faculdade na cidade de Ponta Porã, conforme relatado na entrevista,

Tinha a questão de quem morava aqui na sede e quem vinha de ônibus, se vinha de ônibus muitas pessoas excluía. Foi uma das coisas que também depois, passamos na faculdade, chegava os escolares da Itamarati, as pessoas que moravam na cidade tinham aversão a quem morava no assentamento. Não sei o porquê! Se somos todos iguais. Hoje em dia acabou esse negócio, da Itamarati e Ponta Porã é a mesma coisa. Pelo menos é o que vejo, caiu o preconceito. Nunca parei para pensar o que pode ter gerado esse preconceito. Antigamente até minha mãe falava que sofria com isto. Ela trabalhava aqui como professora nas escolas do município e Estado e a noite estudava em Ponta Porã. Talvez as pessoas tenham entendido. O preconceito hoje é menor de quando fiz a minha primeira gradu-



ação, hoje estou cursando direito, as coisas são bem diferentes. Na primeira faculdade que cursei sentia o preconceito com quem ia daqui da Itamarati e agora é tudo normal, continuo indo de ônibus, é outro nível. Acabou esse negócio de que morar na Itamarati não serve. No meu serviço é tranquilo, não tem essa diferença de morar aqui ou outro lugar. (Flor deLótus, entrevista concedida em 21/04/2023).

Para Flor de Lótus a discriminação existiu praticada pelos estudantes da cidade, em relação às pessoas que iam do assentamento para estudar na cidade, mesmo quando estes também eram pobres. As pessoas não buscavam se informar para ampliar seus conhecimentos sobre as questões sociais. Em relação ao ambiente de trabalho, Flor de Lótus nos fala de como chegou a este serviço,

Trabalho 8 vezes no mês, na minha escala vou e volto o que não interfere em nada no meu serviço. Tem colegas que moram mais longe, Dourados, Campo Grande, eu aqui na Itamarati sou privilegiada por estar perto do meu serviço. O Itamarati fica no meio do caminho. No curso de formação fiz em Dourados/MS, e era perto também, tanto que conseguia vir todos os finais de semana para casa. Vinha por Ithaum que são 120 KM. No serviço é tudo igual, o negócio é passar, ser aprovada no concurso e nas outras etapas. Era meu sonho ser policial desde criança, quando comecei a estudar, comecei a conhecer o que era concurso público e meu pai me influenciou a prestar concurso. Eu que decidi ser da Polícia. Eu estava estudando para o concurso da Polícia Rodoviária Federal – PRF, que o salário é bem



maior, mas no meio do caminho passei para a militar. O que facilitou por ser estadual e a possibilidade de continuar morando na minha casa. No outro até a formação inicial pode ser em outro Estado. Eu continuo estudando porque almejo outros concursos públicos. Por isto optei por estudar o curso de direito, porque quero prestar concurso para delegada aqui no Estado, este é meu foco agora. Por ser filha de assentado, por estar no assentamento que não tem tanta estrutura, me sinto vitoriosa por ter corrido atrás de uma formação de ter sido aprovada num concurso público. (Flor de Lótus, entrevista concedida em 21/04/2023).

Perguntada como é estar nas ruas sendo mulher no trabalho na PM, ela narra:

Tem toda a preparação para o que pode acontecer, uma mulher na equipe tem a função de fazer revista em outras mulheres. Acredito que este é o motivo de terem pedido uma mulher para cá. O crime não escolhe sexo, homem ou mulher. O policial homem não pode estar revistando uma mulher, tendo uma mulher na equipe, essa pode revistar. Assim como já aconteceu de encontrar armas, drogas com mulheres, mesmo estando com crianças no colo, então a gente sai na rua andar e vemos que as mulheres falam: - olha uma mulher na viatura! Chega a ser um exemplo para as outras mulheres. (Flor de Lótus, entrevista concedida em 21/04/2023).

As mulheres ocupam espaços diversos em todos os serviços públicos, mesmo em funções que até recentemente eram ocupadas exclusivamente por homens, como no caso da segurança pública, sendo sua pre-



sença obrigatória nessa atividade, para a abordagem/ revista das mulheres sob suspeita de ilícitudes. Isso demonstra mudanças nos próprios procedimentos da polícia, que até poucos anos não mantinha equipes com diferentes gêneros. A presença de mulheres policiais nas abordagens com mulheres, aponta para o respeito para com as pessoas, evitando constrangimentos.

Outra participante da pesquisa é Jasmim, professora da rede municipal de Ponta Porã, atuando durante um período da jornada na Educação Infantil, na escola situada no assentamento, no outro período é aposentada pelo INSS, como professora convocada do estado de MS. Ela nos fala das conquistas que teve após ser assentada e como se tornou servidora pública:

Vim para o acampamento em 2002 com dois objetivos: ter minha terra e ser professora. Fiquei no acampamento e pré-assentamento. Aqui conquistei a minha terra, sou professora efetiva do município, conheci meu atual marido eu só tive vitórias. Quando cheguei vi a necessidade dos brasiguaios – brasileiros que estavam voltando do Paraguai - para estudarem, pois os mesmos não tinham documentos de brasileiro para efetuarem sua matrícula na escola pública. Daí montamos 03 salas de aula a prefeitura nos contratou, na época o prefeito era o Wagner Piantoni -PT. A escola foi feita pelos acampados, era de madeira e lona, tinha o reconhecimento do município de Ponta Porã. No início o nome era Escola Municipal José Prates. Depois os acampados em reunião colocaram o nome de Escola Municipal Nova Conquista, o mesmo nome do acampa-



mento. Quando mudou o nome quem estava de secretária de educação era a professora Leny a qual acatou a decisão dos acampados. Gosto muito do que faço e vejo ser necessário ter amor e carinho por tudo que se faz e não é diferente na profissão. Hoje eu tenho minha terra, uma casa boa, um carro bom e meu emprego. Não teria nada destas conquistas se não fosse à coragem de enfrentar a luta no acampamento. No início os recursos eram muito difíceis de acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF. Precisa de muitos documentos, dos quais não tínhamos. Um deles era a questão do endereço. A alternativa encontrada foi abrir as associações para que estes dessem declaração de endereço e a igreja católica, o padre, assinava essa declaração de endereço para ajudar as pessoas. Com os créditos a vida no lote foi ficando mais fácil. Eu tinha meu salário que ajudou e ajuda muito até hoje. Mas, não era a realidade dos demais. No acampamento dei continuidade a minha formação no curso do PRONERA, com o curso me possibilitou fazer o concurso no qual fui aprovada. Hoje não consigo imaginar minha vida fora daqui como seria. Quando vou a Dourados é tudo tão estranho nem parece que já morei ali. (Jasmim, entrevista concedida em 21/04/2023).

Na fala de Jasmim podemos constatar a mistura de atuações que compuseram sua vida, especialmente duas delas, aquela da escola, lugar onde exerce à docência e gosta do que faz, associada a aquela do lote, onde atua com os plantios. Podemos perceber a importância que a luta pela terra teve em sua vida, ter estudado e conquistado o seu espaço enquanto



professora na escola municipal do assentamento. A educação do campo esteve presente no início de sua profissão na escola do acampamento, na sua formação na Pedagogia da Terra/PRONERA em Rondônia, curso que lhe possibilitou passar no concurso do município na Educação Infantil, deixando de ser professora convocada. Condição alcançada porque estava em um assentamento de Reforma Agrária, pois sem ele nada teria acontecido. Então, a reforma agrária produz condições para que ocorra mais do que produção de alimentos, produz autonomia, empoderamento, autoestima, pertencimentos sociais. A educação do campo, outra demanda construída na luta pela terra, é também um produto da reforma agrária, produzida pelas e para as pessoas da reforma agrária.

Outra participante da pesquisa, Carmélia, conta que quando veio para o acampamento já possuía o Ensino Médio e aqui deu continuidade aos seus estudos, sendo aprovada no concurso para Agente Comunitário de Saúde, conformes nos relata.

Quando ainda morava em Eldorado trabalhei como monitora em uma escola. Gostei muito de estar trabalhando na escola, o que me motivou a estudar Pedagogia e depois pós graduação em Educação Especial. Consegui passar no concurso para Agente Comunitário de Saúde. Na educação o concurso é muito mais difícil. Valeu muito a pena ter vindo para o acampamento, ele faz parte da minha história de vida. Acho muito tranquilo trabalhar e morar no assentamento. Os meus filhos gostam daqui, quero que fiquem por aqui comigo, que não vão embora. No sítio hoje tenho mais la-



voura, acabei com o gado. Arrendo uma parte, na outra planto alimentos para o consumo, que é na parte mais próxima de casa. Espero que o pessoal que está no acampamento que se inicia insistam até conquistarem a sua terra, se é esse seu objetivo. Vale a pena insistir. (Carmelia, entrevista concedida em 07/08/2023).

Nas palavras de Carmélia, a sua ida para o acampamento lhe proporcionou muita mais do que a conquista da terra, também uma profissão, que exerce na sua comunidade podendo contribuir com o bem-estar e melhoria das famílias que estão sob a sua responsabilidade, pois pelas distâncias a serem percorridas até o posto de saúde, ter quem os avise das ações e campanhas a serem realizadas no posto de saúde, agendar uma consulta, exames é de grande ajuda para os moradores.

Crisântemo nos conta das mudanças que passaram a ter em sua vida desde que conquistou a sua terra e assumiu o concurso, atuando no setor de limpeza na escola.

Eu queria um emprego que eu pudesse ficar minha vida toda. Antes eu cuidava da minha casa e fazia faxina na casa de um e de outro. Em 2018, passei no concurso para agente de limpeza. No edital eram 02 vagas, eu passei em 8º lugar, depois de 04 anos ampliaram as vagas e eu fui chamada. Trabalho na mesma escola na qual eu e meu marido estudamos e os meus filhos estudam na mesma escola. Da minha família, eu quem estou melhor financeiramente hoje. Hoje tenho o meu carro e para comprar, demos a entrada com recurso da lavoura, o restante parcelei e consigo pagar com



o que recebo da bolsa universidade. Hoje tenho até plano de saúde, não dependo de esperar um ano para fazer um exame pelo SUS. [...] O meu sítio foi à porta para uma vida melhor. Hoje estou no serviço público, estudando pedagogia numa universidade pública, na UFMS de Ponta Porã/MS. Tenho o meu salário que ajuda bastante. Sou muito grata a Deus, pela experiência que tenho hoje, mesmo que tenha sido sofrido. Antes ouvia muito que sem terra é um bando de vagabundo, não tem o que fazer, mas graças a isto que tenho o que tenho hoje. Enquanto há vida há luta! (Crisântemo, entrevista concedida em 06/06/2023).

A reforma agrária não é só a distribuição de terra, vai muito além. É a transformação das pessoas que conquistaram a sua terra. Junto com a terra tem a realização dos sonhos, a busca da vida digna vai se tornado realidade, mudando o destino de toda uma geração. Se os pais voltaram a estudar, os filhos também irão estudar, ampliar seus conhecimentos seja para buscar trabalho fora, ou para cuidar melhor da terra usando as tecnologias, tendo assim uma melhor produção. No assentamento Crisântemo conseguiu seu sonho para além da terra, o “emprego que eu pudesse ficar minha vida toda” e por isso é muito agradecida. A ausência de outros serviços públicos no assentamento é para Crisântemo o que mais dificulta os moradores do lugar, visto que a depender do que necessitam, precisam se descolar até a cidade, como por exemplo ir a uma agência bancária, ou ao INSS, fazer um exame médico, ou outra situação.



Azaleia, após a conquista da terra chegou ao serviço público, agora concursada, assegurando uma carreira que teve suas alterações entre as reformas imposta pelos administradores. Reformas nas quais sempre os servidores públicos sofrem perdas. Nunca se fazem reformas para ampliar direitos, sempre perdemos o pouco que havia sido conquistado. O bloqueio da DAP⁶ para quem passou a ser servidora pública é outro problema que os assentados enfrentam. Sem a DAP, todos os créditos aos quais tem direito ficam bloqueados, dificultando ainda mais a produção de alimentos no assentamento. Além disso, negar o acesso às políticas agrícolas negando a DAP, instrumento necessário e que as viabiliza, pelo fato de a pessoa assentada estar exercendo concomitantemente duas funções, de produtora de alimentos e de funcionária pública, é negar também a existência de um núcleo familiar atuante e que na ausência de um de seus membros (que está no serviço público), pode dar encaminhamento ao processo de produção. E mais, essa negativa não reconhece a capacidade de formação das mulheres e homens de assentamento, de assumirem a execução de suas demandas em órgãos governamentais, relegando todo o esforço que empreenderam em sua capacitação. É como se não fossem capacitadas para essas funções, apenas para plantar e colher.

A contradição nisso tudo é que a negativa da concessão da DAP é emitida pelo INCRA, órgão que apoia

6 No ano de 2023, a Declaração de Aptidão ao Pronaf- DAP, foi desbloqueada pelo INCRA para este grupo de assentados servidores públicos.



assentamentos, tanto na organização da infraestrutura, como da política agrícola e também fomenta cursos de alfabetização, de ensino médio e de graduação para pessoas assentadas. Ou seja, o mesmo órgão que participa do processo de capacitação nega o movimento de quem se capacitou. Isso tudo indica que na estrutura de serviços, se entende que estes devem estar a cargos de pessoas de fora dos assentamentos, mantendo os assentados na produção, o que não é verdadeiro, porque como dissemos anteriormente, se as pessoas que convivem com os dilemas e as possibilidades das comunidades, conhecem e encaminham demandas, ao ocuparem nelas os cargos nos órgãos públicos, melhor compreenderão as necessidades das pessoas que procuram pelo atendimento.

Tulipa fala emocionada, de como foi saber da sua aprovação e nomeação no concurso público, novamente a escola como a grande colaboradora, agora com as comunicações oficiais, visto que os recursos e internet ainda eram escassos no assentamento. Nos últimos concursos públicos realizados pelo Estado de MS, houve elevada reprovação. No concurso de 2018 a reprovação foi de 99,5%, ou seja, apenas 75 pessoas foram aprovadas e isso do total de 14.133 inscritos. Então, o fato de Tulipa se encontrar entre os servidores públicos com aprovação nos últimos concursos é desafiador, especialmente pelo grau de exigência imposto aos participantes. Dessa forma, o assentamento como espaço que oportuniza sonhos. Nele, Tulipa aprendeu a sonhar, deixando apenas de olhar o mundo, como se



ela não estivesse nele. Ela passou a acreditar e a desejar uma vida melhor e a efetivou, indo para a universidade, lugar que acreditava não pertencer a ela. Estudou, se capacitou, abriu caminhos para ela e para seus filhos, para que também construíssem pertencimento social. Oportunidades que surgem oriundas das políticas públicas, contribuindo para que homens e mulheres tivessem ascensão social, mobilidade na pirâmide social a qual estavam fadados a continuarem estagnados por várias gerações, numa sociedade que busca ter e acumular, sem se importar com os demais, que ficam sem o mínimo necessário para a sua sobrevivência.

Hortência, também reflete sobre caminhos e pertencimentos sociais.

Minha vida mudou com o 1º curso, quando terminei comecei a trabalhar, gerou recursos para começar a caminhar, a minha trajetória acadêmica, ou financeira. Porque por mais que falem mal do salário de professora, a gente acredita que pode ser melhor. Mas, foi com este dinheiro, trabalhando na escola como professora que transformou minha vida. Consegui crescer um pouco financeiramente para ter suporte para fazer uma pós-graduação. Fazer outra graduação, assim fui aprovada no concurso do Estado de MS, em 2014, em sociologia, e em 2023, assumi o concurso de história. Hoje minha vida é resultado do que começou no acampamento, depois no PRONERA. Vejo o valor social da terra sendo transformado, transformou várias outras esferas. Se não tivesse acontecido o assentamento e o PRONERA, não teria acontecido nada na minha vida, do que tenho e sou hoje. (Hortência, entrevista concedida em 12/09/2023).



Na fala de Hortência percebemos a importância dos Movimentos Sociais, das reivindicações e lutas feitas para a conquista da terra, para a expansão do atendimento nas escolas de Educação Básica e, posteriormente, para as Universidades Públicas. São pautas que de início podem ser utópicas, mas se faz necessário sonhar para sairmos do lugar onde estamos e chegarmos a outros lugares na pirâmide social. Quantas pessoas poderiam ter também sua mobilidade social assim como Hortência, e nossas outras entrevistadas, poderem ter uma vida digna, com menos privação dos bens materiais necessários. Quem pode resolver estas situações é o Estado, pois dele dependem as políticas públicas necessárias para a transformação social de sua população. Perguntado como é morar e trabalhar numa escola de assentamento Hortência nos disse:

Quando saio, na volta à sensação que tenho no coração não consigo explicar. Quando vejo de longe o assentamento, já falo: é minha casa. Sou apaixonada pelo assentamento. Pelas pessoas daqui. É uma realização. Nunca imaginei que seria professora. Imagina, morava no Paraguai, numa casa que não tinha nem banheiro. Agora falo que sou professora no assentamento. Me emociono. Para mim é muito importante, me sinto realizada. Gosto muito da escola, das pessoas daqui. As pessoas daqui são diferentes, onde encontramos nos cumprimentam. Às vezes a gente sai, chega à cidade cumprimenta, ninguém responde. Trabalhar na escola é muito bom, às vezes saio com os colegas e falam mal dos adolescentes, e eu falo: - Meus adolescentes não são assim! Não tenho experiências de outras es-



colas, outros lugares, das cidades. Só trabalhei aqui, mas para mim aqui é muito melhor que qualquer outro lugar para trabalhar. Quando passo num acampamento, hoje me coloco no lugar destas pessoas, pois eu vivi aquilo ali. Fico torcendo para dar tudo certo, como deu para mim. (Hortência, entrevista concedida em 12/09/2023).

Para Hortência, quando estavam no acampamento as reivindicações, não foram em vão, ou simplesmente como dizem: vender ilusão para segurar o povo embaixo da lona. A reforma agrária transforma, não só a paisagem local, mas junto vêm mudanças na vida das pessoas beneficiadas diretamente. É uma transformação social que vem junto com a terra conquistada, bem como das pessoas que vão ser beneficiadas, como os comerciantes vendendo para os assentados.

Nos assentamentos Itamarati I e II, os segmentos comerciais foram fundamentais, com a venda de matérias de construção via PRONAF, para a construção das casas, os demais créditos para a compra das ferramentas, furar poço d'água, materiais para cercar o pasto, os supermercados, farmácias, casas veterinárias, enfim, um conjunto de segmentos comerciais que são possíveis de serem vistos e atuantes na Vila do Secador e na Agrovila, favorecendo os assentados que conseguem comprar o que necessitam no próprio local, sem ter que se deslocarem até a cidade de Ponta Porã. Além disso, é também uma oportunidade para as pessoas produzirem alternativas de “ganharem a vida” com seus estabelecimentos comerciais.



Perguntado as nossas entrevistas sobre o que mudou após passar a receber os salários de servidora pública, ouvimos: “Tenho minha casa, minha formação, meu trabalho efetivo, terra, tenho autonomia para decidir o que fazer no lote. Com meu salário mantemos as coisas do mês e as safras, são os investimentos maiores”. (TULIPA, entrevista concedida em 20/05/2023).

Tulipa consegue administrar as despesas mensais da família, incluindo a escolaridade dos filhos. A filha concluirá o curso de medicina nesse ano de 2024, estudando na faculdade de ensino particular no Paraguai, país próximo ao assentamento. O filho já está formado, cursou técnico agrícola, estudou em faculdade particular em Ponta Porã. Realidade que foi possível por estarem hoje no assentamento com sua terra e seu trabalho enquanto professora na Educação Básica. Por meio de seus rendimentos Tulipa transforma a vida da família, edificando sonhos que acalentam a formação dos filhos/as. Esse mesmo sentimento que também se faz presente nas palavras de Carmélia, visto que ela busca com seu trabalho uma renda a mais no conjunto da unidade familiar, para ter uma vida digna junto com os filhos, na terra conquistada: “Com o meu salário consigo manter a casa e os filhos, é um complemento com a renda das atividades do sítio, uma vez que parte das minhas terras estão arrendadas. Tudo ajuda para temos uma vida melhor aqui na nossa terra. (Carmélia entrevista concedida em 07/08/2023).

A terra foi, e continua sendo, o suporte e aporte inicial para que as mulheres participantes das entrevistas chegassem ao serviço público, dificilmente estariam



nesta função se não fosse a reforma agrária. Uma vez que antes de conquistarem a terra, 01 trabalhava no comércio de familiares, as demais quando trabalhavam era de faxineiras nas casas de outras pessoas. Flor de Lótus que era professora convocada no município e posteriormente no Estado, fala das mudanças que teve após ser concursada na segurança pública.

Eu divido as despesas da casa com meu marido que também é da segurança pública. O que recebo hoje não mudou muito do que eu já recebia enquanto professora convocada. A grande diferença é que hoje eu tenho salário todos os meses, décimo terceiro, férias, o que não tinha antes. Hoje tenho segurança financeira e a certeza de receber o meu salário todos os meses. Além de não precisar mais fazer o processo seletivo a cada 02 anos. Comprei uma casa com meu marido. Só foi possível por sermos concursados o que possibilitou fazermos o financiamento para a casa própria. Troquei de carro, hoje tenho um melhor e mais novo do que eu tinha antes. (Flor de Lótus, entrevista concedida em 21/04/2023).

A mudança social se faz presente nas palavras de Flor de Lótus, que dividi igualmente os projetos que constroem com o companheiro. Ela não é ajudante, mas participante de todo o planejamento. Isso foi proporcionado após ser concursada, fazendo a diferença. A segurança proporcionada por ter uma profissão e uma carreira, de poder fazer compromisso financeiro, visto que tem segurança que no próximo mês terá o seu salário, sem se preocupar em ser aprovada em



processo seletivo para continuar tendo emprego, contribui de maneira significativa para que possa alcançar outros sonhos e buscar sua realização. Dividir de maneira equivalente com o companheiro. Os depoimentos das mulheres em ter seus rendimentos são emancipadores, mesmo naqueles onde elas empregam os rendimentos para atender o conjunto das demandas da unidade familiar, porque nesses casos é por onde constroem seus projetos, em benefício do conjunto de suas famílias.

Outro importante espaço, criado a partir do início da organização das pessoas assentadas foi a Roda de Conversa, reunindo mulheres das comunidades dos assentamentos Itamarati I e II. A roda consiste em uma organização coletiva das mulheres, da formação e da luta delas para o enfrentamento de dilemas diversos, especialmente à violência que as mulheres vivenciam. A roda iniciou em fevereiro de 2015, por iniciativa de um grupo de mulheres assentadas que constituem o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. A partir desse grupo, criaram parceria com a Associação Assentamento Itamarati Gerando Vidas - AAIGV, com a Agência Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER, com o Banco Comunitário ITA, e posteriormente com o Centro de Atendimento à Mulher - CAM do município de Ponta Porã, MS. Com o CAM, ocorre a garantia nos atendimentos psicológicos e jurídicos às mulheres que necessitam. A parceria com o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, também é fundamental, visto que um dos *slogans* do movimen-



to é o lema: “Basta de Violência Contra a Mulher”. O MMC desenvolve suas ações alicerçadas no processo de organização, de formação e de luta, objetivando que as mulheres reconheçam as formas de violências vivenciadas, para que possam romper o ciclo da violência presente em nossa sociedade, tendo as mulheres como as maiores vítimas.

Nos encontros das mulheres envolvidas com a roda são debatidos assuntos que as mulheres assentadas vivenciam, especialmente situações de violência familiar, fazendo com que o grupo tenha sentido de acolimento, aconselhamento e forças para tomada de decisão daquelas que se encontram nessa situação. A roda tem a pretensão do abraço e da acolhida, fundamental para quem vive em situações de opressão. Nos encontros são feitas confraternizações, brincadeiras, escutas de problemas e a troca de aconselhamentos. Em cada reunião é eleito um assunto a ser debatido e para isso as coordenações da roda convidam pessoas da comunidade e simpatizantes externos para contribuírem com as discussões. Nesse sentido, a roda é o espaço do encontro, mulheres cuidando de mulheres, para que se fortaleçam e consigam se libertar de processos opressores.

Nos assentamentos o número de mulheres que precisam ser acolhidas na rede de apoio que a roda propicia é elevado, devido à violência doméstica que lá existe, assim como na sociedade em geral. Flor de Lótus fala sobre essa triste realidade: “As ocorrências que mais temos são de violência doméstica. A violência com o álcool é maior que a droga. A droga



gera furtos, roubos para sustentar o vício”. (Entrevista concedida em: 21/04/2023). A Roda de Conversas tem contribuído para que as mulheres se apropriem de conhecimentos, dos direitos e possam romper o silêncio e ter o apoio necessário.

A distância dos serviços públicos para a busca da rede de proteção e atendimento para as mulheres vítimas de violência é outro obstáculo a ser superado no Itamarati I e II e por isso toda rede de atendimento e proteção que as próprias mulheres organizam é fundamental, visto que os atendimentos jurídicos e psicológicos estão no centro urbano. Assim a Roda de Conversas tem contribuído em seus encontros, trazendo discussões sobre direitos e questões de gênero, bem como visam encaminhar as mulheres vítimas de violência, quando manifestada à situação, para os espaços públicos responsáveis e competentes em prestar estes atendimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa compreendemos que as mulheres entrevistadas se destacam na prestação de serviços públicos para as pessoas assentadas, sendo elas as que ocupam a maioria dos cargos, especialmente na área da educação, acenando para mudanças na condição histórica delas, visto que buscaram a profissionalização para construir meios para a autonomia, não só a financeira, mas de condução de suas vidas e que reflete no conjunto das famílias dos próprios assentamentos.



A conquista desses trabalhos significa para elas, servidoras públicas, vindas de acampamento e assentamento de reforma agrária, um misto de realização e superação, de tantas jornadas, de batalhas enfrentadas para atualmente se encontrarem desempenhando uma profissão, construindo uma carreira. Ao assumirem postos como servidoras públicas estão potencializando as demandas também da comunidade, porque vivem e convivem com os problemas locais, compartilhando das mesmas dificuldades e dilemas. Isso faz com que seus atendimentos ultrapassem a dimensão de um simples atendimento em determinado ambiente do trabalho. Seus relatos nos mostraram que, a partir da oferta dos serviços públicos, as pessoas pertencentes a comunidades que mais precisam conseguem produzir mobilidade social, podendo se qualificar profissionalmente por meio do acesso à educação e a partir disso enveredar por diferentes caminhos, desde o domínio da leitura, da escrita, do acesso ao conhecimento social e científico acumulado ao longo da humanidade. Esses acessos ampliam possibilidades de trabalho, bem como o entendimento sobre práticas produtivas para o cultivo da terra.

Houve melhoria nas escolas do assentamento, que passaram a oferecer educação básica, Ensino Fundamental e Ensino Médio, facilitando o ingresso e permanência das juventudes no contexto das escolas. Esses aspectos foram destacados pelas mulheres durante as entrevistas, ao relatarem suas atuações, demonstrando que não são somente atendentes de



demandas nos diferentes órgãos do serviço público nos assentamentos, sendo elas próprias demandantes de melhorias, visto que são assentadas e suas atuações e necessidades estão imbricadas com seus pertencimentos sociais como mulheres assentadas, sendo difícil separar a servidora, da assentada.

Outro serviço que se faz necessário ter sua estrutura atuando no Assentamento Itamarati é uma delegacia da mulher, pelo alto número de ocorrências de violência doméstica presente no cotidiano de várias mulheres, como demonstrada nas palavras da do comandante Prado: *"o que mais causa ocorrências/atendimento por parte da Polícia Militar são as de violência doméstica e alcoolismo"*, demonstradas também nas palavras de Flor de Lótus. Um dos espaços de organização por parte dos Movimentos Sociais que tem feito essa discussão, de violência contra as mulheres e acolhimento as mulheres quando manifestada sua vontade, é a Roda de Conversas, espaço que tem propiciado a escuta, acolhida e encaminhadas para junto à rede de proteção. A presença da Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres de Ponta Porã se deu após ser procurada pelas mulheres dos Movimentos Sociais que contribuem com a organização da Roda de Conversas.

A Roda de Conversas é um espaço não institucional que da sua maneira vem contribuindo com momentos de trocas, partilha e acolhimento e encaminhamento das mulheres vítima de violência. Poderia ser um dos instrumentos da administração municipal estar mais próxima da população do assentamento, um espaço



de escuta para a proposição e implementação das políticas públicas voltada ao atendimento as mulheres, tanto na área da saúde como projetos voltados a geração de renda a serem desenvolvidos nos lotes, bem como da ampliação dos outros serviços necessários a população da comunidade.

As mulheres assentadas servidoras públicas da pesquisa assumem espaços diversos, estando elas na educação, na saúde, na segurança pública, dentre outras. Portanto, esse é o dado mais importante da pesquisa, evidenciando que quando as políticas públicas são assumidas por mulheres assentadas, sendo ao mesmo tempo trabalhadoras e usuárias dos serviços públicos que a comunidade demanda, as mudanças parecem se intensificar, visto que transformam as vidas delas e também das comunidades. Elas possuem a dimensão dos dilemas porque estes se manifestam no todo das comunidades, compondo suas próprias vidas. Então, suas atuações não se restringem a um simples atendimento público num ambiente do trabalho. As pessoas atendidas por essas mulheres são, por vezes, vizinhas nos lotes, suas comadres, parceiras de lutas em outras jornadas. Dessa forma, o atendimento ocorre entre pessoas iguais, entre aquela que está do lado de lá do balcão e aquela do lado de cá. Isso faz com que a demanda e/ou a resolução da mesma possa ser mais compreendida e também encaminhada de forma coletiva. Nesse sentido reside a importância da atuação das mulheres nos serviços públicos nas comunidades dos assentamentos Itamarati I e II,



sendo elas promotoras de mudanças em suas vidas e de suas comunidades. O acesso as políticas públicas, primeiramente da Reforma Agrária e a educação que tornou possível a estas mulheres de serem atualmente agentes públicas nas esferas estadual e municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANCO, Samantha Castelo. História Oral: Reflexões sobre aplicações e implicações. **Revista Novos Rumos Sociológicos**/ vol.8, nº 13/ jan/jul/2020.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Ambiguidades na vida das famílias nos espaços de reforma agrária. *In*: MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS. M. de F. L. **Educação, relações de gênero e movimentos sociais**: um diálogo necessário. (Orgs.) Ed. UFGD, Dourados, MS, 2009.

FIGUEIREDO, Ângela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e 0102, jan./abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312292020e0102>

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. 2019. *In*: BUARQUE DE HOLANDA Heloisa (org); VAREJÃO, Adriana *et al.* **Pensamentos feministas hoje perspectivas decoloniais**. Ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, Nº 55, novembro/2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.



MENEGAT, Alzira Salete. Mulheres assentadas abrem novas portas. Quais portas? *In*: MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS. M. de F. L. (Orgs.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais**: um diálogo necessário. . Ed. UFGD, Dourados, MS, 2009.

MENEGAT, Alzira Salete, FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Saberes em construção: Experiências coletivas de sem terra e a Universidade Federal da Grande Dourados**. (Orgs.) MENEGAT, A. S.; FARIAS. M. de F. L. Marschner, Walter. Ed. UFGD, Dourados, MS, 2009.

MOREIRA, José Vagner. A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP. **Revista NERA** Presidente Prudente Ano 13, nº. 16 pp. 114-129 Jan-jun./2010, ANO 13, Nº. 16 – JANEIRO/JUNHO DE 2010 – ISSN: 1806-6755.

RAGO, Margareth. **Epistemologia Feminista, Gênero e História**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. *In*: _____; FERRAREZI, E (Orgs.). Políticas Públicas. Brasília: **ENAP**, 2006, v. 1, p. 21-42. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

SOUSA, Luana Passos de. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década Mercado de trabalho. *Estudos Avançados*, n.30, vol. 87. May-Aug 2016 <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>. Acesso em: 10 fev. 2023



TEDESCHI, Losandro Antônio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres.** Dourados, MS: UFGD, 2014.

TOMASCESKI, Elisandra. **Dos lugares deixados aos lugares chegados: História de mulheres brasiguaias do Assentamento Itamarati – MS.** Universidade Federal da Grande Dourados – Programa de Pós-graduação em História, Dourados – MS, 2018.



Capítulo 3



MEMÓRIAS DE MULHERES CATADORAS: DO PROCESSO DE INVISIBILIDADE À CONSTRUÇÃO DE NOVOS (RE)FAZERES HISTÓRICOS¹

Luciana Codognoto da Silva²

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é parte da dissertação de mestrado, intitulada “Histórias de Mulheres Catadoras: ambiguidade, gênero e representações”, defendida no ano de 2011, no Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, e trata de um estudo sobre trabalho e vida de mulheres sócias da Associação de Reciclagem de Presidente

1 Parte das discussões aqui apresentadas foram retomadas no artigo intitulado “Trabalho e Vida de Mulheres Catadoras: da invisibilidade à construção de novos (re)fazeres sociais”, apresentado na Revista *Emanipação*, em 2016.

2 Psicóloga. Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Doutoranda em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP/Assis.



Epitácio – SP (ARPE), constituída em sua grande maioria por mulheres catadoras, que, desde o ano de 2003, passaram por uma nova experiência de organização e realização grupal das atividades de coleta e comercialização de resíduos sólidos em seu município.

As mulheres com as quais dialoga esta pesquisa representam 75% das pessoas que compõem o quadro de associados/as da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio. Trata-se de mulheres pobres, muitas delas provedoras ou coprovedoras de família e, majoritariamente, providas das raças negra e parda, que buscam, na Associação estudada, obter o sustento financeiro e a possibilidade de participação no mundo do trabalho não restrito ao lar.

A metodologia adotada refere-se à pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, realizada mediante as análises suscitadas pelos Estudos Culturais e Históricos e também das Ciências Sociais Contemporâneas, respaldando-se nos aportes teórico-metodológicos das relações de gêneros, entendidas, sobretudo, a partir das contribuições de Joan Scott (1992/1995), que as define como um conjunto de características sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas, atribuídas às pessoas de forma diferenciada, de acordo com o sexo.

Em paralelo à revisão de literatura, serão analisadas entrevistas temáticas em história oral de mulheres da referida Associação, visando problematizar os sentidos e os significados que têm orientado as ações cotidianas femininas, bem como as rupturas, perma-



nências e resistências de gêneros e de poder no contexto pesquisado. Tais aspectos objetivarão abarcar a participação expressiva das mulheres catadoras não somente no espaço local da reciclagem, como também na militância de importantes movimentos sociais de catadores, de caráter regional e nacional.

MOVIMENTOS DE MULHERES E ESTUDOS DE GÊNEROS: NOTAS INICIAIS

O conceito de gêneros é muito recente na historiografia, surgindo, mais especificamente, na década de 1980. Esse momento foi marcado pela tentativa de ampliação das temáticas e do corpo teórico referente às práticas políticas, históricas e sociais que marcaram os Movimentos Sociais, sobretudo o Feminista, trazendo para o centro do debate as questões referentes às práticas dominadoras e discriminatórias baseadas na natureza dos corpos das mulheres e de práticas acentuadas de misoginias.

A esse respeito, Sader (1988) ressalta que é a partir das experiências coletivas que sujeitos, até então excluídos, adquirem presença no campo social e político, mediante a manifestação de seus interesses e vontades, de direitos e práticas que os caracterizam e os conduzem ao estabelecimento de uma coesão grupal, conferindo-lhes a possibilidade de participação direta no acontecimento histórico. Logo, segundo o autor:

O novo sujeito é social; são os movimentos populares em cujo interior, indivíduos, até então dispersos



e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas (SADER, 1988, p.10).

Assim, as condições impostas pela divisão capitalista de trabalho social têm certamente grande importância para a compreensão e para o surgimento dos novos movimentos sociais. Em outras palavras, eles são uma resposta coletiva de muitos sujeitos aos problemas que vivenciam cotidianamente, procurando atingir, mediante as suas reivindicações, melhores condições de vida e visibilidade social na construção e no (re)fazer de suas próprias histórias em um determinado tempo e espaço.

Gohn (2008) entende os movimentos sociais como sendo:

[...] expressão de uma ação coletiva e decorrente de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que ao se organizarem em articuladores e articulações, formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações (Gohn, 2008, p.14).

Os novos sujeitos, organizados sob a forma de movimentos sociais, surgem na tentativa de questionar,



dentre outras possibilidades, a posição ocupada pelas mulheres na sociedade ao longo de toda a história, uma história marcada pela invisibilidade e pelo androcentrismo. Assim, busca-se, nesta pesquisa, passar do silêncio à palavra como forma de melhor problematizar as mulheres catadoras consideradas sujeitos sociais ativos e múltiplos, constituídos em um processo amplo de mudanças e também de permanências e resistências.

No que se refere à categoria Gênero, Joan Scott (1995) destaca que seu surgimento se deu na tentativa de questionar a construção de uma identidade pré-existente para as mulheres, demarcada a partir dos traços biológicos, a qual visou atribuir um significado particular e peculiar a homens e mulheres na sociedade. *Assim, a questão da diferença dentro da diferença trouxe à tona um debate sobre o modo e a necessidade de se articularem os gêneros como categoria de análise, o que também pode ser percebido nas palavras de Scott (1992), ao afirmá-lo como meio de teorizar a questão da diferença sexual, ou seja, o gênero como construção social dos sexos.* Logo:

No seu uso mais recente, o termo gênero parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como 'sexo' ou 'diferença sexual' [...] Nos Estados Unidos, o termo gênero é extraído tanto da gramática, do uso da linguística, quanto dos estudos de sociologia dos papéis sociais designados às mulheres e aos homens. Embora os usos sociológicos



de 'gênero' possam incorporar tônicas funcionalistas ou essencialistas, as feministas escolheram enfatizar as conotações sociais de gênero em contraste com as conotações físicas de sexo (Scott, 1992, p.86).



Judith Butler (2003) ressalta as questões de gêneros como significados culturais assumidos pelos corpos sexuados. Ademais, elas designam ainda, segundo a autora, um aparato de produção cultural, mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos socialmente, através dos tempos: "[...] é o meio discursivo/cultural pelo qual 'a natureza sexuada' ou 'um sexo natural' é produzido e estabelecido como 'pré-discursivo', anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura" (Butler, 2003, p.25).

Os estudos que primam pelas relações de gêneros surgem na tentativa de contemplar os processos de subjetivação dos corpos e das corporalidades sob o aspecto de categorias epistêmicas de problematização dos sujeitos históricos e sociais. Nesse sentido, não é possível falar de um cotidiano da mulher, mas sim de vários cotidianos das mulheres, carregados de pluralidades necessárias à tentativa de teorização sobre o que há de estreitamente comum em suas vidas: a árdua luta pela desconstrução de paradigmas pautados na biologia dos sexos, indo contra a tentativa de determinar e delimitar papéis a homens e mulheres na sociedade.

Trata-se de uma busca constante por uma escrita que contemple as mulheres em relação à História universal androcêntrica, algo que lhes possibilite sair do contexto privado do lar para adentrarem e se fazerem



participantes ativas do âmbito público, expresso, sobretudo, pelo viés do trabalho remunerado. Não obstante, as mulheres catadoras encontram, na realização da manipulação dos recicláveis, um espaço de manifestação e de aspirações por melhores condições de inserção social e participação na vida pública, ainda que permeada por constantes ambiguidades e precariedades.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que os movimentos sociais possuem um caráter reivindicatório. No caso estudado, ele representa uma espécie de trabalho coletivo, sustentado por um conhecimento popular, proporcionando a criação de novas condições de pertencimento social, principalmente para as mulheres que estiveram ou que ainda estão em processo de exclusão social e, em um âmbito mais geral, de invisibilidade na própria História.

AS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO: PARA ALÉM DO BINÁRIO E DO UNIVERSAL

Os registros mais significativos de participação feminina no mercado de trabalho brasileiro aconteceram em fins do século XIX. Entretanto, a grande maioria era de operárias que trabalhavam fora do lar. Com o advento das guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), as mulheres, em especial aquelas pertencentes às classes menos abastadas, passaram a participar diretamente da esfera pública, antes reservada aos homens.

Historicamente, as mulheres sempre trabalharam. Contudo, ocorreu que, sem serem remuneradas, elas ficavam encarregadas das tarefas de reprodução – li-



gadas ao âmago da vida privada – e os homens, por sua vez, às de produção – vinculadas à vida pública social – “[...] transformando essa rígida divisão sexual do trabalho em natural, própria à biologia de cada sexo” (MASSI, 1992, p.79).

Nos séculos XVIII e XIX, a visão elaborada e dirigida às mulheres ainda se relacionava aos papéis domésticos, ao casamento e à criação dos filhos. Ao executarem a supervisão e as atividades do trabalho doméstico, as mulheres ficaram grande parte do tempo confinadas ao espaço da individualidade e da vida privada, o que contribuiu para que lhes fosse atribuído, segundo Menegat (2009), um caráter de não trabalho, visto que as atividades do lar não apresentavam remuneração de qualquer ordem, seja econômica seja de reconhecimento social.

O ideal de maternidade e de concepções ligadas ao lar não se ateve somente aos aspectos familiares, como também colaborou para a formação de um princípio pedagógico que se estendeu aos primeiros registros de profissões ocupadas pelas mulheres no Brasil. Elas se mostraram carregadas de marcas geradas por representações que se direcionaram, por conseguinte, às profissões assistenciais e educacionais, como as de professora e enfermeira, consideradas tipicamente femininas por estarem ligadas, em essência, aos papéis maternos e de cuidados.

É preciso destacar que essas representações, anteriormente descritas em relação às mulheres, são formas históricas e não naturais. Em outras palavras, as



relações entre os sexos são socialmente construídas e, como tal, geram sentidos inequívocos à vida de homens e mulheres, atribuindo-lhes um sentido social, conforme evidencia Maria Lúcia Rocha-Coutinho: “[...] por trás das ‘funções biopsíquicas’ do parto e da amamentação associadas à mulher, está subjacente toda uma estratégia de poder, articulada a partir de um discurso que tenta encobrir as desigualdades entre os gêneros naturalizando-os” (Rocha-Coutinho, 1994, p.51).

Em suma, trata-se do Poder Simbólico, apontado por Pierre Bordieu (2003), como sendo uma configuração de poder não arbitrário, uma forma de violência, legitimada a partir do momento em que gera sentidos e significados à vida humana, de acordo com uma norma atuante e instituída, pautada na segregação dos sexos. Esses aspectos possibilitam o entrecruzamento de representações acerca do feminino a partir dos tempos passado, presente e futuro, o que tem colaborado para o estabelecimento de um eixo que passa a ser o articulador de outras representações, elaborando sentidos para a vida cotidiana de muitas mulheres. Esse fato permite (re)pensar a questão proposta pelas ideias de Bordieu, que fundamentam o esquema teórico do que ele denomina *Habitus*, como sendo:

Um sistema de disposições duráveis e transferíveis que integram todas as experiências passadas funcionando a todo o momento como matriz de preocupações, apreciações e ações. O *habitus* torna possível o cumprimento de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que



permitem resolver os problemas, da mesma forma, graças às correções incessantes dos resultados obtidos e dialeticamente produzidos por estes resultados (Bordieu, 1972/2003, p. 178).



Nesse contexto, acaba por existir um sistema de disposições que dão significados às ações e às representações humanas, ou seja, um sistema que adentra as consciências e perpassa as práticas e estruturas sociais e individuais (Bourdieu, 2003). Tal fato pode ser expresso na formulação de ideias sobre o que seria tido como feminino e masculino, ou melhor, das representações que envolvem o que seria próprio de homens e mulheres, no âmbito público e privado da sociedade.

Em meados do século XIX, aconteceu uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, de forma a ocuparem, significativamente, os espaços das fábricas. Todavia, essa maior participação feminina no mundo público não atenuou as representações que, por longo tempo, as mantiveram no espaço privado do lar e tampouco passou a ser vista como fonte de realização pessoal para muitas delas. Para Rocha-Coutrin, isso se deve ao fato de que:

[...] o trabalho feminino era aceito pela sociedade do século XVIII apenas na medida em que complementava a renda familiar e na medida em que era necessário aos interesses da industrialização crescente no Brasil. Assim, a mão-de-obra feminina se colocava como um exército industrial de reserva, acionado sempre que necessário aos interesses do Estado. E, o Estado buscou sempre controlar a atuação da mulher, limi-



tando-a a tipos especiais de ocupações (geralmente educacionais e/ou assistenciais e de prestação de serviços) supervisionados e/ou controlados por homens (Rocha-Coutinho, 1994, p.95).

A divisão sexual do trabalho, apontada por Rocha-Coutinho (1994), tem raízes biológicas e, por sua vez, passa a ser transportada para o âmbito da cultura, onde se cristaliza em valores para homens e mulheres na sociedade. Essa desigualdade possibilitou uma forma muito particular de demarcação dos espaços sociais e profissionais para cada sexo, conforme apontam Hirata e Kergoat:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (Hirata E Kergoat, 2007, p.599).

Elisabeth Souza-Lobo (1991) salienta que a divisão sexual do trabalho está articulada às relações sociais e embutida, por conseguinte, nas práticas sociais. A assimetria nas relações de trabalho, apontada pela autora, não somente consolida diferenças, como também hierarquias e demarcação de lugares e papéis às pessoas em desacordo às questões de gêneros.



Na visão de Hannah Arendt (2009), os termos público e privado se relacionam a importantes territórios de expressão das representações, sobretudo as que tangem à concepção de feminino e masculino nas esferas da sociedade. Ao realizar uma análise mais apurada dos termos público e privado, a partir da concepção grega, a autora ressalta, de um lado, o público como um meio de referência à construção da identidade e expressão do sujeito e, de outro, como um espaço que poderá ser escutado por todos/as, ao apresentar máxima publicidade e tornar-se comum às pessoas. Logo:

[...] o termo público significa o próprio mundo, à medida que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Este mundo, contudo, não é idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica. Antes, tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos habitam o mundo feito pelo homem [...]. A esfera pública, enquanto mundo comum reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer (Hannah Arendt, 2009, p.62).

Sob outro prisma, o privado é definido por Hannah Arendt (2009) como local de privação e necessidade, bem como espaço pertinente à manutenção da vida, do labor, tido como o trabalho do próprio corpo pela sobrevivência física. Enfim, o privado, nas palavras da autora, remete aos fatos e às coisas que devem ser



escondidas e ocultadas da/na sociedade. Diante de tudo isso, há que se destacar a nítida divisão sexual do trabalho atuante em Presidente Epitácio. Por se tratar de uma instância turística, o município tem apresentado um número considerável de empreiteiras, fator que tem direcionado para a divisão das atividades tipicamente femininas e masculinas as mulheres e os homens epitacianos/as.

Essa classificação pode ser observada na análise da trajetória profissional das mulheres que compõem o quadro de sócias da Associação estudada. Das 33 (trinta e três) mulheres que se fizeram presentes durante o momento de pesquisa, 4 (quatro) relataram ser a Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio o seu primeiro emprego; 26 (vinte e seis) sócias, que já haviam tido empregos anteriores ao trabalho na Associação de Reciclagem, apontaram terem exercido, em sua grande maioria, atividades ligadas ao cuidado de crianças, de pessoas idosas, de domésticas ou diaristas; por fim, 3 (três) sócias relataram terem trabalhado também em áreas não ligadas à esfera doméstica e de cuidados, como indústrias frigoríficas e de açúcar e álcool da região.

Ademais, destacaram, em caráter de unanimidade, não terem apresentado plano de previdência social, ou ainda, carteira assinada, tanto em relação aos trabalhos anteriores, quanto o atual da Associação. Esse fato remete à informalidade de atuação



profissional em relação às mulheres entrevistadas nesta pesquisa. No que se refere aos motivos que as levaram a procurar e, sobretudo, a permanecerem na Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio, estavam a falta de possibilidades de melhores empregos, com plano de previdência social e registro em carteira, o desemprego do companheiro, a necessidade de sustento financeiro dos filhos/a e o fato de se autorreconhecerem independentes, no momento em que obtinham o seu próprio dinheiro mediante o trabalho com os recicláveis.

Além disso, a situação de desemprego no município aparece como elemento fundamental para o direcionamento dessas pessoas para a atividade no âmbito dos resíduos sólidos, haja vista que o trabalho com os recicláveis constitui uma importante forma de obtenção de renda, que garante a sobrevivência física das mulheres catadoras e de suas famílias. Esses aspectos podem ser evidenciados no depoimento de uma das mulheres entrevistadas:

A gente procura a Associação devido à dificuldade, à falta de dinheiro. Tem outra coisa: Epitácio é uma cidade pequena e não tem outra coisa. Até pra trabalhar de doméstica está difícil aqui. Porque, é como elas falam: se lá está difícil e aqui está ruim, se eu for sair, vai ficar pior. Antes pingar do que secar! Vai tirar de onde pra comer? Aqui, pelo menos, é pouquinho, mas tem. (M.R.P, 43 anos. Sócia da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio. Entrevista realizada em 8 de março de 2010).



O fragmento da entrevista aponta o trabalho na Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio como espaço de sustento financeiro para as mulheres e para seus familiares. Ele se apresenta como alternativa de remuneração diante da insuficiência de empregos em outras áreas no município. Ademais, a fala “antes pingar do que secar”, ressaltada anteriormente, permeou muitos outros momentos das entrevistas, ao transparecer que, apesar das adversidades presentes no trabalho com os recicláveis, esse espaço tem possibilitado gerir sustento para muitas delas.

Trata-se não de um desejo, mas do direcionamento de muitas dessas mulheres para o trabalho com os resíduos sólidos, posto que as poucas possibilidades de emprego remunerado, principalmente para as mulheres pobres e, majoritariamente, das raças parda e negra, somadas às necessidades enfrentadas por elas em relação ao sustento da família, se apresentam como fortes condicionantes para a entrada e a permanência delas na Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio.

Sob outro prisma, o trabalho doméstico remunerado, presente na trajetória profissional de grande parte das sócias da Associação, não se mostrou relevante em termos de reconhecimento, ou ainda, do desejo delas em voltar a desenvolvê-lo em outro momento de suas vidas. Logo, o trabalho na Associação tem se apresentado, além de um importante meio de sobrevivência, como a possibilidade de rompimento da ideia de domesticidade às mulheres, remunerada ou não, conforme assinalou uma das entrevistadas:



Trabalhei de doméstica, mas não gosto. Prefiro, mil vezes, trabalhar aqui [...] tem gente que ainda você tem sorte de pegar uma pessoa boa para trabalhar, mas tem umas patroas enjoadas que, quanto mais você faz, acha que você não faz [...] O serviço doméstico também não é ruim não, mas eu não gosto de trabalhar como doméstica, porque eu não gosto muito de fazer o serviço doméstico; só na minha casa mesmo, só quando eu estou em casa. (E.S.P, 27 anos. Sócia da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio. Entrevista realizada em 22 de abril de 2010).

Nas palavras da entrevistada, o trabalho doméstico, ainda que remunerado, aparece interligado à ideia de não reconhecimento, de forma a assumir um caráter de não trabalho, ou, ainda, de uma atividade invisível voltada à vida privada e à noção de privatividade, conforme evidenciou Hannah Arendt (2009). Na prática, o que se observa é que as mulheres estão em busca de novos papéis sociais, não mais calcados na esfera doméstica, de modo a estabelecerem um novo entendimento sobre si e sobre a sua participação no mundo do trabalho. Assim, o que foi posto como verdade a ser seguida pelas mulheres passou a ser questionado por elas, ao descobrirem que muitos desses papéis não preenchiam suas necessidades individuais, conforme ficou evidenciado na fala a seguir:

Antes eu era mãe, dona de casa e esposa. Depois separei do marido. Então, de repente, comecei, a partir da Associação, catar material, pegava algum material e guardava na minha mãe. Hoje eu me habituei: eu não conseguiria, hoje, ser só mãe e dona de casa e não ter o



trabalho da Associação. (E.H.P, 33 anos. Sócia da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio. Entrevista realizada em 08 de março de 2010).

Percebe-se, na fala da entrevistada, importantes rupturas das práticas sociais vinculadas ao papel das mulheres nos espaços privado e público da sociedade. Se, antes, o casamento, o lar e a educação dos filhos definiam as mulheres como um ser para os outros, segundo evidenciou Michelle Perrot (2003), a saída delas do espaço privado para o público lhes confere uma nova identidade como protagonistas de suas próprias histórias, não mais reduzidas aos outros, mas tendo a si mesmas como finalidade da própria existência biológica e social.

Trata-se, pois, do que Michelle Perrot (2003) já pronunciara sobre a escrita feminina como uma narrativa em curso, processo histórico e acontecimento em construção, no qual, gradativamente, as mulheres, em especial as enunciadas durante esta pesquisa, buscam construir relações mais igualitárias entre os gêneros no cotidiano de trabalho com os recicláveis, circunscrito em meio a contradições, avanços e recuos – pessoais e sociais – que indicam novas possibilidades, ainda que contraditórias, de suas escritas, na condição de mulheres e sujeitos sociais.

O TRABALHO COM OS RECICLÁVEIS: MEMÓRIAS DE MULHERES CATADORAS

Nos anos de 1990, assistiu-se no Brasil a um elevado índice de desemprego, o qual acarretou pro-



fundas mudanças nas formas de trabalho, marcadas pelo crescente número de empregos informais, sem registro em carteira, e pela instabilidade financeira e temporal dos/as trabalhadores/as. Nesse mesmo período, a mundialização do capital emitiu efeitos complexos e contraditórios ao afetar desigualmente homens e mulheres, como ressaltam os estudos de Hirata (1998).

Na América Latina, particularmente após a reestruturação produtiva e a presença neoliberal, o fator desemprego passou a ser ainda mais acentuado. A precarização não ocorreu somente em relação à força de trabalho feminina, pois quando se analisam os dados apontados nas pesquisas de Bruschini e Lombardi (2002), verifica-se que as alterações no âmbito profissional também atingiram os homens trabalhadores, ainda que de forma menos intensa.

Faz-se importante ressaltar que a tendência à feminização do trabalho e à sua acentuada precarização continua a se manter atuante no Brasil durante este século. Nesse cenário, a atividade das mulheres catadoras surge como alternativa perante o estado de desemprego e a falta de opções de ingresso no mercado de trabalho formal, conforme atestam os relatos das entrevistadas desta pesquisa. Esse fato corrobora com a ideia de que a falta de perspectivas e de qualificação profissional têm proporcionado o direcionamento de homens e, sobretudo, de mulheres para as atividades



de manuseio de resíduos sólidos, como forma de gerir sobrevivências para si e para seus familiares.

Antunes (1995) assinala que a precariedade do trabalho refere-se à atividade mal remunerada e pouco reconhecida, estando ela vinculada à instabilidade de emprego e à restrição de direitos sociais. Considerando esses aspectos, faz-se importante salientar que a Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio passou por um importante momento de crise de cunho financeiro durante os anos de 2008 e 2009, quando os rendimentos alcançaram uma média de duzentos reais por associada/o, a cada quarenta dias de trabalho. Esses fatores colaboraram para o estabelecimento de uma memória coletiva do grupo de mulheres da Associação, evocada e contada como um marco de dificuldade.

Nos relatos externados pelas entrevistadas, observou-se que o momento de crise envolveu a todas elas, produzindo lembranças comuns, o que remete pensar em trabalhos mais recentes e que se debruçam no entendimento da relação entre História e Memória. Nesta pesquisa, os conceitos e as aplicações sobre Memória Coletiva são entendidos com base nas contribuições de Maurice Halbwachs (2004) e de Michel Pollak (1989).

A questão central desse conceito na obra de Halbwachs (2004) consiste na afirmação de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. Para o autor, esse fato é o que



garante a coesão no grupo, esta unidade coletiva, concebida como o espaço de conflitos e influências entre uns e outros. Assim, para o autor:

A memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a 'um ponto de vista sobre a memória coletiva'. Olhar este, que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios (Halbwachs, 2004, p.55).

A memória apoia-se sobre o passado vivido. Em Halbwachs (2004), ela é compreendida como a sucessão de acontecimentos marcantes nas experiências de pessoas e grupos, ocorridas de forma contínua e concebidas a partir de uma pluralidade. Nesta pesquisa, tal memória mostra-se ligada ao período de crise financeira, vivenciada de maneira global pelo mercado da reciclagem. Esse acontecimento obteve uma repercussão especial no trabalho desenvolvido pela Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio, levando à queda dos rendimentos dos sócios/as. Durante aquele período, a Associação registrou somente a presença feminina nos diversos trabalhos, o que, nas palavras de uma das entrevistadas, representou que: "Somos guerreiras"; "A gente segura mais o trem do que os homens" (D.G.G.M, 26 anos. Sócia da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio. Entrevista realizada em 8 de março de 2010).

O estabelecimento da memória coletiva do grupo feminino mostrou-se intimamente vinculado ao fator



econômico. Com a queda nos rendimentos e, consequentemente, a saída dos homens da Associação, as mulheres passaram a assumir todas as funções de manuseio dos recicláveis. A partir desse momento, elas passaram a se reconhecer fortes, não somente em relação ao fator físico do trabalho, mas, sobretudo, em relação às práticas psicossociais ligadas à atividade precarizante e mal remunerada de coleta e comercialização dos recicláveis.

Esses aspectos foram evidenciados em outros momentos das entrevistas, em especial quando as sócias utilizavam palavras ou frases, como: “guerreiras”; “segurar o trem”; “é melhor pingar do que secar”, entendidas como *slogans*, que remetem a uma expressão de força coletiva feminina, organizada em formato de estratégia para permanecerem em tempos de crises e buscarem saídas para a situação de dificuldade de cunho financeiro na Associação.

Destarte, dentre os motivos que colaboraram para a manutenção das mulheres na Associação estava a necessidade de sustento financeiro da família, em especial dos filhos/as, conforme relatou uma das entrevistadas:

A necessidade é igual dentro de casa, mas a mulher ela pensa muito nos filhos [...] Tiveram homens que ficaram com a gente no período bom, quando a gente estava ganhando bem e depois eles não conseguiram, não resistiram, saíram. E depois eles viram que lá fora também estava difícil, pediram para voltar. Mas o que leva a mulher a ficar? São a família, os filhos. A gente



tem uma maioria das mulheres aqui que pensam muito nos filhos [...] Eu não tinha como falar para vocês ficarem na Associação e passarem fome junto comigo e com a líder de atividades, mas dizíamos: vamos segurar e tentar ficar para poder levantar a Associação (E.H.P, 33 anos. Sócia/Presidente da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio. Entrevista realizada em 8 de outubro de 2010).

É possível afirmar que as mulheres da referida Associação se submeteram mais à atuação em empregos precários do que os homens, também sócios. Em outras palavras, asção salarial, que se tornaram necessárias ao sustento financeiro de si e de suas famílias. Assim, a memória coletiva se apresenta nesta pesquisa como um duplo olhar: um olhar voltado ao passado de dificuldades e o outro, ao tempo presente de superações femininas, uma vez que as mulheres externaram em seus relatos os problemas e as limitações financeiras e sociais que marcaram o período de crise financeira em seu espaço de trabalho.

Segundo Pollak (1989), essas memórias, até então marginalizadas, abrem novas possibilidades no terreno fértil da história oral. Desse modo, não se trata de lidar somente com os fatos sociais, mas de analisar como eles são solidificados e dotados de certa duração e estabilidade histórica. Neste estudo, a durabilidade e a estabilidade da memória feminina registram-se como uma visão positiva apresentada e dirigida a elas durante um período percebido como marcante na trajetória de trabalho da Associação da qual elas



fazem parte. Em relação a esses aspectos, externou uma das entrevistadas:

Teve um tempo que não teve nenhum homem na Associação. Por quê? Porque eles chegam em casa, tem a família, a mulher está dentro de casa e ele chega com duzentos reais para poder pagar aluguel, água, ele não resiste à pressão. As mulheres que ficaram na Associação naquele período, eu dizia: Está aqui o dinheiro, vai dar duzentos reais. E elas diziam: antes pingar do que secar! Eu tenho três filhos em casa; a outra, é avó de família: tenho que manter a minha filha que está grávida dentro de casa, não tem como trabalhar, tenho mais três netos e se eu não tivesse os duzentos? Então, o homem não resiste tanto à pressão de chegar em casa e ver água pra pagar, aluguel e a mulher já pega aquele dinheiro e segura aquela pressão e tenta barrar as outras situações, até melhorar aquela situação. Como as mulheres são fortes, até no trabalho, para fazer cargas em cinco mulheres com 350 quilos; de elas segurarem a pressão e acharem que duzentos reais ainda dão para dar de comer aos filhos! (E.H.P, 33 anos. Sócia da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio. Entrevista realizada em 8 de outubro de 2010).

A memória, como produto social e fruto de um sistema inscrito sobre determinadas características ou fatos sociais, espaciais e temporais, constitui-se nas relações entre as pessoas que compartilham ou assimilam informações passadas, que se perpetuam ao longo do tempo. Na narrativa da entrevistada, a lembrança de um tempo de dificuldades passa a ser evocada como sinônimo de força feminina, de modo a se apresentar



como um deslocamento de valores, haja vista que é nos sinais da precariedade do trabalho que as mulheres se reconheceram sozinhas e, simultaneamente, providas de forças para enfrentarem os obstáculos sociais e financeiros no trabalho com os recicláveis.

Ademais, é importante enfatizar que o registro da memória coletiva feminina não se mostra estritamente vinculado à questão financeira ou de classe. As relações de gêneros atuaram nesse contexto de maneira intensa, uma vez que, na fala da entrevistada, os sócios homens não resistiram à pressão de se manterem na Associação durante o período de crise financeira, migrando para outros polos de trabalhos considerados tipicamente masculinos no município, como a atuação profissional em empreiteiras e como guardas/vigias noturnos em estabelecimentos privados e públicos da região.

Se, por um lado, as representações sobre as mulheres continuam atuantes em muitos contextos da sociedade, ligados à esfera privada ou pública, de outro, há que se registrar que os homens, em menor escala, também carregam as marcas geradas por representações, na medida em que a construção cultural lhes confere o poder de referência e provisão financeira da família. Tais conceitos, apesar de contestados nesta pesquisa, se mantêm, por sua vez, atuantes na sociedade, respondidos em muitas famílias brasileiras. Por essa razão, e de maneira especial, ficaram refletidos neste estudo, durante o período de crise financeira vivenciada pela Associação.



Em outras palavras, as mulheres entrevistadas durante esta pesquisa negaram a construção social que produziu representações de fragilidade e docilidade como palavras sinônimas do feminino. Em contraponto, elas se mostraram fortes para o trabalho e para o prosseguimento das atividades na Associação da qual fazem parte; já os homens sócios se esconderam por trás das representações de provedores, de forma a não permanecerem nesse setor de produção, quando melhores possibilidades de emprego passaram a surgir.

Esse fato se vê reforçado pelas teses sobre a segmentação do mercado de trabalho, que tem direcionado as mulheres, sobretudo pobres e negras, aos grupos de mão-de-obra secundária, caracterizados pela instabilidade, baixos salários, desqualificação profissional e invisibilidade social. A questão estrutural sobre o trabalho feminino, evidenciada em estudos contemporâneos, em especial nos de Saffioti (1976), tem possibilitado a problematização das formas históricas e culturais da divisão sexual do trabalho, de modo a fixá-las em termos de reprodução dos papéis sexuais, em desacordo com os de gêneros.

“O CATADOR ORGANIZADO JAMAIS SERÁ PISADO”: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE RECICLAGEM

É preciso destacar que, em meados da década de 1980, os/as catadores/as começaram a se organizar em



associações e cooperativas em busca do reconhecimento da atividade de catação como uma profissão. Nos anos 90, com o apoio de instituições não governamentais, foram incorporados novos parceiros que, aliados ao fortalecimento de reivindicações suscitadas durante esse período, proporcionaram a criação do Movimento Nacional dos Catadores de Reciclagem – MNCR³, o qual tem se apresentado como um importante movimento social na luta por melhores condições de trabalho e valorização de pessoas e grupos ligados às experiências de coleta seletiva em todo o país.

Gonçalves (2006), em sua tese de doutorado, intitulada *O Trabalho no Lixo*, ressalta que a ação coletiva de trabalho na catação foi, inicialmente, estimulada por agentes ligados à Igreja Católica, que desenvolviam atividades com moradores de rua e com catadores em condições precárias no Estado de São Paulo. Por meio de ações organizativas de trabalho, esses agentes buscaram formar e instituir um espaço de lutas diante da realidade de marginalização social que se encontravam as/os catadoras/es:

[...] a formação do movimento nacional dos catadores tem sua origem nas ações da Igreja católica, que através do trabalho desenvolvido com moradores de rua de algumas das capitais dos estados brasileiros durante a década de 80, tinham como objetivo melhorar minimamente as condições de existência desses trabalhadores [...] Grupos ligados à Igreja entenderam que uma melhoria efetiva na vida dos trabalhadores

3 Para maiores informações, visitar o site do Movimento Nacional dos Catadores de Reciclagem. Disponível em: <http://www.mncr.org.br>.



catadores poderia ocorrer a partir da organização do trabalho de forma coletiva, através da criação de associações e cooperativas de catadores que pudessem colocá-los em condições mais favoráveis no mercado dos recicláveis, especialmente melhorando as condições de trabalho e possibilitando o fim da exploração de intermediários (Gonçalves, 2006, p.243).

Nesse cenário de mobilizações, foi realizada em 7 de junho de 2001 a Primeira Marcha Nacional da População de Rua. Nesse evento, foram apresentadas, à sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, reivindicações e propostas de criação e direcionamento das ações governamentais e de políticas de Estado para a melhoria das condições dos/as catadores/as e dos/as moradores/as de rua em geral, segundo apontam os estudos de Gonçalves (2006). Essas concepções mostraram-se vinculadas à luta pela regulamentação da profissão de catador/a, uma vez que o movimento tem buscado, desde a sua criação, lutar por formas mais dignas de trabalho no âmbito dos recicláveis, tendo em vista o resgate social da categoria, que tem como lema de mobilização: “O catador organizado jamais será pisado! Pela construção do Poder Popular!”

Nesse contexto, o Movimento tem se apresentado como local de estabelecimento da identidade política dos/as catadores/as, ao possibilitar uma direção alicerçada para os questionamentos e reivindicações dos



homens e mulheres em questão, conforme relatou uma das entrevistadas:

O Movimento faz isso: ele luta pela nossa categoria, embora nós tenhamos consciência que o movimento somos nós mesmos. A gente tenta unir as cooperativas e associações criando força pra poder chegar lá em cima e falar assim: nós temos tantas pessoas, nós estamos há tantos anos e pretendemos isso! (E.H.P, 33 anos. Sócia/Presidente da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio. Entrevista realizada em 1º de dezembro de 2010).

Ao apresentar como principal diretriz a adoção e a consolidação de políticas públicas voltadas ao trabalho com os recicláveis, o Movimento Nacional tem possibilitado aos/as trabalhadores/as catadores/as o acesso aos programas de financiamentos e empreendimentos direcionados à geração de emprego e à distribuição de renda. Com o intuito de fortalecer a estruturação do Movimento Nacional, foram pensados e articulados os Comitês Regionais dos Catadores, de modo a se apresentarem como elementos fundamentais no processo político de trabalho com recicláveis, do qual a Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio e outros grupos instituídos da Região do Oeste Paulista têm participado ativamente.

A proposta de formação dos Comitês Regionais teve início com as principais deliberações provenientes do I Primeiro Congresso Latino-Americano de Ca-



tadores, realizado no ano de 2001, no Estado do Rio Grande do Sul. Nesse evento ficou instituído que a formação dos Comitês Regionais ficaria sob a responsabilidade dos militantes presentes no Congresso, que retornariam às suas bases e iniciariam a sua organização, tendo como objetivo principal instituir, ampliar e fortalecer os alicerces do Movimento Nacional no interior dos Estados. Esses Comitês estariam ligados a uma Comissão Estadual, por sua vez, vinculada à Comissão Nacional, de forma a permitir uma estrutura política e coletiva mais sólida e ampliada do Movimento Nacional, como bem destacou Gonçalves (2006).

Nesse período, os membros das Cooperativas de Assis e Presidente Prudente deram início às ações de formação do Comitê Regional do Oeste Paulista⁴, do qual a Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio integra desde o ano de 2003. O Comitê tem proposto realizar um calendário de reuniões, ocorridas a cada dois meses, entre as Associações e Cooperativas que agregam o Oeste Paulista. Essas reuniões são, atualmente, realizadas nos locais onde existe um grupo de catadores/as constituído ou que se encontra

4 Formado por catadoras e catadores dos seguintes empreendimentos: Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Ourinhos (Recicla Ourinhos); Associação dos Catadores de Palmital (Acipal); Associação dos Catadores de Maracá (Ascarn); Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio (Arpe); Cooperativa de Catadores de Assis e Região (Coocassis) e Cooperativa dos Catadores de Lixo de Presidente Prudente (Cooperlix). Além das Associações e Cooperativas supracitadas, somam-se a elas os grupos de catadores organizados dos Municípios de Rancharia, Regente Feijó, Martinópolis, Álvares Machado, Presidente Venceslau e Junqueirópolis.



em vias de estruturação. O objetivo principal dessas reuniões consiste em promover momentos de trocas de informações e de mobilização política dos/as catadores/as em seus municípios.

Na fala da presidente da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio, o Comitê Regional do Oeste Paulista tem atuado como ambiente de trocas dialógicas e de debates sobre assuntos atuais ligados ao trabalho de coleta e comercialização dos resíduos recicláveis. Nesses espaços são debatidos, dentre outras particularidades, os seguintes aspectos:

[...] toda reunião do Comitê a gente pega uma pauta do que a gente vai discutir. Saiu o novo Plano Nacional de Resíduos que fala sobre incineração, a contratação de cooperativas e associações para prestação de serviço para o município, a questão do material reciclável de grandes geradores que não doavam para as cooperativas. Temas que estão circulando no momento [...] as leis que estão sendo criadas, as políticas públicas (E.H.P, 33 anos. Sócia/Presidente da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio. Entrevista realizada em 8 de outubro de 2010).

Cada uma das experiências apontadas pela entrevistada permite visualizar a aproximação dos/as catadores/as com o Movimento Nacional. Ela acontece por intermédio dos centros regionais e se tornam o conduto por onde são canalizadas as discussões sobre as necessidades laborais e de vida de pessoas e grupos ligados às experiências de coleta seletiva da região. A organização das sócias e dos sócios em Associação e



suas participações no Comitê Regional têm lhes oferecido vias para a construção de conhecimento e de atuação política de uma nova territorialidade no trabalho com os resíduos recicláveis. Esse fato, de acordo com Gonçalves (2006), estabelece uma base mínima para a formação de uma (nova) sociabilidade entre o grupo de catadoras e os demais setores da sociedade, potencializando um (re)pensar do contexto, do qual as mulheres têm participado ativamente.

Durante muito tempo, se pensou que seria difícil mobilizar as mulheres trabalhadoras, porque se considerava dissidente e transitória suas inserções no mercado de trabalho. Em contraponto, foi percebida, em Associações e Cooperativas que integram o Comitê Regional do Oeste Paulista, uma concentração expressiva de mulheres, tanto em relação ao número de sócios/as quanto em cargos de liderança, conforme atestam diferentes estudos, como os de Gonçalves (2006). Esses aspectos mostram-se essenciais na análise da atuação feminina em cargos de trabalho que têm como cenário principal a coleta e o manuseio dos resíduos sólidos recicláveis.

Assim, o Movimento Nacional dos Catadores de Reciclagem, em interação permanente com o Comitê Regional do Oeste Paulista, tem proporcionado a passagem da invisibilidade das mulheres catadoras para um modo muito particular de atuação feminina dentro do espaço de trabalho com os recicláveis, ao oferecer um caminho de visibilidade e de (re)construção do papel ocupado pelas mulheres na História e, em especial, nos espaços públicos e de lideranças po-



líticas. Esses aspectos podem ser analisados no relato da presidente da Associação:

O Movimento Nacional pediu uma reunião aqui em Epitácio. Teve uma reunião do Comitê Regional e nessa reunião do Comitê a própria representante conversou e passou várias experiências para o grupo. Abriu o horizonte do grupo: eles passaram a enxergar que a catação não era só colocar o dinheiro no bolso, mas tinha várias outras situações, como a Associação [...] Nessa reunião, o próprio grupo apontou: nós queremos você como presidente, e eu disse: Ah, eu não sou capaz! Eu tinha um mundo muito restrito e não tinha noção se eu poderia fazer alguma coisa maior! (E.H.P, 33 anos. Sócia/Presidente da Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio. Entrevista realizada 8 de outubro em de 2010).

O trabalho na Associação, em parceria com o Movimento Nacional e o Comitê Regional do Oeste Paulista, tem contribuído para a constituição de uma ação de grande expressão na conjuntura da reciclagem do município de Epitácio. Esses fatores têm permitido, ainda que de forma gradual, a participação considerável das mulheres no mercado de trabalho, não somente como trabalhadoras e integrantes de um coletivo, mas também de líderes de atividades. Logo, ao ser apontada pelo grupo como candidata a ocupar o cargo de maior liderança na Associação – a presidência –, a entrevistada passou a descobrir novos horizontes, bem como a potencializar novas capacidades, até então não descobertas por ela.



Portanto, as diversas formas de inserção das mulheres em meios antes impensáveis para elas – como o mercado de trabalho, cargos de liderança e, neste estudo, a direção da Associação de Reciclagem – apontam para uma tendência a mudanças na vida de muitas delas. Há, ainda, a relevante discussão sobre os estudos de gêneros e de classes e raças/cores na análise da trajetória feminina no mercado de trabalho e no papel ocupado por elas no contexto histórico. Nessa perspectiva, as pesquisas sobre o cotidiano de mulheres em situação de invisibilidade e marginalidade vêm propiciar reconhecimento ao entrecruzamento de processos macro e microsociais, ao recolocar as mulheres e o seu meio social no centro do acontecimento histórico, com seus avanços e contradições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou que a evidente desigualdade entre homens e mulheres na esfera de produção do capital trouxe à tona discussões proeminentes sobre a participação das mulheres nos contextos da vida pública e privada. Assim, quando se traçou um panorama das questões pertinentes ao trabalho feminino ao longo dos tempos e das sociedades, verificou-se que ele sempre foi permeado por constantes descompassos e ambiguidades.

Podemos dizer que o trabalho na reciclagem, ao mesmo tempo que tem permitido às mulheres entrevistadas uma maior participação na vida pública, ainda as têm envolvido nas esferas pautadas na divisão



sexual do trabalho, uma vez que foram constatados, durante a pesquisa, os seus direcionamentos para a atividade com os recicláveis em decorrência das escassas possibilidades de emprego, com melhores garantias de estabilidade e remuneração social, oferecidas em outros setores laborais desse mesmo município.

Em contraponto, há que ser destacado que a participação efetiva e ativa das mulheres na Associação de Reciclagem de Presidente Epitácio tem possibilitado um novo (re)fazer histórico, espaço onde elas perpassam de coadjuvantes para personagens centrais de suas próprias histórias. Esse ambiente de trabalho, ainda que marginalizado em/por muitos contextos da sociedade, tem se apresentado como caminho para a mudança de muitas vidas, a partir do momento em que essas mulheres buscam romper com os paradigmas sexistas que as destinaram exclusivamente ao privado do lar, para adentrarem o espaço público da Associação e, por conseguinte, fazerem-se militantes de movimentos sociais de relevante expressão no país.

A sociedade tem se transformado, ainda que de forma lenta e resistente à ruptura de velhos paradigmas. Teorias têm sido reformuladas, de forma a começar a apresentar outra visão em relação às mulheres em suas pluralidades. Tudo isso deve-se à luta feminina por melhores condições de inserção social e de participação como pessoas humanas múltiplas, históricas e concretas. Embora uma parcela das mulheres esteja engajada em espaços públicos da sociedade, muitas delas, conforme evidenciou este estudo,



buscam sair de uma condição marcada por estigmas sociais de diferenças, sejam eles de gêneros, de raças/cores ou de sexualidades e classes. É nesse contexto, muitas vezes oculto por grande parte da sociedade e das discussões acadêmicas, que intensas lutas foram e ainda continuam sendo travadas como espaço de batalhas, resistências, permanências e conquistas de muitas mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1995.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico** (1972). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**: desafios da equidade. v.17/18. 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. **O trabalho no lixo**. 2006. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente, 2006.



HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva e relações de gênero. **Revista Latino-Americana de Estudos sobre o Trabalho**. v.7. Ano 4. 1998.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. v.37. Ano 132. set./dez. 2007.

MASSI, Marina. **Cotidiano e imaginário**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MENEGAT, Alzira Salete. **No coração do pantanal: assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral - MS**. Dourados: Editora da UEMS/UFGD, 2009.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda de; SOIHET, Rachel (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3. 1989.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lucia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. São Paulo: Rocco, 1994.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.



SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da História.** São Paulo: Novas Perspectivas – UNESP, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade.** Porto Alegre: UFRGS, v.20, jul./dez. 1995.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.



Capítulo 4



PRONAF-MULHER: INSTRUMENTO DE RECONHECIMENTO/ FORTALECIMENTO DA CONDIÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS/ ADMINISTRADORAS DE UNIDADES PRODUTIVAS EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL

Alzira Salete Menegat¹

Este trabalho é resultado de uma pesquisa fomentada pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento

1 Doutora em Sociologia, professora no Curso de Ciências Sociais, e das Pós-Graduações em História (Mestrado e Doutorado) e em Sociologia (Mestrado) da UFGD. Compartilhou dos trabalhos de coordenação na Licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA, da Pós-Graduação em Estudos de Gênero e Interculturalidade/PRONERA e da Pós-Graduação em Residência Agrária/PRONERA, todos cursos oferecidos pela UFGD para pessoas de assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul.



do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), desenvolvida no período de 2010 a 2013, cujo tema consiste na análise da linha de crédito PRONAF-MULHER. Essa linha de crédito é uma política pública de fomento agrícola para mulheres do campo, criada em 2003, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ampliando as possibilidades para atuação das mulheres como gestoras de projetos produtivos em lotes de áreas rurais. Nossa intenção foi a de verificar se as mulheres assentadas em projetos da reforma agrária em MS têm acessado esse fomento, observando também em quais municípios está o maior percentual de acesso, bem como quais itens são solicitados em suas propostas de financiamento.

Para o levantamento dos dados, dentre os 190 assentamentos instalados em Mato Grosso do Sul, conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2012), fizemos um recorte, intentando estabelecer uma amostragem com o resultado do PRONAF-Mulher. Assim, definimos como locais para pesquisa os municípios com maior número de assentamentos de reforma agrária, sendo eles: Sidrolândia, 20 assentamentos; Itaquiraí, 12 assentamentos; Rio Brilhante, nove; Nova Alvorada do Sul, oito; Nioaque, sete; Ponta Porã, 15; e Corumbá, sete. No decorrer da pesquisa, decidimos levantar dados também no município de Dourados, onde há dois projetos de reforma agrária. Essa decisão foi tomada em virtude de nele residir a equipe da presente pesquisa. Nesse campo de coleta de dados estão reunidos 73



assentamentos do Estado, em municípios com maior concentração de assentamentos rurais em MS, exceto o município de Dourados.

Outro recorte elaborado no processo de levantamento de dados foi em relação aos locais da pesquisa, quanto às fontes e aos informantes, sendo coletadas informações apenas nas instituições que prestam assistência técnica, visto que são responsáveis pela elaboração das propostas de financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, na linha PRONAF-MULHER, como: a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), a Associação Esporte, Cultura, Educação e Recreação (CRESCER) e o Banco do Brasil. Importa salientar que este último não elabora propostas, apenas analisa as que são encaminhadas pela assistência técnica e, em caso de aprovação, libera os recursos diretamente para as mulheres.

O PROGRAMA PRONAF-MULHER: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O PRONAF-Mulher foi criado pelo Governo Federal no Plano Safra 2003/2004, e se insere numa proposta maior, decorrente do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído na década de 1990. Sua criação ocorreu no bojo do Programa PRONAF, ou seja, o Programa PRONAF abrange diversas modalidades, a saber: PRONAF A, PRONAF C - INVESTIMENTO, PRONAF CUSTEIO e PRONAF-Mulher. Nesse formato, para acesso aos recursos, cada



representante de unidade produtiva deve encaminhar sua proposta para as agências avaliarem a capacidade de financiamento de sua unidade produtiva e, uma vez definido o volume de recursos, escolherá em qual modalidade do PRONAF fará acesso.

Para a análise da capacidade de financiamento de cada unidade, o Banco do Brasil considera as estimativas informadas na declaração anual de produção dos últimos 12 meses, comprovadas por meio de notas de comercialização de produtos, emitidas pelas unidades produtivas. Nesse cálculo, a agência bancária verifica a renda que a unidade familiar acumulou com os fomentos anteriores, dentre eles o PRONAF A (financiamento inicial), e também com o AC (financiamentos de custeio inicial). Com isso, intenta certificar-se da capacidade de pagamento do demandante de um empréstimo, cercando-se de garantias para que ocorra a quitação do recurso a ser acessado.

Diante das exigências para acesso ao PRONAF, conclui-se que é um programa que não se enquadra como um crédito especial, exceto pelo fato de ter juros menores em relação aos demais, como o FCO, por exemplo. Importa destacar que, em relação às diversas modalidades do PRONAF, a modalidade A contém critérios voltados a atender os aspectos sociais. Exemplo disso está no momento da quitação dos recursos recebidos, quando, se pagos nos prazos estabelecidos no contrato, é concedido um bônus de 44.1895%, sobre o valor previamente financiado. Essa modalidade do PRONAF é definida pela assistência técnica como



aquela que permite aos assentados/as darem “uma guinada na vida”, criando infraestrutura básica para as pequenas parcelas.

Cada proponente pode acessar o teto a que tem direito em uma única modalidade do programa, mas, se isso ocorrer, a mulher fica sem saldo para encaminhar outras propostas na modalidade do PRONAF-Mulher. Essa associação/incorporação de uma modalidade a outra faz que prevaleça aquela mais forte em termos financeiros, criando dificuldades para as mulheres encaminharem propostas produtivas a partir de suas vontades. Ademais, nos casos em que a mulher é a única representante do lote, já não pode acessar o PRONAF-Mulher, caso tenha acessado outras modalidades do Programa. Isso ocorre mesmo sendo as taxas de juros do PRONAF-Mulher mais atrativas, chegando a 1% nos contratos até 10 mil e 2% ao ano acima desse valor.

Associada à interdependência entre as modalidades do Programa PRONAF, conforme informações da assistência técnica, existe a exigência de garantias, asseguradas no formato de aval cruzado entre duas pessoas do mesmo assentamento (exigência do agente financiador – Banco do Brasil), para liberação do financiamento. A implicação disso é que, caso ocorra a inadimplência de uma delas, ambas ficam impedidas de apresentar novas propostas ao banco.

Outro aspecto a ser considerado em relação ao pagamento do financiamento é o fato de no PRONAF “A”, em caso de falta de pagamento por parte de quem o



acessa, o risco é assumido pela União. Já no caso do PRONAF-Mulher, quando do não pagamento, o risco passa para a agência bancária que liberou os recursos. Cabe aqui uma observação, podendo suscitar novas pesquisas: a de que os baixos índices de acesso do PRONAF Mulher podem ocorrer também pelo descrédito em relação às mulheres, nutrido pelas instituições bancárias, asseverado pelo possível temor de não receberem a quitação dos recursos, visto que elas, em sua grande maioria, não estão à frente da administração de lotes de assentamentos. Essa informação foi coletada informalmente com a assistência técnica de Sidrolândia, local onde encontramos propostas elaboradas pela área técnica, porém não aceitas pela agência bancária.

Destacamos que a titularidade da terra nos lotes de assentamentos, constituída por casais em situação de casamento ou de união estável, figurando de forma conjunta, é uma conquista recente, assegurada conforme portaria nº. 981, assinada no ano de 2003, firmando, assim, pertencimentos à terra com igualdade de gênero. Com isso, no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, incluiu-se em caráter obrigatório a mulher e o homem, independente do estado civil. No entanto, o alto índice de endividamento por boa parte dos assentados nos dias atuais, especialmente aqueles/as que residem em assentamentos criados há mais tempo, justifica o pouco acesso a essa linha em Mato Grosso do Sul, em virtude de débitos anteriores, que levam à inadimplência e inviabilizam novos créditos.



OS DADOS COLETADOS NOS MUNICÍPIOS DA PESQUISA

Nos estudos com o PRONAF-Mulher, sobretudo nos assentamentos implantados no município de **Dourados**, onde se encontram assentadas 224 famílias, numa área de 5.197 ha, conforme dados obtidos junto a AGRAER, durante o ano de 2010, constatamos ações de gestão de financiamentos por mulheres assentadas. Nos dois assentamentos instalados no município de Dourados, Lagoa Grande e Amparo, que contam com mais de 200 famílias assentadas, 18 mulheres acessaram a linha PRONAF-Mulher. Destas, 13 são do assentamento Lagoa Grande e cinco do assentamento Amparo.

Quanto à situação das mulheres beneficiadas na linha de crédito, 16 são casadas, uma viúva e uma divorciada. Em relação aos itens por elas financiados, 14 delas financiaram a compra de matrizes leiteiras, duas adquiriram equipamentos para montagem de pequenas indústrias de processamento de carne de frango e mandioca, e outras duas adquiriram equipamentos para a instalação de unidades de produção de massas e biscoitos.

No que se refere às 14 mulheres com financiamentos de matrizes leiteiras, duas delas associaram a compra das matrizes à aquisição de ordenhadeiras mecânicas para incremento e melhoria da atividade de bovinocultura de leite, uma atividade tipicamente masculina que, nos lugares de nossa pesquisa, é exercida em sua maioria pelos homens.



Em relação às duas mulheres que adquiriram equipamentos diversos como congelador, estufas, assador de frangos, embalagens para o trabalho com o processamento da carne de frango e de mandioca, bem como nos encaminhamentos das outras duas mulheres com projetos objetivando fabricação de pães e biscoitos, percebemos a intenção de implantar projetos de gestão e de visibilidades como mulheres empreendedoras. Mesmo sendo projetos direcionados à implantação de unidades de transformação de produtos derivados das atividades historicamente privadas e por elas desenvolvidas nas casas e nos seus entornos, como a criação de pequenos animais, especialmente de aves, como também a produção da mandioca, pães e biscoitos, essas mulheres estão ressignificando tais atividades, agregando novos valores com o processamento/industrialização dos produtos. Consideramos que mesmo com atividades decorrentes do processo de socialização das mulheres, que reservou a elas espaços de reprodução de famílias – daí a ênfase na fabricação diária de alimentos, nos espaços das casas, destinados à manutenção das famílias –, verificamos a intenção, com o fomento do PRONA-Mulher, de potencializar saberes, agregando a esse saber-fazer a dimensão empresarial, em novos saberes, especialmente, os contábeis, os quais estiveram reservados aos homens. Além disso, percebemos a emancipação em se colocarem como gestoras de empreendimentos, podendo promover autonomia feminina,



Outro espaço de pesquisa foi o município de **Ponta Porã**, onde se encontram instalados 15 assentamentos (nove deles compõem o que compreende o complexo dos assentamentos Itamarati I e Itamarati II), ocupando uma área de 64.915 ha, estando neles assentadas 3.358 famílias. A pesquisa revelou que lá 390 mulheres acessaram o PRONAF-Mulher, sendo todas elas do assentamento Itamarati I e II. Conforme informações da assistência técnica da AGRAER, os projetos apresentados pelas mulheres e aprovados pela agência destinaram-se, em sua grande maioria, ao incremento da pecuária leiteira, especialmente, para aquelas mulheres que não haviam financiado essa atividade no PRONAF A. Aliado à pecuária também estão a piscicultura e a sericicultura.

Segundo a assistência técnica, a procura pela pecuária leiteira se deu pelo fato de lá existir um mercado consolidado para o leite, mesmo se tratando de um produto que sofre oscilação no preço, conforme a época do ano, especialmente no inverno, quando ocorre escassez de pastagens. Já a atividade de sericicultura apresenta-se como uma possibilidade nova, uma vez que a Empresa que adquiria os casulos fazia contrato de garantia de compra. No entanto, os dados da assistência técnica mostram que as famílias assentadas que optaram pela sericicultura, no percurso de instalação dessa atividade, a abandonaram:

[...] os fatores desse abandono foi que o fio de seda é uma *commodity* com preço cotado internacionalmente. Por essa razão sofre oscilação cambial. A sericicultura



no Brasil, além da oscilação cambial, sofre quando há o excesso de produção chinesa e japonesa, principais compradores do produto. Além disto, fatores como a baixa produtividade e a qualidade inferior dos fios de seda, interferem drasticamente no preço. Há que se considerar ainda, que na grande maioria dos Estados os produtores de sericicultura conseguem produzir de oito a nove criadas por ano. Em função das condições climáticas da região de Ponta Porã, como inverno rigoroso, e estiagem prolongada no período de inverno, a média de criadas nesta região gira em torno de seis ao ano podendo no máximo chegar a sete, isso em anos de inverno menos rigorosos. Agrega-se, ainda, a todos estes fatores limitantes, a insuficiente assistência técnica oferecida pela Empresa BRATAC e também da assistência técnica estatal, e em alguns casos, a falta de aptidão para a atividade de alguns/algumas produtores/as que ingressaram na atividade (fala de técnica da AGRAER de Ponta Porã, em entrevista realizada em 2012).

Além da pecuária e da sericicultura, houve um projeto PRONAF Mulher aprovado para cultivo de plantas medicinais. Nos encaminhamentos do PRONAF-Mulher, em Ponta Porã, algumas normativas determinadas pelo Programa e pela agência bancária dificultaram a aprovação de maior número de propostas. Dentre elas, citamos:

- Obrigatoriedade de avalista cruzado (troca entre duas pessoas), o que provoca rejeição e desconfiança;
- Acesso viabilizado apenas às mulheres na condição de esposas e companheiras, de



forma que as titulares de lotes não poderiam acessar a linha de crédito, visto serem beneficiadas em outras modalidades do PRONAF;

- Obrigatoriedade em encaminhar propostas contendo nova atividade produtiva para o PRONAF-Mulher, diferente daquelas financiadas em outras modalidades, como no PRONAF A. Além disso, as propostas deveriam vir acompanhadas de contrato de garantia de compra da mercadoria que seria gerada com o financiamento;
- Impedimento tendo em vista a inadimplência em relação a financiamentos anteriores, como do PRONAF A, PRONAF C - INVESTIMENTO, PRONAF CUSTEIO e, em muitos casos, do próprio PRONAF-MULHER, em decorrência do aval cruzado, exigido pelo agente financiador (Banco do Brasil), para liberação do financiamento, o que coloca muitas mulheres em situação irregular para apresentarem propostas ao banco.

Os dados coletados no município de **Nioaque**, lugar em que se encontram instalados sete assentamentos rurais, com uma área de 33.633 ha, nos quais estão assentadas 1.212 famílias, obtivemos um número de oito projetos aprovados pelo PRONAF-Mulher; por meio deles as mulheres adquiriram os seguintes itens:

- 1 projeto para acesso de recursos para montagem de uma fábrica de sorvetes;



- 4 projetos aprovados para a edificação de obras que abrigassem as instalações para organização de salas de corte e costura, bem como programa para a aquisição de máquinas, de aviamentos e de tecidos;
- 1 projeto aprovado para instalação de uma fábrica de doce de leite;
- 1 projeto aprovado para instalação de uma panificadora;
- 1 projeto aprovado para a aquisição de vacas para produção de leite.

Nas propostas aprovadas no município de Nioaque, apesar de serem poucas, se comparadas ao número de mulheres assentadas, a tendência apresenta-se com projetos por elas desejados, ressignificando saberes e agregando a eles novos valores. Conforme a assistência técnica, um dos grandes entraves para o encaminhamento de propostas, como a do PRONAF-Mulher, refere-se à pequena publicização que existe sobre esse fomento. Essa é realizada pela assistência técnica, mas ocorre que a equipe técnica, no ano de 2012, era constituída de três técnicos, os quais atendiam todos os assentamentos, e ainda a duas comunidades quilombolas e a quatro comunidades indígenas. Como resultado, há um desequilíbrio entre o número de técnicos/as e o número de comunidades a serem atendidas, o que faz que a assistência seja

uma assistência técnica de gabinete, que não vai ao campo para atender. É o campo que vem até a cidade



para pegar orientação a respeito de problemas ou de projetos que deseja elaborar. O cenário de técnicos e de agricultores mudou, porque aquele negócio dos técnicos/as andarem pelas roças, sentarem a sombra de árvores e lá discutirem processos produtivos, já não existe mais. Hoje os técnicos/as discutem em salas, diante de computadores. Então, o que fazemos é tentar tapar buracos, quando aparecem os problemas (fala de técnico da AGRAER de Nioaque, em entrevista em 2010).

Quanto aos dados coletados no município de **Itaquiraí** onde estão instalados 12 assentamentos, ocupando uma área de 46.113 ha, e com 2.574 famílias assentadas, a pesquisa não identificou nenhuma proposta encaminhada/aprovada para o PRONAF-Mulher. A justificativa dos técnicos/as daquele município segue a encontrada em outros lugares pesquisados e aponta para a opção por encaminharem propostas em outras modalidades do programa.

Já no município de **Corumbá**, onde se encontram assentadas 1.226 famílias, numa área de 33.570 ha, conforme dados coletados na AGRAER e no Banco do Brasil, também não encontramos nenhum registro de propostas encaminhadas por mulheres para os recursos do PRONAF-Mulher. Esse dado leva em conta todos os sete assentamentos desse município, e inclui o assentamento 72, localizado no município de Ladário, vizinho a Corumbá. A justificativa atribuída pela ausência de interesse das mulheres em acessarem o PRONAF-Mulher deve-se ao alto índice de inadimplência



de alguns dos membros das famílias assentadas com relação a financiamentos contraídos anteriormente. Esse fato atualmente dificulta o encaminhamento de novos contratos. Além disso, a preferência está em outras modalidades do PRONAF.

No município de **Nova Alvorada do Sul**, onde se encontram instalados oito assentamentos, numa área de 16.433 ha, assentando 764 famílias, também não encontramos nenhum registro de propostas encaminhadas por mulheres assentadas interessadas em acessarem o PRONAF-Mulher. A justificativa dessa ausência, de acordo com informações da assistência técnica, está no fato de as famílias (homens e mulheres, detentores de lotes) optarem pelo acesso a financiamentos de outras modalidades do PRONAF, especialmente, o Mais Alimentos.

Outro lugar de nossa pesquisa foi o município de **Rio Brilhante**, onde se encontram instalados nove assentamentos de reforma agrária, numa área de 17.941 ha, e neles estão assentadas 772 famílias. Assim como no município de Nova Alvorada do Sul, também não há registro de propostas encaminhadas por mulheres assentadas com projetos para acessarem o PRONAF-Mulher. Em Rio Brilhante, existem registros de projetos com acesso a outras modalidades do PRONAF. Além disso, as informações da assistência técnica apontam que a inadimplência das famílias em relação ao não pagamento de fomentos anteriormente contraídos na agência bancária é elevada, o que cria dificuldade no acesso a qualquer modalidade do PRONAF.



Uma das grandes dificuldades com relação ao PRONAF-Mulher, segundo declaração da assistência técnica, está no fato de essa modalidade de financiamento não conter uma organização específica, porque vem no bojo do programa PRONAF, com normativas em consonância com as propostas de grande monta. Assim, requer a necessidade de criar sistemas particulares, atendendo a propostas específicas, como deveria ser o PRONAF-Mulher. Dentre os encaminhamentos sugeridos pela assistência técnica da AGRAER, do município de Rio Brilhante, estão os seguintes itens:

- Dividir os valores do PRONAF A e AC, sendo 50% para cada um deles;
- Acesso ao PRONAF-Mulher, mesmo sem ter acessado o PRONAF A;
- Aceitar propostas diversas para potencializar as já existentes, retirando a exigência de propostas diferenciadas das que até então tenham sido encaminhadas pela mesma demandante;
- Aceitar apenas propostas encaminhadas por mulheres, porque ainda vigora o domínio dos homens, quando se trata de elaborar projetos produtivos;
- Criar sistemas exclusivos para projetos específicos, desvinculando-os de prerrogativas usuais e gerais.

Já em **Sidrolândia**, município onde se encontra instalado o maior número de assentamentos do Estado,



20 deles, numa área total de 76.540 ha, assentando em lotes de reforma agrária um total de 3.828 famílias, também não encontramos nenhum registro de propostas encaminhadas por mulheres para o PRONAF-Mulher. A justificativa pela ausência de projetos se deve, conforme informações da assistência técnica, ao fato de as famílias (homens e mulheres, detentores de lotes) optarem pelo acesso a financiamentos de outras modalidades do PRONAF, neles atingindo o teto de recurso a quem tem direito. Ademais, parte significativa dos assentamentos foi recentemente instalada, razão pela qual as famílias não dispõem de todos os critérios estabelecidos para beneficiários do fomento PRONAF-Mulher.

A assistência técnica apontou um aspecto que nos pareceu fundamental, relacionado à capacidade de atendimento da agência de assistência, a qual conta com pequeno número de técnicos, considerando a relação com o elevado número de pessoas assentadas. Nessa lógica, o atendimento, dentre eles a divulgação de planos, de programas e de projetos governamentais, às pessoas assentadas ocorre em gabinetes, como nos informou a equipe de Nioaque. Só acontece quando as pessoas do campo procuram as agências no meio urbano e ficam conhecendo procedimentos e oportunidades. Outro dado fornecido pela assistência técnica diz respeito ao fato de eles próprios/as (técnicos/as) não atribuírem a devida importância ao PRONAF-Mulher, uma vez que, em sua maioria, quem procura informações sobre fomento agrícola são os



homens assentados e estes tendem para outras modalidades do PRONAF.

No entanto, esses números refletem um processo histórico em relação às mulheres do campo que, até então invisibilizadas, romperam com esse modelo nas décadas de 1980 e 1990, quando construíram e fortaleceram movimentos de mulheres camponesas, intensificando as discussões ligadas a condições de vida, intentando não só o reconhecimento legal, mas, principalmente, o reconhecimento social da condição de trabalhadoras. Com suas mobilizações, conseguiram potencializar direitos jurídicos e, assim, levaram para o campo direitos antes exclusivos dos/as trabalhadores/as urbanos/as, como o acesso ao crédito rural, ao salário maternidade, à aposentadoria e a outros benefícios que as colocaram em posições de visibilidade social e produtiva, o que propiciou o início de outras demandas e o próprio processo de empoderamento. Tais mobilizações ainda ampliaram discussões com temas outros como gênero, violência contra mulheres e produção sustentável.

As mulheres dos assentamentos de nosso estudo participaram do período das grandes mobilizações para a conquista de terras, e parte delas compôs as frentes do coletivo dos movimentos sociais que intentavam assegurar direitos diversos para as mulheres e suas famílias. Esses direitos iam desde a estruturação da vida nas terras a direitos para elas mesmas. O coletivo tem mostrado que falar da terra é falar também de outras coisas dela decorrentes, como a necessida-



de de manter as referências e a visibilidade de vida dos sujeitos do campo. Suas atuações resultaram em diversos encaminhamentos, além dos anteriormente mencionados, como, por exemplo, a titulação conjunta obrigatória da terra nos sítios de assentamentos de reforma agrária, assegurada pela portaria nº. 981, assinada no ano de 2003, firmando, assim, pertencimentos a terra com igualdade de gênero. Com isso, no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, passaram a ser incluídos, em caráter obrigatório, a mulher e o homem independente do estado civil. Até então, o título dos sítios de reforma agrária, em sua maioria, ficava sob a representação exclusiva dos homens, chefes de famílias. As mulheres passavam somente a condições de titulares quando havia o impedimento do companheiro em conseguir terras junto ao INCRA, por não disporem de documentos; pela ausência do companheiro na época do cadastramento; pela faixa etária do homem inadequada em relação à definida pelo INCRA; pelo falecimento do companheiro; pela separação do casal e a saída dele do lote; quando, em decorrência da comercialização de lote, a mulher passa à condição de proprietária.

Vale destacar que a condição das mulheres ocupando a posição de titulares legais das unidades nos projetos de reforma agrária é uma conquista muito recente, que se iniciou com a Constituição de 1988, em seu Capítulo III, intitulado: “Da Política Agrícola e Fundiária e de Reforma Agrária”, Art. 189, Parágrafo Único. A Constituição regulamenta a concessão do tí-



tulo de domínio de uso da terra em assentamentos de reforma agrária indistintamente ao homem ou à mulher, independente do estado civil de ambos. Foi a partir da Constituição de 1988 que a mulher conquistou o direito de representar a propriedade e não mais permanecer na condição de “mulher de proprietário”.

Os índices apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), processados pelo Sistema de Processamento de Informações da Reforma Agrária (SIPRA), apontam para o crescimento da participação das mulheres enquanto titulares de sítios da reforma agrária, entre os anos de 2003 e 2007, passando de 24,1% para 55,8%. Conforme dados do MDA, aumentou, ainda, o total de mulheres chefes de família em relação ao total de beneficiários, que passou de 13,6%, em 2003, para 23%, em 2007.²

Outra demanda que vem contribuindo para o processo de empoderamento de mulheres de assentamentos, pois estimula a participação delas nos encaminhamentos, na condição de trabalhadoras e sujeitos sociais, têm sido as ações educativas asseguradas no Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR), criado em 2004. Esse Programa tem contribuído para a emissão de documentos pessoais de mulheres, além de prestar esclarecimentos sobre direitos previdenciários. Os dados apresentados pelo MDA, até julho de 2009, em relação à realidade brasileira, mostram a realização de mais de 2000 mutirões, com a

2 Dados estatísticos obtidos na página eletrônica do MDA, em julho de 2010.



emissão de mais de um milhão e 220 mil documentos, atendendo a mais de 550 mil mulheres do campo.³

No entanto, reconhecemos que são processos emancipatórios que não ocorrem facilmente, visto ser difícil romper com estruturas tradicionais que vigoraram durante séculos na sociedade brasileira, ancorados nas heranças do patriarcado que reservou poderes diferenciados a homens e a mulheres, atribuindo a eles maiores poderes decisórios, em diversos sentidos. Essa, porém, não é uma tarefa fácil de ser socialmente instituída, já que, como demonstra Saffioti (1976), as mulheres interiorizaram as regras do patriarcado, por vezes naturalizando-as e referendando-as sem se darem conta do quanto são por elas subjugadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados de nossa pesquisa mostram poucas mulheres assentadas acessando a linha de crédito PRONAF-Mulher. Isso se evidenciou pelo número encontrado de projetos aprovados na linha PRONAF-Mulher: 416 projetos aprovados. Tomando esse número e comparando-o com o total de famílias assentadas, que chegam a 13.958 pessoas detentoras da posse de lotes em assentamentos de reforma agrária, observamos um pequeno número de projetos no PRONA-

3 É preciso dizer que os dados apresentados em relação às ações do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), criado em 2004 e que, em 2007, passou a ser conhecido como Expresso Cidadã, com unidades móveis de atendimento, atende a mulheres acampadas, assentadas da reforma agrária, agricultoras familiares, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas, indígenas e ribeirinhas.



F-Mulher, se considerado o total de lotes de reforma agrária, administrados por casais (homens e mulheres). Tal fato parece ocorrer por diversos motivos, por exemplo, posições historicamente construídas, com base em relações diferenciadas de poderes entre homens e mulheres, com oportunidades hierarquizadas como gestoras de contratos de crédito junto às agências bancárias. Historicamente, os homens estiveram à frente dessas atividades e continuam conferindo as metas e os rumos da produção nos sítios. Outro fator é a pequena divulgação da linha de crédito PRONAF-F-Mulher, até mesmo negligenciada pela assistência técnica que, em seus encaminhamentos de propagação do Programa PRONAF, não dá ênfase a essa modalidade. Aliada a isso, está a quantidade exacerbada de exigências para a liberação dos recursos pela agência bancária, indicando uma percepção de receio em relação às mulheres como empreendedoras.

Outro aspecto importante a ser considerado refere-se ao trato com as clientes do PRONAF-Mulher, no sentido de que o programa, embora contenha juros menores, trata as clientes como qualquer outro cliente bancário, sem considerar as especificidades da pequena produção e especialmente aquela de assentamentos, que possui outra lógica, se comparada às pequenas propriedades oriundas de processos de colonização já consolidados. Por isso, é preciso um novo formato da linha, com estrutura para atender às mulheres, desvinculado de outros financiamentos, criando iniciativas específicas, para causas específi-



cas. É preciso criar linhas de fomento, organizadas em rede e com objetivos de empoderamento feminino, para estimular as mulheres a terem iniciativa na participação desses projetos. Citamos como exemplos a possibilidade de criação de linhas com juros menores, com valores exclusivos e não como complemento de programas. Entendemos que esse aspecto tem muita importância, já que o formato, como foi pensado o PRONAF-Mulher, financiamento que parece existir como extensão do Programa geral do PRONAF, dificulta sua visibilidade e neutraliza seu acesso. Por isso, defendemos o PRONAF-Mulher como uma importante política que permite a germinação do empoderamento feminino, mas que, para ser eficaz, deve ser desvinculado do PRONAF; caso contrário, reproduzirá as situações de subserviências históricas que ligam as mulheres aos homens, definindo o interesse deles em primeiro plano.

Acreditamos que o fato de serem poucas as mulheres a acessarem esse fomento, inferior ao esperado, está relacionado diretamente a um processo histórico de exclusão das mulheres dos espaços decisórios, dos domínios públicos nos quais os rumos políticos e econômicos são delineados, refletindo, assim, nas dificuldades para a ampliação da autonomia e do empoderamento feminino, princípios tão defendidos, mas pouco concretizados. Nesse sentido, é preciso encaminhar políticas de empoderamento de mulheres promovendo situações de visibilidade como gestoras de empreendimentos. Esses encaminhamentos con-



tribuem para questionar poderes diferenciados que reservam importância maior aos homens em detrimento das mulheres e, nesse sentido, percebermos que o empoderamento das mulheres do campo não é fácil nem mesmo definitivo, pois há uma constante criação e recriação de espaços de poder, nos quais espaços públicos e privados são refeitos, reavivando aspectos que se pensava superados.

É preciso lembrar que o espaço da roça é da maior importância, é visto como produtivo, pois gera visibilidade e trabalho efetivo, mas ainda é o espaço comandado pelo homem. Já o espaço da casa representa o da reprodução, onde é consumido o lucro advindo do trabalho da roça, e por isso mesmo entendido como de valor nulo, se analisado sob a lógica capitalista, porque não gera lucro⁴. Essa divisão está presente, mesmo com os projetos de financiamentos encamiñados pelas mulheres assentadas, em relação aos recursos do PRONAF-Mulher e, em sua grande maioria, se destinam à compra de gado, especialmente, de matrizes leiteiras, atividade inerente à representação das funções dos homens.

Assim, nos assentamentos e na sociedade em geral, ainda ocorrem aspectos de negociações que resultam, conforme Saffiotti (1987, p.8), no estabelecimento de limites entre “[...] os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem”. Assim sendo, a identidade social de homens e de mulheres é construída

4 A esse respeito, ver o estudo de FARIAS (1983).



conforme as atribuições de papéis, decorrentes de uma rede de significados sociais.

A existência de relações desiguais entre homens e mulheres dificulta o empoderamento delas, que não é fácil nem mesmo definitivo, uma vez que “a subordinação da mulher parece normal dentro da ideologia patriarcal, é difícil que a mudança entre em erupção espontaneamente da condição de subordinação. O empoderamento deve ser induzido primeiro pela criação de uma consciência da discriminação de gênero” (Deere; León, 2002, p.55).

Enfim, a vida de mulheres assentadas revela a existência de uma dinâmica conflituosa na construção de um novo modo de vida, num movimento de avanços e recuos. Por isso, entendemos suas conquistas como encaminhamentos de processos que não são fáceis nem mesmo definitivos, uma vez que elas precisam lidar com estruturas seculares, dentre elas os poderes institucionalizados, como o do patriarcado ainda presente nos assentamentos, nas políticas públicas e na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERETA DA SILVA, Cristiani. **Homens e mulheres em movimento**: relações de gênero e subjetividade no MST. Florianópolis: Momento atual, 2004.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A família nos assentamentos rurais: trajetórias e conquistas. In: Almeida, C. P. F. ; ALMEIDA, Joaquim (Orgs.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: UFSM, 1996. pp 75-91.



BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. No reino da modernização: o que os números do Censo da reforma agrária (não) revelam. In: SCHMIDT, Benício Viero et al. (Orgs.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: UNB, 1998. p.171-204.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; D'AQUINO, Teresinha; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Assentamentos de trabalhadores rurais em São Paulo: a roda viva do seu passado/presente. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, p.153-281, 1990.

BORGES, Maria Stela Lemos. **Terra: ponto de partida, ponto de chegada**: identidade e luta pela terra. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, Clio; ALMEIDA, Fracesca R.; ALMEIDA, Joaquim Anécio (Orgs.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: UFSM, 1996. p.39-58.

CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Mulher rural nos discursos dos mediadores. **Estudos**: Sociedade e agricultura, n.5, Rio de Janeiro: CPDA, 1995. p.45-57

D'AQUINO, Teresinha. Nas terras de Promissão: da luta à construção do 'lugar'. FERRANTE, V. B. Retratos de assentamentos. **Cadernos de Pesquisa**. Araraquara, Ano 1, n.1, p.175-247, 1994.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Assentamento Sul Bonito**: as incertezas da travessia na luta pela terra. 2002. Araraquara, Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2002.



FARIAS, Zaíra Ary. **Domesticidade:** “cativeiro” feminino? Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. Assentamentos e agricultura regional: contrapontos e ambiguidades. CONGRESSO MUNICIPAL DE SOCIOLOGIA, 14, Montreal. **Anais...** Canadá, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GRAZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis: Vozes: Fase, 1987.

LAVINAS, Lena. Produtoras rurais: a novidade dos anos 90. **Reforma Agrária - ABRA**, São Paulo, v.21, n.2, p.4-9, 1991.

MENEGAT, Alzira S.; TEDESCHI, Losandro A.; FARIAS, Marisa de Fátima L. (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais:** um diálogo necessário. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2009.

MENEGAT, Alzira S.. Mulheres assentadas e suas lutas. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida (Org.). **A questão Agrária em mato Grosso do Sul:** uma visão multidisciplinar. Campo Grande: UFGD, 2008. p.227 – 257

MENEGAT, Alzira S.. A situação das mulheres do campo. **Revista Jurídica UNIGRAN**, v.4, n.7, jan./juh. Dourados: UNIGRAN, 2002.



MENEGAT, Alzira S.. **No coração do Pantanal:** assentados na lama e na areia. Dourados-MS: Editoras da UEMS e da UFGD, 2009.

SAFFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiência, fala e lutas dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** 3.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In:* TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar:** realidade e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p.251-309.

WOORTMANN, Klaas. **“Com parente Não se Neguceja”:** o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87, Brasília: UNB/Tempo Brasileiro, 1990.



Capítulo 5



MULHERES ASSENTADAS: NOVAS PRÁTICAS EM BUSCA DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

*Mirian Jaqueline Toledo Sena Severo*¹

Este trabalho é resultado de parte da dissertação de mestrado intitulada: *Mulheres assentadas e cooperadas (re)construindo caminhos: trajetórias de vida e experiências de empoderamento*², defendida no ano de 2010, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, sob a orientação da professora doutora Alzira Salete Menegat.

A pesquisa, financiada pela FUNDECT, teve por objetivo analisar a participação das mulheres nos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz, ambos

1 Graduada em História pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Amambai). Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados, ano de 2010. Trabalhou como professora substituta na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente trabalha na Escola Estadual Professor Teodoro Coelho em Juiz de Fora e é integrante do Grupo de Pesquisa Gênero, Educação, Sexualidade e Diversidade (GESED) da UFJF.

2 Pesquisa que contou com apoio da FUNDECT, e é também resultado de dissertação de mestrado em História, junto ao Programa de Pós-Graduação em História, da UFGD, o qual esteve sob a orientação da Professora Dra. Alzira Salete Menegat,



situados no município de Amambai/MS. As questões teóricas centraram-se nas perspectivas de gênero e 'empoderamento', com análises e reflexões acerca dos múltiplos 'papéis' assumidos pelas mulheres nesses espaços sociais³.

No âmbito dos dois assentamentos, optamos por um recorte: o estudo das mulheres que atuam na Cooperativa de Agricultura Familiar (COOPERFAMILIAR), composta por homens e mulheres dos dois assentamentos. A intenção foi compreender a importância das ações das mulheres para si, para a família e para a comunidade a que pertencem. Nesse sentido, o conceito de 'empoderamento' trouxe grandes contribuições para avaliar a atuação das mulheres assentadas, suas ações em busca de transformações sociais, uma vez que o empoderamento, segundo Deere e León (2002), implica mecanismos de resistência e emancipação pessoal e política. Assim, tais autoras e demais estudiosas feministas entendem que o empoderamento significa "[...] a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher". (Young, 1993, p.158 *apud* Deere; León, 2002, p.52). O empoderamento surge como uma estratégia que gera transformação social por meio de rupturas nas estruturas de dominação que colocam

3 Falamos de espaços sociais porque os entendemos na perspectiva de Lefebvre (1976) como espaços em construção relacionados às práticas dos sujeitos que o constituem. Não sendo, portanto, neutros, mas sim produzidos de diferentes formas pelos seus sujeitos. Tais espaços são dinâmicos e por vezes engendram 'velhas' e 'novas' relações sociais de gênero.



as mulheres em posições de inferioridade aos homens na sociedade.

No que se refere à metodologia de pesquisa adotada neste trabalho, utilizamos fontes documentais, iconográficas e a história oral, calcada em trajetórias de vida (entrevistas). Por meio das entrevistas estabelecemos uma conversa simples, um diálogo aberto entre entrevistadas e pesquisadora, no qual as mulheres deixaram fluir suas falas, gestos, emoções, ditos e não ditos. Dessa forma, apreendemos um pouco de seu *modus vivendi* nos espaços de assentamentos rurais da reforma agrária.

Nesse contexto, objetivamos identificar: quais as funções desempenhadas pelas mulheres e homens na agricultura familiar; quais os cargos ocupados na COOPERFAMILIAR; quais os desdobramentos sociais decorrentes das funções assumidas pelas mulheres e homens na Cooperativa; como as mulheres adentraram o espaço público e como utilizaram esse espaço para criarem condições de “empoderamento” pessoal e político, com vistas a ampliar suas atuações na tomada de decisões nas organizações das quais participam, como o Grupo de Mulheres e a Cooperativa.

Para facilitar a leitura, estruturamos este texto em duas partes. Na primeira parte abordamos as relações de gênero no contexto da agricultura familiar, o trabalho das mulheres assentadas nos lotes e as principais políticas de reforma agrária, apresentando algumas reflexões de pesquisadoras que têm contribuído para o enriquecimento dessa temática. A segunda parte



refere-se aos processos de organização e participação das mulheres na vida pública dos assentamentos. Nesse sentido, levantamos alguns questionamentos importantes, como: o que levou as mulheres a se organizarem em grupo, primeiramente o Grupo de Mulheres e depois a Cooperativa? Quais as mudanças produzidas na vida das mulheres a partir da participação na COOPERFAMILIAR? Suas atuações na Cooperativa contribuíram para o processo de mulheres mais autônomas, isto é, para seu empoderamento?

Em suma, gostaríamos de ressaltar a importância da categoria gênero para a historiografia contemporânea, por meio dos inúmeros olhares lançados sobre a vida de diferentes atores e atrizes sociais. No caso específico, o gênero possibilitou não somente tirar as mulheres da invisibilidade e de percebê-las como sujeitos históricos atuantes, mas também questionar a hegemonia dos discursos prontos, que até então eram 'inquestionáveis' e que corroboravam para o crescimento das diferenças entre homens e mulheres. Outro fator relevante foi o surgimento de um conjunto de reflexões dos próprios sujeitos envolvidos, como a nova percepção/leitura que essas mulheres passaram a ter de si (como mães, esposas, trabalhadoras rurais e integrantes de uma comunidade), do lugar onde vivem e do mundo que as rodeia.

Esperamos que, ao final destas páginas, a leitora e o leitor possam ser instigados pelas temáticas desenvolvidas e, quem sabe, lançar outros e novos olhares sobre temas que estão tão próximos de nós.



RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR: HISTÓRIA, TRABALHO E POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA

Levantamos aqui algumas reflexões acerca das relações sociais, de gênero e de trabalho vividas por mulheres e homens no contexto da agricultura familiar, com base nas observações de campo. Isso porque a agricultura familiar envolve a participação de todos os familiares nas atividades “produtivas”: crianças, mulheres e pessoas mais velhas. No entanto, também é nela que percebemos mais facilmente as desigualdades de gênero, muitas vezes como herança do sistema patriarcal, no qual o homem – “chefe de família” – é o seu principal representante, com poderes de decidir, administrar e distribuir tarefas a todos os membros.

As relações sociais e de trabalho nos assentamentos investigados configuram relações hierárquicas – o homem ocupa posição privilegiada – o que comprova a desigualdade de gênero no âmbito da produção, uma vez que as atividades baseiam-se na “divisão sexual do trabalho”. Nelas, as mulheres são encarregadas das tarefas do espaço doméstico, como, por exemplo: cozinhar, lavar louça e roupas, cuidar dos filhos, e, ao mesmo tempo, executam outras atividades ligadas à produção como: ordenhar vacas, alimentar animais, plantar, capinar.

Notou-se que as mulheres vão repassando às filhas (próxima geração) as responsabilidades com os serviços domésticos, especialmente aquelas inerentes às atividades domésticas, como a limpeza da casa, lavagem



de roupas e preparo das refeições. Situação que denota uma expressiva desigualdade nas relações de trabalho entre o masculino e o feminino, o que reduz, segundo Silva e Portella (2006), as possibilidades de autonomia para as mulheres. Os homens tendem a permanecer num outro espaço, como responsáveis pela lavoura, criação de animais, comercialização da produção e, principalmente, na tomada de decisões nos negócios.

A seleção de tarefas entre homens e mulheres assentadas também segue o critério da força física: “o trabalho leve” pertence às mulheres e “o trabalho pesado” aos homens. Em relação ao caráter “pesado” ou “leve” do trabalho, Brumer (2004, p.211) assegura que é relativa e culturalmente determinada, uma vez que as mulheres em suas atividades executam tanto os “leves” como os “pesados”.

Para Paulilo (2004, p. 245), o trabalho atribuído às mulheres é “leve”, não por suas características, mas pela posição hierárquica que ocupam na família, que é a de subordinação em relação aos outros membros que executam atividades de destaque, as chamadas produtivas que, por isso mesmo, assumem caráter de “trabalho”.

Destarte, na agricultura familiar, as mulheres não são consideradas sujeitos do processo produtivo, pois seu trabalho não é reconhecido, por ser considerado leve e de reprodução. As atividades que realizam na pequena propriedade, nos lotes, são vistas como uma extensão do espaço doméstico, como “ajuda”, “como um não trabalho (invisível), de valor nulo, porque é



‘improdutivo’ (lógica capitalista), não monetarizado (obrigação, virtude), e, portanto, desvalorizado” (Farias, 1983 *apud* Menegat, 2009, p.167-168). No entanto, as agricultoras familiares que entrevistamos mostraram que conjugam os trabalhos da casa, do lote e as demais atividades, especialmente aquelas que participam da Cooperativa, como se verá adiante, o que lhes impõe uma jornada contínua de trabalho: “são as primeiras a despertar e as últimas a dormir”.

[...] o espaço de trabalho envolve simultaneamente a casa, o seu entorno e as áreas de cultivo ou criação propriamente ditas, que às vezes, são contínuas ao terreno do domicílio. Isso significa que o trabalho doméstico se desenvolve de maneira coextensiva às demais atividades [...] Dada essa sobrecarga de trabalho, as mulheres realizam uma jornada contínua, praticamente ininterrupta, com atividades que variam entre as de manutenção da família e as de beneficiamento de produtos para comercialização, feitas no interior ou entorno das residências, e aquelas ligadas diretamente à roça ou à criação de animais. (Silva; Portella, 2006, p.142).

Conforme apontam as autoras citadas, as mulheres realizam os trabalhos da roça, da criação de animais e de transformação dos produtos para a prática comercial, concomitantemente com os trabalhos da casa. Apesar de Woortmann (1984) salientar a importância do trabalho das mulheres e do grupo doméstico como um todo na reprodução familiar, enfatiza que a mulher “é mãe, nunca é inteiramente liberada dos ‘afazeres domésticos’ [...] Por isso, a maioria das mulheres



casadas trabalha 'para fora', mais do que fora" (1984, p.74). A assertiva de Woortmann é evidenciada neste estudo, pois verificamos que as agricultoras familiares combinam ambos os trabalhos, o doméstico e o da produção, trabalhando para 'fora', mais do que 'fora'.

Essas duas esferas de trabalho foram classificadas pelo sistema capitalista pelo viés econômico e, em consequência, ocorreu a nítida separação entre trabalho produtivo (atividades ligadas à produção, como: compra e venda de produtos; contatos com bancos, cooperativas etc.) e não produtivo, também denominado de reprodutivo (atividades ligadas ao âmbito da casa), o que corroborou para a segregação dos espaços privado (casa) e público (fora da casa), desvalorizando e invisibilizando o trabalho feminino.

Perrot (2005), ao estudar a sociedade francesa do século XIX, observou uma valorização do trabalho "produtivo" em detrimento do não produtivo. O trabalho das camponesas e donas-de-casa, já naquele período, era visto como "auxiliar":

[...] A valorização, abusiva mas significativa, do trabalho 'produtivo' no século 19, erigiu como únicas 'trabalhadoras' as assalariadas e relegou à sombra de auxiliares conjugais as lojistas e as camponesas, chamadas mais tarde de 'auxiliares de família' [...] A separação crescente entre local de 'trabalho' e domicílio privado [...] fez do trabalho doméstico uma especialidade, economicamente desvalorizada porque não quantificável [...]. (Perrot, 2005, p. 241)



Partindo das considerações de Perrot, podemos dizer que essas construções sobre trabalho “produtivo” e “reprodutivo”, de separação de esferas privada e pública, ainda orientam a vida diária de homens e mulheres no meio rural, mesmo que algumas mulheres intentem romper tais barreiras. O trabalho das mulheres, no espaço rural, apresenta-se como um ciclo contínuo entre trabalho ligado à produção e reprodução da unidade familiar.

Carmen Silva e Ana Paula Portella (2006), num estudo sobre a divisão sexual do trabalho no nordeste rural brasileiro, enfatizam que é preciso considerar as distintas esferas de manifestação das desigualdades expressas na agricultura familiar, por meio das categorias: gênero, classe, geração, raça/etnia e região, que ultrapassam a dimensão econômica.

Nesse contexto, o olhar desta pesquisa esteve voltado para as análises de gênero, classe, geração e região, uma vez que estudamos as mulheres e homens da classe rural trabalhadora, inseridos em seus espaços sociais: os assentamentos do município de Amambai. Partindo de suas narrativas, estabelecemos um diálogo com mulheres e, assim, tentamos escrever “uma pequena parte” de suas histórias, asseguradas por suas falas, as quais nos permitiram adentrar em seus “universos”, deixando que compartilhássemos e conhecêssemos suas experiências, como, por exemplo, as questões que envolvem as relações de trabalho.

Quando perguntávamos sobre as tarefas que executam nos lotes, muitas foram as respostas que



deixaram entrever as expressões “ajuda” e “auxílio” para nomear suas atividades. Basta observarmos falas como esta: “De tudo faço um pouco, ajudo na roça [...] ajudo a trata da criação, tomo conta da casa, se for preciso plantar eu vou, carpi, vou junto com ele [...]”. (Alves, Oliveti Jorge. 55 anos. Entrevista concedida no dia 29/10/2006. Assentamento Guanabara).

Assim, mesmo trabalhando lado a lado com os companheiros nas diversas atividades dos lotes, a maioria das assentadas continua a se referir ao trabalho que desempenham como “ajuda” e, dessa forma, o trabalho produtivo que elas executam acaba por assumir um papel complementar em relação ao do homem. Essa situação ocorre porque no meio rural, e mesmo no geral da sociedade brasileira, ainda existe a manutenção de relações do patriarcado, como eixos estruturadores das relações sociais familiares, as quais provocam reais desigualdades entre homens e mulheres.

Para Saffioti (2004), o patriarcado é um sistema de dominação-exploração dos homens sobre as mulheres, que se mantém na sociedade por séculos, alicerçado no poder, na força física, no controle e no medo que eles exercem sobre as mulheres.

Farias (2003), corroborando com o pensamento de Saffioti, acrescenta que tais relações sociais vividas por homens e mulheres apresentam maiores e/ou menores graus de intensidade, de acordo com a cultura e o período histórico de cada grupo. Nos assentamentos, evidenciou-se certo grau de desigualdade no trabalho



entre os sexos masculino e feminino. Nesse sentido, procuramos nos informar a respeito da participação dos homens nas tarefas domésticas em dois momentos: quando a mulher está participando de atividades fora do espaço da casa e/ou está no trabalho e quando está no espaço doméstico⁴.

No processo de pesquisa, foram feitas, nesse item, as seguintes perguntas: Quais as atividades que o homem normalmente realiza na casa? Os homens deveriam dividir igualmente as tarefas domésticas? Observamos nas respostas relacionadas à primeira questão que as principais tarefas realizadas pelos homens nas casas estão voltadas para cozinhar e lavar louça. No que se refere à segunda pergunta, a maioria dos entrevistados concordou em dividir igualmente as tarefas. No entanto, grande parte deles afirmou *ajudar*⁵ a esposa nas tarefas domésticas quando esta trabalha fora do lar, ou necessita sair do assentamento, ou em caso de enfermidade.

A pouca participação dos homens nas atividades da casa pode ser entendida como herança do modelo pa-

4 É necessário mencionar que a pesquisa referente à participação dos homens nas tarefas domésticas foi feita em dois momentos: num primeiro, no projeto de iniciação científica, realizado entre os anos de 2006 e 2007, quando entrevistamos as mulheres; num segundo momento, durante pesquisa para o trabalho de mestrado, desta feita com os companheiros delas, daquelas que fazem parte do Grupo de mulheres e da Cooperativa nos assentamentos. As respostas do primeiro momento tenderam a se confirmar no segundo, com pequenas variações, no âmbito da negociação e organização do espaço da casa.

5 Notamos que os assentados também fazem uso da expressão “ajuda” quando se referem às atividades domésticas, pois são consideradas “ajuda” por não pertencerem ao espaço masculino.



triarcal, mantida no convívio familiar, já que a maioria dos homens recebeu ensinamentos que não contemplavam a realização de tarefas domésticas. Hoje, entre alguns casais nos assentamentos, parece haver um consenso, que se configura mais em uma negociação para que ambos participem de todas as atividades.

A titularidade e o acesso à terra é outro item que merece atenção ao estudarmos as desigualdades de gênero nos assentamentos, levantando um questionamento simples, mas importante: Por que os homens ainda permanecem como os maiores “proprietários” de terra?

Deere e León, num estudo sobre direitos à terra e à propriedade na América Latina, nos fornecem algumas respostas acerca de tal questionamento ao constatarem que a propriedade e o acesso à terra é o principal fator de sobrevivência no meio rural. Entretanto, nesse processo, essas estudiosas perceberam a exclusão das mulheres dos direitos de propriedade:

Demonstramos que a desigualdade de gênero na posse da terra é devida à preferência masculina na herança e no casamento, a preconceitos masculinos em programas estatais de distribuição de terras, onde a mulher tem menos probabilidade de ser compradora do que o homem [...] os direitos à terra preferencialmente atribuídos a homens chefes de família. (Deere; León, 2002, p.29)

Deere e León mostram que, na herança, os filhos têm mais probabilidade de receberem terras do que



as filhas, pois se espera que eles continuem com as atividades do campo, enquanto elas ficam com as tarefas da casa, ou seja, confirma-se a permanência dos papéis de gênero. Neles as mulheres aparecem como auxiliares. No que tange às políticas de reforma agrária brasileira, foram excludentes em relação às mulheres, principalmente no momento anterior à reforma constitucional de 1988:

O Estatuto da Terra de 1964, a legislação sobre a reforma agrária vigente até 1985, deu prioridade a chefes de famílias maiores que quisessem dedicar-se às atividades agrícolas. Esses critérios discriminavam as mulheres, uma vez que, segundo as normas culturais, se um homem reside na casa, ele é sempre considerado seu chefe, uma norma apoiada no Código Civil de 1916 até que também foi modificada pela reforma constitucional de 1988. O critério do tamanho da família foi desfavorável à mulher chefe de família, uma vez que, por definição, são menores do que as famílias chefiadas por homens, dada a ausência de um adulto homem na primeira. Além disso, na seleção de beneficiários, o INCRA aplicou um sistema de pontuação através do qual homens de idade entre 18 e 60 eram premiados com um ponto, ao passo que as mulheres desse grupo de idade eram premiadas com somente 0,75 pontos, sendo a discriminação pelo sexo mantida para os filhos [...] Os critérios em relação à quantidade de experiência no trabalho agrícola também discriminavam todas as mulheres, uma vez que o trabalho agrícola das mulheres [...] tem sido bastante invisível e desvalorizado [...]. (Deere; Léon, 2004, p.184)



Como vimos na citação anterior, as políticas de reforma agrária não são neutras em relação ao gênero. Todavia, o primeiro passo para a promoção da equidade de gênero aconteceu na Constituição de 1988, especialmente no artigo 189, onde consta que o título de propriedade pode ser conferido ao homem, à mulher ou a ambos – titulação conjunta de terra da reforma agrária –, independente do estado civil.

A titulação conjunta, *a priori*, não teve um caráter de obrigatoriedade no Brasil, o que dificultou a seguridade de direitos das mulheres à propriedade da terra, tornando sua implementação mais difícil. Medidas que, ao serem respeitadas, segundo as autoras, poderiam provocar mudanças nas relações de gênero, contribuindo para o “empoderamento” das mulheres.

Na América Latina [...] os direitos independentes à terra [...] estão associados a um crescimento no poder de barganha da mulher dentro da família e da comunidade e à autonomia econômica da mulher, fatores que contribuem para o seu empoderamento e promovem o seu bem-estar e o de seus filhos. (Deere; León, 2002, p.36)

O termo “empoderamento”, utilizado pelas autoras, está vinculado a vários outros fatores, que ultrapassam a aquisição da propriedade da terra. Tais fatores estão assentados também na autoestima das mulheres, conquistada à medida que desenvolvem o respeito por si mesmas, pela sua valorização e pela consciência do lugar que ocupam na sociedade, até



atingir seu princípio fundamental: a igualdade real entre homens e mulheres.

Os mecanismos adotados pelo Estado com relação à distribuição de terras, aos aspectos relacionados ao trabalho, à família, à educação, aos direitos, às oportunidades, entre outros, denotam discrepâncias entre igualdade formal e igualdade real entre homens e mulheres, criando dificuldades para que o empoderamento seja efetivado. Entretanto, conforme aponta Menegat (2009), participar apenas da titulação não significa empoderamento efetivo das mulheres, podendo se configurar em empoderamento ilusório e/ou provisório, uma vez que a administração da propriedade pode continuar unicamente sob a decisão do homem. Assim, a participação das mulheres no que se refere à titulação deve vir acompanhada de suas participações em outros processos decisórios, pois só assim poderão iniciar o empoderamento, o qual teve início como um “processo de inclusão” das mulheres na reforma agrária, quando de suas próprias lutas nos movimentos sociais.

Lutas e mobilizações que emergiram na década de 1970, se estendendo para as décadas posteriores, principalmente a partir da Constituição de 1988, quando as mulheres passaram a ser representadas pelo Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR, fundado em 1989), composto por mulheres com experiência de outros movimentos, tendo por objetivos: questões referentes à saúde da mulher, à regularização dos direitos da aposentadoria garan-



tidos pela Constituição, participação da mulher rural nos sindicatos e cooperativas (BRUMER, 2004). Na década de 1990, continuaram a realizar encontros, reivindicações e marchas pelo país, sendo a mais conhecida a “Marcha das Margaridas”, em prol dos direitos à terra e de participação na reforma agrária. Em 1993, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) adotou o sistema de cotas de 30% para a eleição de líderes mulheres em todos os níveis: nacional, estadual e regional.

Assim, na visão de Deere (2004), os avanços dos direitos da mulher à terra efetivamente se deram a partir da segunda metade da década de 1990, momento em que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) iniciava a internalização das questões de gênero. Em 2000, as mulheres, por meio de seus movimentos e organizações, reivindicaram políticas públicas de reforma agrária e a titulação conjunta da propriedade e/ou que o título fosse expedido no nome da mulher quando ela fosse solteira. Em 2001, o Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) criou o crédito Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF M) destinado às mulheres.

No ano de 2002, o Código Civil sofreu alteração no estabelecimento da chefia compartilhada e, pela nova legislação, as mulheres passaram a ter o direito de se cadastrarem na Reforma Agrária e de serem reconhecidas também como chefes de família e provedoras do lar. Em 2003, o Instituto Nacional de Colonização e



Reforma Agrária (INCRA) tornou obrigatória a titulação de terra em nome tanto da mulher quanto do homem, nos casos de casamento e união estável, e/ou à mulher, na ausência do companheiro, ou ao homem, na ausência da companheira.

A criação do Pronaf Mulher, a chefia compartilhada e o acesso a outros direitos direcionados à propriedade da terra são concebidos por Deere e León (2002) como mecanismos de empoderamento das mulheres rurais:

[...] Para as mulheres rurais, a posse da terra é a melhor garantia de que elas serão capazes de suprir, pelo menos em parte, as necessidades alimentares de sua família. Além disso, a posse é frequentemente um requisito para aumentar a produtividade das mulheres, já que age como mediadora para seu acesso ao crédito e a outros serviços. A posse da terra também melhora a posição de retaguarda das mulheres no casamento e lhes dá maiores opções matrimoniais. Ao aumentar o poder de barganha das mulheres, a posse de terra está também associada ao papel de maior importância das mulheres na tomada de decisões quanto à família e à propriedade. Não há quase dúvida de que um aumento no poder de barganha das mulheres seria necessário para empoderá-las, para mudar as relações de gênero e alcançar a verdadeira igualdade entre homens e mulheres. (Deere; León, 2002, p.411-12)

Essas reflexões das autoras citadas fazem emergir as experiências das mulheres assentadas em relação



ao crédito Pronaf Mulher⁶. Durante nossa pesquisa, procuramos explorar informações a respeito de quantas mulheres assentadas tiveram acesso a esse crédito e quais as dificuldades em adquiri-lo. Leila, moradora do Guanabara, por meio de entrevista, nos forneceu alguns dados:

[...] o Pronaf ele existe bonitinho no papel, mas aqui ninguém conseguiu pega, nós fomos no banco, a assistência técnica até fez o projeto e tudo, mas chega lá ele barra numa coisa que chama o teto da dívida, por exemplo, cada sítio aqui tem uma lei do INCRA com o banco [...] que reza que cada parcela só pode deve até 21 mil, então, no caso se você conta os 13 mil do financiamento primeiro [...] mais os outros financiamentos que se pego, a maioria deles devem 20; 19 aí se for pega mais os 3.500 pra mulher eles colocam na mesma dívida do homem junto com a dívida da mulher, aí estóra os 21 mil aí eles veta o projeto [...] só que no caso o Pronaf Mulher ele alega que não é pra se vincula com a dívida do marido à dívida do lote, só que o banco não respeita, o banco limita aí, então no caso ele funciona no papel [...].
(Leila Dorce. 40 anos. Entrevista concedida no dia 11/2/2007. Assentamento Guanabara)

Nos assentamentos deste estudo, parece não haver nenhuma mulher assentada que tenha se beneficiado dessa linha de crédito. Como explicou Leila, o motivo pode estar na vinculação do crédito destinado à mulher com as dívidas do marido. Por

6 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, crédito oferecido para as atividades econômicas desenvolvidas por mulheres.



outro lado, conforme relato exposto, por meio de uma entrevista de uma funcionária do Banco do Brasil de Caarapó, responsável pelo repasse dos financiamentos aos/as assentados/as, o/a solicitante não pode apresentar nenhum débito com a instituição, para requerer esse crédito. Segundo a funcionária, também o/a proprietário/a/ do lote não pode ultrapassar um determinado valor de dívida estabelecido pelo banco. Outro problema refere-se à aquisição dos recursos, pois eles são provenientes do Tesouro Nacional, BNDS e do Fundo Constitucional do Centro-oeste (FCO) que, muitas vezes, não tem verba para repassar aos assentamentos.

Como demonstram Deere e León (2002), a aquisição do Pronaf Mulher contribui para uma maior autonomia das mulheres, pois, com o recurso financeiro, elas podem investir em seus projetos, constantemente mencionados nas entrevistas, como, por exemplo, o de criar galinhas semicaipiras e/ou o de aumentar as instalações da farinheira e a compra de equipamentos e máquinas para a confecção da farinha. Esse processo também desencadearia a autoestima das mulheres rurais, a compreensão de si e de sua própria vida, pois se encontram motivadas em torno de um “ideário”.

É preciso considerar que o “empoderamento” demanda um conjunto de processos e, assim, não pode ser definido somente pelo viés das linhas de crédito, pois, segundo Cordeiro (2006), envolve outros processos como: confiança, respeito, ideias,



opiniões, aprendizado, conquistas, liberdade de ir e vir, vínculos interpessoais, lutas por direitos, entre outros.

Partindo dos resultados e das análises expostas, destacamos que o modelo patriarcal e seus mecanismos excludentes, como a “divisão sexual do trabalho”, são fatores que contribuem para as desigualdades de gênero, principalmente por estabelecerem papéis distintos a homens e mulheres. Dessa forma, constrói-se uma barreira entre dois mundos: o público e o privado. Barreira que, apesar de transponível, até hoje não foi possível romper totalmente com suas estruturas.

Contudo, é preciso mencionar que as mulheres não foram apenas vítimas indefesas do patriarcado, visto que em vários momentos teceram suas resistências. “O fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a ele as mulheres não oponham resistência [...] sempre que há relações de dominação-exploração há resistência, há luta [...]” (Saffioti, 2004, p.130). A participação das mulheres nos movimentos sociais, nos acampamentos e nas organizações sociais nos assentamentos foi entendida, neste trabalho, como formas de resistências.

É importante destacar que os fatores, aqui analisados, como a divisão sexual do trabalho e a ordem patriarcal, eles não são os únicos responsáveis pela desigualdade de gênero. É relevante conhecermos as especificidades de cada região, de cada assentamento, de cada cultura. Por isso, nos estudos de gênero, procura-se compreender outros elementos como: as



relações de poder, os sistemas culturais, que servem para identificar as normas, os códigos de valores dos sujeitos. Compreender gênero apenas pelas relações de trabalho é demasiado simplista, dada a complexidade de sua definição e aplicação.

No entanto, as relações de trabalho no campo ou na cidade nos fornecem informações importantes acerca dos papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade. Dessa forma, é possível percebermos as permanências e as rupturas nas questões de gênero. O campo das mentalidades inscreve-se em um terreno valioso para esses estudos. Nos assentamentos analisados, as permanências se fazem presentes, mas vemos muitas mudanças, como no caso das novas atuações das mulheres em espaços tradicionalmente ocupados por homens, como, por exemplo, os de cargos de destaque na Cooperativa. Assim, observamos que as mudanças acontecem, mesmo que de forma lenta e muitas vezes quase imperceptível.

Dando sequência às reflexões de gênero propostas, abordaremos a seguir a formação do Grupo de Mulheres e seu processo de inserção na Cooperativa, atuações que de fato têm contribuído para uma maior autonomia das mulheres assentadas.

DO MUNDO PRIVADO À ORGANIZAÇÃO DA COOPERFAMILIAR

Pra mim a história da COOPERFAMILIAR começou com um grupo de mulheres camponesas do qual eu participo, do grupo aqui do assentamento. Eu sou uma coordenadora né? Coordeno o grupo de movimento



de mulheres. Aí começou a surgir ideias sobre saí uma feira em Juti, aquela feira vai daqui, vai dali, nós faz reunião aqui hoje, faz amanhã ali, da qual agora surgiu a COOPERFAMILIAR. Nós fazia reunião aqui na minha casa, na casa da Clarice, na comunidade Nossa Senhora Aparecida ali [...] nós continua trabalhando ali com o grupo ainda e nisso aí surgiu a ideia e estamos levando a frente essa ideia da Cooperfamiliar.

Oliveti Jorge Alves⁷

A inserção das mulheres no espaço público dos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz está vinculada antes à constituição do Grupo de mulheres, pois foi a partir da formação do grupo que elas começaram a participar e desempenhar funções na Cooperativa de agricultura familiar. Essas funções dizem respeito à tomada de decisões sobre a organização e comercialização da produção dos assentamentos.

Ao analisarmos as duas gestões da COOPERFAMILIAR, no que tange às relações de gênero e poder, verificamos processos de permanências e mudanças. Na primeira gestão, de 2005 ao final de 2009, a maioria das mulheres envolvidas não ocupava cargos de expressão, tendo uma participação invisível nos processos de tomada de decisão em relação à organização e comercialização da produção dos assentamentos, mesmo que não deixassem de apresentar compromisso e engajamento com suas funções. Por outro lado, a partir da nova gestão, com início no final do ano de

7 Moradora do Assentamento Guanabara. Integrante e coordenadora do Grupo de mulheres, ex-integrante da primeira gestão da COOPERFAMILIAR, na qual ocupou o cargo de fiscal. Entrevista concedida no dia 26/10/2006.



2009, as mulheres passaram a ocupar os postos mais altos da COOPERFAMILIAR, efetivando, assim, maior participação nas tomadas de decisões⁸.

Com vistas a entender melhor o processo de participação das mulheres, nos apoiamos na categoria gênero, uma vez que a mesma permite fazer análises das relações homens/mulheres nos assentamentos estudados. Conforme Scott (1990), o gênero é elemento constitutivo das relações sociais fundamentadas nas diferenças percebidas entre os sexos; é também um campo primário de relações, em que o poder é articulado. Nessa concepção, o gênero perpassa as simples explicações acerca das diferenças biológicas entre o masculino e o feminino, ao propor historicizar e questionar como as diferenças são construídas e instituídas social e culturalmente nas sociedades.

Assim, o presente trabalho desenvolveu-se na perspectiva de construir discussões referentes às relações de gênero, na intenção de estimular os debates sobre as atividades desempenhadas pelas mulheres na família e, especialmente, no espaço público, e dar visibilidade às suas experiências, reconhecendo seus processos de lutas e a força que passam a adquirir quando sujeitos coletivos organizados. Nesse sentido, é preciso pensar e definir o que são espaços público

8 Não é possível apresentar aqui as análises referentes à segunda gestão da COOPERFAMILIAR. Para maiores informações e esclarecimentos ver: SEVERO, Mirian Jaqueline T. S. **Mulheres assentadas e cooperadas (re)construindo caminhos: trajetórias de vida e experiências de empoderamento**. Dissertação de Mestrado em História. UFGD, 2010.



e privado⁹. A filósofa Okin (2008), ao analisar as categorias público e privado, destacou a ambiguidade do uso desses termos, como têm apontando os/as estudiosos/as feministas:

‘Público/privado’ é usado tanto para referir-se à distinção entre Estado e sociedade (como em propriedade pública e privada), quanto para referir-se à distinção entre vida não-doméstica e vida doméstica. Nessas duas dicotomias, o Estado é (paradigmaticamente) público, e a família e a vida íntima e doméstica são (também paradigmaticamente) privadas. A diferença crucial entre os dois é que o domínio socioeconômico intermediário (o que Hegel chamou de ‘sociedade civil’) é na primeira dicotomia incluído na categoria de ‘privado’, mas na segunda dicotomia é incluído na de ‘público’. (OKIN, 2008, p.306-307)

Okin argumenta a falta de discussões por parte dos teóricos políticos, a respeito da ambiguidade dos conceitos público e privado, pois a dicotomia desses termos apresenta, segundo a autora, mais de um sentido, podendo ser utilizado e interpretado de diferentes maneiras. Entretanto, o mais agravante para Okin é que, na maioria das vezes, espaços público e privado são pensados e estudados de forma separada, principalmente na segunda dicotomia: espaço público (vida não doméstica) e espaço privado (vida domésti-

9 Os conceitos de esfera pública e privada têm sido centrais no pensamento político do Ocidente desde o século XVII. Para maiores esclarecimentos sobre o assunto é importante ver as seguintes obras: Arendt, Hannah. **A condição humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008; Pateman, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.



ca). Assim, para Okin, não se pode interpretar a família como não política, pois é nela que também ocorrem as relações hierárquicas e de poder, especialmente na divisão do trabalho. Nesse contexto, o slogan criado pelas feministas “o pessoal é político”, assume o significado de que os espaços público e privado estão imbricados, pois: “[...] queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro” (OKIN, 2008, p.314).

A adoção dos conceitos público e privado, neste trabalho, é pensada então, na perspectiva feminista, com o objetivo de compreendermos o processo de inserção das mulheres nas atividades públicas, à luz das desigualdades de gênero, resultantes de práticas provenientes do sistema patriarcal (análises da família), que trazem consequências para a vida das mulheres nos assentamentos rurais. Em contrapartida, as mulheres buscam construir novos caminhos, por meio da participação em organizações sociais, como se verá a seguir com as análises sobre o Grupo de mulheres e a COOPERFAMILIAR.

O GRUPO DE MULHERES

O Grupo de mulheres¹⁰, também nomeado por algumas de suas integrantes de “movimento de mulhe-

10 Nas entrevistas averiguamos que apenas duas das integrantes do grupo de mulheres não se referiam à denominação “grupo”, mas à expressão “movimento” de mulheres. Como a maioria utilizava a denominação de Grupo de mulheres, em vez de movimento de mulheres, optamos também por essa denominação e também por entender que se trata de um pequeno agrupamento de mulheres, no qual desenvolvem ações (como estudos e alternativas de viabilidade econômica e social) relacionadas ao ambiente social onde vivem (os assentamentos), na tentativa de melhoria de vida.



res”, teve sua origem nos anos de 2001/2002, época de acampamento. Sua formação deve-se ao trabalho realizado pela irmã Lucinda, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no município de Juti, que, ao visitar os acampamentos, estabeleceu os primeiros contatos, por meio de conversas e troca de ideias. Conforme nos relatou irmã Lucinda, o objetivo de seu trabalho com as mulheres esteve relacionado à saúde preventiva, como, por exemplo, proporcionar conhecimentos práticos sobre remédios caseiros, com a finalidade de ajudá-las a fabricar pomadas, xaropes e multi-mistura¹¹, em grande parte destinadas às crianças. Durante a entrevista, ela nos falou dos trabalhos que vem realizando com as pessoas dos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz, bem como de outros, como o Assentamento Padre Adriano Van de Vem e a comunidade da Aldeia Jarará, localizados nas proximidades de Juti:

Então, o nosso trabalho com as mulheres aqui em Juti começou no seguinte, eu pessoalmente vim da Rondonia pra cá e fui visitá, já era acampamento, quase assentamento no Sebastião Rosa da Paz, tava na terra, mas todo mundo acampado ainda, aí a gente começo a conversar, trocar idéias, a se encontrar como grupo, pequeno grupo. Teve o grupo do Guanabara que era acampado na época, eu lembro que a primeira reuniãozinha lá no Guanabara foi embaixo daquele pé de bambu que tem ainda hoje ali na esquina, tava todo

11 É uma alimentação alternativa baseada em farelo de arroz, farinha de mandioca, folha de mandioca em pó, casca de ovo e sementes de abóbora ou girassol, utilizada pela Pastoral da Criança para o enfrentamento de problemas nutricionais de determinados grupos populacionais.



mundo acampado na beira da estrada e a gente começou a trocar ideias. O objetivo de trabalhar com as mulheres nasceu pela necessidade de saúde preventiva, remédios caseiros, todo esse processo e *depois começo, assim, elas quererem se organizar* então nós estávamos ali tentando mostra o valor da mulher camponesa hoje, a mulher da roça, porque se a gente for vê ela não tem o valor que deveria ter. Então, nós pensamos assim, tentando mostrar que ela é capaz, que ela tem condições de crescer, de desenvolve e assim fomos continuando esse trabalho nos três assentamentos [...] e estou tentando fazer um pequeno trabalho com as mulheres índias também pra elas começarem a sentir os seus valores, mas o básico que nós trabalhamos é o valor da mulher, remédios caseiros: pomadas, xarope, multi-mistura pra trabalhar com as crianças e a própria mãe também e incentivando a agricultura orgânica, horta orgânica, que a gente não quer que entre veneno, então ali a gente vai, faz, volta, umas acreditam outras não acreditam. (Lucinda Moretti. Entrevista concedida no dia 03/04/2007. Juti/MS.)¹²

A narrativa da irmã Lucinda, num ato de lembrar, evoca da memória as lembranças dos primeiros contatos que manteve com as mulheres e homens dos assentamentos, na época ainda no acampamento. No processo de relembrar, fala do local e dos elementos contidos nele, como o pé de bambu e da estrada onde as pessoas do Guanabara estavam acampadas. Suas

12 É preciso ressaltar que as entrevistas de 2005 a 2007 são do banco de dados da pesquisadora, proveniente de trabalhos de iniciação científica. Entrevista retirada do banco de dados da pesquisadora proveniente do Projeto de iniciação científica PIBIC/UEMS/CNPq denominado: "Lideranças Femininas no Assentamento Guanabara."



narrativas nos remeteram à reflexão de Le Goff (2003, p.419), quando discorre sobre a memória, argumentando que com ela são conservadas certas informações que se referem a um conjunto de funções psíquicas que permitem aos sujeitos atualizarem impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas. Nesse contexto, a memória é um fenômeno individual e psicológico que está ligado à vida social.

Com base nas lembranças de Lucinda, conhecemos alguns aspectos acerca da origem do Grupo de mulheres nos assentamentos, assim como o tipo de trabalho que vem realizando na CPT, que é um dos primeiros movimentos de organização do coletivo de famílias sem terra, pós década de 1960. Segundo Farias (2006), a CPT surgiu no cenário das lutas sociais em Mato Grosso do Sul, no ano de 1978, na cidade de Dourados, para mais tarde formar equipes diocesanas em outras cidades. Até o final da década de 1980, a CPT manteve-se ativa no campo da luta pela terra, por meio da organização e apoio aos trabalhadores/as sem-terra. A partir de então:

Ocorre, conseqüentemente, um distanciamento da luta pela terra, principalmente em casos de ocupação de terra e acampamentos, e esse espaço é assumido pelo MST. A CPT mantém, ainda, outras atividades constantes e definidas como prioritárias, dentre elas: saúde comunitária, organização das CEBs, cartilhas políticas, círculos bíblicos, fundação e/ou acompanhamento de sindicatos, reuniões, encontros e elaboração de material para reflexão. (Farias, 2006, p. 85).



Isso não quer dizer que a CPT deixou de atuar com os/as trabalhadores/as nas ocupações de terra¹³, mas houve um redimensionamento de sua metodologia de trabalho, em direção a práticas de apoio e organização nos assentamentos já instalados, como aponta Farias. Isso pode ser observado na fala da irmã quando apresenta as atividades que a CPT desempenha com as famílias, voltadas às questões sociais, vivenciadas no cotidiano dos assentamentos.

Segundo o coordenador da CPT de Dourados¹⁴, a irmã Lucinda é agente comunitária da CPT, fazendo parte de um projeto maior em que são disponibilizados recursos financeiros para transporte, com o objetivo de realizar trabalhos com a juventude rural, com as mulheres e com os agricultores em geral. Irmã Lucinda relata o tipo de trabalho que vem realizando via CPT: “[...] eu trabalho como voluntária na CPT [...] com o M.M.C [...] com o pessoal da FAF [...] eu sinto assim que a CPT é uma pastoral que tenta ajuda o pequeno agricultor [...]” (Lucinda Moretti. Entrevista concedida no dia 3/4/2007. Juti/MS).

13 Atualmente, a CPT tem se dedicado mais em fornecer auxílio dentro dos assentamentos, nesse sentido, pode-se dizer que houve uma minimização dos trabalhos ligados à luta pela terra no estado de Mato Grosso do Sul. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) encarregou-se de realizar as ocupações de terras. Para mais informações sobre a CPT e sua história ver: Martins, José de Souza. A Comissão Pastoral da Terra no Redemoinho da História. In: Martins, José de Souza Martins. **Reforma Agrária: O Impossível Diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 133.

14 Entrevista realizada com Vanilton Camacho da Costa, no dia 01 de junho de 2009, no escritório da CPT, em Dourados/MS.



Dessa forma, constatamos a importância do trabalho da CPT nos assentamentos, a preocupação com os/as agricultores/as familiares, o que se evidencia no trabalho com o Grupo de mulheres, pois o primeiro passo foi dado pela irmã Lucinda e, a partir dele, as mulheres começaram a participar das reuniões, ora ministradas pela irmã, ora pelas coordenadoras do grupo. Ainda nos dias de hoje, a irmã se responsabiliza pelo apoio e fornecimento de materiais como apostilas, cartilhas para a realização das reuniões, palestras e cursos que são oferecidos. As reuniões são realizadas no Assentamento Guanabara, normalmente na Igreja Católica e/ou na casa de alguma das participantes do Grupo de mulheres, e nelas as mulheres estudam e conversam sobre vários temas, como nos falam Leila e Clarice, integrantes do grupo:

Essas reuniões do grupo de mulheres, era pra educar as mulheres, pra elas ficarem mais fortalecidas: a questão da violência, até mesmo do tratamento dos filhos, a questão da mulher [...]. (Leila Dorce. 40 anos. Entrevista concedida no dia 11/02/2007. Assentamento Guanabara)

Olha, é dois grupos, um nós reúne aqui na Igreja e o outro é ali embaixo [...] Nós do movimento sabe que que nós estuda? é coisa da terra, entendeu, nós estudamo assim como nós podemos fazer pra te assim uma vida melhor [...] pra nós pode salvar o pão nosso de cada dia, *ajuda* o nosso marido [...] a coisa que nós estamos trabalhando aqui no grupo é esclarecendo as mulheres aqui do assentamento. (Clarice



Gonçalves do Amaral. 50 anos. Entrevista concedida no dia 10/09/2006. Assentamento Guanabara)

Com base nas falas de Leila e Clarice, esta última ex-vi-ce-presidente da Cooperativa, observamos que os assuntos debatidos no grupo partem de suas vivências nos assentamentos, ou seja, dos problemas ligados às condições econômicas, à família, à educação dos filhos/as, à terra, à saúde e a outras questões que envolvem a mulher.

Na narrativa de Clarice, notamos primeiramente sua explanação sobre a questão da divisão do Grupo de mulheres no interior do Assentamento Guanabara, que vem se reunindo em dois subgrupos, apenas para a realização das reuniões, que acontecem separadamente e em locais diferentes. Trata-se de uma estratégia para diminuir as distâncias que separam as moradias de todas as participantes do grupo, criando condições de assegurar a presença de todas nas reuniões. Em sua fase inicial, o grupo era constituído por 16 mulheres, atualmente possui em torno de 10 participantes, índice que demonstra pequena participação das mulheres nas organizações coletivas nos assentamentos, se comparada com o número total de famílias assentadas. Observamos que isso ocorre, conforme informações colhidas nas entrevistas com homens e mulheres assentados, devido à discriminação e ao machismo¹⁵ ainda presentes nesses espaços.

15 De acordo com os estudos de Saffioti (1987; 2004), o termo machismo não pode ser dissociado do sistema patriarcal, pois é desse sistema que surge a dominação e opressão contra as mulheres, onde os homens exercem seu poder sobre as mulheres e sobre os filhos e filhas.



Outras barreiras que também impedem a participação das mulheres nas organizações são os afazeres domésticos, pois as reuniões acontecem pela manhã ou à tarde, horários em que estão com ocupações voltadas aos serviços com a casa e o lote.

Nas entrevistas com as mulheres do grupo, observamos como elas se movimentam, vivem e pensam. Um aspecto que nos chamou atenção, especialmente na entrevista com Clarice, foi a repetição da palavra “ajuda”, que também é presente e de forma constante, em outras falas das mulheres que entrevistamos, empregada para descreverem os serviços realizados no lote e/ou para proporem novas formas de participação no processo produtivo. A força da ajuda evidencia que as mulheres vivem nos assentamentos uma situação contraditória e conflituosa, principalmente nas relações de trabalho, ou seja: num primeiro momento, elas demonstram que estão avançando quanto a participarem de novas práticas em busca de mudanças; por outro lado, permanece a ideia de “ajuda”, mesmo naquelas que estão em cargos de liderança, mesmo quando percebem sua atuação como provedoras. Por isso, corroboramos com o pensamento de Farias quando diz que a ajuda ocorre porque as mulheres já internalizaram: “[...] as definições dos diferentes papéis e responsabilidades para o homem e para a mulher, surgidos de construções socioculturais.” (2002, p.308)

Embora vivendo tais situações, verificamos que as mulheres assentadas desejam ampliar seu espaço de participação social. Uma das medidas tomadas pode



ser vista em suas atuações na Cooperativa de agricultura familiar dos assentamentos, onde realizam várias atividades, entre elas: palestras, feiras, cursos diversos, viagens para outros municípios e estados, a fim de participarem de cursos e encontros.

Na fala de Clarice está demonstrado o propósito do Grupo de Mulheres, tendo como base a transmissão de conhecimentos, numa partilha dos estudos promovidos no e pelo grupo, os quais visam melhorias nas condições econômicas e sociais, especialmente para motivá-las a enfrentarem os obstáculos que se apresentam cotidianamente nos lotes. Nesse sentido, elas vêm criando novas formas de viver, entendidas, neste trabalho, como “estratégias”¹⁶ na busca por uma vida digna, como explanam Clarice e Oliveti:

Eu acho assim que pra mim foi assim de grande importância eu participa, vamos dizer assim, do grupo de mulheres né, com a irmã Lucinda que tava aí na batalha e a irmã Gertrudes com nós que a gente aprende muito, aprende muito, você aprende a se relaciona com as pessoas [...] Então, os estudos também que as irmãs trouxeram através da CPT sobre os direitos nosso de mulheres, em relação a benefícios do INSS, como a gente i atrás, então foi tudo essas coisas assim e muito mais que nós aprendemos nesse grupo de mulheres e

16 O termo estratégia é entendido aqui como a fixação de ações planejadas; esforço do grupo em assumir o papel de agente de mudanças; serve também como uma marca que define a organização e é um elemento que provê consistência e aumenta a coerência das ações e intervenções. Conforme site:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Estrat%C3%A9gia#Diversas_defini.C3.A7.C3.B5es_do_termo>. Acesso em 15 de jun. 2009, às 20 horas e 30 minutos.



como assim também eu já era coordenadora da igreja a gente aprende muito, muito [...] eu gosto muito de participa [...]. (Clarice do Amaral. 50 anos. Entrevista concedida no dia 20/06/2009. Assentamento Guanabara)

Hi, pra mim se eu não for numa reunião do movimento, pra mim não tem nada. (Oliveti Jorge Alves. 55 anos. Entrevista concedida no dia 07/03/2009. Assentamento Guanabara)

Clarice e Oliveti demonstram a importância de ser parte de um grupo que tem contribuído com suas vidas, e que, por meio dele, ocorre a introdução de “novos saberes”, com apoio das irmãs. Clarice enfatiza os aspectos ligados ao conhecimento, a esclarecimentos de questões que dizem respeito à sua própria realidade. Oliveti descreve o significado do que é participar de um grupo, de um movimento, numa fala carregada de sentido: significa “tudo”. O tudo expressa o partilhar que elas estabelecem no grupo, dos dilemas e das esperanças que são comuns a todas, servindo de acalento e até visualizando uma tentativa de encaminhamentos que objetivam uma vida melhor. Por isso, entendemos que o Grupo de Mulheres figura como um espaço de socialização, de troca de experiências, de conhecimento, em que elas atuam politicamente, adquirem consciência política, planejam ações que melhorem suas vidas e de suas famílias. O resultado desse grupo foi o que deu sustentação para a criação da COOPERFAMILIAR.



A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA FORMAÇÃO DA COOPERFAMILIAR

A Cooperativa de Agricultura Familiar de Juti (COOPERFAMILIAR) foi fundada em 10 de fevereiro de 2005, em parceria com secretarias do município de Juti, envolvendo a participação de alguns homens e mulheres do Assentamento Guanabara, do Assentamento Sebastião Rosa da Paz, do Assentamento Padre Adriano Van de Vem, a Aldeia Jarará e outros agricultores e agricultoras de Juti.¹⁷

As observações empíricas revelaram que as mulheres assentadas são as que mais se empenham nas atividades ligadas à Cooperativa, e dentre elas destacamos as atuações de Clarice Gonçalves do Amaral, Leila Dorce, Oliveti Jorge Alves, Zoraide Brandão, Maria das Graças e Maria Eliane Faria. A essas acrescentamos o envolvimento da irmã Lucinda, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do município de Juti, que tem sido mediadora e organizadora para o Grupo das Mulheres. Além delas, encontramos o representante da Federação da Agricultura Familiar do Mato Grosso do Sul, morador do Assentamento Sebastião Rosa da Paz, que tem fornecido apoio aos eventos que envolvem a Cooperativa. Em virtude de suas atuações, gostaríamos de fazer um breve comentário dos/as posições/encaminhamentos produzidos pelas mulheres: iniciemos pela Clarice do Amaral, que foi vice-presidente da COOPERFAMILIAR,

17 Conforme informações retiradas da Ata de Constituição da COOPERFAMILIAR.



na primeira gestão (de 2005 a 2009), e é também integrante do Grupo de Mulheres e coordenadora da Igreja Católica do Assentamento Guanabara. Leila Dorce é outra integrante, sócia da Cooperativa e líder do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) do município de Juti. Trata-se de uma mulher batalhadora que contribui significativamente nas reuniões do Grupo de Mulheres. Oliveti Jorge Alves é mais uma das líderes do Grupo de Mulheres, responsável pela realização e coordenação de reuniões com o grupo, e foi fiscal da Cooperativa. Maria Eliane Faria é outra integrante do Grupo de Mulheres, ex-diretora vogal da Cooperativa, atualmente trabalha no Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF), em Juti, e tem experiência com órgãos sindicais, moradora do Assentamento Sebastião Rosa da Paz.

Ao analisar a composição da Cooperativa, que nasceu da organização das mulheres – “nasceu das mulheres”, como elas dizem, sendo elas as que mais demonstram envolvimento com as atividades inerentes a seu funcionamento – um primeiro pensamento que nos vem é em relação ao nome da Cooperativa: Por que não COOPERMULHER em vez de COOPERFAMILIAR? Isso ocorreu, segundo as informações coletadas, por diversos motivos: primeiro, pela influência da CPT, mediadora no processo de organização dos assentamentos e entidade religiosa que agregou, para esse espaço, concepções ideológicas e morais. A CPT valoriza e dá ênfase à família, embora tenha demonstrado preocupação e interesse com o *modus*



vivendis das mulheres nos assentamentos. Outro motivo está no fato de que não podemos desconsiderar o pensamento feminino que também coloca a família em primeiro lugar, como aponta Farias, já que são as mulheres que incorporaram: “[...] o sentimento de se eximir dos anseios, das necessidades, das vontades próprias, em favor de um outro, seja ele o filho ou o marido [...]” (2002, p.301). Há, ainda, outro fator que favoreceu a denominação COOPERFAMILIAR, e que diz respeito ao projeto que a fez surgir, com base no atendimento a homens e mulheres de três assentamentos, englobando ainda a aldeia e os/as agricultores/as familiares do município de Juti.

Conforme Estatuto da Cooperativa¹⁸, em seu Capítulo I, sua sede administrativa é no município de Juti, na BR 163¹⁹, e sua área de ação para admissão de sócios inclui os municípios de Caarapó e Amambai. Assim, os objetivos da Cooperativa, assinalados no Capítulo II, de seu Estatuto, é o de congregar agricultores familiares de sua área de ação, para prestar-lhes serviços e realizar seus interesses econômicos, por meio de algumas atividades como:

- 1) receber, transportar, classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar e comercializar, nos mercados, interno e externo, a produção de seus sócios;

18 Estatuto Social da COOPERFAMILIAR aprovado em Assembleia Geral, no dia 2 de julho de 2005.

19 Sobre a sede da Cooperativa é importante mencionar que até o momento o prédio não foi construído; nesse local existe apenas o terreno.



2. 2) adquirir e repassar aos sócios bens de produção e insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades;
3. 3) fazer, quando possível, adiantamento em dinheiro sobre o valor dos produtos recebidos dos sócios ou que ainda estejam em fase de produção;
4. 4) obter recursos para financiamento de custeio de lavouras e investimentos dos sócios;
5. 5) promover, com recursos próprios ou convênios, a capacitação cooperativista e profissional do quadro social, funcional, técnico, executivo e diretivo da Cooperativa.

Assim, homens e mulheres vêm tentando alternativas que atendam suas necessidades de comercialização e, ao mesmo tempo, os/as insiram no mercado econômico, além de lhes fornecer condições de sobrevivência. Nas conversas, pudemos perceber que a Cooperativa tem um significado especial na vida das pessoas e por isso é relevante falar, mesmo que brevemente, da constituição da COOPERFAMILIAR, desde a primeira gestão, de 2005 ao final de 2009, e da segunda gestão, com início no final de 2009, para assim compreendermos os encaminhamentos que vêm sendo organizados para o funcionamento da Cooperativa, especialmente no que se refere às atuações das mulheres.

A Cooperativa é constituída em seus cargos diretivos por homens e mulheres dos três assentamentos já mencionados, congregando também agricultores/as de Juti



e indígenas da Aldeia Jarará. Ao todo são vinte associados, sendo treze deles/as ocupantes de cargos e, destes, oito são ocupados por mulheres e cinco por homens (na primeira gestão). Os cargos que as mulheres ocuparam nesse período variavam entre a vice-presidência e a suplência, sendo que neste último posto há uma maior quantidade de mulheres. Observamos que as funções de maior prestígio, como a presidência, o cargo de tesoureiro e de diretor, foram ocupados por homens. No entanto, na segunda gestão da Cooperativa, averiguamos uma situação inversa: a “ascensão” das mulheres nos cargos de maior destaque, entre eles a presidência.

Na COOPERFAMILIAR, além das atuações das mulheres e homens assentados, há também o envolvimento de representantes de movimentos sociais que, apesar de não atuarem em seus postos de direção, fornecem apoio, como a FAF, na pessoa de Paulo César, que atua na busca de recursos técnicos e financeiros para a construção do prédio da COOPERFAMILIAR, em Juti. Há, ainda, a participação da CPT, com os trabalhos de Vanilton, coordenador em Dourados, e irmã Lucinda, que têm colaborado com a promoção de cursos e palestras para os/as assentados/as.

Quando de sua implantação, em 2005, até o momento, a COOPERFAMILIAR tem “funcionado” de forma lenta, devido a vários problemas, como aponta Francisco Carlos, presidente da primeira gestão:

Olha ela vem funcionando bem lentamente mesmo, bem lenta, porque a gente não conseguiu ainda fazer assim uma comercialização sobre ela, porque o



fundamento dela é abrir uma fonte de comércio pra agricultura familiar né. A gente não conseguiu por quê? Por causa da fiscalização que são muita. Hoje pra você abater um frango, você tem que passar pela vigilância muito rígida né, que a gente não ta conseguindo. É, pra você ter um produto lá hoje na cidade pra comercializa é muito difícil por causa da burocracia muita, tem muita coisa né, muita papelada [...]Tem algumas coisas que ela ta auxiliando assim pra fazer uma compra. Essas coisa assim de sal, esses produto, a gente faz, dá pra fazer pela cooperativa né. Que você já pega mais em conta, porque você pega direto do revendedor. Você não tem atravessador. Hoje ela ta funcionando assim, mais só auxiliando na compra de alguns produto como ração, sal mineral, esses produto assim pra parte do gado. (Francisco Carlos Felippssen. Entrevista concedida no dia 15/2/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz.

Notamos que a parte referente à comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, que é o objetivo central da Cooperativa, encontra-se “parada”, como narrou o presidente da Cooperativa. Situação atribuída às dificuldades em adquirir o selo para colocar os produtos no mercado, conforme a certificação exigida pela vigilância sanitária, processo que envolve recursos financeiros de que hoje a Cooperativa não dispõe. Dessa forma, a atuação da Cooperativa está mais voltada aos auxílios com compras de produtos para o gado, em que os sócios conseguem um custo menor já que compram em maior quantidade e diretamente do revendedor. Sua atuação também se faz presente nos momentos de feiras, com destaque para a Feira de



Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos, que acontece anualmente no município de Juti e que envolve pequenos produtores da região e mesmo do Estado.

Mesmo apresentando problemas de infraestrutura, a Cooperativa é vista pelos/as associados/as como uma alternativa viável de crescimento econômico. Em todas as entrevistas realizadas, verificamos que se mantêm persistentes em levar a Cooperativa adiante: “[...] mas nós ainda temos sonho que ainda vai dar certo, que vamos chega lá né, um dia.” (Clarice do Amaral. 50 anos. Entrevista concedida no dia 15/11/2008. Assentamento Guanabara).

Nesse sentido, a solidariedade criada a partir do Grupo de Mulheres para a Cooperativa foi estendido, e hoje é um elemento que estrutura as atuações e encaminhamentos visando à comercialização dos produtos da agricultura familiar em busca de melhores condições de renda. As narrativas de Oliveti contam o início dessa parceria, que resultou na COOPERFAMILIAR:

O que mais me tocou na Cooper foi por causa do movimento de mulheres, que nós começemo com umas pequenas coisinha aqui, pequenas reunião, pequenas coisinhas, aí dessas pequenas coisinhas, dessas reuniões, desses encontrosinhos, que nós fazia entre o grupozinho de mulheres começou a saí e hoje ela ta lá, saiu uma firma: *a Cooperfamiliar*. (Oliveti Jorge Alves. 55 anos. Entrevista concedida no dia 29/10/2006. Assentamento Guanabara)²⁰

20 Entrevista extraída do banco de dados da pesquisadora referente ao segundo projeto de iniciação científica PIBIC/UEMS/CNPq denominado: “Lideranças Femininas no Assentamento Guanabara”, realizado durante os anos de 2006 e 2007.



Nós em reunião em grupo, nós começamo a discutir sobre como nós ia vende nossos produto, aonde que nós ia coloca nossos produto, nós tinha ideia de cria a galinha caipira, semicaipira, o porco semicaipira, faze vários produtos assim que nem o pão, essas coisas pra vende, pra nós te nossa renda, aí começo a fala aonde que nós vamo coloca? Pra nós leva pra Amambai fica distante, não tem como, pra nós leva pra Caarapó também não tem, pra Dourados não tem, aí a irmã falou: vamos fazer uma feira em Juti, uma feira das mulheres, vamo. Aí nós começou a pesquisa, trabalha, luta, ve o que nós fazia, aí começo a reuni o pessoal do Sebastião Rosa da Paz: Eliane, a Zoraide, o PC, pra reuni e conversa, o seu Gediel, a mulher dele, o Wagner, comecemo a reuni, a discuti isso aí, aí surgiu a Cooperfamiliar. (Oliveti Jorge Alves. 55 anos. Entrevista concedida em 29/10/2006. Assentamento Guanabara)

Com base nas falas de Oliveti, percebemos o sentimento de orgulho em relação ao surgimento da COOPERFAMILIAR, especialmente por ser fruto de reuniões, encontros realizados no Grupo de Mulheres, como ela mesma diz: “dessas pequenas coisinhas”, ou seja, das conversas, das palestras, dos debates, dos estudos, dos cursos, das ações, que num primeiro instante pareciam ser “pequenas”, brotou algo maior: a Cooperativa. Assim, a ideia de montar a Cooperativa partiu das experiências acumuladas e também de dificuldades vivenciadas no cotidiano dos assentamentos que as levaram a discutir no grupo como vender seus produtos. As mulheres nutriam expectativas de encaminhamento de vários projetos na perspectiva



de obterem maior renda. No entanto, à medida que debatiam sobre o assunto, pensavam também nos obstáculos, principalmente aqueles relacionados à distância existente entre os assentamentos e a sede dos municípios, onde poderiam efetuar a venda dos produtos, como: Dourados, Amambai e Caarapó. A ideia então foi de organizar uma feira em Juti, o município mais próximo, a qual contou com participação apenas de mulheres. Assim, o Grupo de Mulheres, apoiado pela irmã Lucinda, em 2005, passou a estudar e a pesquisar as condições para a efetivação da feira e para isso reuniram-se com os/as assentados/as do Sebastião Rosa da Paz e Padre Adriano. Na oportunidade, optaram por fazer uma Cooperativa em vez de uma feira, porque a Cooperativa atenderia para além das mulheres, incluiria todos os agricultores e agricultoras familiares. Assim, surgiu a COOPERFAMILIAR.²¹

A implantação da Cooperativa nos assentamentos veio como um projeto complementar de desenvolvimento econômico, baseado no fortalecimento da agricultura familiar. Essa forma de organização constituiu uma estratégia de efetivação nos lotes adotada pelos/as trabalhadores/as, em que as atividades desenvolvidas visam fornecer melhores condições de vida e trabalho para as pessoas assentadas, como demonstra Fabrini.

21 Podemos dizer que a decisão tomada de criar uma Cooperativa, *a priori*, retirou as mulheres da “cena principal”, uma vez que foram elas que iniciaram o debate sobre “onde comercializar os produtos oriundos da terra”. No entanto, aos poucos, elas foram conquistando seu espaço na Cooperativa, assumindo o lugar que mereciam, conforme exposto no Capítulo III da dissertação, já mencionada, da qual se extraiu esse artigo.



A organização da produção em cooperativa se constitui numa estratégia de existência dos camponeses na sociedade capitalista fora do limite da miserabilidade. As cooperativas agrícolas podem significar também êxito econômico, pois garantem o auto abastecimento e qualidade de vida por meio de atividades desenvolvidas por agricultores familiares. Portanto, elas desenvolvem ações que buscam a ampliação da renda dos trabalhadores associados, rompendo com as condições de pobreza e desigualdade social. (Fabrini, 1996, p.93)

Para Fabrini (1996), as cooperativas são entendidas como estratégias utilizadas pelos/as assentados/as no combate à pobreza e à desigualdade social, pois é uma prática desenvolvida dentro do sistema capitalista, mas que segue princípios diferenciados e até contrários a esse sistema, tendo como base a cooperação, igualdade e solidariedade. O sistema cooperativista também apresenta vantagens para os/as trabalhadores/as, entre elas, citam-se: diversificação e aumento da produção, aquisição de créditos, autoabastecimento, solidariedade entre os sócios, maior participação nas tomadas de decisões, ao mesmo tempo que elimina a ação dos intermediários e possibilita uma maior ampliação de renda para esses/as trabalhadores/as. Tais benefícios são incontestáveis, embora a Cooperativa em pauta não esteja funcionando da maneira esperada, em virtude do pouco tempo de sua implantação, ainda com necessidades de organização da infraestrutura, especialmente em relação à construção de sua sede. Além disso, constata-se a compreensível inexperiência



da diretoria em acessar recursos financeiros, especialmente de secretarias estaduais e federais. Mesmo assim, notamos nos assentamentos algumas práticas do cooperativismo como: investimento no cultivo de produtos diferenciados, entre eles, amendoim, pimenta, pepino e urucum (para fabricação do colorau); eliminação dos intermediários, nos momentos que conseguem comercializar seus produtos (destacamos o espaço das feiras); lucratividade no momento da compra de insumos e produtos para o gado, como sal, adquirido a um custo menor por comprar em maior quantidade e diretamente do revendedor.

Destarte, destacamos nas iniciativas dessa alternativa de produção/comercialização a presença das mulheres assentadas, não como auxiliares, mas como sujeitos que lideram nos diversos momentos de efetivação (por meio do envolvimento/engajamento). Vislumbramos conhecer os papéis desempenhados por elas na execução das atividades ligadas à unidade de produção familiar e a Cooperativa. Fizemos isso com as mulheres e também com outros sujeitos que apoiam o grupo, dentre eles representantes de movimentos sociais, na procura de informações sobre a relação do Grupo de Mulheres com a Cooperativa, observando quais as atuações e contribuições de suas atividades com o desenvolvimento dos assentamentos, como vemos na fala do representante da FAF:

Primeiro, historicamente essa relação da organização das mulheres fez com que a organização da agricultura familiar aqui em Juti né, nos assentamentos unissem.



Primeiro fato é esse: fez com que Padre Adriano, Guanabara e Sebastião e também algumas famílias, principalmente mulheres da aldeia aqui, Bororó, aqui no município fizesse com que unisse a ação [...] Acho que isso foi bom. O outro passo, que fez com que a ação da agricultura familiar elas unificasse por exemplo, é, no conselho de desenvolvimento rural sustentável aqui do município de Juti minimamente se discute hoje a ação lá dentro. Os, alguns resfriadores é, ação em relação a infraestrutura desses assentamentos, algumas ações estratégicas foram construídas, articuladas e tudo no princípio lá de traz, no princípio que começou com o grupo de mulheres. Desse grupo de mulheres fez com que o todo do debate do conjunto desses assentamentos passem por aí entendeu [...] Eu acho que uma semente foi plantada a partir desse debate e acho que a semente principal é a cooperativa. A cooperativa nasceu assim com bastante entusiasmo, com bastante é vontade de fazer o novo, de fazer o diferente. E esse fazer diferente fez com que nós trouxéssemos pra cá a feira da agricultura familiar né. Acho que é um marco histórico aqui no Mato Grosso do Sul. Que mais tarde de feira da agricultura familiar se tornou semana da agricultura familiar onde tem a feira de produtos da agricultura familiar, tem a transferência de tecnologia da EMBRAPA. Tudo nasceu daí. Olha pra você ve, como uma experiência local se torna uma experiência municipal e acaba sendo uma referência estadual [...] A gente tem discutido a feira desse ano e na feira desse ano a gente vem contando a história né. E quando a gente vai contá a história: que tudo nasceu de um grupo de mulheres, de um debate pequenininho que virou feira municipal, de feira municipal se tornou feira estadual, que da feira estadual se tornou o maior evento da



agricultura familiar do estado. Então você ve como é importante organização e a articulação. (Paulo César Faria. Entrevista concedida no dia 15/2/2009. Assentamento Sebastião Rosa da Paz)

Observamos na narrativa a importância das ações das mulheres nos assentamentos e, especialmente, as ações do Grupo de Mulheres na COOPERFAMILIAR, uma vez que as participantes do grupo são as integrantes da Cooperativa. Conforme Paulo César, a organização das mulheres desencadeou um processo sucessivo de ações positivas voltadas não apenas para o desenvolvimento dos espaços sociais onde vivem, mas acabou por abranger e beneficiar os “vizinhos locais”, como as pessoas do Assentamento Padre Adriano, da Aldeia Jarará e de agricultores/as familiares de Juti. O “pequeno” projeto da feira forneceu as bases para a constituição da Cooperativa, além de contribuir para uma nova experiência que vem se concretizando com a Feira Estadual de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos, considerada hoje um dos eventos mais importantes da agricultura familiar do município de Juti, que reúne pequenos produtores de todo o estado, tendo como mentoras as mulheres assentadas, que buscavam alternativas para “o que fazerem com seus produtos”.

A atuação da irmã Lucinda foi decisória, mas, aos poucos, como ela própria narra, “depois começo, assim, elas foram quererem se organizar.” As mulheres foram tomando gosto por “aprender coisas novas”²², e passaram a refletir sobre suas vidas, seus cotidia-

22 Expressão utilizada pela assentada Leila em uma de suas falas.



nos nos assentamentos. Essa iniciativa proporcionou maior integração entre as pessoas dos assentamentos, bem como com a comunidade da aldeia indígena, numa busca em produzir e comercializar produtos que tragam rendimentos satisfatórios e com tecnologias de baixo custo para as comunidades. Isso demonstra que os pressupostos da CPT estão sendo alcançados pelos/as associados/as da COOPERFAMILIAR, tendo como base a preocupação de que os pequenos agricultores precisam efetuar uma: “[...] mudança de modelo tecnológico, saindo da agricultura química e entrando na agricultura ecológica, também na produção para o mercado [...] voltar a produzir as próprias sementes, tanto básicas (as variedades) como híbridas [...]” (CPT, s/d, p.4-5). Observa-se que foi a soma desse desejo, nutrido pelo Grupo de Mulheres, partilhado pela CPT e com apoio da FAF, que nasceu a Feira Estadual de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos, realizada no município de Juti, atualmente, uma referência na região.

A primeira feira ocorreu no ano de 2005 e, a partir de então, a COOPERFAMILIAR vem participando de todas as feiras e nelas as mulheres integrantes da Cooperativa encarregam-se de produzir alguns produtos como: a farinha de mandioca, bolos, doces, entre outros para serem vendidos na feira. A feira é realizada uma vez no ano, nos meses de junho ou julho, no município de Juti. Nela se fazem presentes pessoas de destaque, como na última feira, quando estiveram o presidente da AGRAER (Agência de Desenvolvimento



Agrário e Extensão Rural), o coordenador da CPT/Dourados, alguns deputados estaduais, os prefeitos de Juti e Caarapó, o coordenador da FAF do MS, entre outras.

O propósito das feiras realizadas em Juti é construir uma nova perspectiva de trabalho para os agricultores e agricultoras familiares, priorizando a agroecologia “sem venenos, sem tecnologias sofisticadas, sem produtos químicos”. Assim, durante a realização dos eventos, promovem palestras, minicursos e várias oficinas com vistas a conscientizar os/as assentados/as da Reforma Agrária e os pequenos produtores da região.

Para as mulheres assentadas, a feira representa um momento importante em suas vidas, não somente no sentido econômico, como gerador de fonte de renda, mas também como um espaço de socialização, de encontros, de união, de descontração, de conversas, de trocas, de aprendizado.

É um espaço também de oportunidades para avanços com relação às transações comerciais, uma vez que podem receber convites para participarem de outras feiras e/ou receberem encomendas de outras instituições.

Menegat (2009), ao estudar o trabalho das mulheres do Taquaral na feira, constatou que:

[...] é no espaço da feira onde se realiza uma maior socialização entre as famílias que dela participam. Lá encontram os vizinhos do período de acampamento, que com o assentamento separaram-se [...] lá os assentados discutem a situação de dificuldades na produção [...] É também o lugar da visibilidade, do dar-se



a conhecer, tornando-se pessoas reconhecidas no contexto social urbano como trabalhadoras e, portanto, merecedoras de confiança [...] É preciso considerar que a feira não envolve somente o trabalho da mulher, uma vez que para preparar os produtos que são comercializados, existe a necessidade do seu preparo com antecedência, sendo parte dele arrumado no dia anterior, atividade que envolve todos os membros da família. (Menegat, 2009, p.171)

A assertiva de Menegat demonstra que trabalhar na feira traz visibilidade e reconhecimento para as mulheres assentadas, no que diz respeito à condição de produtoras e trabalhadoras, situação que contribui para estreitar os laços com o comércio local.

Na feira de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos, em Juti, notamos que, de acordo com o andamento da feira, dos produtos vendidos, as mulheres passam a planejar a próxima feira. Durante os dias do evento, fazem escalas de horários de venda e assim conseguem comercializar seus produtos e também participar das oficinas e palestras oferecidas durante a realização da feira, trocando conhecimentos.

Durante a feira, as mulheres cooperadas também puderam fazer uso da palavra. Suas falas, como a de Zoraide (suplente da Cooperativa), foram em relação à importância da produção de alimentos orgânicos, incentivando as agricultoras e agricultores familiares a cultivarem alimentos sem agrotóxicos. Esse fato nos faz lembrar das reflexões de Boni (2004), quando diz que a ocupação desse espaço legitima a tomada de



decisões e de poder na vida pública, que antes era reservado somente aos homens. Observamos, assim, que as barreiras para a participação das mulheres no espaço público, especialmente para aquelas que compõem o grupo da Cooperativa, têm sido minimizadas. Hoje, já não demonstram “receio de falar em público”, pois o constrangimento e a insegurança vêm sendo superados. Isso evidencia o início de um processo de autonomia, como indicado nas pesquisas de gênero, que enfatiza o fato da discriminação, do constrangimento e da suposta incapacidade para exercer atividades públicas como elementos que desmotivam as mulheres a participarem de qualquer tipo de organização nos espaços de maior visibilidade.

No exemplo da feira de Sementes Crioulas e Produtos Orgânicos, em Juti, vários são os produtos que as mulheres comercializam, como: mel, melado, rapaduras, geleias, pães doces caseiros, manteiga de garrafa, biscoito de polvilho, bolo de mandioca, licor de figo, polvilho doce, farinha de mandioca, vinagre aromático etc. A cada ano elas investem em novidades, em produtos novos para a comercialização, como o apresentado em 2009, no destaque ao vinagre aromático e à farinha biju. Além dessa feira, que é anual, as mulheres, representando a COOPERFAMILIAR, participam de outras, como, por exemplo, a Feira da Economia Solidária (FESD), que se realiza no município de Dourados.

Observamos a preocupação das mulheres em participarem de diferentes feiras e, nesse sentido, procuramos entender o espaço da feira como um meio de



oportunidades para as mulheres, uma vez que viabiliza a comercialização de sua produção e, também, se apresenta como proposta para marcarem suas presenças no espaço da comercialização/administração. Isso imprime visibilidade para suas atuações, certificando-as como mulheres produtoras, administradoras de um grupo e da Cooperativa, na busca pela comercialização, garantindo melhores preços aos produtos, pois realizam uma venda direta, sem a presença de “atravessadores”. Nessa empreitada, contam com a participação dos homens, mesmo que em menor número, que são em sua maioria os próprios companheiros, atitude essencial para que sejam produzidas mudanças efetivas nas relações entre homens e mulheres.

Nesse contexto, o preparo dos produtos para a feira não envolve apenas o trabalho da mulher, embora ela seja a principal responsável de todo o processo, mas também de outros membros da família, como dos companheiros e dos/as filhos/as: “[...] açúcar mascavo, que o meu marido fez, nós fizemos: quer vê o açúcar mascavo que o meu marido fez? Nós já fizemos açúcar mascavo, já fizemos melado, [...] a gente já fez e já vendeu [...]” (Clarice do Amaral. 50 anos. Entrevista concedida no dia 15/11/2008. Assentamento Guanabara)

É preciso mencionar que não basta que as mudanças estejam colocadas na esfera pública, não basta ocuparem cargos na Cooperativa, lugar que elas se assumem como lideranças, mas que sejam efetivadas transformações nas relações entre homens e mulhe-



res, que devem se estender a todos os espaços, especialmente ao mundo privado, lugar que mantém camufladas as relações de desigualdades.

Atualmente, as mulheres e os homens cooperados encontram-se criando formas de viabilizar a construção da sede da COOPERFAMILIAR, no município de Juti. Contudo, suas falas nos dizem que, apesar de todos os contratempos, pretendem prosseguir com o projeto da Cooperativa, pois esse é um dos maiores sonhos, especialmente nutridos pelas mulheres que têm se empenhado em participar desse espaço.

Enfim, gostaríamos de dizer que tentar compreender as desigualdades de gênero nos espaços rurais não é um processo simples, dada a ambiguidade que caracteriza as relações vividas entre homens e mulheres. O meio rural, foco deste estudo, por um lado, apresenta a reprodução de relações do sistema patriarcal e, por outro, iniciativas das mulheres assentadas, como observado no Grupo de Mulheres que participam da COOPERFAMILIAR, com ações que podem melhorar suas vidas e de seus companheiros e contribuir para a construção de relações mais igualitárias nesses espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados da pesquisa, podemos dizer que as mulheres dos Assentamentos Guanabara e Sebastião Rosa da Paz iniciaram uma nova caminhada, na qual estão a construir caminhos abertos, com momentos em que precisam, como mostram



Menegat e Farias (2010, p.10-11), “[...] pegar atalhos, abrirem ‘picadas’, possíveis para continuarem caminhadas. Os atalhos em si não se esgotam, emergem como estratégias para limpar caminhos e caminhadas e assim construírem novos caminhos, com caminhadas emancipadoras e com sujeitos autônomos”. É assim que entendemos a vida vivida pelas mulheres assentadas numa vida permeada por novas relações que estão sendo por elas tecidas, e que estão em construção, apenas as iniciaram.

A inserção e a conquista do espaço público, como vimos, ocorreu de forma lenta e gradual, foi sendo por elas tecido, num embate de disputas num modelo tradicional de família que guarda maiores poderes sociais aos homens. Isso é perceptível nos cargos ocupados na Cooperativa por mulheres e homens, nos quais observamos que, aos poucos, elas estão ampliando seus poderes de participação por meio da conquista dos postos mais altos de comando, como a presidência, a diretoria e a tesouraria.

Contudo, verificamos que, para haver equidade de gênero no “equilíbrio de posições entre homens e mulheres”, é necessário que outros espaços sejam ampliados e democratizados, sobretudo o espaço privado/da casa, onde as relações tendem ainda a serem conservadoras. No caso das mulheres cooperadas, averiguamos algumas mudanças, como o poder de barganha na família dos serviços domésticos, que foram partilhados com os companheiros, filhas e filhos, uma vez que o acúmulo de serviços se constitui em



um dos fatores que mais impedem as participações das mulheres em atividades públicas.

As participações das mulheres na Cooperativa propiciaram a elas autoconfiança, entusiasmo e especialmente maior autonomia, por serem ocupações que exigem constantes saídas dos lares e favorecem o ingresso no espaço público. Assim, é possível encontrá-las em palestras, comercializando e organizando feiras, promovendo cursos e encontros diversos. Estes parecem representar momentos em que elas se alimentam dos elementos necessários para fortalecê-las como mulheres gestoras, que estão encaminhando para novas relações com os homens e com elas próprias. São momentos que lhes permitem mudanças na rotina, como: viajarem para outras localidades, partilharem de cursos, estabelecerem novos contatos e descobrirem oportunidades para a comercialização de seus produtos e para empoderamentos.

Nesse contexto, apreendemos que as mulheres cooperadas estão construindo empoderamentos tanto dentro quanto fora dos espaços dos assentamentos. Isso implica dizer que, além das transformações sociais de ordem material e simbólica, efetuadas pelas mulheres, observamos ainda possibilidades futuras, caminhos promissores para a implementação de outros projetos que fortalecerão ainda mais as atividades delas e contribuirão para o desenvolvimento econômico-social dos assentamentos.

As mulheres cooperadas nos mostraram que é possível organizar, construir e reconstruir os es-



paços onde vivem, por meio de ações coletivas, fundadas a partir de novos critérios que envolvem múltiplos papéis, os quais permitem a construção de novas Mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Feministas**. UFSC. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. v. 12, n.1, 2004.

CORDEIRO, Rosineide M. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006, p. 145-171.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2002.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista de Estudos Feministas**. v.12. Florianópolis: UFSC, 2004, p.175-204.

DEERE, Carmen Diana; LÉON, Magdalena. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Tradução de Letícia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.



FABRINI, João Edmilson. **A posse da Terra e os Sem-Terra no Sul do Mato Grosso do Sul**: o caso de Itaquiraí. Corumbá: AGB, 1996.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Acampamento América Rodrigues da Silva**: esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra. Dourados: Fundo de Investimentos Culturais de MS. Dinâmica, 2006.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Relações de gênero no Assentamento Rural Sul Bonito, Itaquiraí-MS: O que mudou? In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, João Pessoa. **Anais ...** João Pessoa (PA):UFPB, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **El derecho a la ciudad**: espacio e política. Barcelona: Ed. Peninsula, 1976.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MENEGAT, Alzira Salete. **No coração do Pantanal. Assentados na lama e na areia**. As contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no Assentamento Taquaral – MS. Dourados, MS: UEMS/UFGD, 2009.

MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. (Orgs.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais**: um diálogo necessário. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2000.



OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista de Estudos Feministas**, v.16, n.2. mai./ago. 2008, p. 305-332.

PAULILO, Maria Ignez, Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista de Estudos Feministas**. v.12. Florianópolis: UFSC, 2004, p.229-252.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. v.16, n.2, Porto Alegre, 1990, p.5-22.

SEVERO, Mirian Jaqueline Toledo Sena. **Mulheres assentadas e cooperadas (re) construindo caminhos**: trajetórias de vida e experiências de empoderamento. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - UFGD, 2010.

SEVERO, Mirian Jaqueline Toledo Sena. **A construção de um novo olhar sobre as mulheres do Assentamento Guanabara**: relações de gênero, práticas e subjetividades. 2007. Monografia (Curso de História) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Amambai, 2007.

SEVERO, Mirian Jaqueline Toledo Sena. **Interação entre Assentamentos e Município**: a reciprocidade no processo de desenvolvimento econômico. Relatório de Iniciação Científica PIBIC/UEMS/CNPq. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, agosto de 2005 a julho de 2006.



SEVERO, Mirian Jaqueline Toledo Sena. **Lideranças Femininas no Assentamento Guanabara.** Relatório de Iniciação Científica PIBIC/UEMS/CNPq. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, agosto de 2006 a julho de 2007.

SILVA, Carmem; PORTELLA, Ana Paula. Divisão Sexual do Trabalho em Áreas Rurais no Nordeste Brasileiro. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero:** práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006, p.127-144.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Contexto, 2005.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero.** Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007, p.25-40.

WOORTMANN, Klass A. A. W. A Família Trabalhadora. **Ciências Sociais Hoje.** São Paulo: ANPOCS, 1984, p.69-87.



Capítulo 6



NARRATIVAS EPISTOLARES: CARTAS DE MULHERES MIGRANTES EM CENA¹

Marciana Santiago de Oliveira²

O Centro de Estudo Migratório (CEM³) da cidade de São Paulo (Missionário de São Carlos), em parceria com o Centro Pastoral de Migrantes (CPM) de São

1 Artigo apresentado, no ano de 2013, na disciplina *Teorias e Métodos da História*, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Ana Maria Colling e pelo Prof. Dr. Losandro Antonio Tedeschi, do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciência Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Importa assinalar que o presente texto é parte da pesquisa de mestrado, junto ao PPGH/UFGD, intitulada “Boletim Vai Vem: Narrativas sobre incompletude da travessia (1981-1997)”, orientada pela Prof^a. Dr^a Alzira Salete Menegat.

2 Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e aluna do Curso de Especialização em Pastoral da Mobilidade Humana pelo Scalabrini International Migration Institute. Email: marcianasantiago@hotmail.com.

3 Em síntese, o Centro de Estudos Migratórios (CEM) nasceu em 1969 e se integrou à Federação dos Centros de Estudos Migratórios João Batista Scalabrini, que congrega os demais Centros de Estudos da Congregação presentes nas cidades de São Paulo, Nova York, Paris, Roma, Buenos Aires, Manila e Basileia. O CEM procura dialogar com pesquisadores e formadores de opinião no sentido de aumentar o intercâmbio entre a academia e os agentes que atuam junto aos migrantes, incidindo, assim, em favor de maior sensibilização e melhoria das condições de vida dos migrantes. Já o Centro Pastoral de Migrantes (CPM) tem como objetivo acolher as pessoas que migram, atendendo às suas necessidades imediatas e desenvolvendo atividades de convivência e socioeducativas por meio de assistência jurídica, religiosa, social e psicológica. Informações retiradas do site: <http://www.missaonspaz.org/#!cem>.



Bernardo do Campo (Diocese de Santo André), passou a publicar, em junho de 1981, o *Boletim das Migrações Vai Vem*⁴, até o ano de 2010, quando se tem o último número publicado.

O intuito inicial do editorial era fomentar e promover as lutas de homens e mulheres migrantes por meio da publicização de suas próprias experiências migratórias. Os agentes da Pastoral, que atendiam e ainda atendem à população migrante, buscavam fornecer informações qualificadas e “conscientizá-los” sobre as participações nos movimentos sociais⁵.

As matérias que compõem o periódico são riquíssimas⁶, sobretudo para uma análise histórica, tendo em vista que se trata de notícias sobre os movimentos migratórios do Brasil e do mundo, principalmente da América Latina. O conteúdo ressalta o contexto migra-

4 Os documentos analisados da década de 1980 podem ser encontrados no acervo do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor, no Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro” (NDH), do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL). Entretanto pode-se ter acesso a todos os exemplares no acervo do Centro de Estudos Migratórios (CEM).

5 Torna-se relevante refletir a respeito das contradições e transformações nos discursos impressos pautados em matrizes religiosas e teóricas, tendo em vista seus objetivos, pois, como alerta Gohn (1991, p.37), o movimento de renovação da Igreja, juntamente com a Teologia da Libertação, neste período (1970 e 1980), foi fonte de inúmeros movimentos populares, todavia cabe discutir sobre “a atuação da Igreja aos movimentos populares que sempre se pautou por grandes ambiguidades. A partir de uma ideologia batista, antimodernizante e anti-intelectual, a Igreja imprimiu uma direção e um sentido às lutas a partir do trabalho baseado na ação direta, em questões fundamentais para o cotidiano das classes populares”.

6 Como discutido por De Lucca (2005, p.140), do editorial às colunas dos periódicos: “os discursos adquirem significados de muitas formas”.



tório e o posicionamento da Igreja diante das injustiças aos migrantes, por meio de convites e resultados de encontros regionais e nacionais, charges críticas sobre a vida do migrante, histórias em quadrinhos, notícias de outras dioceses, divulgações de livros produzidos por meio de reflexões dos encontros dos migrantes, poesias, músicas, entrevistas e reportagens feitas com os migrantes, entre outros. Têm-se ainda as cartas, objeto de análise do presente texto.

As cartas eram escritas por familiares dos migrantes (ou seja, pela família e pelos amigos que ficaram na terra natal – que não migraram⁷) e pelos próprios migrantes, que enviavam suas histórias ao periódico, com o intuito de que elas fossem publicadas.

As cartas assumem diversos sentidos para quem escreve, como também para quem lê, para quem responde e para aqueles/as que as publicam. O escrever se assenta em dois destinatários principais: os editores e os leitores do periódico (essas cartas serão chamadas por nós de cartas de cunho *público*, pois havia intencionalidade na publicação), e os familiares e amigos que não migraram (essas serão entendidas como cartas de cunho *privado*).

Logo, a pretensão das escritas e das leituras das narrativas epistolares possibilita múltiplas interpretações: narrarem suas histórias, incentivarem os migrantes a

7 O CPM e o CEM, sobretudo, na década de 1980, objetivavam gerenciar um acervo de cartas de migrantes. No decorrer das ações da Pastoral nas comunidades, os migrantes doavam as cartas que recebiam de seus familiares. Essas informações foram obtidas por meio de uma entrevista com Dirceu Cutti, um dos editores do periódico, no dia 6/9/2013.



se manterem na luta e a participarem das organizações sociais [...], como também a se interessarem por questões que norteavam sua publicação (como uma forma de elo para fomentar as lutas dos migrantes e denunciar as migrações forçadas). Do mesmo modo, a escrita e a leitura eram consideradas um canal de comunicação, de desabafo, sendo vistas também como uma forma de desafogar a saudade e de mostrar ajuda, indicando um possível elo entre lugares e pessoas distantes, aproximando-as e fazendo que migrassem, transpondo lugares, mas, ao mesmo tempo, que permanecessem no lugar em que se encontravam.

Para este estudo serão analisadas quatro narrativas de mulheres migrantes. Essas narrativas foram publicadas na íntegra no *Boletim Vai Vem* da década de 1980. Devido aos caminhos e descaminhos de construção da pesquisa, fez-se, em um primeiro momento, a leitura inicial de vinte e três cartas – todas escritas por mulheres – seguindo o período delimitado, na tentativa de vislumbrar, de maneira geral, essas narrativas.

A priori, a preocupação deste estudo em destacar o processo das migrações não estava em realizar uma análise que compreendesse a categoria de gênero. Todavia, nos chamou a atenção a quantidade inferior de cartas publicadas pelo periódico escritas por mulheres, se comparada à escrita por homens. Tal constatação fomentou algumas questões: Será que havia algum interesse do corpo editorial em publicar mais cartas masculinas do que femininas? As mulheres, nesse período, participavam das organizações sociais?



Se sim, como se organizavam? Quais os conteúdos dessas narrativas? Quais são os fluxos migratórios evidenciados nessas cartas? A predominância de cartas de homens publicadas no *Boletim Vai Vem* se deve ao fato de eles terem o hábito de escrever mais do que as mulheres, já que em determinados períodos da história brasileira elas não tiveram o mesmo acesso que os homens aos bancos escolares? E, ainda, será que foram mais homens que migraram nesse período e, por estarem distantes de seus lugares, escreviam para dar notícias aos familiares, logo sua participação social será maior e terão suas histórias, intencionalmente, publicadas no *Boletim Vai Vem*? Sendo assim, mais do que responder às questões suscitadas, intenta-se *ouvir* as vozes dessas mulheres, o que permitirá apreender o processo das migrações por outro ângulo e, consequentemente, contribuir para a compreensão inicial da composição do *Boletim Vai Vem*.

Não obstante, busca-se ir além de divisões marcadas pelos gêneros, ou seja, das especificidades do lembrar, do narrar e do registrar suas histórias. Se as cartas das mulheres se confundem com “as histórias de famílias” no âmbito privado, cabe indagar por que e como foi construída essa memória nesse espaço. Aproximando-se do afirmado por Bourdieu (2005, p.100-101), sabe-se que não basta uma escrita de histórias de mulheres que constate as suas mudanças e condições, mas que, fundamentalmente, preocupe-se com a deshistoricização dos mecanismos e estratégias de poder que são estabelecidos,



“naturalizados” e, logo, interiorizados nas trajetórias das próprias mulheres⁸.

Objetiva-se ainda entender as migrações não como pano de fundo à análise, mas no fazer-se do e pelo movimento. O processo das migrações é compreendido, neste estudo, não somente no e/imigrar no espaço físico, mas em um deslocar e locar de sonhos, de lutas, de ilusões e desilusões e de esperanças e desesperanças, no qual embarca quem “partiu” e quem “ficou”⁹. Desse modo, entende-se a necessidade e a importância de uma escrita que almeje uma *história migracional* à historiografia – parafraseando Tedeschi (2012, p.171).

,Ao oportunizar o seu próprio fazer, desnudar-se-á o cotidiano de vida das mulheres, o qual é vivenciado pela experiência do trabalho e pelas organizações populares, e também suas perspectivas e desafios diários como decorrência das migrações ocorridas no Brasil nos anos de 1980.

A conjuntura política e econômica do Brasil, nesse período, foi marcada por intensas articulações dos movimentos populares com base em diferentes demandas. Em contrapartida ao modelo autoritário e

8 Destaca-se que a tentativa não está em colocar as mulheres como “vítimas” ou os homens como “culpados”, em relação à dominação. Em outras palavras, interessa saber como são construídos os mecanismos de poder e os discursos de dominação, “o eterno feminino”, que desembocam na violência simbólica e na violência física.

9 Ou seja, um universo de relações sociais mais amplos, como orienta Martins (2002, p. 145): “Nesse sentido, é necessário pensar como migrante não apenas quem migra, mas o conjunto de unidade social de referência do migrante que se desloca”.



excludente (resquício de 1964), os agentes de protagonismos coletivos lutavam, nesse contexto, por direitos mínimos e básicos de sobrevivência, mas, sobretudo, contra o *status quo* predominante: o regime militar.

Como aponta Sader (1988), ao discutir as experiências no cotidiano popular e as lutas dos trabalhadores da cidade de São Paulo entre os anos de 1970 a 1980, “os novos” sujeitos históricos – ser coletivo – entram em cena tomando nas mãos as decisões da própria existência humana. Esses sujeitos fazem “[...] parte da cena histórica, não como atores desempenhando papéis pré-fixados, mas como sujeitos criando a própria cena através de sua própria ação” (SADER, 1988, p.15).

Dessa forma, este artigo pretende enfatizar as histórias e as trajetórias de vida das migrantes arrolando suas narrativas epistolares¹⁰. Espera-se que o presente texto contribua para o campo da teoria e, principalmente, para as ações simbólicas e práticas na vida dos sujeitos coletivos/das agentes sociais (é o/a agido – do interior – tanto quando age – para exterior).

10 Pode-se perceber a longevidade do gênero epistolar na cultura letrada por meio de alguns estudos, entre eles o de Moraes em *Me escreva tão logo possa* (2005, p. 21), que aponta: “[...] Alguns dos materiais utilizados para colher a escrita, tais como pedras, tabuinhas de argila ou de madeira, papiros, pergaminhos, os diversos tipos de papel da era moderna, o meio magnético e o meio virtual. E os instrumentos da escrita: estiletes, caniços, penas de aves, penas metálicas, lápis, caneta-tinteiro, canetas esferográficas etc. Quanto à maneira de elaborar a carta, dou um exemplo, entre muitos. Na Idade Média europeia, os religiosos, seguindo preceitos da retórica clássica, deviam organizar a epístola em tópicos estruturais: *salutatio* (breve saudação), *benevolentiae capitatio* (expressão de modéstia para cativar o destinatário), *narratio* (narração), *petitio* (pedido) e *conclusio* (conclusão)”. _



MULHERES E HOMENS MIGRANTES: “PARA ALÉM DAS ESPUMAS”

[...] perturbações superficiais, espumas de ondas que a maré da história carrega em suas fortes espáduas. [...] devemos aprender a desconfiar delas

(Braudel, 2005, p.96).

Por muito tempo, coube às mulheres somente o silêncio. Palavra esta imposta por uma ordem simbólica e prática que perpassava tanto a vida pública quanto a privada. Por isso, conforme Braudel (2005, p.96), entende-se a necessidade de ir além das *espumas* que formam o silêncio. É preciso compreender o movimento da *maré* – da ordem simbólica da dominação.

A historiadora Perrot (2005, p.9-11), por sua vez, destaca esses silêncios profundos que marcaram as histórias das mulheres. Um silêncio reiterado pelos discursos religiosos, políticos e pelos manuais de comportamento, tornando, assim, uma virtude entre elas. Verbos como aceitar, conformar-se, obedecer e calar-se, eram mais que palavras de ordem. Nesse sentido, a “naturalização” desses verbos se fez de modo que as mulheres interiorizavam a inferioridade/a dominação.

Perrot (2004, p.10) salienta o silêncio das mulheres “no espaço público onde sua intervenção coletiva é assimilada à histeria do grito e a uma atitude barulhenta demais como da ‘vida fácil’”. Ainda, o silêncio era imposto “até mesmo na vida privada, quer se trate do salão do século XIX onde calou-se a



conversação mais igualitária da elite das Luzes [...]. ‘Seja bela e cale a boca’”.

Bourdieu (2002, p.103) contribui para essa compreensão com o que ele chama de *movimento de silenciamento*. O autor aponta os dispositivos modeladores produzidos estruturalmente – a Igreja, o Estado, a Escola, a Família, dentre outros – como instâncias que agem sobre os/as agentes inconscientemente, fazendo que as normas passem a compor o cotidiano das pessoas aos poucos, chegando uma a uma. Por isso, acabam sendo incorporadas sem que sejam percebidos os aspectos excludentes, vividas com naturalidade, como se verdadeiras fossem, não questionando lacunas, nem mesmo poderes e pertencimentos sociais diferenciados.

Para o autor, “é, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem” (Bourdieu, 2002, p.103). Nesse sentido, tem-se a força da norma social diferenciada para homens e mulheres, instituída lentamente e interiorizada por todos/as, conduzida através dos tempos, reforçada até mesmo pelas mulheres, uma vez que foram educadas nessa lógica privada e por isso não se dão conta das diferenças nela embutidas.

As forças simbólicas exercidas sobre as mulheres são, para o autor, uma forma de poder – uma forma de magia –, sem qualquer coação física. Delimita-se a



“fronteira mágica” entre os dominantes e dominados em “linhas de demarcação místicas”: Homens nos espaços públicos e mulheres nos espaços privado:

Os atos de conhecimento e de reconhecimento práticos da fronteira mágica entre os dominantes e os dominados, que a magia do poder simbólico desencadeia, e pelos quais os dominados contribuem, muitas vezes, à sua revelia, ou até contra sua vontade, para própria dominação, aceitando tacitamente os limites impostos, assumem muitas vezes a forma de emoções corporais [...] (Bourdieu, 2002, p.9).

Essas questões desaguardam na historiografia – retomando os apontamentos de Perrot (2004, p.14-15) –, mesmo com a ruptura entre a concepção positivista, nas décadas de 1930, com a primeira geração dos *Annales* (principalmente com Bloch e Febvre), que substituem o político pelo econômico e social. Esses pesquisadores não conseguiram mudar os paradigmas preexistentes (sobretudo, a definição de gênero como categoria social imposta sobre o corpo sexuado). Além disso, com algumas exceções, as mulheres não estavam presentes nesses espaços, ou melhor, nos documentos oficiais analisados por esses pesquisadores.

De fato, nas décadas de 1960 e 1970, com os movimentos feministas e com a “Nova História”, tem-se a possibilidade de novos objetos, sujeitos e abordagens, “Histórias em migalhas”, no campo da História, e, efe-



tivamente, uma escrita das mulheres¹¹ e a utilização da própria categoria de gênero como possibilidade de análise. O silêncio nos arquivos públicos torna-se relevante para apreender os motivos de sua ausência.

O documento histórico passa a ser qualquer vestígio que se faça documento, seja por sua narrativa, seja pelos seus sujeitos históricos que o compõem. Cabe ao/à pesquisador/a escolher e delimitar sua relevância, pois seu próprio olhar (pensando em uma leitura hermenêutica) e sua construção histórica são documentos valiosos. Melhor seria questionar: o que não é documento? O que não é fonte?

A ausência das mulheres nos espaços públicos tornou-se uma das dificuldades, em um primeiro momento. No entanto, em contrapartida, cartas, diários, artesanatos, artefatos, fotografias, dentre outros, tornaram-se campo fértil, já que elas se encontravam nos espaços privados. “Portanto, os modos de registros das mulheres estão mais ligados à sua condição na família e na sociedade” (Perrot, 2004, p.39).

As cartas das mulheres, especificamente, revelam os fragmentos das condições socioeconômicas e culturais entrelaçados nos códigos e símbolos, ditos e não ditos. Trata-se de uma escrita que permeia o subjetivo da narradora e as relações que estão ao seu redor,

11 Tornam-se importantes as orientações propostas por Scott (2008, p.42), ou seja, uma perspectiva de gênero, transversal à escrita das histórias de mulheres, que não fique na “*esfera separada*” em relação ao sexo e ao corpo como diferença sexual – masculino e feminino –, mas que esteja preocupada em teorizar a categoria gênero conforme sua historicidade, uma vez que a natureza biológica é por si só uma construção social naturalizada.



em que o público e o privado fazem-se e refazem-se de acordo com as “regras” escolhidas.

Dessa forma, dispõe-se a fazer uma análise inicial¹² das cartas (vinte três cartas de mulheres migrantes, porém encontra-se praticamente o dobro de narrativas escritas por homens) que foram publicadas no *Boletim Vai Vem*, apresentando um panorama do cenário em que se pretende aprofundar – traçar um possível perfil dos/as migrantes. Com isso, demonstra-se como as cartas de mulheres migrantes são terrenos riquíssimos de múltiplas possibilidades de análises.

Os nomes das colunas e o formato das publicações sofreram modificações no decorrer dos anos de existência do periódico. No início, são publicadas cartas tanto de homens como de mulheres da seguinte forma: fotocópia de apenas uma carta por edição. Em um segundo momento, quatro ou cinco cartas são publicadas em cada edição, mas passam a ser rescritas pelo corpo editorial (a fonte das cartas era a mesma utilizada nas outras colunas do periódico) e publicadas em uma coluna intitulada “cartas penduradas no varal”, varal do migrante e/ou trabalhador com a palavra. Nos últimos anos da década de 1980, as cartas começam a aparecer no *Boletim Vai Vem* somente na coluna “opinião do leitor”. Essa coluna também era reescrita e poderia ter de três a quatro cartas. Assim, aponta-se a quantidade de cartas de mulheres dentro das colunas salientadas:

12 O belíssimo trabalho de Parise: “Um rosto de Deus: Cartas de famílias de migrantes” (2000, p.16-17) foi crucial para pensar na leitura inicial dessas cartas.



- **Cartas:** 11 cartas;
- **Varal do migrante e/ou trabalhador com a palavra:** 4 cartas e
- **Opinião do leitor:** 8 cartas.

Apresenta-se a seguinte divisão, de acordo com os anos das publicações:

Publicação no periódico:

1982: 1 carta	1987: 3 cartas
1983: 2 cartas	1988: 6 cartas
1986: 8 cartas	1989: 1 carta

Como dito anteriormente, as cartas poderiam ser escritas por seus leitores (supostamente migrantes) e enviadas intencionalmente ao *Boletim Vai Vem* ou escritas por familiares que não haviam partido, que estão na terra natal (suas narrativas se assentam no campo das subjetividades e nas relações privadas). Desse modo, torna-se pertinente apontar o caráter das cartas:

- **Caráter público:** 18 cartas
- **Caráter privado:** 5 cartas

O título de cada carta é o primeiro indício da forma como a remetente objetiva transmitir suas histórias. A seguir, pode-se perceber a riqueza desse nomear. Cabe destacar que seis narrativas epistolares não têm títulos:

Título das cartas escritas pelas migrantes: “A vida da mulher trabalhadora, boia-fria”; “Aqui tá nossa história”; “Caríssimos Amigos”; “Caros Diretores”; “O problema da Moradia”; “Prezado amigo Manoel



– Saudações”; “Prezados amigos e companheiros” e “Saudações”.

Intitulada pelo editorial: “Porto Alegre. 22 de Fevereiro de 1988”; “São Paulo, 06 de Maio de 1988”; “Lurdes S. O. Vila Brasília”; “Wilkie W. Freire da Silva – Nova Friburgo – RJ”; “Ana Maria Baptista Medina – MG”; “Marisa M. M. Casagrande Bento Gonçalves – RS”; “Pintados – BA – 1 de julho de 1988”; “Solidariedade na luta” e “O esposo continua indo para São Paulo”.

Observa-se que praticamente não aparecem nas cartas as **profissões** das mulheres migrantes, exceto as de boia-fria, enxadeiras e boiadeiras, pois, em a sua grande maioria, são migrantes desempregadas, sem terras e/ou sem tetos.

É importante pontuar que na década de 1980 não havia a preocupação – nem mesmo por parte dos Institutos de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – em considerar como trabalho as atividades realizadas nos espaços privados. Por isso, as mulheres não tinham uma “profissão”, eram consideradas “do lar”, agentes que não geram riquezas e ainda gastam o que vem de outrem, como bem colocou Menegat (2012, p.225): “O não reconhecimento da denominação ‘do lar’ justificava-se pelo fato de que as mulheres não recebiam remuneração pelo trabalho que faziam, nem monetariamente e nem de *status* social”. Assim, o espaço privado inexistia como lugar de visibilidade, e isso se deve ao espaço e às pessoas que o conduzem, traduzido em um desprestígio social até mesmo nos dias atuais, como as funcioná-



rias domésticas que têm remuneração pelos trabalhos que ali desempenham.

As regiões assinaladas pelas migrantes como **local de origem**, que aparecem nas vinte e três cartas, são: Bento Gonçalves (Rio Grande do Sul); Campo Grande (Mato Grosso do Sul); Campos São João (Bahia); Cariacica (Espírito Santo); Caruaru (Pernambuco); Icó (Ceará – desta cidade têm-se duas cartas); Iporã do Oeste (Santa Catarina); Joaquim Nabuco (Pernambuco); Medina (Minas Gerais); Minas Gerais; Nova Friburgo (Rio de Janeiro); Pintados (Bahia); Ponta Porã (Mato Grosso do Sul); Porto Alegre; Queixada (Ceará); Ribeirão Bonito (São Paulo); Santa Maria (Rio Grande do Sul); São Bernardo do Campo (São Paulo); São João da Baliza (Roraima); São Paulo; Vila Brasília (Goiânia); Zona Leste (São Paulo).

Embora seja difícil identificar todas quanto à **temática** que mais aparece nas cartas, pode-se dizer que se encaixam nas seguintes categorias: *Agradecimentos; Ajudas financeiras; Circuitos de orações; Comunidades da Pastoral; Comunidades de Bairro; Comunidades de Bases (CEB's); Condições de trabalho; Conscientização dos jovens – sem-terras; Cotidianos de trabalho; Cuidados de Deus; Desejos de enviar notícias; Desejos de voltar; Desempregos; Despedidas; Dificuldades de trabalho feminino; Dificuldades; Elogios ao Boletim Vai Vem; Esperanças; Estudos da bíblia; Estudos pautados nos livros de Paulo Freire; Estudos por meio do Boletim Vai Vem; Exploração de trabalho; Falecimentos; Falta de moradias; Forças em Deus; Gestão dos Partidos dos Trabalhadores (PT); Governo político – Getúlio Vargas; Justiça aos migrantes; Lembranças aos familiares;*



Luta pela moradia; Luta pela terra; Luta pelo evangelho; Migrações familiares; Nascimentos dos filhos; Necessidade de alimentação; Núcleos de trabalhos; Participações das mulheres nos movimentos populares; Pedido de matérias ao corpo editorial; Reforma Agrária; Perseguições políticas; Precariedade de trabalho; Propagandas; Retiradas; Saudades; Saúde; Sem-terras; Sem-tetos; Semana dos migrantes; Sindicatos; União dos migrantes, dentre outros.

Ao escreverem suas histórias e terem suas cartas publicadas no *Boletim Vai Vem*, as mulheres entram – em cena – no espaço público, trazendo à luz uma memória às vezes envergonhada, mas cheia de esperanças, de lutas e de resistências. Trata-se de uma escrita que remete à sua condição de mulher desempregada e/ou trabalhadora e do seu espaço familiar de dona de casa, mãe e esposa, ambos imbricados no deslocar, possibilitando pensar na deshistoricização dos mecanismos e nas estratégias de poder do ambiente em que estão inseridas.

VENTOS DA MEMÓRIA ENTRE REAPRESENTAÇÃO

O ato de os(as) migrantes lembrarem, narrarem e escreverem suas histórias está eminentemente ligado à memória e às representações que têm do mundo à sua volta. Alguns trabalhos historiográficos¹³ permitem

13 Algumas das reflexões apresentadas neste subitem, especificamente, são reelaborações de questões suscitados no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado: **“Boletim das migrações Vai Vem** – década de 1980: Um olhar sobre as narrativas epistolares”, defendido no ano de 2013 e orientado pelo professor Dr. Vitor Wagner Neto de Oliveira, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas – UFMS/CPTL.



compreender a relação das representações e das memórias tecidas pelos(as) migrantes. Suas histórias são entendidas pelo viés da memória como fruto de uma experiência coletiva (que abarca também vivências individuais), em que o silêncio e o não dito podem revelar o *mundo subterrâneo* das relações sociais em que os agentes estão inseridos/as.

Bosi (1994), em *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*, elucida a questão da memória pautada em Halbwachs, mas, sobretudo, sob a concepção bergsoniana da *memória hábito* (memórias dos mecanismos motores que se dão pelas exigências da socialização), da *memória pura* (memórias que se encontram em reinos privilegiados do espírito livre, como, por exemplo, os sonhos e as poesias) e da *memória independente* (memórias de caráter invocativo que se referem a uma situação definida). A autora identifica a memória como um resultado de conservação do estado psíquico já vivido pelos sujeitos, ou seja, o lado subjetivo e ativo dos conhecimentos sobre as coisas que permitirão tecer a relação com as experiências do passado, interferindo no presente.

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo 'atual' das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, 'desloca' estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (Bosi, 1994, p.46-47).



Félix (1998), em *História e Memória: a problemática da pesquisa*, discute o entendimento de *História e Memória* na tentativa de propor caminhos para a pesquisa histórica. A pesquisadora Félix inicia com a apresentação do trabalho do sociólogo Maurice Halbwachs e o entendimento de que toda memória é “coletiva” (Félix, 1998, p. 40), além de que há uma “negociação” para conciliar memória coletiva e memórias individuais. A memória é entendida por sua dimensão social, o que implica que sua análise dar-se-á nas noções de tempo e de espaço e no “campo dos significados” do ato de lembrar, ou seja, um sentimento do presente que invoca as representações do passado. Porém, ao sujeitar a memória ao determinismo social, Halbwachs negligencia as tensões dialéticas existentes entre a memória individual e a construção social do passado.

Em seguida, Félix (1998, p.43) aponta as pesquisas do historiador francês Pierre Nora, que possibilitam novas abordagens no campo da História ao opor-se às memórias encontradas no tecido social e ao elaborar a expressão *lugares da memória*, nos sentidos material, simbólico e funcional. A memória, para esse autor, passa a necessitar de lugares especiais para ser guardada, preservada em seus laços de continuidade. Os *lugares de memória* afirmam os laços grupais e só dessa maneira a memória pode fugir à ameaça do esquecimento.

Por último, Félix destaca a contribuição de Pollak, que volta seu olhar para as *memórias subterrâneas* – das minorias, dos excluídos e dos marginalizados – sobrepondo-as à memória oficial dominante (Félix,



1998, p.41). O pesquisador compreende que os esquecimentos, os silêncios e os não ditos compõem as *memórias coletivas subterrâneas*, bem como o ato de narrar, podendo, assim, revelar os mecanismos de manipulação da sociedade. Para Félix:

Estudar memória, entretanto, é falar não apenas de vida e de perpetuação da vida através da história; é falar, também, de seu reverso, do esquecimento, dos silêncios, dos não-ditos, e, ainda, de uma forma intermediária, que é a permanência de memória subterrâneas entre o esquecimento e a memória social (1998, p.45).

PARTE SUPERIOR DO FORMULÁRIO

A perspectiva da *memória subterrânea*, conceituada por Pollak, parece a mais indicada para embasar o presente trabalho, visto que as escritas das cartas – de mulheres migrantes – representam uma partícula das histórias das excluídas e marginalizadas. As mulheres narram suas trajetórias de vida no campo social, logo, revelam os mecanismos de dominação a que estão submetidas, seja por meio do narrar seja por seu reverso, os silêncios.

Para Pollak (1989, p.3), a memória está inserida em uma *disputa* entre a memória oficial (dominante) e a das minorias (dominados) e entre o âmbito individual e o coletivo. “Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória”.



Dessa forma, ao compartilhar suas histórias, as mulheres denunciam as migrações forçadas e as marcas em toda a sua família. As narrativas femininas, intencionalmente ou não, procuram incentivar os migrantes a participarem das organizações sociais, propagando esperanças “de dias melhores” (isso, em sua grande maioria, pautado no cunho religioso – na imagem de Deus). Assim, chama-se a atenção do leitor para dificuldades no/do ato de migrar que se intensifica ao chegar à sociedade de destino, como, por exemplo: pela falta de emprego ou pelos baixos salários e, principalmente, pela falta de casa própria. Esses pontos levantados podem ser analisados no trecho¹⁴ a seguir:

Aos queridos migrantes como eu, que sofremos na vida ao deixar a terra que nascemos. [...] Casei. O meu esposo disse vamos para a cidade grande para tentar a nossa vida, mas chegando em São Paulo, foi trabalhar ganhando o tão famoso salário mínimo. O que fazer com tão pouco dinheiro, que não dava nem para comer [...] Mas, sei que já estou com 35 anos de migrante e sei que vou continuar sofrendo o mesmo problema, sem terra, sem casa. [...] se não darmos as mãos e nos unirmos uns aos outros não teremos nada nesse mundo (*Boletim das migrações Vai Vem*. Ano 7, n.32, ago./set.1988, p.10).

Acredita-se que a categoria de representação, apontada por Ricoeur (2007), é inteiramente relevante para refletir sobre as memórias das mulheres

14 Todas as citações das cartas mencionadas neste trabalho serão transcritas exatamente da maneira como o remetente escreveu.



migrantes. Como o autor destaca: a “[...] presença, ausência, anterioridade, representação formam assim a primeiríssima cadeia conceitual do discurso da memória” (2007, p.241).

As construções e reconstruções das ações já vivenciadas pelas migrantes constituem-se no que Ricoeur (2007, p.289) chamou de *representância*. Cabe destacar que muitos historiadores entendem a palavra representação como fictícia – invenção – e isso impediria a análise histórica. Porém, a preocupação no presente texto não está em denunciar o que é “verdade” ou o que é “mentira” nos relatos das mulheres migrantes, mas em perceber como elas constroem as representações de acontecimentos vividos no campo da memória e do imaginário e as apresentam como histórias/trajetórias de vida. É o entender, dialeticamente, do movimento da memória à re-apresentação.

As cartas se tornam, assim, fontes em potencial para desnudar os fragmentos da vida cotidiana dos/as agentes sociais. As atitudes e as representações das mulheres migrantes evidenciam os *habitus*¹⁵, ou seja, seus comportamentos, que permitem apreender não só as ações individuais, mas as da sociedade na qual as mulheres se movimentam. Por isso, concorda-se com Silva quando afirma que as mulheres,

15 Noção que tem uma longa história, de Aristóteles a Norbert Elias, passando pelos filósofos medievais – Leibniz, Husserl e Merleau-Ponty. Para Bourdieu (2000, p.61), cada agente é um variante de um *habitus*, que se reestrutura segundo a trajetória social, experiência vivida e interiorizada da ascensão, da estagnação ou declínio social. No entanto, Bourdieu não condiciona as ações em um determinismo social rígido, mas revela-se dentro de um “jogo” e de improvisação.



quando estão em cena, escrevem, narram. Artesanalmente, vão, assim, registrando suas histórias, agindo auto-plasticamente. Vão tecendo uma rede com fios de ato de imaginar. O narrador de lá, espera a volta do narrador de cá. A espera é produzida pela rede do imaginar. A saudade são os buracos criados pelo entrelaçamento dos fios. Não é um vazio, algo solto. Ao contrário, é ela que define, enquanto buracos, a rede. Pode-se dizer que o imaginar é uma espécie de urdidura da saudade. Sentimento oco, profundo, mas cercado. Sentimento criado pelos narradores. Ação auto-plástica que faz do passado, presente, e do presente, futuro. Uma projeção. Uma ilusão necessária, uma utopia carregada de esperança, elaborada após o trabalho duro, à noite, numa espécie de ante-sala dos sentimentos oníricos (Silva, 2001, p.12).

A exposição da socióloga Silva vem ao encontro da perspectiva que se pretende lançar sobre as cartas. As narradoras em suas *ações auto-plásticas* produzem o re-apresentar de suas histórias guardadas entre os fios da memória e do imaginário. Como aponta a autora, são os espaços dos sentimentos oníricos, em que a espera – seja ela pela reposta familiar seja pela resposta dos editores do boletim – constrói as redes do imaginar.

ANÁLISE DE NARRATIVAS EPISTOLARES: TRAJETÓRIAS DE MULHERES MIGRANTES

Neste momento, pretende-se direcionar o olhar para as cartas escritas pelas mulheres Maria, Inês Ferreira, Fátima e outra não identificada¹⁶, publicadas na

16 Achou-se pertinente delimitar as primeiras narrativas publicadas.



íntegra pelo editorial do *Boletim Vai Vem*, das quais duas eram de caráter privado e duas, de caráter público.

A primeira carta a ser analisada é a da remetente Maria, que, ao escrever sobre a história de um grupo de migrantes do Rio Grande do Norte, nomeia sua carta como: “Aqui tá nossa história”¹⁷. Destaca-se, nessa carta, a busca incessante desses sujeitos por uma vida melhor, as inúmeras retiradas¹⁸, o vai e vem de lutas, sonhos e esperanças, as vidas colocadas em risco, como salienta Maria: “mesmo assim ainda vivemos mudando fazendo retirada arriscando a própria vida para sobreviver” (p.12).

O título da carta (“Aqui tá nossa história”) evidencia a importância dada a cada palavra construída – da simplicidade à dificuldade ortográfica. O que era, em um primeiro momento, uma folha em branco passa a ser um “pedaço” do próprio remetente. Trata-se de identificar, nas linhas escritas, as suas trajetórias, pois, mais que uma narrativa de início, meio e fim, é a exposição da *práxis*, da experiência da atividade humana – em alusão aos apontamentos de Silva (2001, p.13).

17 **Boletim das migrações Vai Vem.** Ano 1, n.4, mar,1982, p.12 (IA-JES-NDH).

18 As migrações podem ser divididas entre *migração interna* (movimento de pessoas de uma área para outra dentro de um mesmo país) e *migração externa* (movimento de pessoas de país para outro). As *migrações externas* podem ser divididas em *emigração* (saída de pessoas de seu país para outro, para aí residir) e *imigração* (entrada de pessoas em um país estrangeiro, para aí residir). Quanto à sua *duração*, elas podem ser definitivas (deslocamento por um tempo indeterminado) e temporárias (deslocamento por um tempo determinado). Já quanto à sua *forma*, elas podem ser voluntárias (quando a decisão de migrar é do próprio sujeito) e forçadas (quando os sujeitos são obrigados a migrar). No que se refere ao *controle*, as migrações podem ser legais e/ou clandestinas.



Conforme a remetente, o grupo fez a seguinte rota: no ano de 1958, saiu do Rio Grande do Norte em busca de melhores condições de salário e migrou para Campina Grande, na Paraíba. Em 1967, partiu em retirada para a cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, para trabalhar no garimpo de ouro. Dali saiu novamente, pelos atrasos constantes nos pagamentos dos salários e pelas perseguições sofridas: “nois volte-mos para o garimpo em busca de ouro preto mais das muitas perseguições que fizeram nois levanta retirada para cidade grande” (p.12).

Observa-se que a mobilidade espacial abarca a mobilidade das condições de vida dos migrantes. A cada lugar chegado, tem-se uma readaptação, um novo reorganizar. Os sujeitos se fazem nos lugares e contribuem para as suas construções. Pode-se dizer, sobretudo nesse caso, que homens e mulheres – a população – não migram “[...] por um direito à liberdade¹⁹ [...]. Ela se desloca porque é impelida, coagida por estruturas econômicas, políticas e sociais ideologicamente injustas, que, privilegiando as classes dominantes [...]” (Ferreira, 1992, p. 19).

Posteriormente, esse grupo migrou duas vezes até se fixar na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, as oportunidades de emprego aos migrantes eram poucas, sendo assim, decidiram ir para a cidade de São Paulo em busca de uma vida melhor. Na capital paulista, os migrantes encontraram diversas dificuldades, como

19 O ato de migrar pode ser entendido como resistência (ações práticas de poder) às ordens estabelecidas, como é o caso da e/imigração clandestina.



a falta de um lugar para morar. Mas, ao encerrar sua narrativa, Maria destaca que esse grupo de migrante se envolveu com a Comunidade de Bairro, ou melhor, com o Movimento pela Moradia, o que fez (re)acender a chama da esperança por dias melhores e pela conquista da casa própria.

O trabalho do pesquisador Sader (2001, p.313) é relevante quanto à compreensão da organização social dos/as migrantes ao chegarem à sociedade de destino. Esses agentes, ou melhor, esses sujeitos coletivos se expressam e se organizam por meio de práticas e identidades coletivas. Assim, “as classes populares se organizam numa extrema variedade de planos, segundo lugar de trabalho ou de moradia, segundo algum problema específico que as motiva ou segundo algum princípios comunitário que as agrega”.

A Comunidade de Bairro foi o apoio de que todos precisavam. Uma organização que, na década de 1980, agia com padrões inovadores de ações coletivas e não individualistas, como sugere a pesquisadora Alonso (1994, p. 84) ao tratar dos movimentos sociais naquele contexto: “O conceito de movimento social é entendido como uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade, desenvolvendo um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”.

A esperança de uma vida melhor brota no decorrer de toda a carta. A escrita da migrante Maria joga luz às histórias de um grupo de pessoas e às condições precárias a que este, ao migrar, está exposto, principalmente pelas migrações forçadas.



A luta, entre suas várias faces, dos sonhos, dos projetos de vida, das resistências revela a *busca* de seu próprio “chão”, seja ela no âmbito do rural seja no do urbano. Sobre esse aspecto, Gohn (1991), ao discutir os movimentos sociais e as lutas pela moradia, sugere as várias frentes que a palavra *luta* toma para esses agentes:

As diferentes formas de luta (pelo acesso à terra, pela regularização das áreas, pela posse da terra, pela urbanização da favela, pela construção através de mutirões, pela reconstrução das casas-embrões populares financiadas pelo governo, pela construção de conjuntos populares, pelo rebaixamento das prestações do Sistema Financeiro de habitação etc.) [...] (1991, p.13).

A segunda carta analisada foi enviada ao *Boletim Vai Vem* no dia 22 de dezembro de 1982 por Inês Ferreira Vicente. O convite para navegar entre histórias cheias de lutas entre conformismo e resistência²⁰ inicia pelo título da carta: “A vida da mulher trabalhadora, boia-fria”²¹. Inês Ferreira frisa sua condição de mulher e de trabalho. A palavra vida marca a história dessa remetente, o que permite apreender as migrações temporárias por meio de seu cotidiano de trabalho.

Um serviço que envolve de crianças (a participação dos filhos pode ser pensada como uma estratégia para

20 Em aproximação com Chauí (1986, p.179) e com Sader (2001, p.141): “Mas o cotidiano não pode ser pensado como um lugar mítico onde, em sua pureza, os pobres se apresentam como são, libertos de ideologias estranhas. Melhor vê-lo em sua ambiguidade de ‘conformismo e resistência’, expresso na ‘consciência fragmentada’ da cultura popular”.

21 **Boletim das migrações Vai Vem.** Ano 2, n.5, mar.1983, p.12. (IA-JES-NDH)



umentar os ganhos, uma vez que as crianças ajudam os pais nos afazeres do trabalho) a idosos, como aponta Inês Ferreira: “nesta luta dura estão empenhadas pessoas de todas as idades desde jovens até idosas com 60 anos de vida e luta” (p. 12).

No decorrer da carta, percebe-se que a palavra *luta* é salientada em vários momentos, como em: “apesar da luta para sobreviver o salário que ganhamos não compensa o suor que derramamos [...]. A gente se levanta as 4 horas da manhã a fim de trabalhar pra viver. Logo de manhã a gente fica toda molhada de orvalho, hora chuva e sol” (p.12). A riqueza de detalhes contidos nesta carta propicia o entender do suor de dias, meses e anos de trabalho como aspecto de *luta*, uma vez que o retorno financeiro mal cobre a alimentação de toda a família.

O desgaste corporal pode ser interpretado como processo de precarização do trabalho de roçagem e da plantação da cana de açúcar, especialmente para as mulheres. “Somos obrigadas a trabalhar com enxadão [...] à tarde estamos cansadas sem forças, e assim vão dias, meses e anos sem poder perder dias de trabalho” (p.12).

A esperança de uma vida melhor é ressaltada em todas as cartas, não sendo diferente nesta, quando a remetente finaliza sua narrativa: “o que nos anima é a esperança de que um dia em meio de tantas injustiças haverá justiça para todos” (p.12). Assim, a luta não tem apenas o sentido de sobrevivência, como apontado na citação anterior, mas representa perspectiva de projeto futuro, de que tudo poderá ser melhor. Desse



modo, a luta é uma espécie de alimento que permite que o/a migrante siga adiante, mesmo vivendo uma jornada precária.

Como na primeira carta, que destaca as/os trabalhadoras/es “seguindo o período de trabalho na cidade, ou melhor, das fábricas”, a narrativa de Inês Ferreira trata de deslocamentos para o campo, isto é, de migrações temporárias/sazonais, que “seguem os períodos das colheitas do campo”. Nesse sentido, pode-se dizer que a mão-de-obra de migrantes e os trabalhos sazonais se tornam mais vantajosas aos patrões, pois as/os migrantes acabam se sujeitando às condições existentes em função da curta duração de trabalho, bem como por sua não permanência no local e por sua urgência de emprego ao chegar na sociedade de destino. Como reitera Souza Martins (2002):

[...] o fato de que migram quase sempre dispostos a aceitar condições degradantes de trabalho, humilhações e más condições de vida; de que migram temporariamente dispostos a abrir mão de concepções mínimas e básicas de decoro, dignidade e direitos. São migrantes, portanto, os que colocam temporariamente entre parênteses o sentido de pertencimento e voluntariamente se sujeitam a situações de anomia, de supressão de normas e valores sociais de referência (2002, p.144).

As duas próximas cartas são escritas por familiares (quem ficou) de migrantes. As narrativas evidenciam a complexidade do/no ato de migrar. Dessa forma,



as migrações podem ser entendidas como um fato social completo²².

A primeira carta²³ – escrita em 4 de maio de 1983 e publicada pelo *Boletim Vai Vem* em setembro do mesmo ano – é direcionada a Fátima e enviada por sua irmã que reside no Ceará. A remetente escreve com o intuito de enviar notícias sobre seus familiares e de compartilhar seus próprios dilemas para sobreviver²⁴. Entretanto, as notícias narradas na carta não são muito boas, como se pode perceber no trecho a seguir:

Fátima aqui no Ceará esta muito ruim, não sei como ainda estamos aguentando, pois estamos passando por muitas necessidades, pouco temos para comer [...]. Não aguento mais olhar para os meus filhos famintos e não poder fazer nada nem ao menos um pedaço de pão para dar-lhes eu tenho (p.9).

A narrativa é marcada pelo “grito” de pedido de ajuda e de desespero de uma mãe que não tem condições de alimentar seus filhos por falta de emprego. Esses agentes sociais possibilitam pensar os motivos

22 Tendo em vista as dimensões diacrônicas e sincrônicas, como discutido por Sayad (1998, p.16) no contexto da e/imigração: “Fato social total, é verdade; falar da imigração é falar da sociedade com um todo, falar dela em sua dimensão diacrônica, ou seja, numa perspectiva histórica (história demográfica e história política da formação da população francesa), e também em sua extensão sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes da sociedade e de seu funcionamento; mas com a condição de não tomarmos deliberadamente o partido de mutilar esse objeto de uma de suas partes integrantes, a parte relativa à imigração”.

23 **Boletim das migrações Vai Vem.** Ano 3, n.10, set. 1983, p. 9. (IAJES-NDH)

24 Cabe destacar que esta carta não tem título.



das migrações desta região (Ceará), que foram elevadas no contexto dos anos 1980²⁵, como evidencia a própria história de Fátima.

Trocando a força de trabalho por alimentos, esses agentes sociais conseguiam sobreviver, como a irmã de Fátima aponta: “são muitos as pessoas que vivem atrás de trabalho mesmo que seja para pagar com a comida” (p. 9). A escassez de chuvas²⁶ nessa região resulta em fome e pobreza: “nós nem se quer temos ânimo para nada, só em pensar em tão grande seca que está nos matando aos poucos, não temos quase o que comer e muito menos o que vestir” (p. 9).

A autora da carta encerra sua escrita pedindo com muita tristeza e saudade que sua irmã a ajude (reforçando a ideia do migrar por melhores condições de vida. Logo, espera-se que o migrante esteja melhor, sobretudo financeiramente, na sociedade de destino): “Minha irmã vou terminar com muita tristeza, sinto muitas saudades suas. Fátima por Nossa Senhora me ajude, nós precisamos de sua ajuda” (p. 9).

Como se pode perceber, as necessidades financeiras sobressaem-se nessa narrativa. Ademais, submetem-se a trabalhar em troca de um prato de comida, para que seus filhos não morram de fome. Interessa

25 O estado do Ceará sofreu dois ciclos de seca nesta década: 1980 a 1983 e 1987. Para entender melhor esse período do Nordeste ver: Cavalcante, Clóvis de Vasconcelos (Org.). **A Seca de 1970 – 80:** uma avaliação pela Fundação Joaquim Nabuco. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

26 Cabe ponderar que há toda a uma discussão sobre a construção discursiva, ideológica e política em relação à seca como condicionante da pobreza no Nordeste.



perceber também “o peso” da responsabilidade depositada em sua irmã (Fátima), imputando-lhe a obrigação de ajudar os familiares que permaneceram em sua terra natal. Todavia, cabe ponderar as dificuldades para quem migra. Os migrantes também se dispõem, muitas vezes, a trabalhar por baixos salários quando chegam ao “novo lugar”.

A carta intitulada *Saudações*²⁷ é marcada por uma narrativa, também, de caráter privado/familiar. Nessa carta, aparece somente o destinatário – Maria de Fátima – e, pela narração próxima e pelo uso do gênero feminino no decorrer do diálogo, sugere que o remetente seja uma de seus familiares.

O intuito de quem escreve para Maria de Fátima é enviar notícias de sua terra natal, Ingazeira (Pernambuco), como a falta de emprego e as péssimas condições de trabalho que assombram a cidade. A remetente alerta para que a destinatária não retorne à sua casa, mesmo que as condições de vida em São Paulo, lugar onde Maria de Fátima se encontra, também estejam ruins, principalmente para os migrantes. Nesse sentido, cabe destacar as ponderações feitas, recentemente, pelo pesquisador Sayad (2000) sobre as migrações de retorno – remigrar. Os espaços-tempo já não são mais os mesmos, busca-se algo imaginado, como o autor afirma:

A presença nesta vida e no mundo que a carrega é como uma presença distraída, uma presença ausente, uma presença distanciada; em contrapartida, em

27 **Boletim das migrações Vai Vem.** Ano 6, nº 23, mês outubro-novembro-dezembro, ano 1986, p. 14 (IAJES-NDH).



contraste, a outra vida ausente ou a vida que se consagra à ausência, aos lugares longínquos e aos tempos passados da ausência, é como uma vida que a evocação sonhadora torna presente, mas de uma presença fantasmagórica, totalmente irreal, onírica, que se desenrola paralelamente à vida ativa e cotidiana (Sayad, 2000, p.20).

A remetente evidencia a todo momento que a situação em Ingazeira não é das melhores, dizendo que o custo do “feijão está quase por 30 mil” (p.14) e que as condições de emprego são mínimas: quando se encontra trabalho, o salário é baixo. “Maria sobre a vontade de você vim embora pense muito nesse seu plano por que a situação de viver aqui é muito difícil [...]” (p. 14).

Ao ressaltar a falta de emprego na região, a autora da carta conta que a dificuldade para se encontrar trabalho era tamanha que as pessoas acabavam por optar pela primeira oportunidade que aparecia, mesmo se o salário e as perspectivas não fossem as melhores: “o emprego que bom não tem, o emprego que apareceu para os pobres pai de família foi umas emergência sem futuro que não dá nem para os solteiros todo, salários que ganhamos é 153.000 por mês [...]” (p.14).

As dificuldades de emprego nessa região eram muitas, principalmente para mulheres, as quais tinham de se desdobrar tanto com os afazeres da casa como com a responsabilidade de sustentar financeiramente sua família: “Maria manda me dizer se aí é fácil emprego para mulher”; “Maria quanto é sofrer morar em um lugar que não tem ganha nem para mulher ganha”. Ou



ainda, ao dizer que o seu dinheiro não deu nem para tirar a foto de sua filha, que pretendia enviar com a carta: “este ganho que eu ganho não esta dando nem pra feira ainda não tirei a foto da menina porque não tenho dinheiro imagine” (p.14).

As cartas tornam-se, assim, redes de socialização entre migrantes e seus familiares: “diga a Francineide que eu estou aguardando a carta que ela vai me escrever” ou “sempre se lembra de me escrever me falando como vai ai a Capital Paulistana” (p.14).

O sentimento nostálgico²⁸ é registrado desde o início da carta até o final da narrativa: “Maria com um abraço a você e outro em Francineide. Mãe e Zé mandaram lembranças para todos vocês e sempre se lembra de me escrever me falando como vai ai a Capital Paulistana todos mandam muita lembranças a Génario” (p.14).

A palavra *saudade* ganha múltiplos sentidos mediante as histórias das/os migrantes. O presente alimenta e faz nascer a saudade, que nutre o passado impulsinando o desejo do reencontrar-se. Como diriam os poetas, a saudade não é ausência, mas, fundamentalmente, a presença. Nesse sentido, só se sente saudades quando existem *presenças*. A presença de si mesmo construída no sentimento de pertencimento na/pela alteridade. Narradores e lembradores que vivem dois espaços e dois mundos: passado-presente (em alusão a Silva, 2001, p.11). Rencontros marcados

28 “[...] formas específicas de cumprimentos e despedida dão o tom da relação encorajando familiares ou estabelecendo distância” (Lyons, 1998, p.63).



pelos desencantamentos dos/nos lugares, sobretudo sociais, experienciados. O que fez a travessia faz, agora, o inverso: o remigrar.

O enredo composto pelas mulheres traz à tona a elaboração de expectativas e necessidades que levam à busca pela cidade como forma de superação das condições adversas. Mas, ao mesmo tempo em que a cidade é apontada como sinônimo de esperança, a experiência e a trajetória de vida concreta fazem emergir a memória de um tempo de desencanto e de frustrações.

Percebe-se que o *mundo do trabalho* permeia o cotidiano das migrantes, de modo que, por vezes, os fatores de expulsão e de atração (condição de existência e condição de realização pessoal, social e econômica) ligados ao trabalho são determinantes para o deslocamento, seja em seu sentido material seja naquele simbólico.

As quatro vozes das mulheres migrantes possibilitam inúmeras análises. Trata-se de histórias de mulheres comuns²⁹ que vivem no vai e vem da incompletude da travessia. As análises revelam que as marcas no e do ato de migrar ficam registradas em seus cotidianos. O deslocar não é somente pelo viés geográfico, mas um deslocar de sonhos, lutas, resistências e esperanças.

29 “A história das pessoas comuns como um campo especial de estudo. [...] Tem início com a história dos movimentos de massa no século dezoito [...] Para o marxista, ou mais comumente o socialista, o interesse na história das pessoas comuns desenvolveu-se com o crescimento do movimento trabalhista. Essa tendência impôs algumas luzes bastante eficazes para os historiadores socialistas” (Sharpe, 1991, p.45).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser observado no decorrer do texto, ter como agentes de pesquisa o tema *mulher migrante* é, fundamentalmente, falar de exclusão (não somente na historiografia, mas na vida cotidiana – espaço público/privado). Torna-se imprescindível elencar a categoria *dominação* para refletir e discutir as histórias de mulheres migrantes, ou seja, levar em consideração o aspecto historicamente construído de *ser mulher* e *ser migrante*.

Nas relações humanas, dominantes e dominados – “fronteira de poderes diferenciados” – são fronteiras que estão sempre se constituindo e se refazendo, o que Sousa Martins (1997, p.13) chamou de *degradação do outro*. Entretanto, buscou-se evidenciar, por meio das cartas, um possível transpassar de fronteiras – sobretudo dos silêncios internalizados em seu próprio eu – ao analisar as trajetórias de vida das mulheres migrantes.

O ato de escrever cartas evidencia a fronteira entre dois mundos da remetente: o interior e o exterior. A fronteira é marcada e se faz fronteira na linha de encontro da tinta com o papel. Pode-se compreendê-la, também, no âmbito do vivido, no sentido de que as mulheres escrevem no intuito de se comunicar e de percorrer distâncias. Romper os silêncios. Fazer-se presente. Desse modo, transpassam fronteiras – entre o narrador de lá e o narrador de cá – para que, assim, possam se entregar ao deleite do(s) olhar(es) e ao sonho de uma nova vida, do encontro que se firma no desencontro e no reencontro. Nas histórias escritas por suas (nossas) próprias mãos.



FONTES CITADAS

Boletim das migrações Vai Vem. Ano 1, n.3, dez.1981, p. 6-7. (CEM)

Boletim das migrações Vai Vem. Ano 1, n.4, mar.1982, p.12. (IAJES-NDH)

Boletim das migrações Vai Vem. Ano 2, n.5, mar.1983, p.12. (IAJES-NDH)

Boletim das migrações Vai Vem. Ano 3, n.10, set.1983, p.9. (IAJES-NDH)

Boletim das migrações Vai Vem. Ano 6, n.23, out./nov., 1986, p.3-14. (CEM)

Boletim das migrações Vai Vem. Ano 6, n.25, jum./jul. 1987, p.11. (CEM)

Boletim das migrações Vai Vem. Ano 6, n.27, out./nov. 1987, p.10. (CEM)

Boletim das migrações Vai Vem. Ano 6, n.30, abr./maio, 1988, p.10. (CEM)

Boletim das migrações Vai Vem. Ano 7, n.31, jum./jul.1988, p.10. (CEM)

Boletim das migrações Vai Vem. Ano 7, n.32, ago./set.1988, p.10. (CEM)

Boletim das migrações Vai Vem. Ano 7, n.35, mar./abr. 1989, p.10. (CEM)

Boletim das migrações Vai Vem. Ano 7, n.38, ago./set.,1989, p.9. (CEM)

Entrevista – Realizada no Centro de Estudos Migratórios (CEM), em São Paulo (SP), com um dos editores do periódico: Dirceu Cutti, no dia 6/9/2013.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Luiza Kelin. Movimentos sociais e cidadania: a contribuição da psicologia social. In: SPINK, Mary Jane Paris. **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2005, p.96.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOSI, Éclea. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. 3.ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAVALCANTE, Clóvis de Vasconcelos. **A Seca de 1970 – 80**: uma avaliação pela Fundação Joaquim Nabuco. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERREIRA, Janete Aparecida. **O eterno ausente**: estudo com migrantes sazonais. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PUC/SP, São Paulo, 1992.



GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

LYONS, M. Práticas de leituras, práticas de escrita: cartas de amor e escritas íntimas. França e Austrália, século XIX. *In*: CARDOSO, R. (Org.) **Locus - Revista de história**. Juiz de Fora: UFJF, 1998, v.4, n.2, p.55-68.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MENEGAT, Alzira Salete. Assentadas e acadêmicas: Construindo novos pertencimentos sociais. *In*: PINHEIRO, Alexandra Santos; TEDESCHI, Losandro Antonio; MARSCHNER Walter Roberto (Orgs.). **Saberes da terra**: teoria e vivências. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

MORAES, Marcos Antônio. **Antologia da carta no Brasil**: Me escreva tão logo possa. Organização e apresentação de Marcos Antônio Moraes. São Paulo: Moderna, 2005. (Coleção Lendo & relendo carta).

PARISE, Paulo. **Um rosto de Deus**: Cartas de famílias de migrantes. Sério pastoral – I. Centro de Estudos migratórios – CEM – (Federação dos CEM's J.B. Scalabrini). São Paulo: Gráfica e Editora Peres Ltda. 2000.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *In*: **Topi**, v.12, n. 22, 2011.



PERROT, Michele. **As mulheres e os silêncios da História**. Bauru: EDUSC, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1999.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212, 1992.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas. Edunicamp, 2007.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiência, fala e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo - 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno. Elemento construtivo da condição do imigrante. **Travessia**, São Paulo, Número Especial, jan.2000.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero e história**. México: UAM, 2008.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A terra no Imaginário dos migrantes Temporários. **Revista Pral**, n. 4, p.103-120, 2001.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.) **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

TEDESCHI, Losandro Antônio. O sentido da memória e das relações de gênero na História de migração de mulheres camponesas Brasiguaias. **Projeto História**, São Paulo, n.45, p.169-1986, dez. 2012.



Capítulo 7



TOMAR AS NOITES E RETOMAR NOSSOS CORPOS!

Nathália Eberhardt Ziolkowski¹

No ano de 2013, aos 25 anos da chamada Constituição Cidadã brasileira, o país viveu uma série de manifestações populares de luta, denúncias e reivindicações que reconfiguram a compreensão da sociedade civil, do Estado e de governantes sobre os direitos conquistados e a materialização desses direitos no cotidiano. Brasileiros tomaram as ruas das cidades, com apoio de grupos regionais, nacionais e internacionais, para fazer frente às incoerências do não diálogo entre a sociedade civil e o sistema político institucionalizado numa ação proativa de ocupação das ruas.

O perfil das manifestações trouxe novidades ao cenário de luta nacional. Muitas frentes expressaram-se diante da imprecisão das relações sociais que envol-

1 Cientista Social, formada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mestra em História das Mulheres pela Universidade Federal da Grande Dourados. Ativista feminista, integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras no Mato Grosso do Sul. Integrante do Núcleo de Estudos de Gênero - UFMS (NEG-UFMS), do Grupo de pesquisa em Sociedades e Culturas nas Fronteiras de Mato Grosso do Sul (UFGD) e ativista do Movimento de Estudos de Sexualidade, Liberdade e Ativismo de Mato Grosso do Sul (MESCLA).



vem nossa sociedade e suas instituições, o Estado, os partidos políticos, a cultura de violência que se perpetua desde o espaço doméstico ao público, as concepções obsoletas e retrógradas no poder executivo e no legislativo, sobretudo. Não houve uma pauta definida, foi um tempo de reivindicações sociais.

A famosa expressão positivada que carrega a bandeira deste país – “Ordem e Progresso” – durante as manifestações, no ano de 2013, traduziu-se no lema “sem vandalismo”, adotado pelo Estado, Governos e mídia. Emblematicamente, tudo o que é ordem pressupõe o não direito de escolha. Além disso, o “progresso”, não por acaso, chegou pelas mãos dos que até hoje definem o próprio sentido da palavra progresso para esta Nação e que em nada tem ligação com o desenvolvimento social e garantia de direitos a todas as pessoas, conforme mostraram as ruas em movimento naquele ano.

O movimento “Passe Livre”, em 2013, impulsionou articulações temáticas a ganharem as ruas e se projetou de maneira sólida pelo imaginário social, ganhando um corpo mais amplo e difuso de expressão. Contraditoriamente, nas mesmas manifestações, participantes entoaram a expressão “sem vandalismos” cunhada pelo poder público e midiático, o que deslegitimava a ação do próprio manifesto, tendo como pano de fundo a ideia de garantia da ordem nacional, no momento em que o país demonstrava seu desequilíbrio social.

Não muito diferente desse moralismo, o movimento feminista e de mulheres organizadas sofreu duras críticas e rechaços de uma sociedade ainda muito dog-



mática e repleta de contravenções ao adotar, em 2011, o discurso do opressor e definirem-se como vadias em marcha pelas ruas das cidades do mundo.²

“Tomar as noites e retomar nossos corpos” foi um título escolhido para uma reflexão da luta feminista e de mulheres organizadas que, há séculos, busca se renovar e alcançar conquistas que permitam, por exemplo, que nós mulheres sejamos valorizadas no que produzimos, pelos nossos textos, nossas políticas, nossas artes, nossos trabalhos e nossas escolhas.

No ano de 2010, uma imagem foi publicada em um blog feminista e nela mulheres nas ruas empunhavam a frase “Tomar as noites! Retomar nossos corpos!”. Trata-se de um blog do Coletivo de Ação Feminista de Curitiba, grupo feminista autônomo e não partidário que publicou a imagem na ocasião em que colocava em pauta o dia 25 de novembro – Dia Internacional

2 A Marcha das Vadias é um evento político feminista, mas que tem também a adesão de outros movimentos de mulheres organizadas que não se declaram feministas, e também de homens, cujo surgimento ocorreu no ano de 2011 a partir de um fato emblemático que, mais uma vez, tentou arraigar os princípios sexistas e conservadores sobre o ser mulher no ocidente. Depois de vários casos de estupro ocorridos dentro de uma Universidade em Toronto, Canadá, naquele mesmo ano, o representante da segurança pública Michael Sanguinetti sugeriu em sua fala que as estudantes e demais mulheres não se vestissem ou se comportassem como vadias, para evitar os abusos que vinham sofrendo. O episódio levou à rua cerca de três mil pessoas revoltosas com o discurso que mais uma vez colocava a mulher como responsável pela violação de seus direitos e dignidade. Com vistas a rebater tal excentricidade ofensiva, a qual se perpetua por séculos nos discursos dominantes, tal qual algumas culturas orientais que cobrem e aprisionam os corpos das mulheres, sob a justificativa de não provocar a libido masculina, feministas pelo mundo aderiram ao ato, questionando o controle sobre os corpos femininos, suas sexualidades, comportamentos e autonomias.



de Combate à Violência contra a Mulher – uma data reconhecida inclusive pelos governos que aderiram, muitos, à agenda dos 16 dias de ativismo, criada por feministas de diferentes países, com o objetivo de organizar ações educativas e conscientizadoras sobre as formas de violência sofridas pelas mulheres, com vistas a erradicá-las. A campanha dos 16 dias de ativismo encerrou-se no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, uma data muito importante para os movimentos de mulheres, uma vez que a própria nomenclatura representa uma luta feminina e feminista de alcance dos direitos. Desde o século XVIII, quando foi criada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), ao século XX, quando é adotada e proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a palavra Homem aparece como expressão universal para designar a pessoa humana.

No entanto, em todo esse período, mulheres galgavam seus espaços e alcançavam conquistas importantes. Nos direitos humanos, a transferência das palavras deu enfim o sentido de incorporação das mulheres como seres sociais e políticos, assim como os homens, na história da humanidade.

A ênfase nas palavras “Tomar as noites! Retomar nossos corpos!” nos traz ao menos dois aspectos relevantes da luta dos movimentos de mulheres. Primeiramente, a referência às palavras de desordem, como são chamadas pelas feministas no Brasil, ou por alguns grupos feministas. As palavras de desordem são característica do objetivo que se tem de fugir do



controle e disciplinarização estabelecidos pelas regras políticas e comportamentais. Não se entoam palavras de ordem com o objetivo de desestabilizar a ordem vigente, mas as palavras de desordem têm essa intenção. Os discursos trazem consigo poderes e saberes e é o sistema de educação, de acordo com Foucault (1996), que os mantém ou modifica para que sejam apropriados de acordo com a intenção.

Vivemos na tênue linha entre a discordância e tentativas de rompimento do que está estabelecido e arraigado e a ameaça de servirmos como reforços à ordem vigente, como dizia o próprio Foucault (1999). No entanto, é observável que as estratégias de luta dos movimentos sociais venham ganhando uma dimensão cada vez mais contestatória que se fortalece não apenas no pensar, mas também no agir, ainda que as consequências trazidas pelas morais sociais e políticas sejam uma realidade que mais uma vez no Brasil vem acompanhada de atos de tortura e perseguição, como quando militares tomaram o poder, apoiados por alguns grupos de civis. As intervenções nos espaços públicos fogem agora ao sistema de educação ao qual estamos determinados e viciados, inclusive para a construção dos movimentos sociais. O que é chamado hoje pelo Estado e pela mídia de vandalismo, e incorporado pelo imaginário social, também é, para uma parcela dos que tomam as ruas, a indigesta reação somática à disciplinarização dos corpos, à fabricação dos discursos ordeiros e aos pressupostos implícitos e explícitos de manutenção dos bons e velhos costumes.



Nossa sociedade não é de espetáculos, mas de vigilância; sob a superfície das imagens, investem-se os corpos em profundidade; atrás da grande abstração da troca, se processa o treinamento minucioso e concreto das forças úteis; os circuitos da comunicação são os suportes de uma acumulação e centralização do saber; o jogo dos sinais define os pontos de apoio do poder; a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos. Somos bem menos gregos que pensamos. Não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens. (Foucault, 1999, p.240).

Assumimos, em nossas escolhas, o risco de fortalecer o sistema de regras que nos aprisionam, mas também encaramos o papel de transformação do que vem nos sufocando, ainda que as mudanças estejam vigentes para a lógica desse mesmo modelo. Por ora, se não se destrói o Estado disciplinarizador e repressor, tal como construído, se desobedece a regra, provocando a ignorância; e insere-se outra perspectiva em cena, para a democracia que não foi feita plena ainda.

Dessa forma, apropriar-se de palavras de desordem é um ato contestador que, de tão provocante, será ao menos publicizado e, assim, provocativo ao repúdio ou à reflexão.

Outro aspecto importante a ser apreendido pela frase aqui colocada em evidência é que essa luta, a feminista, a dos movimentos de mulheres organizadas,



não é recente e não deixou de estar em consonância com as realidades vivenciadas e questionadas por outros grupos sociais em ação. Trata-se do respeito à liberdade anunciada, o desprendimento das amarras que cerceiam os corpos em todas as instituições sociais, começando pela família, passando pela religião e desembocando no Estado. E, no que diz respeito às mulheres, trata-se da própria autonomia não rastreada pelos olhares e reações, simbólicas ou não, que infringem nossos direitos e honra.

Tendo aqui contextualizado minha compreensão sobre os panoramas atuais, mas históricos, que envolvem os movimentos sociais, os movimentos de mulheres e os estímulos que suas intervenções têm causado na sociedade, proponho-me a revisitar o corpo feminino pela perspectiva dos movimentos sociais de mulheres organizadas e feministas.

A CONTRIBUIÇÃO DOS FEMINISMOS PARA UMA NOVA INTERPRETAÇÃO SOBRE O CORPO

Essas últimas três décadas de feminismo foram também marcadas por uma raiva profunda, na medida em que a verdade da violência contra o corpo feminino era revelada, fosse através do estupro, abuso sexual contra crianças, ataques às lésbicas, abuso contra mulheres, assédio sexual, terrorismo contra a liberdade de procriação ou o crime internacional da mutilação da genitália feminina. A sanidade mental das mulheres foi salva quando elas alardearam essas experiências que mantinham em segredo, deram nomes a elas e transformaram o nosso rancor em ação positiva para analisar e reduzir a violência (Glória



Steinem, no prefácio do livro *Os monólogos da vagina*, de Eve Ensler, 2000, p.11).



Ao falar do patriarcado, ainda que seja um conceito em debate, vislumbra-se uma forma de organização social na qual o corpo feminino foi apropriado em sua noção física como forma de conter as mulheres.

Retomamos essa ideia, atentas/os para o uso do termo referente a uma estrutura que aponta para a dominação masculina a partir da organização social, o que significa que sofre transformações, ainda que o sentido propalado desse conceito sugira algo fixo e algumas vezes não correspondente às mudanças da atualidade nas relações de gênero. Tais transformações sugeriram novas denominações de patriarcado. Pateman (1993) aborda o patriarcado moderno, no qual as mulheres são submetidas aos homens não mais somente no que se refere ao privado, mas agora também no componente público, ao alcançarem direitos nesse âmbito. São novas formas de submissão ou ainda formas reapropriadas, mas que trazem a essência de um patriarcado cujo poder e autoridade são dos homens/pai/poder pátrio.

Toma-se tal conceito com os devidos cuidados porque esse termo vem passando por críticas de algumas teóricas, sendo repensado por outras, e em si indica um termo em transformação. A sociologia clássica weberiana, que aponta elementos definidores do poder patriarcal, traz características específicas de uma comunidade doméstica, à qual não se aplica a organização social da atualidade, pois bem de outra maneira



indica o alicerce definidor dessa forma de poder que se trata da submissão de um gênero por outro: “chama-se patriarcalismo a situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas” (Weber *apud* Saffioti, 1992, p.193). Observa-se que Weber propõe sua forma estruturante a partir das relações domésticas, por meio das quais se inicia a divisão sexual na qual ele indica certa normalidade. A análise weberiana diz respeito a uma sociedade cuja forma de organização social era orientada de maneira menos complexa que as sociedades atuais, as comunidades domésticas.

De qualquer maneira, o patriarcado não se vincula somente ao poder do pai, como provedor e mentor da família, senão ao poder do gênero masculino, seja do marido sobre a esposa, como discute Pateman (1993), ao referir-se ao patriarcado moderno, seja também por meio de outras formas de dominação, como a exploração do trabalho e outros tipos de exploração, como atenta Saffioti (2004).

A antropóloga Lia Zanotta Machado (2000) analisa os conceitos de gênero e patriarcado contemporâneos e as controvérsias em seus usos. Zanotta Machado discorre sobre algo que considera importante para a compreensão dessas definições.

Sobre a não univocidade do termo ‘patriarcado’, muito já foi debatido. O ‘estado das artes’ feito por Heleieth Saffioti (1992) é valioso. Aponto aqui, no entanto, dois



pontos que não me parecem controversos. Este conceito tem sido utilizado pelas intelectuais feministas, de forma a superar qualquer ideia de 'naturalidade' das relações patriarcais. O objetivo é exatamente o contrário. É desnaturalizá-lo, mostrando seu engendramento social e cultural como um 'sistema' ou como uma forma de 'dominação'. O outro ponto é o de que sempre o tenham entendido como um conceito historicamente referido. São estes dois pontos que permitem o uso simultâneo para muitos autores dos termos 'patriarcado' e 'gênero'. (p.4).

Eis que surge a devida questão: qual a contribuição dos feminismos³ para essa nova interpretação sobre o corpo?

Inicialmente, é preciso apontar que as lutas das feministas e mulheres organizadas pelo Brasil e outros

3 A opção pelo uso do termo "feminismos" diz respeito à compreensão de que o feminismo se constitui no Brasil com várias faces e princípios, um aspecto afirmativo, visto que os debates começam no interior desse movimento, provocando pensar e fortalecer os grupos em seus discursos. Os feminismos partem da premissa de que o corpo da mulher não é negociável e que a dominação masculina é um problema crônico na sociedade ocidental. Mas alguns assuntos relacionados a esses princípios não são consenso entre os movimentos feministas. Por exemplo, a escolha ou necessidade da prostituição. Algumas feministas consideram a prostituição uma forma de manutenção das regras patriarcais, sendo o corpo feminino um instrumento utilizado para o prazer masculino. Muitos grupos feministas norte-americanos por algum tempo lutaram firmemente por essa posição. Outras feministas a entendem como forma de trabalho e autonomia da mulher, uma vez que a prostituição, sem exploração, seria realizada por escolha da mulher em busca de sua independência. No Brasil também há divisões internas no movimento quanto a esse assunto e por isso não seria pertinente falar em um feminismo. Ainda que a abordagem neste texto não pretenda abarcar as diferenças e divergências do movimento, é preciso considerar que há uma pluralidade rica dentro desse grupo, o que faz dele amplo em suas componentes, em suas formas de pensar e maneiras de se expressar.



países e/ou continentes é o que torna possível a problematização sobre o corpo, a realização de intensos debates, de incidências políticas e transformações nas esferas privadas e públicas das relações culturais. De maneira singela e resumida, discorreremos sobre os caminhos percorridos nas últimas décadas para se alcançar o momento em que o tema “autonomia sobre o corpo” aparece e permanece recorrente tanto nos movimentos sociais quanto no governo e em outros grupos/instituições sociais.

Pensando o modelo de organização patriarcal, uma das formas de controle do corpo feminino foi a institucionalização do casamento e da família nuclear, monogâmica. É nesse espaço, no espaço da casa, privado, que a família se solidifica sob os poderes do patriarca, desde a Grécia Antiga, onde as mulheres, além de destinadas ao espaço do lar, nele eram coadjuvantes. À mulher cabia a função de prover bom funcionamento do lar, de reproduzir, solidificando o núcleo familiar, e cuidar dos seus. Isso significa que sua sexualidade, saúde reprodutiva e bem estar estavam todos destinados ao aprisionamento que se revelou ser o modelo de família que, por esses e mais motivos, se tornou modelo a ser refutado pelas mulheres feministas no século XX. “Os homens tinham história, as mulheres tinham destino. Esse destino heterônimo era ditado pelas normas patriarcais, cuja instituição fundamental para aplicação e controle das mesmas foi a família nuclear moderna. A família tornou-se, portanto, um ponto de conflito estratégico para o feminismo” (Ávila, 2009, p.1).



Os feminismos que se caracterizam como as ações políticas de mulheres cujos princípios traduzem-se em teorias e atos para transformar relações de gênero que as oprimem mostram-se operando de maneira individual e coletiva. Emergem no Brasil de forma bastante contestatória ainda na ditadura militar.

Nas décadas de 1960 e 1970, os feminismos arre-bentam as correntes de uma vez por todas para trazer ao público a politização do privado. O corpo passou a ser ponto central, propriamente um campo de disputa, que não mais deveria ser de posse do homem, patriarca, político, mas das mulheres. A máxima “nosso corpo nos pertence” está alicerçada naqueles momentos históricos. Ainda que se pressuponha a possibilidade de que esse corpo feminino tenha donos – como tinha e tem – e que por ora se reafirmava nas palavras de ordem que chamavam a atenção de quem teria o direito sobre esse corpo, também o desloca da pessoa, ou seja, o sujeito não é o corpo. O corpo parece ser deslocado do *eu*, do ser, das subjetividades. Por outro lado, significou uma grande forma expressiva que constituía discurso revelador dos feminismos críticos e organizados, que para o próprio movimento regia à ideia de que a “[...] apropriação do corpo concretizava a politização do privado, ao materializar as relações de poder que se passavam pelo corpo, pela sexualidade, pelo desejo e pela reprodução” (Scavone, 2007, p.14).

Os feminismos começam um importante papel de denunciar as construções simbólicas do corpo que foram hierarquizadas de maneira desigual. Mais que



isso, começam a disseminar tal desigualdade em torno das diferenças humanas. Durante alguns séculos, as mulheres vêm buscando obter conquistas que as livrem de seus destinos pré-projetados, aqueles que, entre outras coisas, as fazem propriedade masculina, retirando de si a autonomia sobre seu corpo. Por alguns tempos, essas conquistas compunham-se na tentativa de buscar igualdade com os homens, modelos de liberdade, independência e poder político.

É nas décadas de 1960 e 1970, quando os feminismos retomaram-se de forma mais incisiva, como se dizia, que questionamentos da ordem dos princípios são intensificados.

Desde as revoluções do século XVIII que as mulheres vêm lutando por direitos e igualdade, mas, apesar das conquistas importantes dos séculos XIX e XX, como o direito à educação e ao voto, o modelo de igualdade almejado estava referenciado na igualdade masculina. A questão do sujeito não estava colocada. É o feminismo que emerge nos anos 60 que traz o questionamento radical da forma como as relações sociais estão estruturadas. As análises feministas a partir daí têm desconstruído a naturalização das relações hierárquicas entre os sexos e apontado caminhos e meios para sua superação (Ávila, 2009, p.1).

Não muito tempo atrás, na luta por seus corpos autônomos e livres, vertentes teóricas dos feminismos (não iremos nos ater nesse artigo à epistemologia feminista) vêm se dispondo a reconhecer o direito de cada um dos gêneros dentro das duas diferenças. A



luta pelo fim da desigualdade passa a ter como alicerce o conceito de equidade, que não trata mais como iguais homens e mulheres, uma vez que, ao buscar essa igualdade, colocava como pressuposto que o homem era modelo ideal a ser atingido, e não é isso que os feminismos têm exposto como princípio em suas trajetórias.

A organização de mulheres em movimentos feministas e as contestações desses modelos, além das funções sociais, consolidam-se nas relações estabelecidas na luta contra a ditadura militar brasileira. Margaret Rago (2003) observa que a tentativa de as mulheres incidirem de maneira mais ativa na luta contra a repressão militar, apoiada por grupos de civis, foi contida por lideranças masculinas de movimentos contrários ao regime ditatorial. Isso fortaleceu a organização das mulheres na luta por sua liberdade.

De “sexo frágil” para mulheres de luta que buscam sua emancipação. Para isso foi preciso ater-se também ao fato de que as relações sociais se dão na interação de homens e mulheres, o que significa que mulheres também reafirmam o sistema tal qual criticam as feministas. Nesses feminismos da segunda metade do século XX, o trabalho de empoderamento das mulheres tornou-se uma proposta que até os dias de hoje é pensada e praticada: a sensibilização de novos sujeitos políticos que, organizadas ou não, possam compreender sua condição e contribuir com a transformação, um desafio lançado aos movimentos feministas. “Nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil,



o feminismo teve como ação importante os grupos de reflexão, chamados de autoconsciência, situações nos quais as mulheres compartilhavam experiências, refletiam criticamente, e com isso se fortaleciam para as ações do movimento” (Camurça; Silva, 2010, p.22).

Tão importante quanto pensar e aprimorar a luta pela autonomia do corpo nas ações de fortalecimento interno dos movimentos feministas, que geraram uma série de contribuições teóricas e práticas para as transformações das vivências, experiências femininas e compreensão do corpo na dimensão política como elemento para a luta e de luta, foram as conquistas que vieram na Constituição Federal de 1988 e que passaram a garantir participação dos movimentos feministas, mas não só estes, na construção das políticas sociais do país por meio da criação das conferências, mais de caráter deliberativo, e dos conselhos, mais de caráter consultivo.

Naquele momento, levaram-se para dentro do poder executivo as reivindicações quase sempre amadurecidas dentro dos movimentos feministas, ainda que o direito de decisão sobre as políticas, tomadas nesses espaços, nem sempre seja acolhido pelo Estado. Simbolicamente, essa situação teve uma significação muito importante na luta pelo direito ao poder nas decisões que dizem respeito ao corpo. As questões de gênero surgem na agenda governamental.

Os feminismos, dessa forma, diante da histórica repressão feminina, controle da sexualidade e reprodução, voltaram seu olhar de maneira crítica e des-



construtiva para o corpo ocidental consolidado nos determinismos naturalizadores de desigualdades, em uma fase de afirmação das diferenças entre os gêneros e das identidades.

Ainda na década de 1970 aparece com bastante força a luta contra a mercantilização do corpo, colocando em pauta temas como a sexualidade, em discussão desde os anos 1960, a prostituição, a imagem do corpo, suas representações e o aborto.

Já na década de 1980, com a reestruturação da democracia, uma democracia em alguns pontos questionável para movimentos feministas – mas não entraremos nesse mérito agora – os partidos políticos se reorganizam, outros são criados. Nesse processo, algumas mulheres feministas que outrora se desvincularam de tais instâncias por sua rigidez em relação à emancipação feminina, participação nas tomadas de decisões e liderança, passam a se unir novamente aos partidos, levando a pauta dos direitos das mulheres para as agremiações partidárias. Naquele momento, os movimentos feministas ganham outras formas de organização, lembrando que nem todos os grupos organizados vincularam-se a partidos.

As discussões, que foram tomando forma dentro dos movimentos feministas, sejam apartidários ou partidários, a partir da problematização do corpo, não desse conceito propriamente, mas das experiências que envolvem o corpo feminino, projetaram reflexões e ações no campo da sexualidade, dos direitos reprodutivos, das violações do corpo. Temas como aborto,



maternidade, violência doméstica, mulheres, suas diversas etnias e, mais tarde, a lesbianidade passaram a se intensificar e ser aprimorados pelas feministas.

A discussão do aborto sempre esteve absolutamente vinculada aos discursos sobre o corpo. Trata-se de um assunto que passa pelo exercício da sexualidade feminina, pela reprodução, cuja gestação só acontece no corpo feminino, e pelo poder simbólico da maternidade. Rachel de Soihet retoma o início, fora do Brasil, da luta pelo direito ao aborto legal e seguro, o direito de decidir sobre o próprio corpo. “Particularmente, a reivindicação em prol de medidas legislativas pela liberação do aborto galvanizara as feministas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos desde o início dos anos 1970” (2008, p.5). Aqui, “no Brasil, a mobilização a favor do aborto teve início a partir de um episódio ocorrido a 8 de janeiro de 1980, envolvendo a prisão em flagrante de um médico e de duas jovens que recorreram a esta prática numa clínica em Jacarepaguá” (Movimento, 1980 *apud* Soihet, 2008, p.5). Aquele acontecimento de 1980 teve ressonância política.

Tomou, inicialmente, conhecimento do ato um grupo de mulheres [...] do CMB [Centro da Mulher Brasileira – Rio de Janeiro], que decidiu organizar uma manifestação. Esta ocorre no dia 16 e dela fizeram parte outras mulheres do próprio CMB, Coletivo de Mulheres, Sociedade Brasil Mulher e departamentos femininos de entidades estudantis. Visavam à liberação das pessoas envolvidas, desenvolvendo ampla movimentação a fim de obter um contato com o juiz Alberto Mota Moraes, encarregado do processo contra os envolvidos e que se



confessava contrário ao aborto, uma “violência contra os direitos humanos do nascituro”. Este se recusou a recebê-las, ameaçando-as de prisão (*Última Hora*, 1980 *apud* Soihet, 2008, p. 5).

Ainda sobre esse caso, “as manifestantes distribuíram um manifesto no qual protestavam contra a ilegalidade do aborto, contra a política de natalidade do governo, pelo direito de abortar como último recurso, assim como pelo direito de optar por ter ou não ter filhos” (Rocha, 1980 *apud* Soihet, 2008, p.5).

E na década de 1990, as feministas começam a participar de ações e debates internacionais, atribuindo força e apoios maiores às suas lutas. Não se pode deixar de falar na Conferência Mundial sobre a Mulher, cujo encontro marcante ocorreu, em sua quarta edição, no ano de 1995, em Beijing (China).⁴ Foi um momento importante para o fortalecimento de movimentos feministas pelo mundo e no Brasil. Houve uma organização dos movimentos no intuito de as mulheres levarem suas pautas e bandeiras de luta, o que contribuiu para que uma agenda consolidada do movimento feminista brasileiro se fizesse. Entre as discussões ocorridas no encontro, estavam temas como a contracepção, mortalidade materna e direitos

4 Temas tomados como prioridade na IV Conferência Mundial da Mulher: pobreza, educação e formação, saúde, violência contra as mulheres, conflitos armados, economia, poder e tomada de decisões, mecanismos institucionais, direitos humanos, meios de comunicação social, ambiente, raparigas. Ver mais informações em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/27555-declaracao-e-plataforma-de-accao-de-beijing-quinze-anos-apos-a-sua-adopcao>>.



humanos, que, diretamente ligados à autonomia do corpo e garantia desse direito, se estabeleceu como plano de ação de exigência internacional.

Com o apoio de instrumentos internacionais como a plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, as feministas brasileiras obtinham elementos que qualificavam ainda mais sua incidência política. A luta pelo direito ao corpo continuava a ganhar espaços e reflexões nos movimentos. O corpo passa a ser simbolicamente o território de direito das mulheres, surgindo palavras de ordem, como “nosso corpo, nosso território” e “meu corpo, minha decisão”, fazendo referência às vivências do privado ao público, abordando as relações de gênero na luta pelo controle do corpo e garantias do Estado para essas vivências de maneira plena, inviolável, segura e saudável. O corpo como elemento político para os feminismos.

Susan Bordo (1997), que discute o corpo, em seus aspectos culturais, como constitutivo dos comportamentos e regras sociais, retoma a importância dos feminismos na América ao problematizar a “política do corpo”, não dando sentido ao corpo representado nos discursos hegemônicos, filosófico ou médico, mas ao corpo como forma física, sensorial, sentimental, comportamental e pensante das mulheres que vivem e reproduzem as formas de opressão, aquilo que a cultura imprime sobre os corpos por meio dos hábitos cotidianos.

Por medio de la rutina, la actividad habitual, nuestros cuerpos aprenden lo que es “interno” y lo que es “externo”, cuáles gestos están prohibidos y cuáles son



requeridos, qué tan violables o inviolables son las fronteras de nuestros cuerpos, cuánto espacio alrededor del cuerpo se puede reclamar, etcétera. Éstas son con frecuencia lecciones mucho más poderosas de las que aprendemos conscientemente, a través de una instrucción específica acerca del comportamiento apropiado para nuestro género, raza y clase social (Bordo, 1997, p.34).

Essa política do corpo problematizada pelas feministas, que propõe a reflexão dos hábitos, aqueles praticados no espaço privado, com suas famílias, ou mesmo os hábitos em público, são dos grandes trunfos dos movimentos feministas, já que a correlação de forças entre estar oprimida e reconhecer a opressão vem se mostrando decisiva no ato de empoderamento das mulheres e da construção de dinâmicas de interação menos desiguais.

Negar imposições de gênero, de raça ou classe social como algo dado é um passo ambicioso que é criado e se desenvolve no interior dos movimentos feministas com grande força nas lutas pelos direitos humanos das mulheres.

Nessas jornadas travadas pelos feminismos, a maternidade aparece como bandeira de luta primordial na busca da emancipação, da autonomia dos corpos e liberdade sexual, por ter sido constituída como símbolo de poder nas relações de opressão e aprisionamento das mulheres no clássico papel social que desempenham na história, o de mãe, acima de tudo. De fato, como afirma Simone de Beauvoir, “Tanto os



países Latinos como os países do Oriente oprimem a mulher mais com o rigor dos costumes do que o das leis.” (Beauvoir, 1970).

A reprodução foi sustentada culturalmente de maneira a garantir a invasão ao corpo feminino, mesmo que em alguns casos não seja intencional ou conscientemente, mas se faz tal como nos discursos, práticas e regras sociais.

Ao falar sobre o corpo feminino, é evidentemente necessário considerar outros elementos que interagem entre si e compõem a complexa problemática social da reprodução, das vivências femininas, como o sexo, a sexualidade, a história das mulheres, seus desejos, suas vontades, suas “obrigações”, seus sentimentos, o controle e seus destinos pré-determinados. A maternidade, que em nossa sociedade resulta no papel social da mulher, ocorre em seu corpo e apenas nele, e se fez simbolicamente maior que a mulher. Dessa forma, propomos uma discussão sobre o corpo feminino e os aspectos da vida social que, antes de colocar a mulher na função cultural de mãe, apresenta o ser mulher que, dentro de suas experiências, aprende a maternidade, mas não deixa de ser mulher.

As diversas representações sobre o corpo feminino são inerentes às representações coletivas que historicamente foram construídas sobre as mulheres, mediadas por invisibilidades, não pertencimentos sociais, que demonstram controle absoluto de seus corpos na história. Nossos corpos deixaram de nos pertencer por um longo tempo para ser absorvidos como pro-



priedade de opressores, do Estado, das religiões que se sustentaram e se sustentam no sistema patriarcal como modelo de organização social, política e econômica, mas não totalmente, porque são inegáveis as formas de resistência das mulheres ao longo da história. Elas criaram nos lares ou espaços públicos estratégias de recusa à dominação. Abriam caminhos outros para as conquistas femininas que se fizeram e se fazem em uma história mais recente.

A primeira causa determinante que estimula as fronteiras do corpo em relação à autonomia e, nesse caso, à interrupção da gravidez, é a construção histórica do papel social de mãe, pois tal função dentro das relações sociais foi transformada em algo impositivo e definidor da importância das relações sexuais, das relações particulares e públicas, da constituição do núcleo familiar e da verdade sobre ser mulher.

A maternidade é uma função que se estrutura na vivência de mulheres a partir de sua sexualidade e lhes é colocada como ideal a partir da infância. Quando se torna mulher, como observa Simone de Beauvoir (1970), a definição do gênero aparece de maneira não espontânea, mas imposta de um jeito algumas vezes sutil e velada; outras vezes violento, presente na educação que se recebe da família, na maneira como os gestos são treinados para o comportamento exemplar, a construção de corpos dóceis, os brinquedos e leituras infantis que são tão importantes para a desenvoltura humana – indutivos de um caminho a ser percorrido na vida até que se chegue ao ponto



principal, que alguns popularmente definem como “a grande razão de ser mulher” ou “o padecimento no paraíso” – a maternidade.

Factualmente, a maternidade pode ser entendida de maneira deslumbrante e estimulante para muitas mulheres, ou até mesmo como ato de resistência (ainda falaremos sobre isso). A questão imperativa e impositiva que a permeia é o que faz do ato de ser mãe um princípio questionável e de manipulação dos corpos femininos, porque, a partir da redenção da maternidade, uma série de outros aspectos da vida torna-se inegociável para o convívio em sociedade, por exemplo, a orientação sexual homoafetiva, a negação da maternidade e a interrupção de uma gravidez indesejável. Trata-se, portanto, de uma questão de identidade, a identidade feminina que, nesse modelo de organização social patriarcal, é reduzida aos papéis coadjuvantes que ordenam nossas regras de convivência. Anterior à maternidade, a mulher precisa estar estabelecida. Isso significa ter feito um “bom” casamento. Casar-se hoje já não segue as mesmas normas que no século passado e anteriores, quando o ritual a ser seguido era questão de honra e *status* das famílias brasileiras. Na segunda metade do século XIX, com as transformações efervescentes no campo dos direitos humanos das mulheres, vieram mudanças importantes para a vida delas, como o direito ao divórcio, permitido no Brasil desde 1977, que revolucionou o ambiente privado das relações sociais, ambiente reservado aos cuidados femininos.



Ainda assim, o casamento heterossexual, especialmente em ambientes religiosos e entre cidadãos/ãs cristãos/ãs seguidores/as, é simbolicamente um ato de bênção de uma união que dará início à família do modelo patriarcal, heteronormativa, monogâmica e reprodutora.⁵ Mas sobre a interpretação simbólica do casamento, mais que o significado religioso, o poder simbólico – aquele cuja perspectiva de Bourdieu (1990) aponta estar de tal forma arraigado no cotidiano das relações que se torna imperceptível aos que dele são reféns, sem se darem conta das formas de controle que ele expressa – mostra-se presente na dominação

5 As psicólogas Sílvia Koller e Martha Navaz descrevem de maneira interessante as transformações nas relações sociais que levaram ao controle extremo do corpo feminino. “As organizações humanas nem sempre foram patriarcais. Estudos antropológicos (Engels, 1884/1964; Muraro, 1997) indicam que, no início da história da humanidade, as primeiras sociedades humanas eram coletivistas, tribais, nômades e matrilineares. Tais sociedades (ditas “primitivas”) organizavam-se predominantemente em torno da figura da mãe, a partir da descendência feminina, uma vez que desconheciam a participação masculina na reprodução. Os papéis sexuais e sociais de homens e de mulheres não eram definidos de forma rígida e as relações sexuais não eram monogâmicas, tendo sido encontradas tribos nas quais as relações entre homens e mulheres eram bastante igualitárias. Todos os membros envolviam-se com a coleta de frutas e de raízes, alimentos dos quais sobreviviam, bem como a todos cabia o cuidado das crianças do grupo. Muito tempo depois, com a descoberta da agricultura, da caça e do fogo, as comunidades passaram a se fixar em um território. Aos homens (predominantemente) cabia a caça, e às mulheres (também de forma geral, embora não exclusiva), cabia o cultivo da terra e o cuidado das crianças. Uma vez conhecida a participação do homem na reprodução e, mais tarde, estabelecida a propriedade privada, as relações passaram a ser predominantemente monogâmicas, a fim de garantir herança aos filhos legítimos. O corpo e a sexualidade das mulheres passaram a ser controlados, instituindo-se então a família monogâmica, a divisão sexual e social do trabalho entre homens e mulheres. Instaura-se, assim, o patriarcado, uma nova ordem social centrada na descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres” (2006, p. 50).



masculina sobre a mulher que acontece em torno do ritual de casamento.

É perante a instituição religiosa que o representante paterno entrega a filha para o que deveria ser o patriarca daquela nova família em potencial e que, por sua vez, tem a relação abençoada por outro homem, agora o representante religioso. A mulher é a filha que passa a ser esposa, mantendo a devoção aos dogmas que lhe indicam a submissão como seu maior valor. Mas, então, quem é essa mulher?

Esse exemplo rude traz incutido em si uma lógica que é não apenas para os seguidores religiosos no Brasil, mas que tem significações para a vida das mulheres de maneira geral,⁶ mesmo aquelas avessas a religiões ou ao casamento contratual, que têm suas histórias marcadas pela herança do patriarcado que agrega forças ao modelo judaico-cristão de união. Está consolidada a família nos padrões heteronormativos. “Para Foucault (1997), não é forçado argumentar que, nas sociedades modernas ocidentais, a família foi a primeira instância de articulação de investimentos do que se foi definindo como políticas relativas à boa saúde” (*apud* Meyer; Schwengber, 2011 p.285).

A procriação constituiu-se num elemento estratégico do patriarcado sexista. “Dentro da família, pela sua capacidade de gestar e parir, foram os corpos

6 Essa crítica não deixa de reconhecer a importância da religião na constituição da cultura e das representações coletivas no Brasil, já que se trata da imposição de um modelo dominante a todas as mulheres, passado por meio dos discursos e das práticas indutivas do casamento nestes moldes.



das mulheres os primeiros investidos de uma função política – nesse contexto, produzir bons e saudáveis cidadãos” (Costa, 1979 *apud* Meyer; Schwengber, 2011 p.285-286). Tal papel necessitava de uma pedagogia de cunho controlador.

A educação de corpos reprodutivos apresentou-se também nas sociedades antigas, mas é ‘somente a partir do século XIX que a população e a reprodução constituíram-se em objetos a serem regulados’ pelos Estados modernos, segundo Foucault. De acordo com o autor, acreditava-se que o controle das sociedades modernas não deveria ser exercido simplesmente por meio da consciência e da razão, pois “foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade moderna” (Meyer; Schwengber, 2011, p.286).

Reforçou-se o controle da função corporal feminina. “Ainda segundo Foucault, foi a primeira vez que a sociedade, de forma sistemática, tratou dos corpos – destacamos aqui os das mulheres – como algo que se deveria ‘gerir, inserir em sistemas de utilidades, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo padrão ótimo” (Meyer; Schwengber, 2011, p.286).

A sexualidade feminina é controlada por instituições – igreja, casamento, família – que traçam o caminho ideal para que se atinja o ápice da vida que seria a vivência da maternidade. Porém, maternidade só se faz dignificada dentro desse sistema. Tudo que está à margem dessa lógica social é julgado e pode até ser condenado socialmente, como diz Beauvoir.



É o caso da gravidez antes do casamento e da maternidade lésbica. Esses não podem ser exemplos de maternidade em nossa sociedade, pois simbolizam a negação do modelo de família instituído, o modelo que sustenta nossa organização social tal qual está, em sua totalidade.

Ao dizer que o rigor dos costumes é mais eloquente no julgamento das mulheres do que as próprias leis de Estado, Beauvoir retoma a importante questão que se refere à força das representações coletivas em uma cultura de dominação da mulher que a julga moralmente. Podem ser muito mais autoritárias do que parecem as conhecidas expressões “ela é mãe solteira” ou ainda “vai ficar para titia”; ou, para a mulher casada: “ela é casada, mas não tem filhos”, “ela é casada, mas é estéril”. São formas de controle que sutilmente habitam o imaginário social de uma cultura que tem como estrutura a maternidade e a base familiar heteronormativa.

A maternidade, ainda que colocada em um contexto geral como um dever e um dom natural, passa a ser símbolo de poder para as maneiras de resistências ao modelo de organização social. Afirmar a maternidade como uma escolha, ou negá-la, também por escolha, são formas de opor-se ao sistema que exerce controle absoluto sobre o corpo feminino, ao ditar regras sobre por que você deve ser mãe, como será como mãe e quando poderá viver tal experiência.

Essas formas de resistência afrontam o poder, deslocam toda força do discurso usado na manutenção



de regras para um contradiscurso que não vem para medir forças, mas para buscar conter as influências do discurso dominante.

A maternidade esteve colocada sempre como uma fronteira entre papéis sociais, que ora se encontram, ora se afastam, mas que definem o ser mulher e o ser mãe, dois sujeitos em momentos diferentes, com funções diferentes, como se a maternidade se sobrepusse ao ser mulher e, após a escolha, a maternidade passa a ser seu objetivo e razão de vida. A mulher que um dia pode não ter desejado a maternidade, a mulher que um dia já interrompeu a gravidez ou mesmo a mulher que a desejou não está livre para externar suas sensibilidades diferentes, para não amar incondicionalmente seus filhos e filhas, para duvidar da decisão de ter concluído uma gravidez, de aturar qualquer sofrimento, sem reclamar, que a gravidez e a pós-gravidez tenham lhe causado, de, ao abandonar, ser condenada moralmente e causar espanto para uma sociedade, o que para o homem se tornou correto e aceitável. Independente das causas e consequências, essas escolhas não são dadas às mulheres, que muitas vezes as vivem de maneira silenciosa.

E os silêncios não são mais parte da história das mulheres, seus discursos são praticados e aperfeiçoados em dissonância ao que se destinava no passado, como afirma Michelle Perrot:

Há muito que as mulheres são as esquecidas, as sem-voz da História. O silêncio que as envolve é impressionante. Pesa primeiramente sobre o corpo, assimilado à



função anônima e impessoal da reprodução. O corpo feminino, no entanto, é onipresente: no discurso dos poetas, dos médicos ou dos políticos; em imagens de toda a natureza – quadros, esculturas, cartazes – que povoam as nossas cidades. Mas esse corpo exposto, encenado, continua opaco. Objeto do olhar e do desejo, fala-se dele. Mas ele se cala. As mulheres não falam, não devem falar dele. O pudor que encobre seus membros ou lhes cerra os lábios é a própria marca da feminilidade (Perrot, 2003, p.13).

Rompendo com tal ordem, estão a ocupar seus espaços as mulheres organizadas nos variados movimentos sociais, que fazem valer suas realidades e maneiras de pensar e reinventar a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, ao observarmos toda essa intensa história, algumas inclusive de que pouco podemos tomar nota, considerando o apagar das luzes na trajetória de tantas mulheres que no passado foram desconsideradas pelos registros, pode-se concluir, com exatidão, que os caminhos a serem percorridos são longos e não abreviados pelas conquistas alcançadas até aqui, pois estamos falando de um modelo social e cultural entranhado como definitivo para a ordem que se supõe ser ideal.

A equidade é um termo ainda pouco utilizado, porque em nada favorece o sistema formatado, que pouco se questiona, tamanho o simbolismo dos discursos que sustentam suas práticas desiguais.



Embora a autonomia do corpo seja unidade nas lutas feministas, ainda há de se pensar muito sobre seus posicionamentos, quando problematizamos a prostituição, uma questão que suscita o diálogo sobre a afirmação do pertencimento do corpo, sobre a sua mercantilização, sobre a liberdade sexual e a autodeterminação reprodutiva.

E quando entramos na discussão sobre a orientação sexual e as identidades que se afirmam femininas, então estamos diante de um grande impasse para o movimento de mulheres pois, ainda que se compreenda, desde a década de 60, que ser mulher é uma construção, não é difícil observar a negação sobre evidências sociais de que isso de fato seja possível; o exemplo dessa situação está na pouca discussão que até hoje se faz sobre o lugar a ser ocupado pelas transexuais dentro do movimento de mulheres. Isso ocorre por que não se trata apenas da identificação, mas de fatores históricos e culturais que definem essas variantes e que parecem não estar tão lúcidos ainda.

Enquanto discutimos as relações sociais de gênero que detêm o masculino e feminino como ponto de partida, outras teorias, como a Teoria Queer, já propõe a diluição dessa concepção para pensar a não classificação das identidades de modo a inscrevê-las em determinadas categorias ou posições sociais que são produto do mesmo sistema de dominação que as teorias de gênero propõem desconstruir.

Quanto à 'natural' ou essencializada estigmatização que recai sobre as travestis, cabe pontuar que, ao fa-



larmos da categoria analítica de 'gênero' (Scott, 1995), segundo Judith Butler (2003; 2005) e Michael Foucault (1982), há que se sublinhar que a nós são impostos diversos dispositivos reguladores – legais, sociais, institucionais, militares, educacionais, psicológicos, jurídicos, médicos – que nos definem desde antes dos nossos nascimentos (Arán, 2006), sobretudo após o advento do ultrassom. Tais dispositivos reguladores nos encaixam em duas únicas formas de sermos sujeitos no mundo das relações sociais concretas. São elas: ou se é homem (e heterossexual) e, então, as práticas de gênero o coloca no universo do masculino, ou se é mulher, também heterossexual e passiva no universo feminino. Sob tal perspectiva, para a filósofa feminista Judith Butler, a questão é bem mais minuciosa, uma vez que não existiria um poder regulador que age de forma a estar sempre nos moldando e nos oprimindo para o viés masculino ou feminino. Para a autora, o sujeito só passa a existir na medida de sua própria sujeição às regulações. Esta concepção deriva fundamentalmente da teoria de poder formulada por Michael Foucault, na qual o poder não atua simplesmente oprimindo ou dominando as subjetividades, mas atua de forma imediata na sua produção. (Arán; Butler; Foucault e Scott *apud* Becker, Borges e Lemes, 2011, p. 275-276)

Todos esses aspectos precisam ser repensados dentro dos movimentos de mulheres e movimentos feministas. O que é admirável em todo esse caminho percorrido é que tais movimentos têm uma grande capacidade de se recriarem e se repensarem dentro de uma ordem que constantemente pretende corrompê-los. Se há reconsiderações a serem feitas na forma



como os grupos organizados atuam, isso não resta dúvida, é preciso exercer uma dinâmica nos movimentos tal qual as dinâmicas concebidas nas culturas que estão em constante mutação. O cenário político estatal é um elemento crucial para pensar os vários caminhos percorridos pelos movimentos sociais que, em suas histórias, ou a ele se rebelaram ou a ele mostraram alianças e, talvez, este seja um dos maiores desafios para os dias de hoje: a construção de um movimento que consiga romper com as formas de poder e dominação estabelecidas e, ao mesmo tempo, se auto sustentar.

Para concluir, citarei uma passagem da obra *Good and Mad Women* (Matthews, 1984), que traz uma análise sociológica sobre mulheres que, na Austrália, no século passado, tiveram suas vidas predestinadas por um padrão ideal de mulher forjado pela economia, ideologia e gestão social, padrão esse que levou muitas delas aos hospitais psiquiátricos, por não se inserirem em tal modelo. O autor não trata nessa obra sobre a loucura, ao contrário, discorre sobre os processos condicionantes que traçam os destinos dessas mulheres do século XX. A reflexão a seguir foi citada como epígrafe da clássica obra da antropologia feminista de Marilyn Strathern, *O Gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia* (2006).

A escolha de tal citação se dá pela importância de considerar que, quando falamos de mulheres e de movimentos de mulheres, estamos lidando com especificidades e nunca devemos generalizar tal análise.



se, pois o ser mulher é parte da construção do todo nas relações sociais e possui variantes imensuráveis se percorrermos a história em tempos e lugares distintos. Antes de tudo, é imprescindível avaliarmos os contextos, nesse momento em que lutamos pela autonomia dos nossos corpos – o que perpassa a garantia do respeito, das escolhas e do acesso aos meios legais e salutareis de garantia dessas escolhas – e, sobretudo, nesse momento em que permanecemos lutando contra o modelo hegemônico que nos dita regras e formas de feminilidade, as quais os desejos e subjetividades são levados a planejar e a buscar, não sem dor e sofrimento, os corpos idílicos.

A mulher é um ser social, criado numa sociedade específica e por essa sociedade. Como as sociedades diferem, assim ocorre também com as mulheres. É fácil esquecer disso e ver a ‘mulher’ como uma categoria eterna e imutável. A mulher da Grécia antiga é vista como a mesma de hoje, transformadas apenas as suas circunstâncias. Surge dessa visão uma percepção a-histórica do significado de ser mulher e da simples continuidade da opressão que sofremos. Uma citação de Xenofonte contra as mulheres acomoda-se confortavelmente ao lado de uma de santo Agostinho, e ambas concordam com as de Rousseau, Hegel e Norman Mailer. Mulher, homem e misoginia tornam-se constantes, apesar da transformação do mundo em torno deles. Eu afirmaria, ao contrário, que as mulheres e os homens, assim como a natureza da misoginia e da opressão, são todos qualitativamente diferentes em diferentes tempos e lugares. A sensação de similaridade, de paralelos traçados com facilidade, é ilusória. As mulheres,



elas próprias, mudam. São precisamente as diferenças nas circunstâncias o crucial para o significado e para a compreensão do tornar-se uma mulher. Precisamos, portanto, entender a especificidade de nossas próprias circunstâncias para compreendermos a nós mesmas.

(Mathews apud Strathern, 2006, p. 17)



Fotografia retirada do *blogspot* Coletivo de Ação Feminista de Curitiba⁷

Dedico esse artigo à teórica e militante Satine Rodrigues Borges, que interrompeu prematuramente sua história na desencantada busca de afirmação desse constructo do ser mulher.

7 Imagem: CAF Coletivo de Ação Feminista de Curitiba. **Tomar as noites! Retomar nossos corpos!**, 2010. Disponível em: <http://acaofeminista.blogspot.com.br/2010/11/27-de-novembro-programacao-para-o-dia.html>



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Maria Betânia. **Feminismo e sujeito político**. 2009. Disponível em: <<http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/artigo.aspx?id=25>>. Acesso em: 7 de abril de 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4.ed. São Paulo: Difusão européia do livro, 1970.

BECKER, Simone; BORGES, Satine; LEMES, Hisadora. (In) humanas e / ou (prot)agonistas? Notas sobre as travestis e as transexuais em suas interfaces com os discursos dominantes. *In*: FAISTING, André Luiz; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba. (Orgs.). **Direitos Humanos, diversidade e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados: UFGD, 2011. p. 267-280.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1990.

BRASIL, **Constituição**. Constituição Federal Brasileira de 1988.

CAMURÇA, Sílvia; SILVA, Carmen. **Feminismo e Movimento de Mulheres**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

DECLARAÇÃO de direitos do homem e do cidadão - 1789 (em português). Universidade de São Paulo. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos (1978). Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 02 de agosto de 2013.



ENSLER, Eve. **Os monólogos da vagina**. Tradução de Fausto Wolff, prefácio de Glória Steinem. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura F.A.Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

KOLLER, Silvia Helena; NARVAZ, Martha Giudice. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *In: Revista Psicologia e Sociedade*, n.18, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a07v18n1.pdf>

MACHADO, L. Z. **Perspectivas em confronto**: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Brasília: Serie Antropologia, 2000.

MEYER, Dagmar Estermann; SCHWENGBER, Maria Simone Vione. **Discursos que (con)formam corpos grávidos**: da medicina à educação física. Campinas: Cadernos Pagu, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. ONU, 1948. <http://www.un.org>

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. *In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel. (Orgs.) . O corpo feminino em debate*. São Paulo: Edunesp, 2003. p. 13.



RAGO, Margareth. **Os feminismos no Brasil:** dos “anos de chumbo” à era global. Rio de Janeiro: Labrys Estudos Feministas, n.3, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Rearticulando gênero e classe social. *In:* COSTA, A. de; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992. p.183-215.

SCAVONE, Lucila. Novas Tecnologias Conceptivas: Teorias e políticas feministas. *In:* ÁVILA, Maria Betania; FERREIRA, Veronica; PORTELA, Ana Paula. **Feminismo e Novas Tecnologias reprodutivas.** Recife: SOS Corpo: Instituto Feminista para a Democracia, 2007. p.13-22.

SOIHET, Rachel. Defrontando-se com os preconceitos: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *In:* ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH RIO, 13, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1211578316_ARQUIVO_Mesa-Defrontandocom.pdf . Acesso em: 9 de outubro de 2011.



Capítulo 8



A INFLUÊNCIA DO INTERLOCUTOR NO DISCURSO DE MULHERES E HOMENS SEM TERRA: UMA ANÁLISE DE RELATOS DE EXPERIÊNCIA PESSOAL¹

Juliane Ferreira Vieira²

Este estudo objetiva analisar o discurso de mulheres e homens sem terra, acadêmicos do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), tendo em vista a influência do interlocutor³ em relatos de experiências pessoais. Essa influência manifesta-se no gênero relato, escrito a pedido da disciplina de Leitura e Produção de Textos. Os sujeitos são trabalhadores rurais sem terra do estado de Mato Grosso do Sul que, durante os

1 Agradeço ao Dr. Renilson José Menegassi, professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá – UEM, pelas orientações efetivadas durante a feitura deste estudo.

2 Doutoranda em Letras – Estudos Linguísticos – pela Universidade Estadual de Maringá; Professora Voluntária do curso de Ciências Sociais/ PRONERA/UFGD.

3 Nas obras do Círculo de Bakhtin, o termo *interlocutor* também é referenciado como *outro*, *ouvinte*, *destinatário*.



meses de janeiro e julho (2008-2012), deixavam seus assentamentos e deslocavam-se até a UFGD para participarem das aulas de graduação em Ciências Sociais. Os relatos, tratados aqui como um gênero discursivo, mostram as travessias realizadas por trabalhadoras e trabalhadores rurais rumo à conquista da terra tanto em acampamentos quanto em assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul.

As análises são empreendidas tendo como base os pressupostos teóricos do Círculo de Bakhtin. Nesse sentido, assume-se a concepção dialógica da linguagem, considerando-a uma atividade de interlocução que se efetiva na forma de enunciados concretos em diferentes campos sociais, por meio da interação entre um enunciator e seus outros, seus interlocutores. Assim, entende-se que o enunciator dirige seu discurso a alguém em uma determinada situação de comunicação, expressando uma vontade discursiva (Bakhtin, 2003).

Importa destacar que este estudo, ao analisar a influência do interlocutor no discurso dos graduandos, considera-se três categorias de interlocutor: superior, real e virtual, os quais são constitutivos do discurso e concebidos, aqui, como ouvintes participativos, ativos da comunicação verbal.

LÍNGUA(GEM), DIALOGISMO E INTERLOCUTOR

O Círculo de Bakhtin é uma denominação utilizada para identificar um conjunto de obras produzidas por um grupo de intelectuais russos de variadas formações e interesses, tendo como centro a figura de Mikhail M.



Bakhtin, professor de Literatura. Entre os participantes do Círculo estavam, além de Bakhtin, Valentin N. Voloshinov, Pavel N. Medvev, Matvei I. Kangan, Ivan I. Kanaev. Esses estudiosos interessavam-se especialmente pela linguagem, partindo do princípio sócio-histórico-ideológico-valorativo (Menegassi, 2011, p.2).

Ao examinar a produção textual escrita, é necessário considerar o caráter histórico da linguagem, sua diversidade externa e interna, como sublinha Garcez (1998). Segundo a autora, “A linguagem não existe num vácuo, mas imersa numa rede de valores discursivos de vários níveis. Assim, todo o universo linguístico constrói-se, existe e funciona num universo social, coletivo, e não pode ser abstraído dessa condição” (Garcez, 1998, p.48). Geraldi (1984), ao tratar das concepções de linguagem e ensino de Língua Portuguesa, situa a linguagem como o lugar de constituição de relações sociais, em que os falantes se tornam sujeitos. Ademais, destaca que a concepção de linguagem como forma de interação possibilita

[...] uma transmissão de informações de um emissor a um receptor, a linguagem é vista como o lugar de interação humana: através dela o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria praticar a não ser falando; com ela o falante age sobre o ouvinte, constituindo compromissos e vínculos que não pré-existiam antes da fala (Geraldi, 1984, p.43).

Essa perspectiva de linguagem como ação interativa fundamenta-se no postulado de Bakhtin que considera que a



[...] verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (Bakhtin, 2003, p.123).

Ao pensar a visão dialógica do discurso concebida por Bakhtin, observa-se que o objeto do discurso de um locutor não está presente pela primeira vez nesse enunciado, da mesma forma que esse locutor não é o primeiro a falar sobre esse objeto. De alguma forma, esse tema já esteve presente em enunciados passados de outros. Assim, o locutor não é o Adão bíblico diante de objetos nunca designados, descritos. O enunciado resulta do cruzamento de inúmeras visões de mundo, opiniões, tendências e teorias, por outros já discutidas e explicadas. Dessa forma, o discurso de um locutor é constituído não só por suas opiniões, mas também pelas visões de outros, o que dá ao enunciado o caráter dialógico, pois é estabelecido a partir de sua ligação com o já dito.

Além de manter um elo com enunciados anteriores, o discurso a ser realizado também se elabora a partir daqueles que o sucedem na cadeia verbal. Isso ocorre porque, no momento da produção de um enunciado, o locutor já estabelece um contrato com o *outro*, o relevante interlocutor, de forma a pensar a sua reação-resposta diante de tal discurso:



Os outros, para os quais meu pensamento se torna, pela primeira vez, um pensamento real (e, com isso, real para mim), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação verbal. Logo de início, o locutor espera deles uma resposta, uma compreensão responsiva ativa. Todo enunciado se elabora como que para ir ao encontro dessa resposta (Bakhtin, 2003, p.320).

O elemento concreto do enunciado é, pois, o fato de ser constituído para alguém e, assim, dirigir-se a alguém, que pode ser o parceiro e interlocutor da vida cotidiana, um especialista sobre determinado assunto ou uma sala de principiantes, um alguém a quem se queira convencer ou o *outro* indeterminado. Quando fala ou escreve, o locutor leva em conta como a sua atividade de comunicação será recebida pelo destinatário:

Ter um destinatário, dirigir-se a alguém, é uma particularidade constitutiva do enunciado, sem a qual não há, e não poderia haver, enunciado. As diversas formas típicas de dirigir-se a alguém e as diversas concepções típicas do destinatário são as particularidades constitutivas que determinam a diversidade dos gêneros do discurso (Bakhtin, 2003, p.325).

Bakhtin (2003) afirma que o locutor tem em mente o grau de informação que o seu interlocutor contém da situação, os seus conhecimentos específicos na área abordada, as suas opiniões, as suas convicções, os seus preconceitos, pois todo esse conhecimento condicionará a sua compreensão. A partir desses fatores, o locutor fará a escolha do gênero discursivo, a



escolha dos procedimentos composicionais e a escolha dos recursos linguísticos que melhor atenderão às necessidades de seu interlocutor.

Conforme postulam Bakhtin e Voloshinov (2002, p.113), a “palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém”. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico, que aponta que o organizador de uma enunciação e de toda expressão é o meio social em que está o sujeito do discurso: “a enunciação humana mais primitiva, ainda que realizada por um organismo individual, é, do ponto de vista do seu conteúdo, de sua significação, organizada fora do indivíduo pelas condições extraorgânicas do meio social. A enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social”. (Bakhtin; Voloshinov, 2002, p.121).

Na obra *Discurso na Vida e Discurso na Arte*, Voloshinov e Bakhtin sublinham que o discurso está associado às condições de produção e delas não podem ser dissociadas. Nesse sentido, os julgamentos, além de levarem em consideração muito do que está inserido nos fatores linguísticos do enunciado, também consideram a situação extraverbal do enunciado: “o discurso é diretamente vinculado à vida em si e não pode ser divorciado dela sem perder sua significação” (Voloshinov; Bakhtin, 1926/1976, p.4).

Ao tratar da interação e do outro, Bakhtin aponta que toda atividade humana se estabelece na relação com a língua e o uso dela efetiva-se por meio de enun-



ciados, que refletem as condições específicas e as finalidades de campo da atividade do homem. Como salienta Bakhtin (2003, p. 275), “Todo enunciado [...] tem, por assim dizer, um princípio absoluto e um fim absoluto: antes do seu início, os enunciados de outros; depois do seu término, os enunciados responsivos de outros”.

Um dos conceitos mais expressivos na obra do Círculo bakhtiniano é o de interlocutor, também referenciado nas obras do Círculo de Bakhtin como outro, ouvinte, receptor, destinatário. O interlocutor constitui a “pessoa a quem o produtor do texto se dirige; com quem vai dialogar na escrita sobre a temática definida, sobre o texto lido; para quem vai argumentar, comentar, criticar sobre os pontos que apresenta no texto”, conforme destaca Menegassi. (2011, p.5).

O Círculo de Bakhtin caracteriza o interlocutor como ouvinte não passivo, participante ativo da comunicação discursiva, influenciador do direcionamento e da forma como a linguagem é utilizada, de quem se espera uma ação responsiva, já que o todo enunciado é construído a fim de obter uma resposta. Como salienta Bakhtin (2003, p.271), “Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante”.

Observa-se que, cronologicamente, nas obras do Círculo, houve um aprofundamento sobre o conceito de interlocutor. Em *Discurso na Vida e Discurso na Arte*



(1926/1976), Bakhtin e Voloshinov concebem que o enunciado nasce, desenvolve-se e morre na interação social entre os participantes da enunciação. Assim, por meio do envolvimento dos sujeitos na interação verbal, o interlocutor é convidado a ser “testemunha e aliado” de quem fala/escreve. Aquele que fala/escreve tem seu trabalho de criação verbal orientado por esse interlocutor, buscando, assim, sua concordância ou discordância. Nesse sentido, Bakhtin e Voloshinov (1926/1976) alertam para o fato de que o outro orienta a estrutura do enunciado, de modo que a escolha de uma palavra já está orientada para o ouvinte. O interlocutor é uma figura essencial para a existência do enunciado: “[...] o ouvinte, e o temos entendido a todo tempo, como um participante imanente do evento artístico que tem efeito determinado na forma da obra desde dentro. [...] é um fator intrínseco essencial, da obra” (Bakhtin; Voloshinov, 1926/1976, p.15).

Já em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2002), Bakhtin e Voloshinov destacam que interlocutor e locutor possuem uma consciência linguística que não passa pelas estruturas e normas do sistema da língua, mas se ancora nos propósitos imediatos da comunicação. Nesse sentido, o interlocutor utiliza a língua para realizar uma ação prática, servindo-se dela para uma necessidade concreta. A enunciação é o resultado da interação de dois indivíduos – locutor e interlocutor –, sendo entendidos como indivíduos socialmente organizados. Pode-se compreender que o locutor, ao proferir sua fala/escrita ao outro, já tem em mente que comunga do



mesmo repertório sócio-cultural que seu interlocutor. É possível entender, assim, que o enunciado não tem seu centro organizador no interior de quem fala/escreve, mas sim no exterior, ou seja, nos contextos possíveis. Nesse sentido, os autores apontam que toda palavra é lançada pelo locutor em direção ao seu interlocutor, no sentido de que “através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor” (Bakhtin; Voloshinov, 2002, p.113).

Na obra *Estética da Criação Verbal* (2003), especialmente no capítulo destinado aos gêneros do discurso, Bakhtin destaca o interlocutor como um participante imediato real e ativo da comunicação discursiva. Nesse sentido, o *outro* ocupa uma posição responsiva, de forma que rapidamente apreende a intenção discursiva do locutor. O papel do outro na construção do enunciado é muito expressivo, já que é ele a tornar o pensamento do locutor pela primeira vez concreto. Bakhtin ainda considera os ouvintes como participantes ativos da comunicação verbal, pois quem escreve/fala aguarda deles uma resposta imediata à palavra lançada.

Nas obras analisadas, fica evidente que o Círculo de Bakhtin destaca a influência que o interlocutor exerce sobre o processo dialógico da linguagem. É para o interlocutor que a obra é orientada e, por isso, ele determinará a estrutura, o estilo e as escolhas dos recursos linguísticos (Bernini; Menegassi, 2012).



O INTERLOCUTOR NOS RELATOS DE EXPERIÊNCIAS PESSOAIS

O *corpus* deste estudo é composto por relatos de experiências pessoais, escritos por acadêmicos sem terra do curso de Licenciatura em Ciências Sociais – Pronera (2008-2012), oferecido pela UFGD, em parceria com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Movimento de Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e os Movimentos Sociais Rurais de Mato Grosso do Sul.

O Pronera, como é conhecido na UFGD o curso de Licenciatura em Ciências Sociais, organiza-se sob a Metodologia da Alternância, caracterizada pelo oferecimento de aulas presenciais no *Tempo Universidade* e de aulas/atividades no *Tempo Comunidade*. Foi ministrado para cinquenta e seis acadêmicos de assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul, sendo trinta e uma mulheres e vinte e cinco homens. Vale ressaltar que, mesmo já estando em assentamentos distribuídos pelo Estado, os estudantes autodenominam-se como Sem-Terras, por isso este estudo adota essa referência. Essa autodenominação é justificada pelo fato de a luta pela terra e pela permanência nela ser contínua, não terminar, até porque sempre há um sem-terra à espera de um pedaço de chão para seu descanso, sustento, paz.

A proposta de produção dos relatos de experiências pessoais realizou-se na disciplina de “Leitura e Produção de Textos”, ministrada por duas professoras



do curso. Inicialmente, apresentou-se aos acadêmicos um roteiro sugerindo informações que poderiam ser lembradas durante a feitura do relato e que também poderiam ser levantadas junto a familiares e a pessoas de suas comunidades. Por exemplo, origem e escolha do nome de cada um, momentos de infância, de adolescência, de experiências escolares, de relações familiares, de participação nos Movimentos Sociais, de permanência nos acampamentos, de vivências nos assentamentos, de entrada na Universidade, e também de expectativas para o futuro.

As finalidades da produção dos relatos foram apresentadas em salas. A primeira consistia em uma atividade avaliativa da disciplina, e a segunda previa a publicação de um livro com os relatos, a fim de expor a leitores diversos a trajetória de cada um em busca da terra e, para isso, seria necessário o aceite por parte do autor, com a devida autorização para revisão e publicação. Dos cinquenta e seis textos produzidos, trinta e cinco foram enviados para publicação e resultaram na obra *Do Cheiro da Terra aos Fios da Memória*. É importante destacar, porém, que, para este estudo, serão analisados trinta e cinco relatos de experiências pessoais originalmente enviados pelos acadêmicos, sem a revisão das organizadoras do livro.

As mulheres e homens sem terra, licenciandos em Ciências Sociais, são moradores de assentamentos do Estado de Mato Grosso do Sul. Esses assentamentos localizam-se em municípios do centro-sul do Estado, como Dourados, Rio Brilhante, Ponta Porã, Nova Alvo-



rada do Sul, Itaquirai, e também do norte do Estado, como Corumbá. Trata-se de homens e mulheres com idades variadas, entre 18 e 60 anos, que nos meses de janeiro e julho deslocavam-se até a UFGD para as aulas presenciais em tempo integral, durante cinco semanas (2008-2012). A disciplina de “Língua Portuguesa” foi ministrada na primeira etapa do curso, recepcionando os estudantes (2008), e a de “Leitura e Produção de Textos”, na etapa de 2010. As aulas iniciavam-se às 7h30 e terminavam às 18h30 com intervalo para os almoços, feitos no prédio da Faculdade de Ciências Sociais/UFGD.

O pano de fundo que perpassa os relatos de experiências pessoais pauta-se na luta, na travessia pela conquista de terra em acampamentos e assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul, especialmente no período entre as décadas de 1980 a 2000. Essas conquistas são também fruto de embates, ainda hoje, pelo permanecer na terra, visto que as condições dos assentamentos nem sempre são as adequadas para deles tirar o sustento da família. Visualizam-se relatos elaborados por pessoas em busca de estratégias de pertencimentos sociais que, com seus movimentos, produzem questionamentos sobre o modo como é/ está organizada a estrutura social brasileira.

Na composição de cada relato, que varia entre dez e cinquenta páginas, o estilo de cada autor vai sendo desvelado: alguns textos marcam-se pela presença de título, subtítulos; outros, por letras de composições musicais ou de poemas que orientam as relações dialógicas, a produção dos sentidos.



Os relatos de experiências pessoais permitem afirmar que alguns traços/situações são recorrentes e similares na vida desses produtores dos textos, como a necessidade de buscar trabalhos esporádicos em vilas ou cidades próximas aos acampamentos com vistas à manutenção da sobrevivência pessoal para a continuidade da luta pela terra almejada; a interrupção na rotina escolar em razão de deslocamentos constantes, de inexistência de estabelecimentos de ensino próximos aos acampamentos ou aos assentamentos; a desagregação, temporária ou definitiva, da família até o momento de pertencimento “oficial” em relação às terras almejadas.

As diversas situações e condições estruturais vividas e manifestadas nos relatos possibilitam conhecer a rotina, a luta – pessoal, de mulheres e homens, e/ou de suas famílias – em busca de um pedaço de terra que lhes ofereça oportunidades para chegar à terra de descanso, de paz. O entrar no lote não significa atingir o sossego/tranquilidade, ou seja, o fim da luta, mas exprime a configuração de novos enfrentamentos, como a baixa fertilidade das terras, a falta de financiamentos bancários. Estar diante desse novo leque de problemas faz aflorar a autonomia cidadã que impulsiona mulheres e homens a continuarem suas trajetórias de luta, agora por permanência digna na terra.

Os relatos de experiências pessoais caracterizam-se como gêneros discursivos, os quais apresentam regularidades como também particularidades, pois todo ato de tomar a palavra resulta na construção da ima-



gem de quem fala ou escreve. Trata-se de textos que trazem à tona memórias ligadas ao fluxo emocional e fragmentado do passado. Expõem fatos/acontecimentos, pré-selecionados pela memória do narrador, que não seguem uma linearidade temporal.

MANIFESTAÇÕES DO INTERLOCUTOR NOS RELATOS DE EXPERIÊNCIAS PESSOAIS

Com o intuito de verificar a preocupação do enunciatador (aquele que fala ou escreve) com o interlocutor (aquele que ouve ou lê) nos relatos de experiências pessoais, elaborados por acadêmicos de curso de Licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA, dois recortes foram feitos, a fim de selecionar excertos a serem analisados, tendo em vista a densidade dos relatos que variam entre dez e cinquenta páginas, como também os temas abordados. O primeiro recorte diz respeito à presença do estudante no acampamento. Esse local, segundo Menegat (2013), é um lugar improvisado, localizado, geralmente, à beira de estradas, especificamente entre as fazendas e as estradas, sendo de propriedade do Estado, portanto, local onde os acampados podem permanecer. Os acampamentos à beira das rodovias projetam visibilidade sobre a situação de exclusão dessas famílias, caracterizando-se pelo improvisado na construção de barracos de lona e pela falta de infraestrutura, tal como água tratada, saneamento. Além disso, os acampamentos denunciam que serviços básicos, como escola e postos de saúde, estão distantes e são de difícil acesso. O segundo recorte



refere-se à vivência na universidade, situação nova para grande parte dos acadêmicos. Nesses trechos, o tempo de permanência em estudo – cinco semanas –, a distância de casa e dos familiares e a relação com colegas e professores são o tema.

Importa lembrar que o objetivo deste estudo consiste em analisar a influência do interlocutor/outro na escrita de acadêmicos sem terra, considerando os seguintes interlocutores e suas características:

- a. interlocutores supraindividuais/superiores: latifundiários, funcionários de órgãos oficiais responsáveis pela reforma agrária, ex-membros dos movimentos sociais (Menegassi, 2011);
- b. interlocutores reais: professoras de Língua Portuguesa, presentes no momento de exposição do comando e da finalidade dos relatos, aquelas que aplicaram e avaliaram a produção de texto;
- c. interlocutores reais externos – ideal/virtual: professores do curso, principalmente aqueles que acompanham os trabalhos no Tempo Comunidade, colegas de sala, companheiros dos assentamentos e dos movimentos sociais.

Ao analisar sequências discursivas dos relatos de experiências pessoais, é necessário compreender e avaliar a situação da pragmática extraverbal juntamente com o discurso verbal (Bernini; Menegassi,



2012). Bakhtin (2003) e Bakhtin e Voloshinov (2002) destacam que o locutor, ao constituir um enunciado oral ou escrito, precisa da interação com o interlocutor/outro, os quais – enunciador e interlocutor – devem estar sócio-historicamente situados, para criar limites necessários aos discursos. Por isso, somente em um contexto social e histórico os relatos de experiências pessoais constroem sentido. Salienta-se que, ao expor e analisar as sequências discursivas dos relatos dos acadêmicos, elas são identificadas pelas iniciais dos nomes dos enunciadores, já que as sequências são parte dos relatos originais e são transcritas do modo como cada um as produziu. Importa informar que a ordem das análises não leva em consideração se as sequências discursivas são de mulheres ou de homens sem terra, mas tem em vista o tipo de manifestação dos interlocutores, seguindo a sequência: interlocutores supraindividuais/superiores, reais e reais externos – ideal/virtual.

Ao tratar do tempo no acampamento, é recorrente entre os estudantes sem terra marcar as lutas vivenciadas, as violências sofridas, os sonhos resistentes, a união entre movimentos sociais distintos. A primeira sequência discursiva refere-se ao discurso de um assentado, remetendo-se ao tempo vivido no acampamento:

- (1) No período de acampamento foram muitas lutas para alcançar os sonhos de várias pessoas; a vontade, a determinação sempre fizeram a diferença, a união de todos era impressionante mesmo tendo diferentes movimentos sociais como a CUT, FAF, eu fazia parte



da CUT, mas éramos muito unidos foi o que levou a concretização dos sonhos de algumas pessoas que já tinham raízes no campo [...] (A.A.S.O).

No relato de A.A.S.O., observa-se a presença do interlocutor supraindividual/superior, marcado pela preocupação em evidenciar a luta travada para alcançar o sonho da terra, o que, segundo o acadêmico, não era apenas a vontade de uma pessoa, mas de “várias”, as quais também são determinadas e unidas. Observa-se na sequência: “a união de todos era impressionante mesmo tendo diferentes movimentos sociais” um discurso que responde e rebate o dos latifundiários, por exemplo, que pregam a desunião dos membros dos movimentos sociais, a falta de interesse dos sem-terra em trabalhar propriamente no campo e dele sobreviver, como também a facilidade que os trabalhadores têm em conseguir o tão sonhado pedaço de terra. É o que Bakhtin (2003, p. 301) aponta sobre a figura do interlocutor, ao afirmar que este pode ser um público diferenciado de pessoas, mas também pode ser “os adversários e inimigos [...]”.

Há que se destacar também que a aproximação entre os trabalhadores sem terra “foi o que levou a concretização dos sonhos de algumas pessoas que já tinham raízes no campo”. Nesse trecho, o enunciatador novamente responde ao discurso de latifundiários como também o da sociedade, quando estes declaram que os sem-terra não têm raízes no campo, o que é rebatido e negado por A.A.S.O: “pessoas que já tinham raízes no campo”.



Dialogicamente, o discurso do acadêmico faz lembrar quem são os sem-terra. Trata-se de trabalhadores rurais que, em muito, vivenciaram o esvaziamento do campo e o encurralamento dos pequenos proprietários por grandes latifúndios mecanizados. Os trabalhadores e trabalhadoras que não se deslocaram para os grandes centros, submeteram-se ao trabalho assalariado como boias-frias, vivendo nas imediações das grandes fazendas. A mecanização do campo e a concentração de grandes extensões de terra nas mãos de um único dono fizeram que as terras tivessem uma valorização expressiva, diluindo o sonho dos antigos moradores do campo de voltarem para a casa e para o sossego da terra.

Também são sem-terras as filhas e os filhos de pais que vivenciaram a expulsão do campo, mas que não deixaram de cultivar suas raízes nem de alimentar o sonho de sair dos bairros periféricos dos grandes centros, da situação de subemprego, de desemprego, de marginalidade, aos quais foram submetidos. Assim, sem-terras são sujeitos sociais que, por meio da emancipação, empreenderam estratégias de luta pela terra, sendo uma delas a constituição dos movimentos sociais. Nesse sentido, no fio do discurso do acadêmico observa-se a preocupação em evidenciar que sem-terras são aqueles que têm ligação com a terra, têm suas origens familiares no campo.

Na mesma sequência discursiva, outro interlocutor supraindividual/superior também está presente: os membros dos movimentos que, por motivos diversos,



pregam a diferença entre os movimentos sociais. No relato, A.A.S.O. demonstra que a “união” dos movimentos era “impressionante”, o que poderia ser uma característica rara entre os membros de movimentos diferentes, porém determinante para alcançar o objetivo de todos, a terra, pois a visibilidade aos órgãos públicos, por exemplo, no tocante à desapropriação e ao sorteio dos lotes, seria mais acentuada com a participação de um grupo coeso. Esse tipo de interlocutor, segundo Mene-gassi (2011, p.2), – interlocutor supraindividual/superior – refere-se “a um representante oficial responsável por constituir padrões e regras que são respeitados no meio social em que o produtor do texto convive”. Nesse sentido, as regras postas são as da sociedade dominante e de um sistema capitalista, e a elas o locutor rebate com um discurso que objetiva comprovar que os sem-terra são pessoas com “raízes no campo”.

O próximo relato é de A. S. O. e retrata momentos da infância vivida no acampamento:

- (2) Aos doze anos de idade no acampamento, comecei a trabalhar durante o dia nas lavouras da região com meus pais para ajudar no sustento da família. [...] O pior momento dentro dessa luta, por incrível que pareça, foi justamente depois da desapropriação da fazenda, até festa fizemos sem saber o futuro nada promissor. Mudamos para dentro da fazenda, tudo parecia perfeito, mas foi quando o arrendatário da fazenda resolveu não desocupar a terra e começou o conflito. Jagunços armados por todo lado, ficamos presos dentro daquele local, muitas ameaças e dois



ataques com muitos tiros e marcas de balas nos barcos, graças a Deus ninguém ficou ferido (A. S. O.).

As palavras do assentado A.S.O. retratam a vida difícil no acampamento e os variados problemas enfrentados pelos trabalhadores sem terra. Inicialmente, o enunciador marca a precisão da idade com a qual já trabalhava na “lavoura” – 12 anos –, o que demonstra certeza sobre o que afirma. Nessa sequência discursiva, também se verifica a precisão em mostrar que tanto A.S.O, de doze anos, quanto seus pais, mesmo morando no acampamento, trabalhavam em lavouras da região, ou seja, desenvolviam trabalhos ligados ao campo. Assim, o interlocutor supraindividual/superior –latifundiários e sociedade – influencia o discurso que objetiva mostrar-lhe que os sem-terra trabalham pelo próprio sustento, realizando atividades ligadas à terra com as quais têm experiências. Percebe-se que o discurso do sem-terra responde àqueles que dizem que os acampados não têm nenhuma atividade remunerada, estando totalmente à mercê das políticas dos governos federal e estadual. Essa resposta ao discurso dos adversários remete às palavras do pensador russo que afirma “Vivo no universo das palavras do outro [...]” (Bakhtin; Voloshinov, 2002, p.113). Assim, observa-se que o discurso de A.S.O. faz parte da cadeia dialógica das relações sócio-históricas construídas sobre a terra; além disso, a tomada da palavra está associada à sua ideologia, o que evidencia que nenhuma palavra no discurso é aleatória. “A palavra



está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (Bakhtin; Voloshinov, 2002, p.95).

Em um segundo momento do relato, o discurso do acadêmico sem terra retrata uma de suas experiências mais difíceis na luta pela terra. Neste momento, os interlocutores real e ideal/real são acionados no discurso de modo a perceberem o quanto foi difícil viver aquela experiência de conflito armado. Desse modo, objetiva convocá-los a serem testemunhas dessa experiência difícil e a partilharem da indignação do enunciador, pois quando pensou que as dificuldades haviam acabado ainda seria surpreendido: “O pior momento dentro dessa luta, por incrível que pareça, foi justamente depois da desapropriação da fazenda, até festa fizemos sem saber o futuro nada promissor”. Assim, os interlocutores reais – professoras – e os interlocutores ideais/virtuais – colegas e professores do curso, companheiros dos movimentos, assentados – fazem-se presentes, visto que o locutor demonstra ter sido surpreendido e, assim, pede a adesão dos interlocutores a também ficarem surpresos com a reviravolta da desapropriação da fazenda. Como destacam Bakhtin e Voloshinov (1926/1976, p. 8): “[...] o interlocutor – o segundo participante – é convidado, por assim dizer, como testemunha e aliado.”

Ao continuar o relato, A.S.O. destaca o momento em que *jagunços* entraram na fazenda já desapropriada para retirarem os trabalhadores sem terra por meio da força. Na ocasião, houve tiroteio: “Jagunços



armados por todo lado, ficamos presos dentro daquele local, muitas ameaças e dois ataques com muitos tiros e marcas de balas nos barracos, graças a Deus ninguém ficou ferido.” Nessa sequência discursiva, o enunciador marca com detalhes a ação dos *jagunços*. O termo *jagunços*, segundo o dicionário eletrônico Houaiss, significa *cangaceiros, criminosos foragidos ou qualquer homem violento contratado como guarda-costas por indivíduo influente, como um fazendeiro*. A escolha pelo termo lexical *jagunço* aponta para o objetivo do locutor em convencer e buscar adesão dos interlocutores reais e dos ideais/virtuais, demonstrando que fazendeiros teriam usado de meios ilícitos para retirar os sem-terra da fazenda já desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão público federal ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Há também uma influência do interlocutor supraindividual/superior no discurso, o governo federal, com quem há um diálogo a fim de demonstrar que as ações do arrendatário estavam ancoradas em modelos arcaicos de busca pelo direito, isto é, na força, na violência, o que foge às formas legais brasileiras de busca por justiça, e por isso deveria ser repreendido pelas autoridades competentes. Trata-se de um interlocutor terceiro/supraindividual/superior formado por um conjunto ideológico e a quem o locutor quer responder, refutar, contradizer (GARCEZ, 1998, p.61). Observa-se que o interlocutor, o governo federal, é chamado à arena do discurso para ser responsabilizado pela ausência



de ações para impedir o conflito. A ausência de ações legais para impedir o tiroteio possibilita aos arrendatários ou fazendeiros tomarem iniciativas próprias para resolver o problema agrário. Para isso, ameaçam os trabalhadores sem terra, contratam os jagunços e iniciam os “ataques com muitos tiros”, ficando os sem-terra sob a proteção de Deus.

A influência do interlocutor supraindividual/superior é recorrente nos relatos, como se pode observar no discurso de mulheres sem terra:

- (3) Ficamos acampados durante três anos, nesse período houve momentos de alegrias e frustrações, lideranças cometendo injustiça, por abuso de poder, se a área de terra tem vaga para cinquenta pessoas, são cadastrados cem (A.A.N.).

Nessa sequência discursiva, a enunciadora retrata momentos em que ficou acampada. É possível analisar o diálogo estabelecido com os interlocutores, primeiro ao demonstrar o longo tempo de acampamento – “três anos”, o que mostra que a luta pela terra é demorada e árdua, já que estar acampado representa privar-se do conforto e estar à mercê da sorte às margens das rodovias ou rente às cercas das fazendas. Desse modo, o discurso responde e refuta outros discursos já naturalizados na sociedade que apontam que os sem-terra não acampam, apenas constroem os barracos para depois voltarem para a cidade. Outro interlocutor supraindividual/superior, a quem o discurso faz menção, são as lideranças, que são membros de movimentos



sociais ou representantes de grupos organizados de trabalhadores rurais sem terra. No fio do discurso, é possível perceber a denúncia feita pela enunciativa acerca da “injustiça”, do “abuso de poder” em prol de seus interesses. Do mesmo modo, demonstra uma desilusão com aqueles em quem confiou.

- (4) Em seguida outro acampamento foi montado, desta vez na Amparo Dois. Nesse eu não fui, só o meu marido, pois o dono da fazenda, sempre que possível, aparecia por lá e ameaçava a todos com revólver (D.M.M).

O discurso da enunciativa D.M.M. também dialoga com os interlocutores superiores. No primeiro momento, o interlocutor chamado à arena do discurso é o latifundiário, ao ser denunciado por práticas ilícitas na tentativa de retomar a posse das terras. Essas práticas envolviam a ameaça “com revólver”, que no fio do discurso denuncia o fato de que pessoas usam de armas de fogo para ameaçar outras, o que é contra a lei e deveria ser punido. Ao mesmo tempo, outros interlocutores superiores denunciados são o governo federal e os órgãos de segurança. O discurso revela a falta de assistência das autoridades competentes quanto à segurança dos assentados, no sentido de que a prática do fazendeiro de ameaçar os trabalhadores rurais era frequente, ou seja, acontecia “sempre que possível”.

Pode-se afirmar, portanto, que os interlocutores supraindividuais/superiores, dirigentes de movimentos sociais, fazendeiros, governo federal, são sujeitos ativos do discurso, isto é, eles participam ativamente



te do discurso empreendendo movimento de diálogo-resposta, no sentido de ir ao encontro desses interlocutores, mesmo estes não estando face a face com as locutoras. Comprova-se, assim, a premissa de Bakhtin de que os enunciados são elaborados a partir também daqueles que os sucedem na cadeia verbal; nesse caso, os enunciados dos adversários latifundiários, dos órgãos oficiais do governo, como também dos membros dos movimentos sociais contrários à moral dos sem-terra. Isso ocorre porque, no momento da produção de um enunciado, o locutor já estabelece um contrato com o *outro*, de forma a pensar a sua reação-resposta diante de tal enunciado. Assim, como salienta Bakhtin: os *outros* “não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação verbal. Logo de início, o locutor espera deles uma resposta, uma compreensão responsiva ativa. Todo enunciado se elabora como que para ir ao encontro dessa resposta” (Bakhtin, 2003, p.320).

O recorte do *corpus* também leva em consideração a vivência dos estudantes no ambiente universitário e o envolvimento deles com as tarefas avaliativas, os colegas e os professores. Sabe-se que, para a grande maioria dos acadêmicos sem terra, estar em uma universidade pública é motivo de grande satisfação, tendo em vista a árdua luta para conquistar mais esse direito. Por caracterizar-se pela pedagogia da alternância, em que parte dos estudos é realizada na universidade e parte nos assentamentos, houve a necessidade de os estudantes se instalarem na cidade



de Dourados por cinco semanas em alojamentos, haja vista as aulas acontecerem também aos sábados e os assentamentos localizarem-se distantes de Dourados.

Os relatos tratam da experiência em estudar Língua Portuguesa na Universidade, o que está ligado às disciplinas de “Língua Portuguesa” e “Leitura e Produção de Textos”. Nessas referências, observa-se a manifestação do interlocutor real, as professoras da disciplina de Língua Portuguesa – referidas nos relatos, para este estudo, apenas pelas iniciais dos nomes –, e também dos interlocutores ideal/real – colegas de sala, professores do curso, familiares, outros assentados.

A análise dos relatos mostra uma recorrência da manifestação dos interlocutores reais, as professoras, as quais solicitaram uma atividade de pesquisa a ser realizada nos assentamentos. Nessa atividade, os acadêmicos deveriam coletar causos, receitas culinárias, receitas de remédios caseiros, simpatias, ditados populares, dentre outros. Para isso, os estudantes poderiam entrevistar moradores dos assentamentos, realizar filmagens, e depois organizar o material para apresentação aos colegas e às professoras. A próxima sequência discursiva revela como essa atividade foi avaliada por uma acadêmica.

- (5) o trabalho de levantamento culturais não colaborou simplesmente na minha vida acadêmica, mas principalmente no meu eu, na minha vida cotidiana, na convivência com os outros e com minha família, aprendi a valorizar muito mais as minhas raízes e entender outras coisas que não entendia (S. R. S.).



Observa-se no fio do discurso que a enunciadora dialoga com as professoras, interlocutoras reais, evidenciando que a atividade realizada como uma avaliação não só “colaborou simplesmente na minha vida acadêmica, mas principalmente no meu eu, na minha vida cotidiana”. O discurso revela uma avaliação do trabalho realizado, demonstrando o significado que a feitura dele teve para a enunciadora. Ao mesmo tempo, as professoras da disciplina de Língua Portuguesa são chamadas à arena do discurso para fazerem parte do diálogo, movimentando o discurso, já que a enunciadora demonstra querer convencer as professoras de que o trabalho foi bem sucedido, foi bem feito e que os resultados vão além do recebimento de uma nota, chegando a contribuir para uma nova visão acerca dos valores da cultura, isto é, sobre as “raízes” da enunciadora. Nesse sentido, como aponta Bakhtin, o enunciador lança seu enunciado a fim de agradar seu interlocutor, e, no caso, também convencê-lo de que o trabalho foi bem planejado pelas professoras e também bem executado pela acadêmica.

A próxima sequência discursiva retrata a avaliação da disciplina de Língua Portuguesa feita por um acadêmico:

- (6) Nunca irei esquecer da primeira aula que superou as minhas expectativas, eu imaginava mais uma aula chata de português na minha vida e no final queria mais (C.A.C.).

Pode-se observar que os interlocutores reais – as professoras – constituem-se como sujeitos do discurso.



Inicialmente, percebe-se o destaque dado pelo acadêmico quanto à surpresa no que se refere à metodologia das aulas de “Língua Portuguesa”. Verifica-se uma aproximação entre os sujeitos – enunciador e interlocutores – pelo uso da primeira pessoa do singular – “Nunca irei esquecer”; “eu imaginava”.

Há que se destacar os fios discursivos trazidos para arena de análise quando o enunciador afirma: “eu imaginava mais uma aula chata de português na minha vida”. Nessa sequência discursiva, observa-se uma retomada com discursos anteriores que dizem que as aulas de língua portuguesa nas escolas são “chatas”, sem motivação. Nesse sentido, o enunciador denuncia que sua experiência com essa disciplina não foi agradável, já que as aulas de português durante a “vida” do enunciador não o atraíram. Ao contrário, na Universidade, as aulas foram diferentes, chegando, como, ele afirma, a superar “as minhas expectativas”.

Nesse sentido, verifica-se que os enunciadores objetivam demonstrar que a metodologia das professoras foi diferente da que ele esperava para uma aula de “Língua Portuguesa”, pretendendo, assim, agradá-las e elogiá-las, já que são as avaliadoras da produção do relato. Observa-se, desse modo, que mesmo em momentos e lugares diferentes, os interlocutores reais/professoras dos acadêmicos constituem-se no discurso, pois são para elas que as palavras são lançadas, a fim de convencê-las, persuadi-las, além de ser delas que os enunciadores esperam uma avaliação, uma resposta.



Como afirmam Bernini e Menegassi (2012, p.9), “[...] os papéis sociais determinam a conduta e regulam os modos de dizer, pois o enunciado é sustentado pela situação comunicativa imediata, influenciando as escolhas dos recursos linguísticos, consequentemente determinando o estilo de linguagem empregado”. Essas marcas linguísticas revelam o afirmado por Souza (2010, p.74): “[...] desde o princípio, evidencia-se o papel do outro, isto é, aquele a quem o dizer é endereçado e em função de quem o discurso é estruturado”. Ademais, o meio social interfere diretamente na organização e na expressão do discurso em que está o sujeito do discurso – acadêmico –: “a enunciação humana [...] é, do ponto de vista do seu conteúdo, de sua significação, organizada fora do indivíduo pelas condições extraorgânicas do meio social. A enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social” (Bakhtin; Voloshinov, 2002, p.121).

Importa analisar também a manifestação do interlocutor ideal/virtual que tem sua imagem construída pelo enunciador. Menegassi e Fuza (2006, p.156) destacam que “mesmo não havendo a presença física desse interlocutor, ele interfere diretamente na escrita do aluno [...]”. Isso ocorre, pois o enunciador tem um objetivo: agradar, elogiar, defender, atacar. Essa afirmação se concretiza no relato de A.A.N.:

- (7) estou me esforçando muito para aprender, pois contamos com duas pessoas extraordinárias, A. e M. que não mediram esforços, enfrentando até preconceito.



Observa-se, nesse excerto, o direcionamento ao interlocutor ideal/virtual, em que há um elogio às coordenadoras pelo esforço dispensado para manter o projeto do curso. O enunciador lembra do preconceito sofrido pelas coordenadoras na universidade pelo fato de alguns grupos não terem aceitado o desenvolvimento de um curso apenas para assentados; desse modo, também responde a eles ao tratar do seu esforço para realizar as atividades do curso. Como aponta Bakhtin: “Um participante-interlocutor direto do diálogo cotidiano, pode ser [...] os correligionários, os adversários e inimigos [...]” (2003, p.301).

Assim, verifica-se que o enunciado de A.A.N. faz parte da cadeia dialógica das relações sócio-históricas construídas sobre o curso de Licenciatura em Ciências Sociais, de modo que a tomada da palavra está associada à sua ideologia. O interlocutor virtual/real, portanto, também constitui o discurso, sendo deste um sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas comprovam a teoria do Círculo de Bakhtin, quando apresenta que a palavra “é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor” (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 2002, p.113). Os relatos de experiências pessoais, mesmo não possuindo um interlocutor determinado, mostraram que foram produzidos sob a interferência do meio social que envolve o enunciador. Assim, levou-se em consideração os interlocutores, os



quais puderam ser identificados por meio dos elementos linguísticos selecionados e também das informações comuns aos sujeitos dos discursos.

A ponte foi lançada de um enunciador sócio-historicamente construído – acadêmico sem terra, pertencente a um movimento social e testemunha da luta pela reforma agrária no Brasil – ao interlocutor supraindividual/superior: latifundiários, funcionários de órgãos públicos, membros de movimentos sociais com atitudes contrárias às defendidas pelos trabalhadores sem terra, e que de modos até violentos prejudicam o acesso dos trabalhadores ao campo; ao interlocutor real: professoras do curso de Licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA/UFGD, disciplina de “Língua Portuguesa”; e ao ideal/real: colegas e professores do curso.

Este estudo mostrou que a produção escrita pode sair da condição escolar e chegar a interagir com o mundo externo, trazendo para a cena seus objetivos: convencer, buscar o testemunho e a adesão, rebater, responder, contradizer discursos já naturalizados pela sociedade dominante. Sendo assim, o discurso é um instrumento de defesa e de acusação por parte do enunciador, o qual possibilita questionar e imprimir movimento na sociedade vigente, mesmo quando esse movimento parece inerte. A presença dos interlocutores revela que os enunciadores – mulheres e homens sem terra – dominam a interlocução, mobilizando para a arena do discurso aqueles com quem querem interagir. Para isso, acionam memórias que trazem à tona temas e figuras de um passado não



muito distante, marcado por lutas, perdas, vitórias; fatos recorrentes entre os relatos. Trata-se de relatos de experiências de pessoas em movimento e, por isso, não se findam em si, mas apontam para novas lutas, novas caminhadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M; VOLOSHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9.ed. São Paulo: Hucitec, [1992] 2002.

BAKHTIN, M ; VOLOSHINOV, V. N. **Discurso na Vida e Discurso na Arte**. V.Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza. São Paulo: Hucitec, [1926]1976.

BERNINI, E. A. B.; MENEGASSI, R. J. Produção de cartas pessoais e a influência do outro. *In*: ENCONTRO DO CELSUL, 10, 2012, Cascavel. **Anais...** Cascavel,PR: UNIOESTE, 2012.

GARCEZ. L. H. C. **A escrita e o outro**: os modos de participação na construção do texto. Brasília: Ed. da UNB, 1998.

GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula**: leitura e produção. 7. ed. Cascavel: ASSOESTE, 1984.

MENEGASSI, R. J. Conceitos bakhtinianos na prova de redação. **Revista Línguas & Letras**. Número especial – XIX CELLIP, 2011.



MENEGASSI, R. J.; FUZA, A. F. A finalidade da escrita no livro didático: influências da imagem do interlocutor. **Revista Acta Sci. Human Soc. Sci.** Maringá-PR, v.28, n.2, p.155-165, 2006.

SOUZA, I. R. **Conceitos bakhtinianos no contexto da Re-formulação Curricular da Educação Básica do Paraná.** 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) -Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá, 2010.

LE20
GL ANOS

editora

